

ANAIS DO VII CONGREFAST CONGRESSO REGIONAL DA FACULDADE SANTÍSSIMA TRINDADE

TECENDO HUMANIDADES:
ANTIRRACISMO, INCLUSÃO,
GÊNERO E VULNERABILIDADES



FACULDADE SANTÍSSIMA TRINDADE
NAZARÉ DA MATA - PE



Editora da
FACULDADE SANTÍSSIMA TRINDADE

ANAIIS DO VIII CONGREFAST
CONGRESSO REGIONAL DA FACULDADE SANTÍSSIMA
TRINDADE
E
III CONGRESSO NACIONAL DA FACULDADE SANTÍSSIMA
TRINDADE

TECENDO HUMANIDADES: ANTIRRACISMO, INCLUSÃO, GÊNERO E
VULNERABILIDADES

06 a 08 de novembro de 2024

Nazaré da Mata – Pernambuco - Brasil

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO

Faculdade Santíssima Trindade

Diretora Presidente:

Dr^a. Maria do Carmo Pereira Vale Leite

Vice-Diretora:

Me. Silvana Gomes De Araújo

Diretora de Ensino:

Me. Sheila Pereira de Oliveira

Diretor Administrativo e Financeiro:

Antônio Benício Leite

<https://edufast.com.br/>

Comissão Organizadora do CONGREFAST:

Editor-Chefe:

Luciana Ângelo Bezerra

Editores Adjuntos:

Ana Karla Bezerra da Silva Lima

Aline Maria Rodrigues dos Santos

Editores Científicos:

Aline Maria Rodrigues dos Santos

Ana Karla Bezerra da Silva Lima

Cicília Gabriela Correia Tavares

Daniella Maria Brito Azêdo Guedes

Danyelle de Cássia Ribeiro de Oliveira

Girliane Regina da Silva

Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana

Luciana Ângelo Bezerra

Luisa Fernanda Camacho Gonzalez

Maria do Carmo Pereira Vale Leite

Maria José Arruda das Graças
Renan Pires Maia
Silvana Gomes de Araújo

Comissão Científica:

Luciana Ângelo Bezerra (coord.)
Aline Maria Rodrigues dos Santos
Ana Karla Bezerra da Silva Lima
Carlos Bezerra de Lima
Carlos Bezerra de Lima Júnior
Cicília Gabriela Correia Tavares
Cláudio Renato Oliveira Beltrão de Castro
Daniella Maria Brito Azêdo Guedes
Dário César de Oliveira Conceição
Emerson de Oliveira Silva
Girliane Regina da Silva
Gleyka Daisa de Melo Santos
Glícia Maria de Oliveira
Jackeline Patrícia Gomes de Moraes Bione
Jaiurte Gomes Martins da Silva
Jean Brito da Silva
Karoline Belém Seixas
Luisa Fernanda Camacho Gonzalez
Maciel Manguinho de Souza
Mayra Emídio da Silva
Natália Maria da Silva
Renan Pires Maia
Renato de Souza Melo
Rhaissa Francisca Tavares de Melo Balder
Yves de Holanda Batista de Miranda

Revisor/ Parecerista:

Maciel Manguinho de Souza

Conselho Editorial:

Ana Karla Bezerra da Silva Lima
Aline Maria Rodrigues dos Santos
Cicília Gabriela Correia Tavares
Danyelle de Cássia Ribeiro de Oliveira
Daniella Maria Brito Azêdo Guedes
Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana
Luciana Ângelo Bezerra
Luisa Fernanda Camacho Gonzalez
Renan Pires Maia

ANAIS DO VIII CONGREFAST
CONGRESSO REGIONAL DA FACULDADE
SANTÍSSIMA TRINDADE
E
III CONGRESSO NACIONAL DA
FACULDADE SANTÍSSIMA TRINDADE
TECENDO HUMANIDADES: ANTIRRACISMO, INCLUSÃO,
GÊNERO E VULNERABILIDADES

ISSN 2674-922X

© 2024 FAST

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Faculdade Santíssima Trindade - Fast

R. Prof. Américo Brandão, 46. CEP: 55800-000 - Nazaré da Mata – PE.

Tel: (81) 3633-1213

Site: <https://edufast.com.br/>

E-mail: fast@edufast.com.br

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Faculdade Santíssima Trindade - FAST

C749 CONGREFAST – Congresso Regional da Faculdade Santíssima Trindade (8 : 2024 : Nazaré da Mata).
Anais do VIII CONGREFAST - Congresso Regional da Faculdade Santíssima Trindade e III Congresso Nacional da Faculdade Santíssima Trindade, 6 a 8 de novembro de 2024, Nazaré da Mata, PE [recurso eletrônico]: tecendo humanidades: antirracismo, inclusão, gênero e vulnerabilidades / comissão organizadora Luciana Ângelo Bezerra ... [et al.]. – Nazaré da Mata, PE: Editora da Faculdade Santíssima Trindade, 2024.
292 p.
PDF.

ISSN 2674-922X

1. Conhecimento. 2. Conferência – Comunicação em grupo. 3. Divulgação científica. 4. Pesquisa – Ensino superior. I. Bezerra, Luciana Ângelo. II. Título: III Congresso Nacional da Faculdade Santíssima Trindade. III. Título: tecendo humanidades: antirracismo, inclusão, gênero e vulnerabilidades.

CDD 001

Bibliotecária responsável: Edjane Maria Leite Pereira Borba – CRB-4/2187

Sobre o evento

O Congresso Regional da Faculdade Santíssima Trindade (CONGREFAST) é um evento promovido anualmente pela Faculdade Santíssima Trindade, localizada em Nazaré da Mata, Pernambuco, e consolidou-se como uma importante tradição acadêmica para a instituição e para a região. Seu principal objetivo é mobilizar a comunidade acadêmica, estimular a produção científica de discentes e docentes e promover o debate de temas relevantes nos âmbitos científico e social, favorecendo a integração de saberes e a troca de experiências. Para tanto, o evento reúne pesquisadores e profissionais de destaque em diversas áreas do conhecimento, em níveis regional e nacional. Em 2024, realizou-se o VIII Congresso Regional e o III Congresso Nacional da Faculdade Santíssima Trindade, nos dias 06 a 08 de novembro, reafirmando o compromisso institucional com a democratização do conhecimento, a valorização da ciência e a excelência acadêmica. A programação do evento contemplou atividades científicas diversificadas, proporcionando um espaço plural de diálogo, aprendizado e divulgação científica, em consonância com as demandas contemporâneas da educação e da pesquisa. O presente livro corresponde aos anais do VIII Congresso Regional e III Congresso Nacional da Faculdade Santíssima Trindade, reunindo os resumos dos trabalhos aprovados nesta edição, e reflete o empenho da instituição na formação acadêmica crítica, na valorização da pesquisa científica e na construção ética, responsável e socialmente comprometida do saber.

OS EDITORES.

SUMÁRIO

RESUMOS SIMPLES APROVADOS

12

LETRAMENTO DIGITAL COMO PRÁTICA SOCIAL: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

ANÁLISE DAS DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL E DA IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO

A IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE (PEP) NO BRASIL: PERCEPÇÕES E RESULTADOS

OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO EQUITATIVA DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NA SOCIEDADE MODERNA.

A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO REGRESSIVA AOS COFRES PÚBLICOS NA LEI MARIA DA PENHA: UTOPIA OU REALIDADE

SINTOMAS DE ANSIEDADE EM CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS NA ESCOLA

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PARA A DESCONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DO RACISMO

OS BENEFÍCIOS DO FUTEBOL NO CONTROLE DA OBESIDADE

INTOXICAÇÃO POR ANTI-INFLAMATÓRIO NIMESULIDA

INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS DA AMIODARONA: POTENCIAL DE DANOS TECIDUAIS E MONITORAMENTO FARMACÊUTICO

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FARMÁCIA HOSPITALAR: OTIMIZAÇÃO E SEGURANÇA NAS PRÁTICAS CLÍNICAS

INFECÇÕES URINÁRIAS EM IDOSOS: PREVALÊNCIA E DESAFIOS DA RESISTÊNCIA MICROBIANA.

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES DE ALTO RISCO.

IMPORTÂNCIA DOS MARCADORES BIOQUÍMICOS NO DIAGNÓSTICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

IMPORTÂNCIA DO SUMÁRIO DE URINA NA INVESTIGAÇÃO DE DOENÇAS RENAIS.

IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO SÉRICO DO SÓDIO E POTÁSSIO EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL.

IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE QUALIDADE EM BIOQUÍMICA CLÍNICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

IMPACTOS DA AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS NO BRASIL

IMPACTO DAS DOENÇAS PARASITÁRIAS NA SAÚDE BUCAL: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL

HEMOGLOBINA GLICADA (HbA1c) COMO MARCADOR PADRÃO OURO NO DIAGNÓSTICO DE DIABETES MELLITUS

FLUXO DIGITAL NA ODONTOLOGIA: BENEFÍCIOS E IMPACTOS NA PRÁTICA CLÍNICA.

FATORES QUE INFLUENCIAM A COLETA E ANÁLISE DO EXAME DE URINA.

ESTOMATITE PROTÉTICA: CAUSAS, PREVENÇÃO E TRATAMENTO PARA USUÁRIOS DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA

CONCENTRAÇÃO DE PROTEÍNAS NA URINA DE INDIVÍDUOS NORMAIS.

COMPONENTES E IMPORTÂNCIA DA FASE PRÉ - ANALÍTICA EM URINÁLISE

ABORDAGENS TERAPÊUTICAS DA ANEMIA PERNICIOSA EM PACIENTES PEDIÁTRICOS

ABORDAGENS CONSERVADORAS NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES TEMPOROMANDIBULARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A PROBLEMÁTICA DO APARECIMENTO DE ELEMENTOS SUPRANUMERÁRIOS ERUPICIONADOS OU IMPACTADOS EM PACIENTE ADULTOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A INTEGRAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO PALIATIVO: UMA ABORDAGEM HUMANIZADA.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME QUÍMICO PARA A SEDIMENTOSCOPIA URINÁRIA: FERRAMENTA ESSENCIAL PARA O ANALISTA BIOQUÍMICO.

A DRENAGEM LINFÁTICA MANUAL NO PÓS-OPERATÓRIO DA ABDOMINOPLASTIA

UTILIZAÇÃO DO *Hypericum perforatum* L. NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE

USO DE SELANTES INOMÉRICOS NA PREVENÇÃO DE CÁRIES: BENEFÍCIOS E APLICAÇÕES NA ODONTOLOGIA

TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA OBESIDADE

TÉCNICAS DE MANEJO COMPORTAMENTAL NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PEDIÁTRICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

OS EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL NA RECUPERAÇÃO

MUSCULAR EM ATLETAS DE ALTA PERFORMANCE

USO DE FOTOPROTETORES NATURAIS PARA O TRATAMENTO DO
CÂNCER DE PELE

MORDIDA ABERTA ANTERIOR NA DENTIÇÃO DECÍDUA EM CRIANÇAS
PRÉ- ESCOLARES ASSOCIADA A HÁBITOS ORAIS DELETÉRIOS: UMA
REVISÃO DA LITERATURA

MARCADORES BIOQUÍMICOS UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO DE
DIABETES GESTACIONAL

LEUCOPLASIA ORAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DA
ETIOLOGIA, DIAGNÓSTICO E MANEJO CLÍNICO.

INVESTIGAÇÃO DE DOENÇAS RENAIIS ATRAVÉS DA URINÁLISE: UMA
REVISÃO DE LITERATURA

UTILIZAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL DE EUCALYPTUS GLOBULUS
(Eucalipto) NO TRATAMENTO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS:
UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA LITERATURA

UTILIZAÇÃO DA ROMÃ (*Punica granatum* L.) NO TRATAMENTO
FITOTERÁPICO DE DOENÇAS INFLAMATÓRIAS

USO DA ESPECTROSCOPIA NA REGIÃO DO INFRAVERMELHO (FTIR) NA
ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS FARMACÊUTICAS

SÍNTESE DE FÁRMACOS ANTINEOPLÁSICOS PARA O TRATAMENTO DE
CÂNCER EM GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

QUIMIOTERÁPICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE
MAMA

EFEITOS FITOTERÁPICOS DO GENGIBRE (*Zingiber officinale* Roscoe) NO
SISTEMA GASTROINTESTINAL

COMPOSTOS DO ÓLEO ESSENCIAL DO CAPIM-LIMÃO (*Cymbopogon*
citratum Stapf.) E AÇÕES TERAPÊUTICAS

APLICAÇÃO DE ESPECTROMETRIA
DE MASSA NA DETECÇÃO DE IMPUREZAS
EM PRODUTOS FARMACÊUTICOS

APLICAÇÃO DA ESPECTROSCOPIA DE INFRAVERMELHO NO CONTROLE
DE PRODUÇÃO DE COSMÉTICOS, MONITORAMENTO DE MATÉRIA-
PRIMA E FORMULAÇÕES

TERAPIA LARVAL COMO ALTERNATIVA TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO
DE FERIDAS

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTAS: UMA
REVISÃO DE LITERATURA

QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE FISSURAS

LABIOPALATINAS: REVISÃO DE LITERATURA

PELE DA TILÁPIA COMO CURATIVO BIOLÓGICO NO TRATAMENTO DE QUEIMADURAS

O PAPEL DO FISIOTERAPEUTA NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES ACOMETIDOS PELA COVID-19

INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

IMPACTOS DA AUTOMEDICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE RISCOS E FATORES DETERMINANTE

FISIOTERAPIA NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA REABILITAÇÃO DA PARALISIA CEREBRAL

DIFICULDADES NO ATENDIMENTO DE SAÚDE À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: DESAFIOS NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

CUIDANDO DE SI: O USO CONCIENTE DE MEDICAMENTOS

CUIDADO HUMANIZADO NA ENFERMAGEM PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO INFANTIL.

AVALIAÇÃO IN SILICO DA DISTRIBUIÇÃO E ABSORÇÃO DO FLAVONOIDE BIOATIVO ASTILBINA

ABORDAGENS NO TRATAMENTO DE FRATURAS MANDIBULARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

A PANDEMIA DO COVID-19 E AS DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE NO BRASIL.

A ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA

RESUMOS EXPANDIDOS APROVADOS

103

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DO CONCURSO PÚBLICO
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS ATRAVÉS DA PSICOPEDAGOGIA

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTOJUVENIL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

AUTISMO É PRECISO CONHECER PARA TRANSFORMAR: UM RELATO DE

EXPERIÊNCIA

A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR

A FESTA NO CÉU: UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA NUMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VICÊNCIA – PE

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DAS PRÁTICAS LÚDICAS

O USO MEDICINAL DA CANNABIS E O ENTRAVE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

O SIGILO DOS ATOS DE AGENTES PÚBLICOS VERSUS O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

O IMPACTO DA MATERNIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DO DIREITO ADMINISTRATIVO

A PERMISSÃO DO USO DOS MEDICAMENTOS DERIVADOS DA CANNABIS SATIVA, REGULAMENTADOS PELA ANVISA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA DISTRIBUIÇÃO VIA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

SOBRE O NÃO DESEJO DE SER MÃE: DESDOBRAMENTOS DO COMPLEXO DE ÉDIPO MAL RESOLVIDO NA MENINA

A INTERAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE CULTURAL PARA AS CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DAS PRÁTICAS LÚDICAS

OS BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA PARA OS IDOSOS

IMPACTOS DA HIDROGINÁSTICA NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS COM OSTEOPOROSE

BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA NA SAÚDE MENTAL

A PRÁTICA DO FUTSAL NO COMBATE A OBESIDADE INFANTIL

PROSTATECTOMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA MASCULINO DE CONTINÊNCIA URINARIA

LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA SURDOS: OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO FARMACÊUTICO

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES NA CIDADE DE SURUBIM-PE

ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE

PESSOAS SURDAS E MUDAS

AVALIAÇÃO *IN SILICO* DAS PROPRIEDADES FARMACOCINÉTICAS E FARMACÊUTICAS DE COMPOSTOS ISOLADOS DA *Curcuma longa* L.

ACOMPANHAMENTO DE ENFERMAGEM NAS TOXEMIAS GRAVÍDICAS: ECLÂMPSIA E PRÉ ECLÂMPSIA

A FISIOTERAPIA É EFICAZ NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA DECORRENTE DO CLIMATÉRIO?

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA MOTORA (SIM): UMA INTEGRAÇÃO VISUAL APLICADA À POSTURA E MOVIMENTO NO CONTROLE DA DOR MÚSCULO ESQUELÉTICA

OS IMPACTOS DA REALIDADE VIRTUAL NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

O USO DE BIOMARCADORES NO DIAGNÓSTICO DO MAL DE ALZHEIMER

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA

A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA DISFUNÇÃO SEXUAL: VAGINISMO

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE QUALIDADE PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DOENÇA TROFOBLÁSTICA GESTACIONAL

NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS COMO SISTEMAS AVANÇADOS DE ENTREGA DE FÁRMACOS: POTENCIAL TERAPÊUTICO, DESAFIOS PARA A MELHORIA DO TRATAMENTOS

NANOPARTÍCULAS DE FERRITA DE COBALTO: PROPIEDADES QUÍMICAS E POTENCIAIS APLICAÇÕES BIOMÉDICAS

RESUMOS SIMPLES APROVADOS

LETRAMENTO DIGITAL COMO PRÁTICA SOCIAL: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

Adrielly Naially Guerra Silva¹, Alany Witória da Silva², Tarcísio Jerfeson de Lira Santos³, Jean Brito da Silva⁴

¹ Estudante do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
adrielly.ngsilva@gmail.com

² Estudante do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
alany.witoria1@gmail.com

³ Estudante do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
tarcisiojerffeson@gmail.com;

⁴ Professor do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade
jeanbrito@hotmail.com

Introdução: No século XXI, vivemos na “Sociedade da Informação”, onde é essencial desenvolver habilidades para acessar e utilizar informações de forma eficaz. Dentro dessa perspectiva, surge o Letramento Digital, que capacita o aluno a usar leitura e escrita por meio de recursos tecnológicos em seu cotidiano, aproveitando essas ferramentas para seu benefício pessoal e social. Por esta razão, a escola, como espaço de aprendizado, deve desenvolver encaminhamentos didáticos ao ensinar práticas de navegação segura, ética e colaborativa na internet. **Objetivo:** Refletir como o letramento digital contribui na prática social do aluno. **Metodologia:** Este trabalho se firmou em uma pesquisa bibliográfica, abordando sobre letramento digital como prática social a partir das ideias de Rezende (2016), Araújo (2018), Ribeiro e Freitas (2011) e dentre outros. **Resultados:** Os resultados indicam que o letramento digital começa com a iniciativa do indivíduo em buscar informações utilizando fontes digitais. No entanto, vai além do simples manuseio de um computador ou celular para pesquisas. O letramento digital envolve o uso da leitura e da escrita para localizar e selecionar informações de forma crítica através de diferentes navegadores e plataformas. Reduzir o conceito de letramento digital ao mero uso da tecnologia seria simplista, pois ignora o verdadeiro sentido dá-se pelo uso da leitura e escrita nas práticas sociais. **Conclusão:** No contexto do letramento digital, é essencial que os indivíduos compreendam que não basta apenas usar a tecnologia, mas sim saber utilizá-la de forma que traga benefícios e facilidades para seu dia a dia. Dessa forma, o desenvolvimento do letramento digital vai além do domínio de uma tecnologia específica, envolvendo uma mentalidade adaptativa e a capacidade de se atualizar constantemente frente a novas tecnologias e conhecimentos que surgem e se expandem ao longo do tempo e espaço.

Palavras-Chave: Letramento Digital; Práticas Sociais; Tecnologia.

ANÁLISE DAS DEMANDAS DE SAÚDE MENTAL E DA IMPORTÂNCIA DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO DA MATA NORTE DE PERNAMBUCO

Josafá Zózimo Gonçalves¹, Júlia Beatriz Gomes de Araújo Soares², Renan Pires Maia³

¹ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

³ Orientador e Professor na Faculdade Santíssima Trindade;

Introdução: De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de metade dos transtornos mentais começam aos 14 anos. Segundo Guterres (2018), “Muitas condições de saúde mental são preveníveis e tratáveis, especialmente se começarmos a cuidar da [...] saúde mental desde cedo”. Considerando isso, temos que a escola configura-se como um importante espaço de promoção de saúde mental, sendo o psicólogo da educação um importante profissional no sentido de prevenir o adoecimento psíquico. **Objetivo:** Fazer um levantamento da situação da Mata Norte de Pernambuco no tocante à saúde mental no âmbito escolar do estado e refletir sobre a importância do suporte psicológico na educação. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, feita a partir dos registros do Núcleo de Psicologia da GRE – Mata Norte. **Resultados e discussão:** A Lei Nº 15.533, de 23 de junho de 2015, assegura a inserção do psicólogo e outros profissionais para atendimento aos estudantes no estado de Pernambuco. A educação do estado na Mata Norte dispõe, em sua GRE, de um Núcleo de Psicologia, com sete psicólogos para atendimento de 62 escolas, distribuídas em 17 municípios. Entre as demandas que surgem para o núcleo estão situações envolvendo transtornos mentais como depressão, ansiedade, transtornos do neurodesenvolvimento e outros; e situações de violência, como bullying e outras formas. Pode-se mencionar ainda: questões relativas à orientação sexual e relativas a comportamentos de risco. **Conclusão:** Pode-se concluir que existe uma demanda numerosa e variada de problemas que necessitam da atenção do profissional de psicologia. É notável o fato de que ainda há uma escassez de profissionais que deem conta de atender todas demandas de todas as escolas. Entretanto, nota-se também que a educação atua em parceria com outros organismos importantes na promoção e garantia da saúde mental dos estudantes, tais como CAPS. **Palavras-Chave:** Psicólogo; Educação; Saúde mental.

A IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO PACIENTE (PEP) NO BRASIL: PERCEPÇÕES E RESULTADOS

Autor(a) Maria Sannyelly da Silva Santos¹, Orientador(a) João Cristovão de Melo Neto²

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade

² Docente do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade

Introdução: A área de saúde no Brasil é crítica, e avanços em Tecnologia da Informação (TI) são essenciais para melhorar a assistência ao paciente, reduzir erros e aumentar a qualidade das informações clínicas. O Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) é uma inovação digital que substitui os registros em papel, oferecendo uma solução mais eficiente e segura. O PEP registra toda a cadeia de eventos, desde a entrada do paciente até os serviços médicos prestados, abrangendo o cuidado assistencial e a gestão de dados.

Objetivo: Identificar as percepções sobre a implantação do Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) no Brasil e os resultados obtidos dessas experiências. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura do tipo descritiva, foram incluídos artigos completos disponíveis nas bases de acesso SCIELO, BVS, e LILACS, no ano de 2018 a 2023, excluindo estudos que não contemplaram a temática proposta. As palavras-chave utilizadas foram: Prontuário eletrônico do paciente, Informação de saúde, Sistemas computadorizados de registros médicos. **Resultados e Discursões:** A revolução da TI oferece potencial para reduzir custos, aumentar o acesso e melhorar os serviços de saúde através do uso e compartilhamento de registros médicos. No entanto, fatores como cultura organizacional e disponibilidade financeira ainda são obstáculos. O PEP facilita o gerenciamento de informações de saúde, melhorando a assistência ao paciente. As vantagens incluem a preservação das informações, evitando duplicação de exames e prescrições, com redução de custos. **Considerações Finais:** A análise da literatura sobre o PEP no Brasil mostra prevalência de aspectos positivos na sua implantação, apesar das fragilidades. Profissionais recomendam a expansão do PEP nos serviços de saúde. A atenção básica, como primeiro nível de atenção, beneficiaria do PEP pela organização e armazenamento adequado das informações, melhorando o atendimento e acompanhamento do paciente.

Palavras-Chave: Prontuário eletrônico do paciente, Informação de saúde e Sistemas computadorizados de registros médicos.

OS DESAFIOS PARA INCLUSÃO EQUITATIVA DOS DEFICIENTES AUDITIVOS NA SOCIEDADE MODERNA.

Marília Victoria Germano de Albuquerque Santos¹, Livia Heloiza Revoredo da Silva², Kési Vitória da Rocha Cristóvão³, Mateus Silva de Lima Oliveira⁴, Rodrigo Spinelli Vasconcelos Filho⁵, Daniella Maria Brito Azêdo Guedes⁶, André Luis Ribeiro Borges⁷, Jeroneyde Cavalcanti Souza de Brito⁸, Tarcísio Freitas de Vasconcelos Araújo⁹, Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana¹⁰

¹Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

²Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

³Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁴Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁵Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁶Docente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁷Docente do Curso de Bacharelado em Direito

⁸Docente do Curso de Bacharelado em Direito

⁹Docente do Curso de Bacharelado em Direito

¹⁰Docente do Curso de Bacharelado em Direito

Introdução: Segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, qualquer pessoa que possuir impedimentos de longo prazo, que impossibilite sua interação plena perante a sociedade, é considerada pessoa com deficiência. (ROCHA, 2023). Interessante salientar acerca dos desafios da eficácia da legislação na promoção da equidade aos surdos no contexto social. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo realizar uma extensa revisão sobre deficiência e normas de inclusão, analisando os problemas enfrentados pelos surdos nas lacunas da educação, do trabalho e na esfera social também. **Metodologia:** Este é um estudo de extensa revisão bibliográfica acerca do conceito de deficiência e inclusão, para poder fazer uma crítica construtiva acerca da inclusão de surdos na sociedade. **Resultados:** A educação é imprescindível para a formação e socialização das pessoas. A inclusão dos surdos nas escolas é garantida pela Lei nº 13.146, um marco inicial dos direitos das minorias, desempenhando papel fundamental nesse processo, a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Porém, nem todas as escolas assumem esse compromisso social de inclusão, resultando em preconceito e falta de empatia por parte da sociedade majoritariamente ouvinte. Os efeitos são notáveis no mercado de trabalho, onde a deficiência se torna uma barreira intransponível para alcançar o emprego. (Brasil, Ministério do Trabalho, 1996, p. 61). **Conclusão:** A dificuldade é notória, no quesito comunicação social, medidas devem ser tomadas para garantir paridade de oportunidades e direitos aos surdos. Enquanto a sociedade não se adequar aos parâmetros das pessoas com deficiência auditiva, será impossível promover a inclusão. (Michels, 2011)

Palavras-Chave: Surdos; Socialização; Educação; Inclusão;

A POSSIBILIDADE DE REPARAÇÃO REGRESSIVA AOS COFRES PÚBLICOS NA LEI MARIA DA PENHA: UTOPIA OU REALIDADE

Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana ¹, Arthur Felipe Leao Leandro ², Mateus Silva de Lima Oliveira ³, Laís Rayane De Santana ⁴, André Luis Ribeiro Borges ⁵, Daniella Maria Brito Azêdo Guedes ⁶

¹ Docente do Curso de Bacharelado em Direito;

² Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

³ Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁵ Docente do Curso de Bacharelado em Direito;

⁶ Docente do Curso de Bacharelado em Direito;

Introdução: A Lei Maria da Penha (LMP), Lei nº 11.340/2006, é um microsistema de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, com repercussão no direito penal, de família, cível, previdenciário e trabalhista. Após a promulgação da Lei nº 13.871/2019, a referida LMP passou a prever a possibilidade do Estado propor ação regressiva em desfavor do agressor, visando reaver os valores gastos com as vítimas, inclusive no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), criando-se mais um mecanismo de responsabilização dos atos do agressor recair sobre seu patrimônio. **Objetivo:** Este trabalho tem por objetivo, após revisão bibliográfica e pesquisa de dados jurisprudenciais, observar o comportamento do Estado ante a possibilidade de propor Ação Regressiva contra os autores de crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha, analisando a eficácia da norma. **Metodologia:** Foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa básica jurisprudencial para levantamento de dados acerca de ações propostas pelo Estado, na forma do artigo 9º, § 4º da Lei nº 11.340/2006. **Resultados:** Embora exista previsão expressa acerca da reparação por parte do agressor, não foram encontrados dados acerca de possíveis ações propostas relativas aos gastos do SUS dispensados com as vítimas de violência doméstica. Porém a Advocacia Geral da União vem propondo ações regressivas, devido aos benefícios de pensão por morte concedidos, contra autores de feminicídio. **Conclusão:** A previsão legal tem sido implementada pelo Estado, porém de forma muito sutil, principalmente pela dificuldade de acesso, pelo Estado, de informações por partes das instituições de atendimento às mulheres. O avanço de tecnologias de cooperação nessa comunicação é medida para tornar a norma mais eficaz.

Palavras-Chave: Violência; Mulher; Estado; Agressor; Reparação.

SINTOMAS DE ANSIEDADE EM CRIANÇAS DE 3 A 6 ANOS NA ESCOLA

**Ketiny Karolayne da Silva Rosendo (apresentador)¹, Tamires Gomes de Andrade²,
Prof. Dr. Felipe Gustavo Soares da Silva(a)³**

¹ Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
ketinyrosendo@gmail.com;

² Discente do curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
tamireesandradee177@gmail.com;

³ Professor do curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade,
felipefgsds@gmail.com;

Introdução: A ansiedade é um sentimento natural em qualquer fase da vida. E na infância, por exemplo, bebês e crianças podem apresentar sintomas de ansiedade quando estão longe dos pais ou assim que mudam de casa, creche e escola. Segundo Fernandes *et al* (2014), em média, 8% da população em idade escolar apresenta algum transtorno de ansiedade ou pelo menos algum sintoma importante. Estaria a escola pronta para reconhecer e lidar com esses sintomas? **Objetivo:** Apresentar os principais sintomas da ansiedade em crianças de 3 a 6 anos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica tendo como critério de inclusão estudos empíricos, revisões e artigos teóricos publicados nos últimos 15 anos, (dado que ainda é um tema pouco explorado na literatura) trabalhos focados em crianças de 3 a 6 anos que abordam fatores de risco, diagnósticos, tratamentos e intervenções relacionadas à ansiedade infantil. As fontes de dados são as principais bases de dados eletrônicas (*PubMed, Scopus, Scielo*) e os principais descritores são “ansiedade infantil”, “ansiedade em crianças” e “Riscos da ansiedade em crianças” **Resultados:** A literatura apresenta como sintomatologia da ansiedade infantil queixas de dores corporais, dor de barriga ou embrulho no estômago, sudorese excessiva, palpitação sem causa clínica, demasiada preocupação e pensamentos catastróficos, irritabilidade, dificuldade com o sono, medo de falar em público, dificuldade de sociabilização, brigas e agressividade e queda no rendimento escolar. Estes fatores contribuem significativamente para o fracasso ou mal desempenho escolar, reprovação e sofrimento psíquico da criança. **Conclusão:** Espera-se, com os resultados deste trabalho, propor entendimento conceitual da ansiedade infantil e dos fatores que associados a ele podem causar prejuízo ao desenvolvimento da criança. A compreensão profunda dessas manifestações é crucial para implementar intervenções eficazes e promover um ambiente de apoio para as crianças afetadas, tanto para os pais, quanto para os professores.

Palavras-Chave: Ansiedade infantil; Infância; Escola;

A FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO PARA A DESCONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS DO RACISMO

Camily Lins da Silva ¹, Taciana Bernardo Melo das Neves Tavares², Madson Francisco da Silva ³

¹ Graduanda de Pedagogia, Faculdade Santíssima Trindade;
camilylins54@gmail.com ;

² Graduanda de Pedagogia, Faculdade Santíssima Trindade;
taciana.bernardo26@gmail.com ;

³ Professor Orientador, Faculdade Santíssima Trindade;
profmadson10@gmail.com ;

Introdução: Grandes são os desafios para a construção de uma educação cuja função social, assim como política e pedagógica, sejam para desconstruir as estruturas do racismo presentes ao longo da história da humanidade e do tempo presente. Nesse cenário, precisamos buscar efetivar a vivência de uma educação que tenha uma perspectiva conscientizadora para a justiça social também nos enredos da raça para desconstruirmos a violenta e expressiva opressão que existe nas estruturas do racismo na sociedade. **Objetivo:** Analisar como se configura a função social da educação para a desconstrução do racismo. **Metodologia:** Optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa por compreendermos que essa abordagem reúne as leituras sociais e conceituais em torno das questões da função social da educação na desconstrução das estruturas do racismo, revelando os pressupostos necessários em torno do objeto de estudo dessa obra. **Resultados:** Atualmente podemos contar com a educação para encarar a luta contra o preconceito racial. O trabalho da educação antirracista deve começar cedo, na educação infantil e percorrer todas as modalidades de ensino e em toda vida mesmo que o contato com a escola formalizada seja indireto, iniciando assim, a contínua transformação da consciência para a experiência da diversidade humana, especificamente nesse contexto, nas relações étnico-raciais. **Conclusão:** Notamos assim, a importância das realizações de atividades que tenham natureza educativa antirracista e desde cedo, para que os alunos aprendam a lutar contra o preconceito racial presente nas estruturas da vida social e que tenham foco na igualdade e na inclusão de todas as pessoas nos ambientes sociais.

Palavras-Chave: Racismo; Educação; Desconstrução.

OS BENEFÍCIOS DO FUTEBOL NO CONTROLE DA OBESIDADE

Introdução: A obesidade é o excesso de gordura acumulada no corpo, ocorre quando o consumo calórico é maior que seu gasto diário. O futebol tem se destacado como eficaz na promoção da saúde para essas pessoas por envolver atividades de grande gasto energético.

Objetivo: Este estudo teve o intuito de demonstrar a prática do futebol como um aliado para pessoas com obesidade. **Metodologia:** Estudo de revisão bibliográfica, realizado nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Foram selecionados três artigos publicados nos anos 2022 á 2024. Na língua portuguesa que destacam informações do futebol como uma prática recomendada para o controle da obesidade.

Resultados: A prática do futebol durante 3 meses, 2x por semana, com a duração de 60 minutos cada partida, se relaciona com benefícios na composição corporal e na aptidão física, com redução da gordura corporal e aumento da massa magra, melhorando a autoestima e melhorando também a saúde mental.

Conclusão: Conclui-se pela literatura que o futebol é eficaz no controle da obesidade, trazendo mudanças positivas na rotina, promovendo bem-estar e satisfação no controle da obesidade.

Palavras-Chave: futebol, obesidade, prática.

Referências:

Dertzbocher, Efeitos de um programa de futebol reduzido sobre os parâmetros de saúde de crianças obesas, 2022.

Melo, Os benefícios do treinamento de força em crianças que praticam futebol e futsal, 2023.

Pontes, Treinamento do core, aplicações e benefícios, 2024.

Jeane Maria de Souza¹, Gerliane Dias de Lima¹, Erika Siomar da Silva Torres¹, Marcos Victor do Nascimento Silva¹, Camila Joyce Alves da Silva²

¹ Graduanda do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Doutora em biotecnologia pela Universidade Federal de Pernambuco;

Introdução: Tem crescido de forma alarmante o uso indiscriminado de medicamentos sem prescrição e sem orientação de profissionais habilitados. Em consequência disso muitas preocupações surgem pelos riscos que essa atitude pode trazer à comunidade. A automedicação consiste na administração de um ou mais medicamento sem orientação de um profissional da saúde. Os AINES são os medicamentos mais consumidos atualmente, apesar das pesquisas demonstrarem que essa classe de medicamentos causam riscos

Objetivo:

como objetivo discutir sobre a utilização da nimesulida nos últimos cinco anos e suas consequências. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, utilizando como palavras chaves nimesulida, uso irracional, anti-inflamatório, intoxicação e as bases de dados BVS, Scielo, Pubmed. O período da pesquisa foi 2016 a 2021. **Resultados:** Foram encontrados 50 artigos, sendo 23 analisados e 27 foram excluídos por se tratarem de estudos com dados desatualizados. Dos artigos analisados 11 relataram sintomas de intoxicação relacionados a danos hepáticos associados ao uso prolongado da nimesulida, 4 dos artigos relataram intoxicação por causa das reações de hipersensibilidade, além disso 6 artigos relataram intoxicação relacionada com o fácil acesso da nimesulida. Os demais artigos relataram sintomas de intoxicação atrelados com erros de posologia. Todos os estudos relataram sequelas hepáticas e raros casos de morte resultantes de intoxicação por nimesulida. **Conclusão:** Se faz necessário, o aumento na conscientização de toda a população, que mesmo tendo acesso facilitado a essa classe de medicamentos o uso irracional pode trazer casos de intoxicação, visto que o uso indevido desse medicamento pode causar danos, especialmente aos rins.

Palavras-Chave: nimesulida; uso irracional; anti-inflamatório; intoxicação.

INTERAÇÕES FARMACOLÓGICAS DA AMIODARONA: POTENCIAL DE DANOS TECIDUAIS E MONITORAMENTO FARMACÊUTICO

Priscila de Mendonça Lima¹, Débora Jamile do Nascimento Camilo², Generino Francisco Farias Júnior³, Mayra Allana Rogéria de Melo ⁴, Moara Targino da Silva⁴, Dário Cesar César de Oliveira Conceição⁶

¹Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

²Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵

⁶Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: A amiodarona é um antiarrítmico, classe III, amplamente utilizada no tratamento de arritmias cardíacas e na profilaxia da morte súbita de causa cardíaca em pacientes de alto risco, principalmente em pacientes sem acesso ao cardioversor desfibrilador implantável, apresentando redução da mortalidade quando comparada a placebo e outros antiarrítmicos. Dada a complexidade de suas interações farmacológicas e a toxicidade não- cardíaca, o monitoramento constante do paciente é essencial para reduzir riscos. A amiodarona é metabolizada pelo fígado e, por suas características farmacocinéticas, tende a se acumular nos tecidos, o que eleva o potencial para interações com outros medicamentos. **Objetivo:** Analisar as interações farmacológicas da amiodarona, com ênfase nos potenciais efeitos adversos teciduais e na relevância do acompanhamento farmacêutico. Buscando compreender o monitoramento adequado para aliviar danos e aumentar a segurança no uso deste medicamento. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura, por meio do portal de periódicos CAPES, nas revistas PubMed, Scielo. Scielo e MedLine, no período de 2020 a 2024. **Resultados:** A literatura revela que a amiodarona possui interações farmacocinéticas e farmacodinâmicas com outros fármacos, incluindo aqueles metabolizados pelas enzimas hepáticas CYP. Pacientes em tratamento prolongado com amiodarona têm maior propensão a desenvolver efeitos tóxicos, especialmente em órgãos como pulmões e fígado. Essas interações podem amplificar a toxicidade ou reduzir a eficácia de outros medicamentos, justificando a necessidade de monitoramento regular e ajuste de dosagens. **Conclusão:** A segurança do uso da amiodarona depende do acompanhamento clínico adequado, com o farmacêutico desempenhando um papel importante na educação do paciente e na detecção precoce de efeitos adversos. Estudos

futuros são necessários para expandir o conhecimento sobre as interações da amiodarona e auxiliar no desenvolvimento de protocolos de monitoramento mais eficazes.

Palavras-Chave: Amiodarona; Toxicidade Tecidual; Monitoramento Farmacêutico.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA FARMÁCIA HOSPITALAR: OTIMIZAÇÃO E SEGURANÇA NAS PRÁTICAS CLÍNICAS

Edenise Tavares da Silva¹, Ana Regina de Vasconcelos Pereira¹,
Maria José da Silva¹, Dário Cesar de Oliveira Conceição²

¹ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Doutor em Ciências de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

Introdução: A inteligência artificial (IA) é uma área da ciência da computação voltada para o desenvolvimento de sistemas que simulam capacidades humanas. Na farmácia hospitalar, a IA tem contribuído para prevenir erros e agilizar práticas clínicas, permitindo o monitoramento de pacientes e a rastreabilidade de prescrições, garantindo segurança e eficiência. **Objetivo:** Demonstrar os benefícios da IA na farmácia hospitalar, com ênfase na rastreabilidade de medicamentos, controle da dispensação e aprimoramento da eficiência operacional. **Metodologia:** Realizou-se um levantamento bibliográfico nas bases SciELO e PubMed, utilizando os descritores "inteligência artificial", "farmácia hospitalar" e "segurança do paciente". Foram selecionados artigos de 2022 a 2024, focando em estudos experimentais e revisões sistemáticas. A pesquisa seguiu o modelo de revisão integrativa, permitindo uma análise ampla e crítica da literatura. **Resultados:** Os estudos mostram que a IA agrega valor à farmácia hospitalar ao introduzir novas formas de gestão e gerenciamento de riscos. Com sua capacidade de processar grandes volumes de dados em tempo real, permite decisões seguras, reduz erros de dispensação e aumenta a segurança do paciente. A automação de tarefas rotineiras libera os profissionais para atividades mais complexas, como análise clínica e criação de protocolos. Entre os principais benefícios estão a melhoria na rastreabilidade e controle de medicamentos, prevenção de erros, agilidade na resposta a eventos adversos e uma maior integração entre as equipes de saúde. **Conclusão:** A IA tem sido uma grande parceira na farmácia hospitalar, facilitando rotinas, reduzindo erros e fortalecendo a segurança do paciente. No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de pesquisas que avaliem seus efeitos a longo prazo e a preparação contínua dos profissionais para lidar com essas inovações. Também é fundamental explorar formas de adaptar a IA a diferentes realidades hospitalares, assegurando seu uso de maneira abrangente.

Palavras-Chave: Inteligência artificial; Segurança do paciente; Farmácia hospitalar.

INFECÇÕES URINÁRIAS EM IDOSOS: PREVALÊNCIA E DESAFIOS DA RESISTÊNCIA MICROBIANA.

Natália Karoline Silva de Souza¹, **Breno Moraes de Oliveira**², **Michele Maria do Nascimento**³, **Kaio Wilber Domingos Pereira**⁴, **João Mateus de Oliveira Rodrigues**⁵, **Elton Max Nascimento do Egito**⁶.

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁵ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁶ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.;

Introdução: As infecções do trato urinário são caracterizadas pela colonização bacteriana da urina, que normalmente é estéril, levando à infecção das estruturas do aparelho urinário. É mais comum em mulheres do que em homens, mediante que a proximidade anatômica do ânus e seus contaminantes intestinais facilita a contaminação e infecção do trato urinário em mulheres, ao contrário da uretra masculina (MOURA *et Al.*, 2003). Além disso, fatores como a imuno competência do indivíduo, especialmente em idosos, aumentam a suscetibilidade a infecções urinárias. **Objetivos:** Identificar os microrganismos mais prevalentes nas infecções urinárias em pacientes idosos e traçar o perfil de resistência aos antimicrobianos. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão de literatura do tipo integrativa, nas seguintes bases de dados: GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO e PUBMED, utilizando as seguintes palavras chaves: “Resistência aos Antimicrobianos”, “Sumário de Urina”, “Infecções Urinárias em Idosos”. **Resultados:** Estudos revelam que foram realizadas 1.006 uroculturas de pacientes acima de 60 anos, dentre estes exames, 265 (26%) apresentaram resultado positivo e 741 (74%) negativo para algum agente microbiano. Dentre os 26% que foram positivos no exame de urocultura, observou-se que foram identificados patógenos como *Escherichia coli*, *Klebsiella pneumoniae*, *Proteus mirabilis*, dentre outros. Do total de infectados observou-se prevalência nas

mulheres com 76,2% (202) em relação aos homens com 23,8% (63).

Conclusões: Se destaca que há um alto número de infecções urinárias, principalmente por *Escherichia coli*, e que a resistência bacteriana é um grave problema de saúde pública global. Para conter a resistência, é essencial erradicar o uso irracional de antimicrobianos, evitando assim sua propagação.

Palavras-Chave: Urinálise, Resistência Microbiana, Infecção Urinária.

INFECÇÃO DO TRATO URINÁRIO EM GESTANTES DE ALTO RISCO.

Michele Maria do Nascimento¹, Natália Karoline Silva de Souza², Breno Moraes de Oliveira³, Kaio Wilber Domingos Pereira⁴, João Mateus de Oliveira Rodrigues⁵, Elton Max Nascimento do Egito⁶.

¹ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁵ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁶ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.;

Introdução: A infecção do trato urinário é comum durante a gestação, são caracterizadas pela colonização bacteriana no sistema urinário, podendo ocasionar diversas complicações materno-fetais. As infecções urinárias em gestantes têm se tornado cada vez mais alvo de estudo, devido às complicações e consequências que podem causar caso não tratadas, como por exemplo, parto prematuro e falência renal da mãe (GUBERT *et al.*, 2015). No Brasil, estima-se que a gravidez de alto risco acometa em torno de 10 à 15% das gestantes, sendo esse número bastante preocupante para o sistema único de saúde (Ministério da Saúde – Brasil, 2024). **Objetivos:** Revisar a literatura sobre ITU em gestantes de alto risco, avaliando sua prevalência, fatores de risco, diagnóstico e tratamento. **Metodologia:** Revisão sistemática de artigos publicados nos últimos 5 anos em bases de dados (PubMed, Scopus, Lilacs) utilizando palavras-chave: "infecção do trato urinário", "gestantes de alto risco", "prevalência", "diagnóstico", "sumário de urina". Foram incluídos estudos clínicos e revisões sistemáticas. **Resultados:** A prevalência de ITU em gestantes de alto risco varia entre 10 – 40% e tem como principais fatores de risco: Diabetes Gestacional, Obesidade, História Prévia de ITU, Hipertensão Arterial, dentre outros. O Diagnóstico é baseado em exame clínico e testes laboratoriais, incluindo o sumário de urina e urocultura. A Antibioticoterapia é eficaz, mas deve ser cuidadosamente selecionado para minimizar efeitos adversos ao feto. **Conclusões:** A ITU em gestantes de alto risco é uma condição importante a ser investigada e tratada precocemente visando minimizar complicações ao feto. A vigilância ativa e o tratamento adequado podem reduzir significativamente a morbidade materna e fetal.

Palavras-Chave: Infecção do Trato Urinário, Gestante de Alto Risco, Prevalência, Diagnóstico, Sumário de Urina.

IMPORTÂNCIA DOS MARCADORES BIOQUÍMICOS NO DIAGNÓSTICO DO INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

Erika Siomar da Silva Torres¹, Gerliane Dias de Lima², Jeane Maria de Souza³, Marcos Victor do Nascimento Silva⁴, Elton Max Nascimento do Egito⁵

¹ Graduanda do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Graduanda do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

³ Graduanda do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Graduando do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Doutor em inovação terapêutica pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Introdução: O infarto agudo do miocárdio (IAM) está incluído como uma das principais doenças que causam prejuízos no sistema cardiovascular mediante a isquemia, assim ocorre obstrução da passagem de oxigênio nas artérias coronárias e consequentemente a morte das células por necrose, além disso ocorre também o aumento do teor plástico de enzimas que são consideradas relevantes para o diagnóstico do IAM. Indivíduos de várias faixas etárias podem ser afetados pela doença, no entanto indivíduos com idade acima dos 30 anos são os mais afetados. Um diagnóstico preciso e rápido é fundamental para garantir que o paciente seja tratado precocemente afim de minimizar os riscos à saúde da pessoa acometida com a doença. **Objetivo:** Descrever os principais marcadores bioquímicos utilizados para o diagnóstico do infarto agudo do miocárdio. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura do tipo narrativa descritiva, utilizando busca eletrônica da literatura nas bases de dados: SciELO, MEDLINE e PubMed. Os descritores utilizados foram: infarto agudo do miocárdio, marcadores cardíacos, diagnóstico laboratorial. **Resultados:** Os principais marcadores bioquímicos utilizados para o diagnóstico do IAM citados na literatura foram: Lactato desidrogenase, creatinoquinase fração MB (CK-MB), creatinoquinase (CK-Total), mioglobina e troponinas. Dentre os biomarcadores considerados padrão ouro para o diagnóstico do IAM, estão as troponinas T e I e sua concentração sérica está diretamente proporcional ao dano cardíaco, ou seja, quanto maior for a concentração no sangue, maior foi o grau de lesão isquêmica. A presença predominante no músculo cardíaco e esquelético, torna

a mioglobina outro importante biomarcador de injúria cardíaca. **Conclusão:** Os marcadores bioquímicos são essenciais no diagnóstico de IAM, permitindo intervenções terapêuticas oportunas e melhorando o prognóstico do paciente. Os achados laboratoriais em conjunto com os achados clínicos, tornam o diagnóstico mais preciso e seguro.

Palavras-Chave: Infarto agudo do miocárdio; Marcadores cardíacos; Diagnóstico laboratorial.

IMPORTÂNCIA DO SUMÁRIO DE URINA NA INVESTIGAÇÃO DE DOENÇAS RENAIIS.

Allana Maria de Oliveira Gonçalves¹, Bruna Maria Dias de Lemos França¹,
Gildelânia de França Monteiro¹, Luana Kamilla do Nascimento¹, Elton Max
Nascimento do Egito²

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil.

Introdução: O sumário de urina é um exame laboratorial amplamente utilizado na prática clínica, constituído por três etapas: análise física, bioquímica e sedimentoscopia. A urinálise pode ser utilizada como subsídio diagnóstico de diversas doenças renais, incluindo glomerulonefrite, infecção do trato urinário (ITU), insuficiência renal aguda (IRA) e crônica. A Confederação Europeia de Medicina Laboratorial indica que o exame de urina deve ser requerido somente quando houver uma indicação clínica (Aspevall *et al.*, 2001; Kouri & Makkonen, 2015). **Objetivos:** Apresentar as etapas para realização do exame sumário de urina e demonstrar a importância desse exame para o diagnóstico de doenças renais. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão de literatura do tipo integrativa, nas seguintes bases de dados: LILACS, SCIELO e PubMed, utilizando as seguintes palavras chaves: “Urinálise”, “Sumário de Urina”, “Doença Renal”. **Resultados:** Para se estabelecer o diagnóstico hematúria e ITU, o exame de urina é considerado relevante na pediatria (Chen *et al.*, 2017), visto que os recém-nascidos possuem uma alta prevalência de ITU (William *et al.*, 2010; Lo *et al.*, 2018).

Apesar de apenas algumas bactérias Gram-negativas serem capazes de reduzir nitrato a nitrito, a presença deste composto e da esterase leucocitária na urina pode indicar ITU (Nóbrega *et al.*, 2019) e, ambos os compostos podem ser detectados na análise bioquímica do exame. A sedimentoscopia urinária demonstra ser de fundamental importância na detecção de elementos figurados na urina, tais como células, cilindros, cristais, gotículas de gordura e microorganismos como bactérias e fungos (FOGAZZI & GARIGALI, 2016; KOCH & ANDRIOLO 2010), úteis para o diagnóstico de diversas infecções bacterianas e fúngicas do trato urinário. **Conclusões:** Alterações no exame sumário de urina

demonstra ser um importante preditor de doenças renais. O exame apresenta baixo custo de execução e pode subsidiar um diagnóstico preciso e rápido, melhorando significativamente o prognóstico do paciente.

Palavras-Chave: Urinálise, Doença Renal, Infecção do Trato Urinário, Sumário de Urina.

IMPORTÂNCIA DO MONITORAMENTO SÉRICO DO SÓDIO E POTÁSSIO EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA RENAL.

Gleyce Kelly Maria Pereira ¹, Pedro Henrique Rodrafe de Oliveira ², Sabrina Emilyly Maria da Silva³, Elton Max Nascimento do Egito ⁴.

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil.

Introdução: O sódio e o potássio são eletrólitos que desempenham um papel fundamental no equilíbrio eletrolítico e na homeostase do organismo. Os mesmos são filtrados através do glomérulo, assim sendo, importantes marcadores utilizados para avaliação de função glomerular. A insuficiência renal (IR) é uma condição que afeta a homeostase eletrolítica, especialmente os níveis de sódio e potássio séricos. Segundo dados da sociedade Brasileira de Nefrologia, a prevalência de doença renal crônica no mundo é de 7,2% para pacientes acima de 30 anos. No Brasil, a estimativa é de que mais de 10 milhões de pessoas tenham a doença. **Objetivos:** Revisar a literatura sobre a importância do monitoramento sérico do sódio e potássio em pacientes com insuficiência renal. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura utilizando as bases de dados eletrônicas Google Scholar, Scielo e Pubmed, por meio das seguintes palavras-chave “Sódio sérico”, “Potássio Sérico”, e “Insuficiência renal”. **Resultados:** Os rins desempenham papel fundamental no balanço de água e eletrólitos. O monitoramento de Sódio e Potássio é crucial para prevenir casos graves de hiponatremia e hipercalemia, otimizar o tratamento medicamentoso, além de ajustar a dose de diuréticos. Altos níveis de potássio sérico pode levar o paciente a arritmias cardíacas e morte súbita. Casos severos de hiponatremia podem levar o paciente ao coma com um pior prognóstico. **Conclusões:** O monitoramento regular dos níveis de sódio e potássio sérico contribuem para gerenciar pacientes com IR, prevenindo complicações e melhorando a qualidade de vida do paciente. A colaboração entre nefrologistas clínicos e farmacêuticos é essencial visando um melhor prognóstico aos pacientes com IR.

Palavras-Chave: Sódio sérico, Potássio sérico, Insuficiência renal.

Importância do Controle de Qualidade em Bioquímica Clínica: Uma Revisão Bibliográfica

Fernanda Costa de Oliveira ¹, Elton Max Nascimento do Egito ².

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.;

Introdução: Os laboratórios de análises clínicas são fundamentais para o sistema de saúde, contribuindo para a detecção precoce de doenças, diagnóstico preciso e tratamento eficaz. Com técnicas avançadas e processos bem estabelecidos, esses laboratórios fornecem resultados confiáveis que ajudam os médicos a tomar decisões importantes sobre o tratamento e o prognóstico de seus pacientes. **Objetivo:** Avaliar a importância do controle de qualidade no departamento de Bioquímica Clínica e investigar os possíveis prejuízos trazidos pela não padronização de métodos. **Métodos:** Para levantamento dos dados científicos foi utilizado as seguintes palavras chaves: “Controle de qualidade”, “Bioquímica Clínica” e “Gestão Laboratorial”. Foram selecionados artigos com informações oriundas de produções científicas publicadas de 2014 a 2024, no idioma português, indexadas na base de dados da PUBMED, GOOGLE SCHOLAR e SCIELO. **Resultados:** O controle de qualidade é essencial no departamento de Bioquímica Clínica para assegurar a exatidão e confiabilidade dos resultados, fundamentais para decisões terapêuticas precisas. Isso é alcançado por meio de Auditoria interna e externa, programas de controle da qualidade contínuos e verificação de parâmetros críticos. Quando não implementado a gestão da qualidade no departamento de Bioquímica Clínica, podem ocorrer erros de calibração, contaminação de amostras, uso de reagentes deteriorados, falhas no processo analítico, dentre outros, que influenciam diretamente no resultado do exame. **Conclusão:** Embora haja uma transformação tecnológica ocorrida no meio laboratorial, os

erros ainda acontecem. A principal fonte de erros continua sendo oriunda da atuação do ser humano, o que reforça a necessidade da implantação dos controles de qualidade nas diferentes fases da análise laboratorial com o objetivo de diminuir essa interferência, diminuindo custos oriundos de retrabalhos e, conseqüentemente, aumentando a credibilidade do serviço, melhorando a precisão diagnóstica e a segurança paciente.

Palavras chaves: Controle de Qualidade, Bioquímica Clínica e Gestão Laboratorial.

IMPACTOS DA AUTOMEDICAÇÃO EM IDOSOS NO BRASIL

Marcos Antonio jeronimo Pereira¹, Crislayne Salustiano Dias², Maria Clara do Nascimento Silva³, Maria Eduarda Laurindo Evangelista⁴, Moara Targino da Silva⁵

¹Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

²Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

RESUMO

Introdução: A automedicação é o uso de medicamentos sem prescrição ou orientação médica, com o objetivo de tratar ou aliviar sintomas de forma independente. Em análise a isso, estudos indicam que idosos entre 60 e 66 anos são os que mais tendem a automedicar-se, devido à prevalência de doenças crônicas e à vulnerabilidade a infecções. **Objetivo:** Este trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre o impacto da automedicação em idosos no Brasil, destacando quais malefícios essa prática traz. **Metodologia:** Foi elaborada uma revisão de literatura, com pesquisa em bases bibliográficas, visando identificar conceitos relevantes ao tema estudado. Como fontes de pesquisa, foram utilizados artigos de bases como: Brazilian Journal of Development, Google Scholar, Scielo e Revista Foco. A busca foi realizada utilizando as palavras-chave: “automedicação”, “idosos” e “Brasil”. **Resultados:** Estudos indicam que a automedicação é um hábito frequente entre os idosos, devido ao acesso facilitado aos medicamentos sem receita médica e do desconhecimento dos riscos. Muitos idosos recorrem à automedicação como uma alternativa rápida para tratar sintomas menores ou crônicos, sem considerar os efeitos colaterais. Contudo, essa conduta traz vários perigos, como a chance de intoxicações e reações adversas, além que o uso indiscriminado de antibióticos, pode favorecer o surgimento de resistência bacteriana, assim prejudicando a efetividade dos tratamentos para infecções. **Conclusão:** Embora seja um risco para a saúde, a automedicação ainda é uma prática comum entre os idosos. O uso regular de medicamentos exige uma avaliação contínua dos riscos à saúde, especialmente em relação a intoxicações e reações negativas. Em consequência, é fundamental que ações de saúde pública promovam a educação e o

acompanhamento contínuo dessa população. Profissionais de saúde, como farmacêuticos e médicos, desempenham um papel importante orientando o uso correto de medicamentos e alertando sobre os riscos da automedicação.

Palavras-chave: “automedicação”; “idosos” e “Brasil”

IMPACTO DAS DOENÇAS PARASITÁRIAS NA SAÚDE BUCAL: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Thália Maria de Sousa¹, Amanda Gabrielli Silva Moura², Jeane Flávia Oliveira Barros de Inturias³, Laíssa Vieira de Souza⁴, Maria Eduarda Monteiro de Andrade, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁶

¹ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

² Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

³ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁶ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

Introdução: As sociedades de consumo vêm produzindo enormes desigualdades sociais, o que contribuiu para que uma parcela da população passasse a viver nas ruas. Dentre as diversas necessidades das pessoas em situações de rua, problemas relacionados à saúde bucal são os mais frequentes. As doenças parasitárias estão diretamente relacionadas às situações de vulnerabilidade social e podem também acometer a cavidade oral. **Objetivo:** Avaliar o impacto das doenças parasitárias em condições de saúde bucal analisando a relação entre vulnerabilidade social e saúde bucal. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, foi efetuada a pesquisa científica nas bases de dados da SciELO, PubMed e BVS no idioma Português e Inglês com o lapso temporal entre 2018 e 2024 e foram excluídos estudos secundários. **Resultados:** Os protozoários na cavidade bucal não estão livremente distribuídos e sim restritos aos acúmulos de placa dental, ou seja, é muito comum que o índice de parasitoses aumente em populações mais vulneráveis devido ao déficit de higiene oral. Ademais, a presença de protozoários na cavidade bucal está associada a condições de vida da população, saneamento básico, moradia adequada, água potável e nível de instrução social. A saúde bucal comprometida por parasitas também pode resultar em dores e desconforto, dificultando a alimentação e a higiene bucal, criando um ciclo vicioso que agrava a condição de saúde do paciente. Políticas públicas, orientações de saúde bucal e promoção em saúde são de extrema importância para evitar a instalação de protozoários na cavidade oral. **Conclusão:** A inter-relação entre parasitoses e saúde bucal destaca a importância de uma abordagem integrada para garantir o bem-estar geral visando reduzir desigualdades, melhorando não só a saúde bucal mas também a qualidade de vida.

Palavras-Chave: Parasitologia; Saúde Bucal; Vulnerabilidade.

HEMOGLOBINA GLICADA (HbA1c) COMO MARCADOR PADRÃO OURO NO DIAGNÓSTICO DE DIABETES MELLITUS

Joelma Maria da Silva Lima¹, Camila Renata da Silva², João Victor da Silva Beltrão³, Tamyres Luana Lima Da Silva⁴, Elton Max Nascimento do Egito⁵

^{1,2,3,4} Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FASIT, Nazaré da Mata – PE, Brasil,

⁵ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil.

Introdução: O diabetes mellitus (DM) caracteriza-se por um grupo heterogêneo de distúrbios metabólicos, decorrente da falta de insulina e/ou da incapacidade da insulina em exercer adequadamente seus efeitos, resultando na hiperglicemia, que persistentemente elevada são danosos ao organismo. Classicamente, o diagnóstico de DM é através de exames laboratoriais, como, Glicemia em Jejum e o Teste Oral de Tolerância à Glicose. Outro exame que se destaca é a dosagem da Hemoglobina Glicada (HbA1C), que tem grande importância na avaliação do nível de controle do DM, sendo indicada para todos os portadores de diabetes. **Objetivo:** Revisar a literatura sobre HbA1c como marcador de DM, avaliando sua eficácia, vantagens e limitações. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica produzida a partir da análise de artigos científicos, publicados de 2020 e 2024. A pesquisa foi realizada nos bancos de dados BVS, SciELO e LILACS, utilizando as palavras-chave: “Biomarcadores”, “Diagnóstico” e “Diabetes Mellitus”. **Resultados:** Dos métodos de avaliação da DM, a Hemoglobina Glicada que é resultado de uma reação não enzimática entre a glicose e a proteína hemoglobina apresenta algumas vantagens. Sua dosagem não requer jejum e o diagnóstico de DM é dado em pacientes que apresentam concentração igual ou acima de 6,5%. Em sua análise ela representa uma média glicêmica no período de 60 a 90 dias que antecedem a coleta de sangue para o exame. Entretanto, ela pode ser influenciada por condições hematológicas e não é indicada para pacientes com doença renal crônica. **Conclusão:** Estudos mostram o potencial e algumas vantagens no exame de hemoglobina glicada no diagnóstico e monitoramento de DM. No entanto, é importante considerar suas limitações e utilizarem conjunto com outros parâmetros clínicos.

Palavras-Chave: Biomarcadores; Diagnóstico; Diabetes Mellitus, Hemoglobina Glicada.

FLUXO DIGITAL NA ODONTOLOGIA: BENEFÍCIOS E IMPACTOS NA PRÁTICA CLÍNICA.

Maria Eduarda Lopes de Souza Santos¹, Brenda Maria Andrade da Paz², Josafá Bernardo Lima Filho³, Carmem Gabriela Barbosa de Moura⁴, Douglas Felipe de Lima e Silva⁵, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁶

¹ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

⁵ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

⁶ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: A odontologia digital tem transformado a prática clínica ao incorporar tecnologias avançadas, como scanners intraorais, software de planejamento e impressoras 3D. Esse fluxo digital permite maior precisão, rapidez e conforto no atendimento, desde o diagnóstico até a produção de próteses e guias cirúrgicos. Sua adoção vem crescendo rapidamente, otimizando processos e melhorando os resultados para os pacientes através da tecnologia odontológica. **Objetivo:** Este estudo busca revisar a literatura sobre o impacto da utilização do fluxo digital na odontologia, avaliando sua eficácia e benefícios em comparação aos métodos convencionais. **Metodologia:** Foram selecionados artigos encontrados nas bases de dados indexadas como o PubMed, Scielo, e Lilacs, no idioma Português e Inglês com o lapso temporal entre 2020 e 2024 e foram excluídos estudos secundários. **Resultados:** A revisão demonstra que o fluxo digital oferece vantagens significativas em termos de precisão e previsibilidade dos tratamentos. O uso de scanners intraorais, por exemplo, melhora a qualidade das moldagens e reduz o desconforto dos pacientes, enquanto o planejamento digital facilita a comunicação com o laboratório e aumenta a precisão nas próteses e dispositivos. A impressão 3D agiliza o processo de confecção de próteses, permitindo um atendimento mais rápido e personalizado. Além disso, o fluxo digital favorece o armazenamento de dados dos pacientes, facilitando o acompanhamento e possíveis ajustes futuros. **Conclusão:** A utilização do fluxo digital na odontologia promove um avanço significativo na prática clínica, proporcionando maior precisão, conforto e eficiência nos tratamentos. A tecnologia digital não apenas melhora a experiência do paciente, mas também simplifica a comunicação entre dentistas e técnicos de laboratório, resultando em próteses e dispositivos de melhor qualidade. Com a contínua evolução dessas tecnologias, o fluxo digital tende a se consolidar como um padrão de excelência no atendimento odontológico.

Palavras-chave: Tecnologia odontológica; Prótese; Tecnologia digital.

FATORES QUE INFLUENCIAM A COLETA E ANÁLISE DO EXAME DE URINA.

Breno Moraes de Oliveira ¹, Natália Karoline Silva de Souza ², Michele Maria do Nascimento ³, Kaio Wilber Domingos Pereira ⁴, João Mateus de Oliveira Rodrigues ⁵, Elton Max Nascimento do Egito ⁶.

¹ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁵ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁶ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.;

Introdução: A análise do sumário de urina é de grande relevância para auxiliar no diagnóstico e acompanhamento de distintas patologias. Os principais interferentes na análise do sedimento urinário são a contaminação da coleta ou a falta de experiência do analista, mostrando o quanto é importante a coleta adequada do material a ser examinado. O erro na etapa pré-analítica varia desde o descuido e a falta de orientação ao paciente, até a ausência de entendimento sobre boas práticas em laboratório, bem como treinamento ineficiente (Pimenta Dz, 2016). **Objetivos:** Identificar as possíveis condutas pré-analíticas que podem acabar influenciando nos resultados do exame sumário de urina. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão de literatura do tipo integrativa, nas seguintes bases de dados: GOOGLE ACADÊMICO, PUBMED e SCIELO, utilizando as seguintes palavras chaves: “Fase Pré-Analítica”, “Sumário de Urina”, “Condutas que afetam”. **Resultados:** Em estudo com uma população de 246 pacientes, desses 202 (82,1%) eram do sexo feminino enquanto apenas 44 (17,9%) pertenciam ao sexo masculino, foi avaliada a metodologia de coleta da amostra biológica. 235 (95,5%) afirmaram que coletaram a primeira amostra da manhã, sendo 232 (94,3%) em seu domicílio, já considerando os outros 11 (4,47%) confirmam ter colhido a urina a partir do segundo jato. Em relação ao conhecimento sobre o exame, 138 (56,1%) dos participantes afirmaram possuí-lo, porém 174 (70,7%)

relataram não ter sido orientados previamente à coleta do exame. Daqueles que receberam orientações, 33 (45,8%) foram informados pelo médico de como deveria ser coletada a amostra de urina. **Conclusões:** As orientações fornecidas aos pacientes para coleta de amostra de urina são cruciais para garantir a precisão e a confiabilidade dos resultados dos exames de urina, pois previne contaminações, passa segurança ao paciente além de economizar recursos e tempo, favorecendo um diagnóstico mais rápido.

Palavras-Chave: Urinálise, Fase Pré-Analítica, Erros na Coleta, Sumário de Urina.

ESTOMATITE PROTÉTICA: CAUSAS, PREVENÇÃO E TRATAMENTO PARA USUÁRIOS DE PRÓTESES DENTÁRIAS.

Brenda Maria Andrade da Paz¹, Douglas Felipe Lima e Silva², Jéssica da Silva Cunha³, Josafá Bernardo Lima Filho⁴, Maria Eduarda Lopes de Souza Santos⁵, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁶

¹ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: brendaandradeb989@gmail.com;

² Docente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: douglasfls123@gmail.com;

³ Docente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: jc.odonto.2018@gmail.com;

⁴ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: josafabernardo019@gmail.com;

⁵ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: meduardalopes1903@gmail.com;

⁶ Docente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: dra.alinersantos@gmail.com;

Introdução: A estomatite protética é uma condição inflamatória comum entre usuários de próteses dentárias, caracterizada por vermelhidão e desconforto na mucosa bucal em contato com a prótese. A condição é geralmente assintomática, mas em alguns casos pode causar dor, ardor e inchaço. Sua etiologia é multifatorial, envolvendo má higiene da prótese, o uso prolongado sem remoção, fatores imunológicos e a presença do fungo *Candida albicans*. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo revisar a literatura sobre a estomatite protética, abordando suas causas, métodos de prevenção, e opções de tratamento, visando informar práticas eficazes para reduzir a incidência e promover o bem-estar dos pacientes. **Metodologia:** Foram selecionados artigos encontrados nas bases de dados indexadas como o PubMed, Scielo, e Lilacs no idioma Português e Inglês com o lapso temporal entre 2019 e 2024 e foram excluídos estudos secundários. **Resultados:** A literatura indica que a estomatite protética está fortemente associada à colonização por *Candida albicans*, que prospera em ambientes úmidos e ricos em nutrientes, como a superfície da prótese. Medidas preventivas, como a higiene adequada da prótese, seu uso intermitente (removendo-a durante o sono), e a desinfecção regular são eficazes para reduzir o risco da condição. O tratamento geralmente inclui antifúngicos tópicos, ajuste da prótese para evitar traumas, e a orientação ao paciente sobre a importância de uma boa higiene bucal. **Conclusão:** A estomatite protética é uma condição comum e, muitas vezes, prevenível. A combinação de práticas de higiene adequadas, orientações sobre o uso correto das próteses e, quando necessário, o uso de agentes antifúngicos é eficaz no

controle e tratamento. A conscientização dos pacientes e o acompanhamento regular por parte dos profissionais de saúde bucal são essenciais para evitar a recorrência e garantir o conforto e saúde da mucosa bucal dos usuários de próteses.

Palavras-Chave: Estomatite; Candida albicans; Prótese dentária; Antifúngicos.

Eixo temático: Ciências Biológicas e da Saúde.

DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA ESQUIZOFRENIA

Júlia Beatriz Gomes de Araújo Soares¹, Josafá Zózimo Gonçalves¹, Nicole de Sousa Cunha Lima², Renan Pires Maia³

¹ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Médica pela UFCG com residência médica em psiquiatria pelo hospital Juliano Moreira - Salvador – BA. CRM PB 9352; RQE 7481.

³ Orientador. Psicólogo pela UFPB, especialista em Psicologia Analítica (FACEMINAS), mestre em Filosofia (UFPB) e Professor na Faculdade Santíssima Trindade;

Introdução: A esquizofrenia, categorizada com o CID F20.9, é uma psicose caracterizada, segundo o DSM-5, com sintomas como delírios, alucinações, discurso desorganizado, comportamento desorganizado e catatônico, sintomas negativos e outros. Enquanto psicose, caracteriza-se pela perda de contato com a realidade, falta de compreensão do próprio comportamento e comportamento potencialmente arriscado para si ou para outros. **Objetivo:** Explorar como se dá o processo diagnóstico e o tratamento da esquizofrenia. **Metodologia:** De tipo bibliográfica de revisão narrativa, centrando-se em materiais como o *DSM-5*, a obra *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*, de Dalgalarondo (2018) e outros complementares. **Resultados e discussão:** O diagnóstico baseia-se na sintomatologia apresentada, utilizando-se de informações obtidas através de uma acurada anamnese e exame psíquico. A sintomatologia é avaliada tomando-se como referência os critérios diagnósticos dispostos no *DSM-5*, que incluem aqueles acima mencionados e outros. Por tratar-se de um diagnóstico de exclusão, antes do diagnóstico, é recomendável que sejam descartadas outros possíveis fatores orgânicos que possam justificar os sintomas, tais como: Psicoses induzidas por uso de substâncias, quadros demenciais, hipertireoidismo, tumores cerebrais, entre outros. Alguns testes padronizados, como a *Escala de Avaliação Psiquiátrica Breve* (BPRS) e a *Escala de Síndrome Positiva e Negativa* (PANSS), também podem ser utilizados para apoio ao diagnóstico ou monitoramento dos sintomas. O tratamento da esquizofrenia inclui intervenções farmacológicas, com uso de antipsicóticos típicos e atípicos e intervenções psicossociais. A Eletroconvulsoterapia (ECT) também pode ser utilizada nos casos refratários. A longo prazo, mantendo-se tratamento adequado e remissão dos sintomas, é possível manter uma boa funcionalidade e melhorar significativamente o prognóstico da doença. **Conclusão:** Conclui-se que o diagnóstico centra-se na análise dos sintomas e da exclusão de outros possíveis fatores explicativos; e que o tratamento centra-se sobretudo na farmacoterapia aliada a intervenções psicossociais com vistas à redução dos sintomas e da funcionalidade do indivíduo.

Palavras-Chave: Esquizofrenia; Diagnóstico; Tratamento.

CONCENTRAÇÃO DE PROTEÍNAS NA URINA DE INDIVÍDUOS NORMAIS.

Kaio Wilber Domingos Pereira ¹, Breno Moraes de Oliveira ², Michele Maria do Nascimento ³, Natália Karoline Silva de Souza ⁴, João Mateus de Oliveira Rodrigues ⁵, Elton Max Nascimento do Egito ⁶.

¹ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁵ Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁶ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE, Brasil.;

Introdução: A determinação dos valores normais de concentração de proteínas em amostras de urina aleatórias é fundamental para diferenciar entre a proteinúria normal e elevações discretas que podem indicar lesões renais iniciais. Esses aumentos muitas vezes não são detectados por métodos tradicionais de exame laboratorial, como o uso de ácido acético ou fitas de teste. **Objetivos:** Servir como dados de comparação na detecção de pequenas elevações na concentração de proteína urinária, que possuem importância clínica e epidemiológica. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão de literatura do tipo integrativa, nas seguintes bases de dados: ACADÊMICO e SCIELO, utilizando as seguintes palavras chaves: “Proteínas”, “Sumário de Urina”, “Concentração”. **Resultados:** Em um estudo com 62 indivíduos, os homens (n = 32) apresentaram uma concentração média de proteínas urinárias de $6,2 \pm 3,2$ mg% (variando de 2,0 a 13,7 mg%), enquanto as mulheres (n = 30) tiveram média de $6,0 \pm 3,2$ mg% (variando de 2,0 a 14,5 mg%). Observou-se presença de vestígios de proteínas em 5% dos pacientes, e 2 apresentaram proteinúria de 1+ pelo método semiquantitativo. Além disso, um indivíduo fora do grupo apresentou proteinúria de 68 mg%, confirmada como ortostática. **Conclusões:** A análise da concentração de proteínas na urina de homens e mulheres revelou valores médios semelhantes, com uma pequena variação entre os gêneros. A detecção de vestígios de proteínas em 5% dos pacientes e a ocorrência de

proteinúria em alguns casos indicam a importância de monitorar essas concentrações para identificar possíveis problemas renais. Esses dados são cruciais para melhorar o diagnóstico precoce de condições renais e orientar intervenções clínicas adequadas.

Palavras-Chave: *Concentração, Sumário de Urina, Proteínas, Urinálise.*

COMPONENTES E IMPORTÂNCIA DA FASE PRÉ – ANALÍTICA EM URINÁLISE

**Luana Kamilla do Nascimento ¹, Bruna Maria Dias de Lemos França ¹,
Gildelania de França Monteiro ¹, Allana Maria de Oliveira Gonçalves ¹,
Elton Max Nascimento do Egito ²**

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.

Introdução: A urinálise, ou exame de rotina de urina, é o teste diagnóstico dos mais frequentes na execução dos exames cotidianos no Laboratório Clínico. Como as amostras de urina são colhidas pelo próprio paciente, a urinálise está altamente susceptível a erros pré-analíticos. Considerando que cerca de 30 a 75% de todos os erros em um laboratório ocorrem nos processos pré-analíticos, faz-se necessário implementar medidas que assegurem a qualidade dos exames realizados. **Objetivos:** Identificar os principais erros observados na fase Pré-Analítica em Urinálise e avaliar seus impactos nos laudos emitidos. **Metodologia:** Foi realizado uma revisão de literatura do tipo narrativa entre o período de agosto à outubro de 2024, através das bases de dados: LILACS, SCIELO e PubMed, utilizando as seguintes palavras chaves: “Urinálise”, “Fase Pré-Analítica”, “Urina”. Foram selecionados artigos publicados entre os anos de 2010 à 2024. **Resultados:** A fase Pré-Analítica em Urinálise envolve a solicitação médica, coleta e transporte da urina para o laboratório, recebimento da amostra por parte do laboratório e processamento da amostra biológica. A variabilidade em que as amostras de urina são colhidas – onde, como e por quem – resulta em uma grande possibilidade de erros pré-analíticos. Amostras sem conservantes e não refrigeradas devem ser processadas em até 2 horas após a coleta para evitar a quebra de hemácias e piócitos e a intensa multiplicação bacteriana. Variações na velocidade e no tempo de centrifugação podem interferir na análise do sedimento, uma vez que este procedimento pode lisar 20 a 80% das hemácias e piócitos. **Conclusões:** Em urinálise, a fase pré-analítica apresenta importantes componentes que devem ser respeitados visando minimizar erros nos resultados e, conseqüentemente, prejuízos aos pacientes.

Palavras-Chave: Urinálise, Urina, Fase Pré-Analítica.

ABORDAGENS TERAPÊUTICAS DA ANEMIA PERNICIOSA EM PACIENTES PEDIÁTRICOS

Gerliane Dias de Lima¹, Erika Siomar da Silva¹, Jeane Maria de Souza¹, Marcos Victor do Nascimento Silva¹, Luan Araújo Bezerea²

¹ Graduanda do curso de farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Doutor em Medicina tropical pela Universidade Federal de Pernambuco

Introdução: A anemia perniciosa é uma patologia causada pela deficiência de vitamina B12 por causa de anticorpos que modificam sua absorção. A vitamina B12 tem participação no processo de produção das hemácias (Eritropoiese) e portanto a falta desse composto pode ocasionar uma baixa produção de eritrócitos, assim a anemia se estabelece causando os sintomas característicos da doença como fraqueza e falta de apetite. O diagnóstico pode ser realizado pela dosagem dos níveis séricos totais de cobalamina. **Objetivo:** O estudo objetivou analisar os principais métodos utilizados no tratamento da anemia perniciosa em pacientes pediátricos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica que busca demonstrar os principais métodos utilizados no tratamento do quadro, objetivando garantir uma maior elucidação das formas de tratamento dessa patologia. As buscas foram realizadas por meio de pesquisas nas bases de dados PubMed Central (PMC) utilizando os descritores: “Anemia perniciosa”, “tratamento”, “pacientes pediátricos”. **Resultados:** Os estudos desmontaram que os principais tratamentos da anemia perniciosa em pacientes pediátricos são: reposição intramuscular da vitamina B12 e reposição por via oral. Tratamento de reposição com vitamina B12 por via intramuscular tem sido o mais usado em bebês, principalmente naqueles que tem deficiência severa em vitamina B12, já o tratamento pra via oral é indicado para crianças com mais idade. **Conclusão:** A anemia perniciosa por ser uma doença que pode causar danos no desenvolvimento físico de bebês e crianças precisa possuir intervenções efetivas para trata-la. A reposição de vitamina B12 tanto pela via oral quanto pela via intramuscular são efetivas e portanto úteis no tratamento da anemia perniciosa.

Palavras-Chave: Anemia perniciosa; Tratamento; Pacientes pediátricos.

ABORDAGENS CONSERVADORAS NO TRATAMENTO DE DISFUNÇÕES TEMPOROMANDIBULARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Maria Eduarda Monteiro de Andrade¹, Amanda Maria Gabrielli Silva Moura², Jeane Flavia Oliveira Barros de Inturias³, Laíssa Vieira de Souza⁴, Thália Maria de Sousa⁵, Jéssica da Silva Cunha⁶

¹ Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail:monteiroeduarda146@gmail

² Estudante do Curso de Odontologia - FAST; amandagmmoura01@gmail.com;

³Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail: jeaneinturias@gmail.com

⁴ Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail: llaissavieira16@gmail.com;

⁵ Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail:thaliasousa966@gmail.com;

⁶ Docente do Curso de Odontologia - FAST; jc.odonto.2018@gmail.com.

Introdução: A articulação temporomandibular é responsável pelos movimentos de rotação, translação e transrotação da mandíbula e por isso, a sua anormalidade é classificada como disfunção temporomandibular (DTM), uma anormalidade dos músculos da mastigação, principalmente o temporal e o masseter, com repercussão clínica de dor intensa pré-auricular. Assim, as evidências científicas têm demonstrado que o tratamento deve ser seguido em um protocolo conservador. **Objetivo:** O estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca de artigos científicos disponibilizados para melhor precisão diagnóstica e manejo clínico ofertado pelos cirurgiões-dentistas. **Metodologia:** A abordagem metodológica foi de caráter quantitativo, de uma revisão de literatura realizada através das bases de dados, Lilacs, SciELO e literatura cinzenta (google acadêmico), no período de 2021 a 2024, utilizando a estratégia PICO. A população acometida são pacientes adultos que apresentam disfunções temporomandibulares. A intervenção: procedimentos odontológicos com dispositivos interoclusais, a comparação entre os estudos não se aplica, e o desfecho: condutas clínicas na articulação temporomandibular. **Resultados:** A estratégia de busca nas bases de dados, evidenciaram que o manejo conservador propõe uma terapêutica das placas interoclusais, visto que protegem os dentes e reduz o estresse na articulação e a longo prazo, ameniza a dor orofacial e promove bem-estar ao paciente. **Conclusão:** Dessa forma, é válido que, abordagens conservadoras na dor orofacial apresenta a modalidade de tratamento mais utilizadas em pacientes com disfunção temporomandibular.

Palavras-Chave: Dor orofacial; Síndrome da articulação temporomandibular; Trismo.

A PROBLEMÁTICA DO APARECIMENTO DE ELEMENTOS SUPRANUMERÁRIOS ERUPCIONADOS OU IMPACTADOS EM PACIENTE ADULTOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jeane Flávia Oliveira Barros de Inturias¹, Amanda Maria Gabrielli Silva Moura², Josafá Bernardo Lima Filho³, Thália Maria de Sousa⁴, Jéssica da Silva Cunha⁵

¹Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail: inturiasjeane@gmail.com.br;

² Estudante do Curso de Odontologia - FAST; amandagmmoura01@gmail.com ;

³Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail: josafabernardo019@gmail.com;

⁴ Estudante do Curso de Odontologia - FAST; E-mail: thaliasousa926@gmail.com;

⁵ Docente do Curso de Oodontologia - FAST; jc.odonto.2018@gmail.com.

Introdução: Os dentes supranumerários são definidos como elementos dentários em excesso com relação ao número de dentes normalmente existentes nas arcadas dentárias, aparecem durante a infância ou vida adulta. Esses dentes podem ocorrer em ambas às dentições, mas são mais frequentes na dentição permanente e na região ântero-superior.

Objetivo: O presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura acerca dos artigos científicos disponibilizados sobre a importância da detecção desses dentes supranumerários pelos cirurgiões dentistas, mostrando a importância de um exame físico intra oral detalhado e quais as condutas mais preconizadas nesses casos.

Metodologia: A pesquisa foi realizada através da busca nas bases de dados, Pubmed, Lilacs e literatura cinzenta (google acadêmico), no período de 2019 a 2024, sem restrição de idioma, utilizando a estratégia PICO. A população são pacientes adultos que apresentam dentes supranumerários em ambas as arcadas dentárias. A intervenção: procedimentos odontológicos realizados, a comparação entre os estudos não se aplica, e o desfecho: são as condutas clínicas/ cirúrgicas realizadas nos dentes supranumerários. **Resultados:** Grande tem sido a problemática sobre a melhor conduta dos dentes supranumerários, pois em alguns casos esses dentes comprometem o espaço dos demais dentes necessitando por vezes serem removidos e quando isso não acontece, se mantêm esse dente realizando a preservação na cavidade oral. **Conclusão:** O diagnóstico correto e precoce da presença de dentes supranumerários é de fundamental importância para melhorar a saúde bucal, garantir o bem estar e a qualidade de vida destes pacientes.

Palavras-Chave: Anormalidades dentárias; Dentes impactados; Arcos dentários.

A INTEGRAÇÃO DA ESPIRITUALIDADE NO CUIDADO PALIATIVO: UMA ABORDAGEM HUMANIZADA.

Maria Grazielly Figueredo de Souza¹, Rute Ivanise da Silva², João Cristovão de Melo Neto³.

Introdução: O cuidado paliativo é a junção de procedimentos que visam melhorar a qualidade de vida dos pacientes e familiares que vivem o peso de doenças sem mais resultados. A integração de métodos espirituais ajuda a ter um tratamento mais efetivo e humanizado, levando mais bem-estar, conforto e sentido à vida. Sendo necessário que profissionais da saúde estejam qualificados para atuar com a virtude de um meio religioso, e levar leveza aos pacientes que na maioria não tem perspectiva de vida. **Objetivo:** Analisar como o apoio espiritual é benéfico no tratamento ao paciente paliativo. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, realizada através do estudo de artigos científicos. Artigos esses encontrados na base de dados Scientific Electronic Library online (SCIELO). Utilizando tais palavras chaves: "Cuidados paliativos" "espiritualidade" "dignidade" **Resultados:** A espiritualidade tem papel importante ao cuidado humanizado, levando aos pacientes mais dignidade e amenizando o sofrimento. A fé e devoção pessoal influenciam diretamente em como os pacientes lidam com a doença, independente do estágio vivido. Existem métodos para serem utilizados no atendimento, como um espaço de reverência, ações como orações, cantar músicas e momentos de reflexão. Ademais, a espiritualidade aproxima as pessoas e leva à humanização, havendo mais compaixão e melhoras na qualidade de vida. **Conclusão:** Com ênfase no que foi abordado é necessário ter um olhar holístico ao paciente, entender que a fé e a religiosidade devem ser preservadas. Os pacientes encontram na fé refúgio e consolo para suas dores psíquicas os profissionais que buscam interagir e colaborar para que esses pacientes tenham seu momento de devoção, demonstram empatia e solidariedade.

Palavras-Chave: Cuidado; Dignidade; Espiritualidade.

A IMPORTÂNCIA DO EXAME QUÍMICO PARA A SEDIMENTOSCOPIA URINÁRIA: FERRAMENTA ESSENCIAL PARA O ANALISTA BIOQUÍMICO.

Gildelania de França Monteiro ¹ Luana Kamilla do Nascimento ², Bruna Maria Dias de Lemos França ³, Allana Maria de Oliveira Gonçalves ⁴, Elton Max Nascimento do Egito ⁵

¹ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

² Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

³ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁴ Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

⁵ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil.

Introdução: O exame sumário de urina se refere a um exame simples e de baixo custo que é realizado em três principais etapas: exame físico, químico e sedimentoscopia. O exame físico apresenta as principais características físicas da urina, como por exemplo cor, odor, aspecto e turbidez. O exame químico, avalia, de forma semiquantitativa, a presença de importantes biomarcadores na urina, como por exemplo: presença de nitrito, bilirrubinas, urobilinogênio, glicose, cetona, sangue, proteínas e leucócitos. A presença prévia desses biomarcadores, favorece uma melhor análise sedimentoscópica pelo analista bioquímico. **Objetivo:** Destacar a importância do exame químico para a análise da sedimentoscopia realizada por analistas bioquímicos. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão sistemática da literatura com artigos publicados entre os anos de 2020 à 2024, utilizando as bases de dados eletrônicas Google Scholar, Scielo e Pubmed, por meio das seguintes palavras-chave: sedimentoscopia urinária, sumário de urina, exame químico urinário. **Resultados:** A presença de nitrito na urina é sugestiva de infecção bacteriana, tendo em vista a capacidade de algumas bactérias converter o nitrato em nitrito por meio de enzimas bacterianas. O excesso de proteína na urina, poderá formar filamentos de muco visíveis durante a sedimentoscopia e isso pode sugerir diversas patologias, infecção do trato urinário. A visualização sedimentoscópica de leucócitos e

eritrócitos só será revelado no exame químico caso a concentração de ambos esteja em demasia na urina. Doenças hepáticas podem revelar presença de urobilinogênio e bilirrubina, durante o exame químico urinário. **Conclusão:** O exame químico é essencial para o analista bioquímico durante a sedimentoscopia, pois fornece informações precisas e completas sobre a urina. A presença de nitrito na urina deve vir, obrigatoriamente, acompanhada de presença de bactérias durante a sedimentoscopia.

Palavras-Chave: Sedimentoscopia Urinária, Sumário de Urina, Exame Químico Urinário.

A drenagem linfática manual no pós-operatório da abdominoplastia

Yolanda de Cássia Cabral de Moura¹; Adrielly Pedro Santos de Oliveira¹, Ana Maria Vieira dos Santos¹, Letícia Maria Moraes Santos¹; Luciana Ângelo Bezerra²

¹Discentes do 4º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

²Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do curso Bacharel em Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade- FAST.

Introdução: A abdominoplastia está no quinto lugar de procedimentos cirúrgicos mais optados em todo o mundo, com o intuito de possuir um corpo mais saudável e harmonioso. Embora seja uma cirurgia segura, ainda pode ocorrer riscos de complicações, sendo eles: dor, hipotermia, náuseas, vômitos e hipoxemia. A drenagem linfática manual é uma abordagem de massagem que utiliza toques leves e pausados, promovendo uma sensação de relaxamento através de pressões sutis e intermitentes que estimulam o sistema linfático. **Objetivo:** Verificar, através de uma revisão de literatura, a utilização da drenagem linfática manual no pós-operatório de abdominoplastia. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada na base de dados: Google Acadêmico. Foram selecionados estudos em português, utilizando os descritores “Drenagem linfática manual”, “pós-operatório”, “abdominoplastia”, “Fisioterapia Dermatofuncional”. **Resultados e discussão:** A revisão foi realizada a partir de cinco artigos científicos entre os anos de 2009 e 2024, que abordam a técnica de drenagem linfática manual (DLM) no pós-operatório. Os resultados encontrados indicam que a DLM é uma intervenção utilizada na Fisioterapia Dermatofuncional e é essencial no pós-operatório da abdominoplastia, onde a sua utilização será recomendada para a recuperação do

tecido. As mãos do fisioterapeuta irão conduzir o procedimento de forma lenta, prevenindo edemas, fibroses, aderências, além da prevenção da retração cicatricial e alívio da dor. **Conclusão:** A DLM visa a obtenção de melhores resultados no processo de pós-operatório, diminuindo hematomas, reduzindo e prevenindo edemas intensos e linfedemas. Apesar dos resultados encontrados, ainda se faz necessário novos estudos com amostras maiores e outros tipos de metodologia que mostrem a eficácia da técnica.

Palavras-chaves: Drenagem linfática manual, pós-operatório, abdominoplastia

UTILIZAÇÃO DO *Hypericum perforatum* L. NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE

Magna Marília Da Silva ¹, Jacilene Maria de Paula Lira¹, Maria de Fátima Rodrigues.²

¹ Discente do curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), Nazaré da Mata - PE;

² Docente do curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), Nazaré da Mata - PE.

Introdução: A *Hypericum perforatum* L. é uma planta medicinal conhecida popularmente por Erva-de-São-João e desde a antiguidade foi utilizada para finalidades analgésicas, sedativas, ansiolítica, bactericida, antifúngicas e de controle de distúrbios psíquicos. Nesse contexto, entre as diversas doenças que acometem o sistema nervoso de um indivíduo, o transtorno de ansiedade destaca-se pelos distúrbios fisiológicos que provoca, sendo designada como doença de alta prevalência, uma vez que atinge milhões de indivíduos por todo o mundo. Simultaneamente ao uso de medicamentos convencionais, o uso de medicamentos fitoterápicos tem sido uma alternativa eficaz no tratamento de transtorno de ansiedade. **Objetivo:** Analisar, com base na literatura científica, os aspectos farmacognósticos, fitoquímicos e terapêuticos do uso da Erva-de-São-João no tratamento de transtorno de ansiedade. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, onde foram selecionados artigos científicos obtidos nas bases de dados do Google Acadêmico, PubMed e SciELO, utilizando o limite temporal de cinco anos. **Resultados:** Estudos indicaram que o extrato hidroalcoólico das partes aéreas do *H. perforatum* é comumente indicado em casos de depressão leve a moderada, além de ser indicado como remédio de transição na descontinuação de fármacos, por não induzir a dependência química como alguns medicamentos. As atividades farmacológicas desta espécie estão relacionadas a presença de compostos bioativos como: a hipericina e a hiperforina, que são capazes de promover a inibição da recaptação de serotonina, noradrenalina e dopamina, provocando a sensação de tranquilidade, modulando o humor. **Conclusão:** Conclui-se que a espécie *H. perforatum*, demonstrou eficácia considerável no tratamento de pacientes com depressão leve a moderada. O tratamento deve ser sempre acompanhado de uma supervisão médica, para que não ocorram interações medicamentosas e não comprometam o tratamento farmacológico, sendo necessário dar continuidade nas investigações sobre seu potencial.

Palavras-Chave: Erva de São- João¹; Ansiedade ²; Compostos bioativos³.

USO DE SELANTES INOMÉRICOS NA PREVENÇÃO DE CÁRIES: BENEFÍCIOS E APLICAÇÕES NA ODONTOLOGIA

Thália Maria de Sousa¹, Amanda Gabrielli Silva Moura², Aline Maria Rodrigues dos Santos³, Douglas Felipe de Lima e Silva⁴, Jéssica da Silva Cunha⁵, Carmem Gabriela Barbosa de Moura⁶

¹ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

² Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

³ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁶ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade.

Introdução: Os selantes ionoméricos são materiais amplamente utilizados na odontologia preventiva para a proteção de dentes susceptíveis à cárie, especialmente em pacientes pediátricos. Esses selantes liberam flúor e possuem adesão química ao esmalte dental, o que os torna eficazes na prevenção de lesões cariosas em superfícies oclusais. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo revisar a literatura sobre a eficácia do uso de selantes ionoméricos na prevenção de cáries, comparando seus benefícios em relação a outros tipos de selantes, como os resinosos. **Metodologia:** Foram selecionados artigos encontrados nas bases de dados indexadas como o PubMed, Scielo, e Lilacs no idioma Português e Inglês com o lapso temporal entre 2020 e 2024 e foram excluídos estudos secundários. **Resultados:** A literatura indica que os selantes ionoméricos têm vantagens importantes, como a liberação contínua de flúor, que auxilia na remineralização do esmalte e oferece proteção prolongada contra cáries. Sua adesão ao dente é facilitada, dispensando o uso de técnicas de isolamento rigorosas, o que é especialmente útil em crianças e em situações onde o controle da umidade é desafiador. No entanto, estudos apontam que, embora eficazes, os selantes ionoméricos apresentam menor durabilidade em comparação com os selantes resinosos, sendo necessário reaplicá-los periodicamente para manter a proteção adequada. **Conclusão:** Os selantes ionoméricos são uma excelente opção para a prevenção de cáries em superfícies dentárias de risco, especialmente em pacientes que necessitam de um procedimento rápido e de fácil aplicação. Apesar de sua menor durabilidade em relação aos selantes resinosos, sua capacidade de liberação de flúor e adesão facilitada fazem com que sejam preferidos em determinados contextos clínicos. A escolha do selante deve considerar fatores como a idade do paciente, o risco de cárie e as condições de aplicação, visando a proteção eficaz e a saúde bucal a longo prazo.

Palavras-Chave: Selantes dentários; Cárie dentária; Flúor.

TRATAMENTO FARMACOLÓGICO DA OBESIDADE

Fernanda Lays Martins da Silva¹, Maria Luisa Calvalcanti da M. M. de Araújo², Maria Vitória de Albuquerque e Silva³, Dário Cesar César de Oliveira Conceição⁴, Moara Targino da Silva⁵

¹Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade -FAST;

²Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade -FAST;

³Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade -FAST;

⁴Docente da Faculdade Santíssima Trindade – FAST;

⁵Docente da Faculdade Santíssima Trindade -FAST.

Introdução: A obesidade é uma doença crônica e multifatorial que representa um desafio crescente na saúde pública global, associada a condições graves, como hipertensão e diabetes tipo 2. Em nosso país, mais da metade da população adulta, ou seja, 56,9%, encontra-se com excesso de peso. Com o aumento de casos e o reconhecimento da obesidade como epidemia, torna-se urgente desenvolver tratamentos eficazes e seguros. O tratamento farmacológico, embora controverso no passado devido ao uso inadequado e prescrição indiscriminada, vem sendo reavaliado. Novas abordagens agora propõem o uso prolongado e seguro de medicações anti-obesidade, complementando intervenções no estilo de vida. **Objetivo:** Analisar as abordagens farmacológicas no tratamento da obesidade, avaliando a eficácia, segurança e papel dos medicamentos anti-obesidade como complemento a intervenções como dieta e atividade física, e oferecendo um panorama atualizado sobre essa condição crônica. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através de bases do portal de periódicos CAPES, nas revistas PubMed, Scielo e Cochrane Library, publicadas entre os anos 2020 a 2024. **Resultados:** De acordo com resultados mostrados na literatura, o tratamento farmacológico da obesidade ajuda na perda de peso e na melhora de condições metabólicas, como glicemia, especialmente com o uso de análogos de GLP-1. Efeitos colaterais exigem supervisão médica, e a combinação com mudanças no estilo de vida demonstrou melhores resultados para um controle sustentável da obesidade. **Conclusão:** Dentre os medicamentos, que encontra-se em testes para auxílio na obesidade, o Ozempic (semaglutida) vem ganhando destaques para tratamento de diabetes mellitus tipo 2, diante dos resultados apresentados para busca de perda de peso.

Palavras-Chave: Farmacológico, Obesidade, Tratamento.

TÉCNICAS DE MANEJO COMPORTAMENTAL NO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO PEDIÁTRICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Amanda Maria Gabrielli Silva Moura¹, Jeane Flávia Oliveira Barros de Inturias², Laíssa Vieira de Souza³, Maria Eduarda Monteiro de Andrade⁴, Thália Maria de Sousa⁵, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁶

¹ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

² Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

³ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

⁶ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade;

Introdução: O cirurgião dentista enfrenta diariamente o desafio de atender pacientes pediátricos que por muitas vezes têm receio do tratamento odontológico. O manejo ao paciente infantil é um aspecto essencial para proporcionar um atendimento eficaz e humanizado. A experiência inicial da criança no ambiente odontológico pode impactar sua percepção e comportamento em consultas futuras, já que esse público pode apresentar ansiedade e medo dificultando o seu tratamento. Dessa forma, técnicas de manejo adequadas ajudam a promover um ambiente acolhedor e seguro, reduzindo o estresse da criança e facilitando o trabalho do profissional. **Objetivo:** O presente estudo teve como objetivo a realização de uma revisão de literatura sobre as principais técnicas de manejo comportamental utilizadas no atendimento odontológico pediátrico, avaliando sua eficácia e impacto no comportamento e conforto das crianças durante o atendimento. **Metodologia:** Foram selecionados artigos encontrados nas bases de dados online como Pubmed, Scielo, Lilacs, publicados nos anos de 2019 a 2024. **Resultados:** A técnica “dizer-mostrar-fazer” se mostrou altamente eficaz com o público infantil, reduzindo o medo por meio da familiarização. Técnicas de comunicação e o reforço positivo, como elogios e recompensas, mostraram-se eficientes quando se trata da redução do medo e melhoria da cooperação das crianças. A distração com tecnologia, incluindo vídeos e música, também reduziu a ansiedade facilitando a execução dos procedimentos, especialmente em tratamentos mais demorados. **Conclusão:** O manejo do paciente pediátrico é fundamental para o sucesso do atendimento odontológico. A técnica dizer-mostrar-fazer não possui nenhuma contraindicação e pode ser utilizada em pacientes em qualquer faixa etária de idade, sendo essa bem aceita pelos profissionais responsáveis e pacientes. A escolha de cada técnica deve ser personalizada, levando em conta o perfil psicológico da criança e a complexidade do tratamento, com o objetivo de garantir uma experiência positiva e segura para o paciente.

Palavras-Chave: Odontopediatria; Técnica; Humanização.

OS EFEITOS DA LIBERAÇÃO MIOFASCIAL NA RECUPERAÇÃO MUSCULAR EM ATLETAS DE ALTA PERFORMANCE

Ian Joaquim do Nascimento Silva¹, Juliana Barbosa da Silva², Maria de Fátima Vieira de Melo Correia², André Teracio Bezerra de Moraes³

¹ Discentes do 6º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

² Discentes do 5º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

³ Fisioterapeuta e Docente do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

Introdução: A prática esportiva frequentemente provoca tensões musculares e miofasciais, que podem limitar a amplitude de movimento e gerar desconforto, especialmente pela dor muscular de início tardio (DOMS). A liberação miofascial (LM), incluindo a autoliberação miofascial (SMR), emergiu como técnica popular para aliviar essas tensões e facilitar a recuperação muscular, especialmente entre atletas e praticantes de exercícios. **Objetivo:** Investigar e avaliar através de revisão na literatura o efeito da técnica de liberação miofascial, particularmente em relação à mobilidade, dor e recuperação muscular, determinando as variáveis que influenciam sua eficácia, como tipos de rolos e intensidade da pressão aplicada. **Métodos:** Os artigos utilizados na pesquisa foram encontrados nas bases de dados Pedro, Lilacs, BVS e PubMed, sem restrição linguística e sem restrição temporal, resultando na seleção de 5 artigos, que avaliaram a aplicação de LM e SMR em diferentes esportes e grupos musculares. As variáveis analisadas incluíram amplitude de movimento (ROM), concentração de lactato e creatina quinase para medir a recuperação pós- exercício e a percepção subjetiva de dor em escalas analógicas. **Resultados:** A Liberação Miofascial mostrou benefícios significativos na redução da dor e rigidez muscular, promovendo uma recuperação mais rápida após exercícios intensos. A SMR com rolos de espuma, especialmente os texturizados, teve efeitos positivos na redução do lactato e da creatina quinase, indicando melhor suporte à recuperação muscular. **Conclusão:** A liberação miofascial e a autoliberação com rolos de espuma são técnicas eficazes para reduzir a dor muscular e melhorar a recuperação e mobilidade em atletas. Apesar dos resultados promissores, ainda há necessidade de mais pesquisas para estabelecer parâmetros ideais de aplicação, incluindo duração e intensidade do tratamento, bem como os tipos de ferramentas mais eficientes para cada necessidade específica de recuperação. **PALAVRAS-CHAVE:** Mobilidade; dor muscular de início tardio; Recuperação; Rigidez muscular.

USO DE FOTOPROTETORES NATURAIS PARA O TRATAMENTO DO CÂNCER DE PELE

Ducicleide Urbano da Silva Evangelista ¹, Jairo Batista Gonçalves Filho², Karla Crisley Bernardo da Silva ³ Maria Clara Leite Silva de Farias ⁴, Priscila Camilly Araújo de Andrade ⁵, Elton Max Nascimento do Egito⁶

^{1,2,3,4,5} Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁶ Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife – PE, Brasil

Introdução: Dentre os métodos que são utilizados na prevenção primária contra o câncer de pele, estão os fotoprotetores, isto é, os protetores e filtros solares, preparações cosméticas de uso tópico, que previnem o contato direto dos raios UV com a pele. Existem três categorias de classificação para os protetores e filtros solares: Os Inorgânicos, que responsáveis por formar uma barreira que reflete os raios solares; Os orgânicos e os filtros naturais, que são capazes de absorver a radiação ultravioleta, tornando-a menos nociva à pele, e são considerados mais seguros e eficientes, quando comparados aos filtros sintéticos. **Objetivo:** Analisar como os fotoprotetores naturais podem contribuir para a diminuição do câncer de pele. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura, onde utilizou-se como fonte de dados artigos publicados em base de dados da LILACS, Scielo e Google Acadêmico, publicados no período de 2008 a 2023, nos idiomas inglês e português. Além disso, foram utilizados os seguintes descritores: “Câncer de Pele”, “Agentes Protetores de Raios Solares”, “Substância Protetora” e “Produtos Naturais”. **Resultados:** A compreensão dos efeitos nocivos da radiação solar UV sobre a pele tem desencadeado inúmeras pesquisas, que buscam avaliar a capacidade dos compostos naturais absorverem a radiação, protegendo assim a pele contra os efeitos deletérios dos raios UV. Dentre esses compostos, os mais encontrados na literatura foram: antocianina, quercetina, apigenina, genisteína, flavonoides, taninos, antraquinonas, alcaloides e polifenóis, os quais apresentaram efeitos anti-inflamatório, anticarcinogênico e antioxidantes e capacidade de proteção contra a radiação UV. **Conclusão:** Conclui-se que, a utilização de agentes fotoprotetores sobre a superfície cutânea é de suma importância, pois integra as ações primárias de prevenção do câncer de pele.

Palavras-Chave: Fotoprotetores naturais; Câncer de pele; Prevenção.

MORDIDA ABERTA ANTERIOR NA DENTIÇÃO DECÍDUA EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES ASSOCIADA A HÁBITOS ORAIS DELETÉRIOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Brenda Maria Andrade da Paz¹, Carmem Gabriela Barbosa de Moura², Josafá Bernardo Lima Filho³, Maria Eduarda Lopes de Souza Santos⁴, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁵

¹ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: brendaandradeb989@gmail.com ;

² Docente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: dra.carmemgabriela@gmail.com ;

³ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: josafabernardo019@gmail.com ;

⁴ Discente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: meduardalopes1903@gmail.com ;

⁵ Docente do curso de Bacharelado em Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade
Email: dra.alinersantos@gmail.com ;

Introdução: A mordida aberta anterior (MAA) é um dos tipos de má-oclusão mais frequentes em pré-escolares, sendo considerada um dos problemas oclusais mais difíceis de tratar, principalmente por sua etiologia multifatorial e sua íntima relação com hábitos bucais deletérios. A MAA é uma das más oclusões de maior comprometimento estético- funcional, além das alterações dentárias e esqueléticas. **Objetivo:** Realizar uma revisão de literatura a respeito da prevalência da mordida aberta anterior e sua possível associação aos hábitos orais deletérios. **Metodologia:** Foram selecionados artigos encontrados nas bases de dados indexadas como o PubMed, Scielo, Google Acadêmico e Lilacs no idioma Português e Inglês com o lapso temporal entre 2019 e 2024 e foram excluídos estudos secundários. **Resultados:** Segundo a literatura, sua etiologia pode estar associada a anomalias do desenvolvimento do processo fronto nasal, padrões esqueléticos alterados, obstruções das vias aéreas, mal posicionamento da língua, além de poder estar ligada à prática de hábitos deletérios como os hábitos de sucção não- nutritiva (HSNN) adotados, principalmente, por crianças que os utilizam como forma de compensação psicológica. Constatou-se uma associação significativa entre este hábito de sucção não-nutritiva e a presença de mordida aberta anterior. A sucção de chupetas, por exemplo, do primeiro ao quarto ano de idade, é um fator importante no desencadeamento de mordida aberta anterior, pois essa má-oclusão pode estar mais relacionada à presença de um fator local do que uma alteração esquelética-muscular. **Conclusão:** A MAA é uma má oclusão que quando diagnosticada e interceptada em uma época precoce de

desenvolvimento craniofacial, ou seja, durante as dentaduras decíduas e mistas, aumenta a probabilidade de sucesso no seu tratamento. Uma vez que a infância é a fase mais adequada para a implementação de novos hábitos saudáveis e tratamentos, é imprescindível que o cirurgião-dentista conheça essa associação e adote medidas terapêuticas e preventivas.

Palavras-Chave: Mordida Aberta; Má Oclusão; Pré - Escolar; Sucção.

Eixo temático: Ciências Biológicas e da Saúde.

MARCADORES BIOQUÍMICOS UTILIZADOS NO DIAGNÓSTICO DE DIABETES GESTACIONAL

Erika Siomar da Silva Torres ¹, Gerliane Dias de Lima ¹, Jeane Maria de Souza ¹
Marcos Victor do Nascimento Silva ¹ Elton Max Nascimento do Egito ²

¹ Graduando do curso de Farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife
– PE, Brasil

Introdução: A diabetes gestacional (DG) é definida como uma hiperglicemia que se manifesta no segundo ou terceiro trimestre da gravidez. Durante a gestação em condições fisiológicas o corpo produz aumento da resistência a insulina devido aumento de alguns hormônios, como prolactina e lactogênio placentário. No Brasil, a prevalência de DG em mulheres com mais de 20 anos atendidas no sistema único de saúde é de 7,6%. Quando não diagnosticada precocemente e tratada, a DG pode causar uma série de complicações tais como: macrosomia fetal, distocia do ombro, pré-eclâmpsia, natimorto, aborto espontâneo, dentre outros, sendo assim, de fundamental importância o diagnóstico precoce dessa importante patologia. **Objetivo:** Identificar os principais marcadores laboratoriais utilizados para o diagnóstico de DG. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica realizada mediante a pesquisa dos estudos mais recentes dos últimos 5 anos nas bases de dados PubMed, Web of Science e Scielo, utilizando dos seguintes termos empregados para coleta de dado: “diabetes gestacional”, “marcadores bioquímicos” e “diagnóstico”. **Resultados:** Foram selecionados 20 estudos sobre os biomarcadores que podem ser utilizados no diagnóstico da diabetes gestacional que podem ser marcadores bioquímicos relacionados com a inflamação, resistência a insulina e marcadores glicêmicos. Foi evidenciado que, os marcadores bioquímicos mais amplamente utilizados são: Curva Glicêmica, Teste Oral de Tolerância a Glicose, Hemoglobina Glicada, Glicose Pós Prandial e Glicemia Sérica de Jejum. Foi vislumbrado ainda que, os marcadores associados com a resistência da insulina são os mais precisos para o diagnóstico da DG, sendo esse, o padrão ouro no diagnóstico de DG. **Conclusão:** Os marcadores bioquímicos para o diagnóstico da DG são efetivos por se mostrarem precisos e seletivos na identificação ou sua ausência da doença e, portanto, podem auxiliar na pesquisa de novas formas de diagnosticar a DG tendo em vista a gravidade da doença.

Palavras-Chave: Diabetes gestacional; Diagnóstico; Marcadores bioquímicos.

LEUCOPLASIA ORAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA ACERCA DA ETIOLOGIA, DIAGNÓSTICO E MANEJO CLÍNICO.

Josafá Bernardo Lima Filho¹, Brenda Maria Andrade da Paz², Maria Eduarda Lopes de Souza Santos³, Douglas Felipe Lima e Silva⁴.

¹ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: josafabernardo019@gmail.com;

² Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: brendaandradeb989@gmail.com;

³ Discente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: meduardalopes1903@gmail.com;

⁴ Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: Douglasfls123@hotmail.com

Introdução: A leucoplasia oral é a lesão branca mais frequente da mucosa oral, descrita como uma condição potencialmente maligna que pode evoluir para carcinoma oral. Fatores como o tabagismo, o consumo de álcool e a infecção pelo papilomavírus humano (HPV) são reconhecidos como os principais agentes etiológicos associados a essa lesão. Devido ao risco de malignização, o diagnóstico precoce e o manejo adequado são essenciais para o tratamento eficaz da leucoplasia oral. **Objetivo:** Esta revisão de literatura visa identificar os principais avanços nas práticas de diagnóstico e tratamento da leucoplasia oral, analisando como essas abordagens podem reduzir o risco de transformação maligna e aprimorar o atendimento aos pacientes. **Metodologia:** Uma pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados PubMed e Scielo, incluindo artigos publicados entre 2019 e 2024. Foram selecionados estudos que abordam as técnicas diagnósticas, como biópsia e métodos de imagem, e as diferentes abordagens terapêuticas para o manejo clínico da leucoplasia. **Resultados:** Evidências recentes mostram que técnicas avançadas, como a autofluorescência e a espectroscopia, auxiliam no diagnóstico precoce e no acompanhamento da leucoplasia, especialmente nos casos com displasia. Em termos terapêuticos, o manejo varia de acordo com a gravidade da lesão, englobando desde procedimentos cirúrgicos até tratamentos inovadores, como a terapia fotodinâmica e o uso de agentes quimiopreventivos. Embora promissoras, essas abordagens requerem mais estudos para validação de sua eficácia. **Conclusão:** A leucoplasia oral

representa um desafio contínuo na prática clínica, exigindo uma combinação de estratégias de diagnóstico e tratamentos personalizados para minimizar o risco de transformação maligna. A integração de tecnologias avançadas com práticas aplicáveis permite um cuidado mais preciso e acessível aos pacientes, destacando a importância do diagnóstico precoce para o sucesso do tratamento.

Palavras-Chave: Leucoplasia; Saúde Bucal; Mucosa Bucal; Neoplasias Bucais

Eixo temático: Ciências Biológicas e da Saúde.

INVESTIGAÇÃO DE DOENÇAS RENAIIS ATRAVÉS DA URINÁLISE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

João Mateus de Oliveira Rodrigues¹, Natália Karoline Silva de Souza², Michele Maria do Nascimento³, Kaio Wilber Dominges Pereira⁴, Breno Moraes de Oliveira⁵, Elton Max Nascimento do Egito⁶.

1 Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

2 Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

3 Graduanda em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

4 Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

5 Graduando em Bacharelado em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE, Brasil.;

6 Doutor em Inovação Terapêutica, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife - PE, Brasil.;

INTRODUÇÃO: A urinálise, também conhecida como exame de rotina da urina é uma ferramenta diagnóstica de grande importância no manejo clínico, com destaque especial na avaliação e monitoramento de doenças renais, que representam uma parcela significativa dentre os problemas de saúde pública devido à sua alta prevalência. Através do exame de urina, obtêm-se dados essenciais sobre a função renal e biomarcadores iniciais que indicam patologias, permitindo intervenções precoces e possível redução na progressão da doença. Este exame, acessível e não invasivo, é amplamente utilizado na identificação de achados laboratoriais que sugerem anormalidades e auxiliam no prognóstico dessas condições. **OBJETIVO:** Este estudo busca analisar a importância da urinálise no diagnóstico de doenças renais, enfatizando sua utilidade na detecção precoce, acompanhamento e monitoramento dessas patologias. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura, descritiva e exploratória. A pesquisa incluiu artigos publicados entre 2010 e 2024, nas bases de dados SciELO, usando palavras-chave como “urinálise”, “diagnóstico”, “doenças renais” e “biomarcadores urinários”. **RESULTADOS E DISCUSSÕES:** A urinálise é essencial para a detecção de doenças renais. Parâmetros como proteinúria, hematúria e leucocitúria ajudam na avaliação de

disfunções renais. A proteinúria, por exemplo, é um indicador inicial de lesão glomerular, relevante no diagnóstico de doenças crônicas. Estudos apontam que a presença de células vermelhas e brancas, além de cilindros urinários, pode sinalizar inflamações ou lesões renais específicas. **CONCLUSÃO:** A urinálise é fundamental para o diagnóstico de doenças renais, fornecendo informações precisas sobre a função renal. Como exame acessível e não invasivo, fortalece seu valor clínico e, com avanços tecnológicos, promete maior precisão diagnóstica, contribuindo para melhores desfechos em nefrologia.

REFERÊNCIAS:

Bastos MG, Kirsztajn GM. Doença renal crônica: importância do diagnóstico precoce, encaminhamento imediato e abordagem interdisciplinar estruturada para melhora do desfecho em pacientes ainda não submetidos à diálise. *Jornal Brasileiro de Nefrologia*. 2011 Mar;33(1):93-108. Acesso em: 29 out. 2024.

Coutinho GM de M, Silva EC da, Campanharo CRV, Belasco AGS, Fonseca CD da, Barbosa DA. Urinary tract infection in patients with chronic kidney disease under conservative treatment. *Revista Brasileira de Enfermagem* [Internet]. 2021 Nov 29;75. Available from: <https://www.scielo.br/j/reben/a/BTvtJmM57xGqFPrtXWCvgx/?lang=en>. Acesso em: 29 out. 2024.

DA SILVA LIMA, V. A uroanálise no diagnóstico de doenças renais: aspectos abordados nas análises físico-químicas e sedimentoscópica. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 42-49, 2020. DOI: 10.18378/rebes.v10i3.7876. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/7876>. Acesso em: 29 out. 2024.

Pedrosa SC de S, Ferreira MAM, Guimarães KSL, Guimarães WFG, Barbosa KTF. CONDUTAS QUE PODEM INTERFERIR NA FASE PRÉ- ANALÍTICA DO EXAME SUMÁRIO DE URINA. *Cogitare Enfermagem*. 2021 May 10;26. Acesso em: 29 out. 2024.

Malta DC, Machado ÍE, Pereira CA, Figueiredo AW, Aguiar LK de, Almeida W da S de, et al. Avaliação da função renal na população adulta brasileira, segundo critérios laboratoriais da Pesquisa Nacional de Saúde. Revista Brasileira de Epidemiologia [Internet]. 2019 Oct 7;22:E190010.SUPL.2. Available from: <https://scielosp.org/article/rbepid/2019.v22suppl2/E190010.SUPL.2/>. Acesso em: 29 out. 2024.

Gomes Bastos M, Bregman R, Mastroianni Kirsztajn G. Bastos MG et al. Artigo de Revisão introdução. Rev Assoc Med Bras [Internet]. 2010;56(2):248-53. Available from: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/3n3JvHpBFm8D97zJh6zPXbn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

UTILIZAÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL DE *EUCALYPTUS GLOBULUS* (Eucalipto) NO TRATAMENTO DE DOENÇAS RESPIRATÓRIAS: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA LITERATURA

Antoniele Maria Santos da Silva¹, Maria Eduarda Gomes da Silva², Jerdeson Matheus Gomes da Silva³, Marcela da Silva Alves⁴, Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão⁵.

¹ Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduando de enfermagem, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

Introdução: Ao longo dos séculos, os óleos essenciais têm sido utilizados por diversas culturas desempenhando papéis importantes nos tratamentos de saúde e bem-estar. Os óleos essenciais são substâncias naturais e voláteis, extraídas de diferentes partes das plantas, como flores, frutas, folhas e cascas, por meio de técnicas como destilação a vapor e a seco. O *Eucalyptus globulus*., conhecido popularmente como eucalipto, é originário da Oceania e é reconhecido por suas propriedades antissépticas, expectorantes e descongestionantes eficaz no tratamento de doenças respiratórias. **Objetivo:** Identificar evidências científicas sobre a eficácia do óleo essencial de eucalipto no tratamento fitoterápico de doenças do trato respiratório. **Metodologia:** Trata-se de uma abordagem qualitativa que revisa toda a literatura científica disponível em bases de dados como Scientific Eletronic Library Online (SCIELO), Google Acadêmico e Informação Científica e Técnica em Saúde da América Latina e Caribe (LILACS), utilizando os termos: “Óleo essencial”, “Doenças respiratórias”, “Tratamento Fitoterápico”. “*Eucalyptus globulus*”. **Resultados:** Os estudos evidenciaram que o óleo essencial de eucalipto possui propriedades expectorantes, descongestionantes e anti-inflamatórias benéficas no alívio de problemas respiratórios, como tosse, bronquite e sinusite. Ele auxilia na expectoração, alivia a congestão nasal e reduz inflamações nas vias respiratórias, podendo ser utilizado de diversas formas, como inalação, massagem torácica e aromaterapia. Além disso, promove o bem-estar e auxilia na recuperação de condições respiratórias. No entanto, deve-se seguir as recomendações e orientações de profissionais, especialmente quando utilizado em crianças e idosos. **Conclusão:** Em conclusão, o óleo essencial de *Eucalyptus globulus* apresenta-se como uma alternativa eficaz no tratamento de problemas respiratórios, graças às suas diversas propriedades, especialmente as ações expectorante descongestionante. Ademais, sua versatilidade permite que seja utilizado em diferentes contextos terapêuticos.

Palavras-Chave: Óleo essencial; *Eucalyptus globulus*; Doenças respiratórias; Fitoterapia.

UTILIZAÇÃO DA ROMÃ (*Punica granatum* L.) NO TRATAMENTO FITOTERÁPICO DE DOENÇAS INFLAMATÓRIAS

Fabiana Martins da Silva Mesquita¹, Isaias Francisco da Silva Filho², Margarida Muniz Pessoa da Silva³, Maria Clara Barbosa de Aguiar Gonçalves⁴, Luís Filipe Clemente da Silva⁵, Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão⁶.

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduando do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁶ Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: A aceitação popular do uso de plantas para fins terapêuticos tem aumentado, com apoio significativo da Organização Mundial da Saúde. A terapia alternativa é procurada para prevenção e tratamento de doenças, e por isso valorizada pela eficácia comprovada. A romã é o fruto da romãzeira (*Punica granatum* L.), sendo estudada e utilizada em diferentes preparações fitoterápicas, destacando-se o uso de chás e extratos, em função das propriedades medicinais. Por conseguinte, essas propriedades estão relacionadas à presença de compostos fenólicos, na composição: alcaloides, que possui ação anti-inflamatória no alívio da dor de garganta; ácido elágico, com ação antisséptica auxiliando no tratamento de infecções urinárias e flavonoides, apresentando propriedades antioxidantes, no combate de radicais livres no organismo. **Objetivo:** Analisar os efeitos benéficos da *Punica granatum* L. como medicamento fitoterápico no tratamento de inflamações. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica realizada nas bases de dados *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), utilizando os seguintes termos: “inflamações”; “tratamento alternativo”; e “romã (*Punica granatum* L.)”. **Resultados:** Estudos mostram que o fruto do romã é eficaz em tratamentos terapêuticos, especialmente para doenças inflamatórias, devido à presença de substâncias funcionais em sua composição, ou seja, presença de alcaloides e do ácido elágico. Outros estudos, evidenciam que a ação antioxidante, ocorre por meio do combate ao ânion superóxido e radicais hidroxil e peroxil, conferindo ao fruto, alto potencial antioxidante. Face ao exposto, a romã consegue neutralizar a ação danosa de radicais livres produzidos pela radiações ultravioletas, desacelerando o processo de envelhecimento da pele. **Conclusão:** Para incentivar o uso correto das preparações de remédios caseiros com plantas medicinais, é importante que o Estado promova palestras educativas, orientando e conscientizando a população sobre a utilização adequada de partes das plantas, que possam garantir resultados eficazes no tratamento de doenças.

Palavras-Chave: *Punica granatum* L.; Alcaloides; Ácido Elágico; Anti-inflamatório; Antioxidante.

USO DA ESPECTROSCOPIA NA REGIÃO DO INFRAVERMELHO (FTIR) NA ANÁLISE DE MATÉRIAS-PRIMAS FARMACÊUTICAS

Gilberto Cauan Cavalcanti Santos¹, Adriana Judite da Silva Moura², Débora Oliveira Silva de Lima³, Gabriel Victor de Oliveira Feitosa⁴,
Dário César de Oliveira Conceição⁵

¹Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

²Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵

Doutor em Ciências de Matérias, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: A garantia da qualidade das matérias-primas e produtos acabados é vital nas indústrias farmacêutica. A espectroscopia na região do infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) é uma técnica analítica essencial para a identificação e caracterização de matérias-primas farmacêuticas, fornecendo informações sobre ligações químicas e estrutura molecular. Baseando-se na absorção de radiação infravermelha, ela gera espectros que são comparados a padrões conhecidos, permitindo a detecção de impurezas e a confirmação da identidade dos materiais na indústria farmacêutica. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é explorar a aplicação da espectroscopia infravermelha por transformada de Fourier na identificação de matérias-primas utilizadas na indústria farmacêutica, garantindo a qualidade dos insumos e a padronização dos processos de produção. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através das bases de dados, Agilent, Scielo utilizando os descritores "infravermelho", "espectroscopia", "matéria-prima farmacêutica". Com o intuito de delimitar, de forma concisa, as produções que mais se aproximavam com o objeto de estudo, e que melhor contribuiriam para o embasamento teórico deste trabalho. **Resultados:** Os artigos selecionados enfatizam a relevância da técnica de FTIR na análise de matérias-primas farmacêuticas. A técnica de FTIR permite a identificação rápida e precisa de compostos, detectando impurezas e garantindo conformidade com normas regulatórias. Além disso, sua aplicação é vital na padronização dos processos de produção, sublinhando seu papel essencial no controle de qualidade da indústria farmacêutica. **Conclusão:** A espectroscopia infravermelha por transformada de Fourier é essencial na identificação de matérias-primas

farmacêuticas, garantindo a qualidade dos insumos e a padronização dos processos de produção através da análise de padrões de compostos, sendo fundamental para atender a requisitos regulatórios e assegurar a segurança dos produtos, aprimorando o controle de qualidade e atendendo à demanda por métodos analíticos eficazes

Palavras-Chave: Espectroscopia na Região do Infravermelho; Matérias-primas farmacêuticas; Identificação.

SÍNTESE DE FÁRMACOS ANTINEOPLÁSICOS PARA O TRATAMENTO DE CÂNCER EM GRUPOS POPULACIONAIS VULNERÁVEIS

Maria Luiza de Araújo Oliveira¹, Luiz Eduardo de Paula Ribeiro², Miquéias de Oliveira Santos³, Dário Cesar César de Oliveira Conceição⁴, Moara Targino da Silva⁵

¹Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

²Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³

Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵Docente da Faculdade Santíssima Trindade – FAST;

Docente da Faculdade Santíssima Trindade – FAST.

Introdução: O câncer representa uma das principais causas de morte em todo o mundo, impactando de maneira desproporcional populações vulneráveis, incluindo grupos de baixa renda e minorias raciais, que enfrentam barreiras no acesso a tratamentos eficazes. A busca pelo desenvolvimento de fármacos antineoplásicos, que atuam no combate do crescimento e a multiplicação das células cancerígenas, tem aumentado constantemente.

Objetivo: Este trabalho tem como objetivo explorar o papel da química orgânica na síntese de fármacos antineoplásicos e como esses avanços podem facilitar o desenvolvimento de tratamentos mais acessíveis e específicos para o câncer em populações vulneráveis.

Metodologia: Foi realizada uma pesquisa em bases de dados através do portal de periódicos CAPES, utilizando as revistas Scielo, Pubmed e MedLine abrangendo o período de 2020 a 2024. **Resultados:** A literatura descreve diversas metodologias sintéticas para o desenvolvimento de antineoplásicos, que consiste na modificação de estruturas orgânicas complexas para melhorar a eficácia e a biodisponibilidade dos medicamentos, vem ganhando destaque na área científica. Pesquisas mostram, que novas estratégias de síntese podem contribuir para a redução de custos, tornando esses medicamentos acessíveis e aumentando a expectativa de vida da população de baixa renda. **Conclusão:** Diante do exposto, o câncer tornou-se um dos maiores desafios para saúde pública mundial, e a síntese de fármacos tem desempenhado um papel crucial no avanço da medicina oncológica, possibilitando o desenvolvimento de terapias inovadoras e acessíveis, por meio de tecnologias sustentáveis e de baixo custo na síntese de antineoplásicos, o que representa um passo importante para a democratização dos tratamentos contra o câncer, promovendo equidade e maior acesso para populações vulneráveis.

Palavras-Chave: Química Orgânica; Fármacos Antineoplásicos; Câncer.

QUIMIOTERÁPICOS UTILIZADOS NO TRATAMENTO DO CÂNCER DE MAMA

Luís Filipe Clemente da Silva¹, Gabriel Marchon de França², Jhonathans Maurício dos Santos Lima³, Fábio Francisco da Silva⁴, Dário César de Oliveira Conceição⁵, Moara Targino da Silva⁶.

¹Graduando de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

²Graduando de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³Graduando de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴Graduando de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁶Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: O câncer de mama representa a principal causa de morte em mulheres brasileiras, ao nível mundial cede o lugar apenas para o câncer de pulmão. Para o diagnóstico da patologia é necessário realizar uma biópsia, técnica que se refere na coleta de uma parte do tecido da mama para análise. É possível tratar o câncer através da quimioterapia, uma prática que consiste na utilização de medicamentos que destroem as células danificadas que formam o tumor. Esses medicamentos são envolvidos com o sangue e transportados para todo o corpo, impedindo a multiplicação de células lesionadas. **Objetivo:** Analisar e compreender o uso de quimioterápicos no tratamento contra o câncer de mama. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica realizada nas bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval Online* (MEDLINE) e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), utilizando os seguintes termos: “Quimioterapia”; “Câncer de mama”; e “Medicamentos”. **Resultados:** No tratamento do câncer de mama é principalmente utilizado duas classes de fármacos: taxanos e antraciclinas, com o objetivo comum de provocar a apoptose das células cancerígenas. Os taxanos agem como inibidores de microtúbulos, o que impedem a divisão celular e promovem a morte celular programada. Por sua vez, as antraciclinas são antibióticos antitumorais que inibem a topo isomerase II e induzem radicais livres, causando ruptura no DNA, estimulando a apoptose. **Conclusão:** As antraciclinas são utilizadas para tratamento do câncer de mama desde o final da década de 1970 e ainda continuam como uma das drogas mais usadas atualmente com a mesma finalidade. Os taxanos estão entre os agentes antitumorais mais promissores disponíveis para o tratamento, tendo uma crescente importância no Brasil, uma vez que o câncer de mama é um dos principais problemas na saúde pública que precisa ser diagnosticado e tratado com urgência para o benefício dos pacientes acometidos.

Palavras-Chave: Quimioterápicos; Câncer de mama; Tratamento.

EFEITOS FITOTERÁPICOS DO GENGIBRE (*Zingiber officinale* Roscoe) NO SISTEMA GASTROINTESTINAL

Abimaelli Louise Cosmo da Silva¹, Ana Camila Marques da Silva², Larissa Maria da Silva Barbosa³
Natália Cristiano de Lima Melo⁴, Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão⁵

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: O *Zingiber officinale* Roscoe, popularmente conhecido por gengibre, é amplamente utilizada na medicina tradicional quanto na culinária. A presença de compostos bioativos: gingerol, shogaol e zingerona, presentes no gengibre atuam de diferentes formas no organismo. O gingerol é um composto fenólico presente no óleo essencial do gengibre, constituindo um ingrediente ativo da raiz, que confere sabor e odor ao alimento. O representante principal é o 6- gingerol, encontrado no gengibre fresco. O shogaol, é outro composto fenólico, extraído do rizoma do gengibre e produzido pela desidratação intramolecular do gingerol por aquecimento. A zingerona, também composto fenólico, é formada a partir do gingerol e encontra-se presente no gengibre fresco. **Objetivo:** investigar os efeitos fitoterápicos do *Zingiber officinale* Roscoe, no sistema gastrointestinal. **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, realizada nos bancos de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e do Sistema Latino Americano e do Caribe de Informações em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando os descritores: “plantas medicinais”, “gengibre” e “compostos bioativos”. **Resultados:** Os achados na literatura revelam, que os compostos bioativos encontrados no gengibre apresentam efeitos fitoterápicos no sistema gastrointestinal. Em face do exposto, o gingerol, juntamente com outros compostos: shogaol e zingerona, têm propriedades anti-inflamatórias, auxiliando no combate de inflamações no estômago, que podem causar gastrite e úlceras. Os compostos supracitados, também têm propriedades antieméticas que facilitam o esvaziamento do estômago, prevenindo o refluxo e má digestão. É comprovada a eficácia do gingerol no alívio de azia e gases intestinais, relaxando a musculatura do estômago e intestino e diminuindo a acidez estomacal. **Conclusão:** O gengibre se revela uma planta medicinal com potencial, por suas propriedades medicinais, que são benéficas no tratamento do sistema gastrointestinal. Contudo, estudos clínicos são indicados para estabelecer doses seguras e avaliar a segurança e eficácia na prevenção de doenças.

Palavras-chave: *Zingiber officinale* Roscoe; Composto fenólico; Anti-inflamatório; Antieméticas; Gastrointestinais.

COMPOSTOS DO ÓLEO ESSENCIAL DO CAPIM-LIMÃO (*Cymbopogon citratus* Stapf.) E AÇÕES TERAPÊUTICAS

Layane Vieira de Melo¹, Camila Silva Coutinho de Holanda², Flávia Emanuele da Silva³
Eloysa Elany Farias Freire Silva⁴, Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão⁵

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵

Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: Desde a antiguidade as plantas medicinais se fazem presente no cotidiano do homem, seja no uso de chás, banhos, assentos ou até mesmo essenciais. Não é diferente com o *Cymbopogon citratus* Stapf., popularmente conhecido como capim-santo, capim-cipó, capim-cheiroso, dentre outros. É uma planta medicinal, produzida por compostos bioativos: citral e mirceno, considerados os principais componentes do óleo essencial do capim-limão, extraídos das folhas da planta, por destilação com arraste de vapor, contendo entre 61%-86% de citral e 5%-20% de mirceno. **Objetivo:** analisar e descrever as ações terapêuticas do capim-limão, como medicamento fitoterápico. **Metodologia:** A pesquisa, trata-se de uma revisão bibliográfica, nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), utilizando os termos: “*Cymbopogon citratus* Stapf.”, “compostos bioativos” e plantas medicinais “plantas medicinais”. **Resultado:** O capim-limão oferece benefícios à saúde com diversas ações terapêuticas: antioxidante, analgésica, anti-inflamatória, digestiva, calmante, antipirética, diurética, anti-helmíntica e antifúngica. Estudos relatam que o citral é o composto majoritário no óleo essencial do capim-limão, juntamente com o geraniol e o mirceno. O citral, por ser um aldeído com forte odor de limão, é usado como aromatizante cítrico. É uma matéria-prima importante na indústria, utilizado na fabricação de fragrâncias, perfumes e aromas para dar um efeito cítrico. O geraniol é usado em cosméticos para dar fragrância adocicada de rosas, na aromaterapia para prevenir e combater os sinais do envelhecimento da pele. O citral e geraniol são compostos monoterpênicos com propriedades químicas e semelhantes, atuando na defesa química das plantas contra predadores. **Conclusão:** A ação terapêutica pode ser proporcionada através de uso de óleos essenciais e do consumo de chás. Recomenda-se a realização de novas pesquisas que abordem o uso do capim-limão como fitoterápico, a fim de embasar seu uso na prática clínica. **Palavras-Chave:** *Cymbopogon citratus* Stapf.; Óleo essencial; Citral; Geraniol; Mirceno.

APLICAÇÃO DE ESPECTROMETRIA DE MASSAS NA DETECÇÃO DE IMPUREZAS EM PRODUTOS FARMACÊUTICOS

Admayara Evangelista Nepomuceno¹, João Victor Eufrasio da Silva², Maria Clara Ribeiro Gomes³, Dário César de Oliveira Conceição⁴

¹ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Doutor em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil; Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: A presença de impurezas em produtos farmacêuticos representa um risco à saúde dos pacientes. Para identificar compostos desconhecidos e avaliar a pureza dos medicamentos, técnicas analíticas, como a espectrometria de massas (EM), são utilizadas. A EM ioniza moléculas de amostras e separa os íons com base na relação massa/carga, permitindo a identificação e quantificação de impurezas. . **Objetivo:** Este trabalho revisa a literatura sobre a aplicação da EM na detecção e quantificação de impurezas em produtos farmacêuticos. **Metodologia:** A presente revisão foi conduzida utilizando uma pesquisa bibliográfica baseada nos descritores "mass spectrometry" AND "impurities in pharmaceutical products". Foi utilizada a base de dados ScienceDirect, limitando-se a artigos publicados nos últimos cinco anos, o que garantiu a relevância e a atualidade das informações. **Resultados:** A análise dos artigos revelou que a EM se mostra altamente eficaz na identificação de impurezas, incluindo aquelas que podem não ser detectadas por métodos convencionais. A técnica é capaz de detectar níveis baixos de contaminantes, garantindo que os produtos farmacêuticos atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos. Além disso, a EM tem sido utilizada em diversas etapas do desenvolvimento de medicamentos, desde a pesquisa inicial até o controle de qualidade final, permitindo a detecção de impurezas tanto em matérias-primas quanto em produtos acabados. **Conclusão:** A EM é uma técnica essencial para assegurar a qualidade e a segurança dos medicamentos. Sua capacidade de detectar e quantificar impurezas não apenas contribui para a segurança dos pacientes, mas também desempenha um papel crucial no desenvolvimento de novos produtos farmacêuticos. A implementação da EM nas indústrias farmacêuticas é fundamental para garantir a eficácia dos medicamentos e a proteção da saúde pública.

Palavras-Chave: espectrometria de massas; técnica analítica; Indústria farmacêutica.

APLICAÇÃO DA ESPECTROSCOPIA DE INFRAVERMELHO NO CONTROLE DE PRODUÇÃO DE COSMÉTICOS, MONITORAMENTO DE MATÉRIA-PRIMA E FORMULAÇÕES

Anderson Sotero Da Silva¹, João Carlos Oliveira da Silva², Monique Montes da Silva³, Silmara Araújo da Silva⁴, Laylton Carlos Lemos Moura⁵, Dário Cesar de Oliveira Conceição⁶

¹ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁶ Doutor em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: A indústria cosmética busca atender a critérios de qualidade, segurança e inovação, o que demanda processos de controle de qualidade robustos. A Espectroscopia de Infravermelho por Transformada de Fourier (FTIR) destaca-se como uma ferramenta crucial, permitindo o exame da composição, pureza e estabilidade de produtos cosméticos. Essa técnica analítica fornece informações fornecidas sobre a estrutura molecular dos ingredientes, auxiliando na garantia de segurança e eficácia dos cosméticos. **Objetivo:** O objetivo deste estudo é evidenciar como o FTIR é utilizado na análise de matérias-primas, garantindo conformidade com padrões regulatórios e facilitando a formulação de cosméticos inovadores, além de assegurar um monitoramento rigoroso durante o processo de produção. **Métodos:** A metodologia adotada consistiu em uma revisão integrativa da literatura, englobando artigos científicos publicados nas bases de dados SciELO e ScienceDirect nos últimos três anos. Foram utilizados os descritores "FTIR", "indústria cosmética", "controle de qualidade" e "segurança dos cosméticos". **Resultados:** A análise dos artigos revelou que o FTIR é eficaz na identificação e quantificação de componentes químicos em ingredientes cosméticos, como ácidos graxos e óleos essenciais. A técnica também se destaca na garantia da pureza e estabilidade das formulações, permitindo monitoramento preciso de variações em ingredientes naturais e detecção de alérgenos e impurezas, assegurando a segurança dos produtos para diferentes tipos de pele. Além disso, o FTIR se mostrou uma abordagem econômica, exigindo mínimo preparo das amostras e possibilitando inovações em produtos antienvelhecimento e hidratantes sustentáveis. **Conclusão:** A utilização do FTIR no controle de qualidade da indústria cosmética é essencial para assegurar a eficácia e segurança dos produtos. Sua capacidade de análise detalhada não apenas garante a consistência entre lotes, mas também apoia o desenvolvimento de novas formulações. Dessa forma, o FTIR se destaca como uma ferramenta indispensável para a inovação e competitividade no setor cosmético.

Palavras-Chave: Espectroscopia FTIR; Controle de Qualidade; Cosméticos.

TERAPIA LARVAL COMO ALTERNATIVA TERAPÊUTICA NO TRATAMENTO DE FERIDAS

Isaias Francisco da Silva Filho¹, Fabiana Martins da Silva Mesquita², Margarida Muniz Pessoa da Silva³, Maria Clara Barbosa de Aguiar Gonçalves⁴, Luís Filipe Clemente da Silva⁵, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁶.

¹Graduando de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ²Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ³Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ⁴Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ⁵Graduando de farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

⁶Professora da Faculdade Santíssima Trindade – FAST. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista em LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE Enfermeira pela FACENE, João Pessoa/PB.

Introdução: A terapia larval, também conhecida como terapia de larvas, é um método de tratamento de feridas que utiliza larvas estéreis de moscas para ajudar na cicatrização de lesões cutâneas. A principal vantagem da terapia larval é a capacidade das larvas de limpar a ferida de forma eficaz sem danificar os tecidos saudáveis. As larvas se alimentam do tecido necrótico (morto) deixando apenas o tecido viável, o que promove um ambiente mais limpo para a cicatrização. As larvas ajudam a restaurar a integridade dos vasos sanguíneos e a otimizar o fluxo sanguíneo local. Isso resulta em uma melhor entrega de nutrientes e oxigênio aos tecidos circundantes. Além disso, as larvas também secretam enzimas que ajudam a eliminar bactérias presentes na lesão, o que reduz a carga bacteriana, contribuindo para o controle da infecção no leito da ferida. **Objetivo:** Observar os benefícios do uso da terapia larval como alternativa terapêutica no tratamento de tecidos inviáveis. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e PubMed, utilizando os seguintes termos: “Terapia larval”; “Reparo tecidual”; e “Alternativa terapêutica”. **Resultados:** O desbridamento biológico com larvas estéreis de moscas demonstrou diversas vantagens por ser um tratamento de baixo custo e muito eficaz na cicatrização de feridas com necrose por proporcionar uma remoção seletiva dos

tecidos inviáveis, conservando apenas as células saudáveis, além de promover ação bactericida, aumentar a circulação no local da lesão, estimular o processo de angiogênese e consequentemente, diminuindo o tempo de cicatrização e as chances de uma eventual amputação do membro afetado. Conclusão: Os estudos demonstram que a terapia larval trata-se de uma excelente alternativa terapêutica com a introdução de larvas de mosca estéreis para remover tecido necrótico, auxiliando e intensificando o processo de reparação de feridas através dos seus efeitos benéficos.

Palavras-Chave: Alternativa terapêutica; Feridas; Terapia larval; Larvas de mosca; Tecido necrótico.

SÍNDROME DE BURNOUT EM PROFISSIONAIS FISIOTERAPEUTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Thamirys Maria da Silva Teixeira¹, Ana Vitória de Albuquerque Oliveira¹, Carla Maria de Lima Veiga Motta¹, Jaciara Lídia dos Santos¹, Luciana Ângelo Bezerra²

¹Discentes do 4º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

²Fisioterapeuta. Docente e Coordenadora do curso Bacharel em Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade- FAST.

Introdução: A síndrome de Burnout (SB), também conhecida como esgotamento profissional, é um desequilíbrio emocional causado pelo alto ou elevado nível de estresse, que pode desencadear dificuldades de concentração, negatividade constante, insônia e irritabilidade, sintomas que remetem ao cansaço físico e mental. Atualmente, sua incidência tem crescido a um ritmo alarmante e também está sendo notada em profissionais de diversas áreas, incluindo os Fisioterapeutas. **Objetivo:** Analisar a incidência da síndrome de Burnout em profissionais fisioterapeutas. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura, realizada através das bases de dados e portais SciELO, Google Acadêmico e PubMed, nos idiomas inglês e português, com publicações de 2018 e 2024. **Resultados e discussão:** Percebe-se algumas manifestações de Burnout em profissionais fisioterapeutas, onde os mesmos também estão sujeitos ao risco de sobrecarga, consequência direta do seu trabalho, ao grande número de exigências gerando grandes impactos na sua saúde, como desequilíbrios físicos e psíquicos. A tensão física e mental causada no ambiente de trabalho como hospitais ou clínicas, a auto cobrança em busca da melhora dos seus pacientes, a busca por ser um excelente profissional, o convívio constante com o sofrimento e até mesmo morte dos pacientes geram um sentimento de impotência nestes profissionais, e podem levar a uma das causas da síndrome de Burnout. **Conclusão:** A SB tem se tornado uma preocupação crescente entre os profissionais de fisioterapia devido ao estresse ocupacional, às longas jornadas de trabalho, às responsabilidades profissionais e às situações cotidianas que levam a exaustão mental e emocional. A sobrecarga pode impactar negativamente na saúde física e

mental e por sua vez no desempenho profissional. Por isso este estudo destaca a incidência dessa síndrome e ressalta que o objetivo do mesmo não é fornecer um diagnóstico, mas sim, trazer uma ótica ativa sobre a incidência da SB entre estes profissionais.

Palavras-chaves: Síndrome de Burnout, Fisioterapia, Síndrome do esgotamento.

QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE FISSURAS LABIOPALATINAS: REVISÃO DE LITERATURA

Maria Eduarda Lopes de Souza Santos¹, Brenda Maria Andrade da Paz², Josafá Bernardo Lima Filho³, Priscila Hermenegildo Correia de Souza⁴, Crislayne Elvira Batista de Oliveira⁵, Aline Maria Rodrigues dos Santos⁶

¹ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵ Graduando em Odontologia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁶ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: As fissuras labiopalatinas (FLP) são malformações congênitas que afetam a estrutura do lábio e/ou do palato, prejudicando funções como fala, alimentação e respiração, além de influenciar a aparência facial. Essas alterações podem gerar impactos significativos na saúde emocional e social dos indivíduos, comprometendo sua qualidade de vida. A compreensão desses efeitos é essencial para direcionar abordagens terapêuticas que promovam tanto a reabilitação funcional quanto o bem-estar psicológico e social. **Objetivo:** Analisar, por meio de revisão de literatura, a qualidade de vida de indivíduos com fissuras labiopalatinas, enfatizando os impactos funcionais e psicossociais dessas malformações. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada através de uma busca nas bases de dados PubMed, Embase e Portal BVS(Lilacs), adotando critérios de elegibilidade que priorizaram a inclusão de artigos relevantes publicados nos últimos cinco anos, focando na qualidade de vida de indivíduos com fissuras labiopalatinas. **Resultados:** Foram selecionados 4 artigos ao total, sendo todos artigos na PubMed. Foi observado que muitos indivíduos com fissuras labiopalatinas (FLP) relataram ansiedade social. Além disso, foi constatado que pacientes com FLP apresentaram qualidade de vida inferior em comparação a indivíduos saudáveis, afetando sua saúde bucal e bem-estar emocional. O estudo também destacou que crianças com fissuras orofaciais enfrentam desafios funcionais e sociais, incluindo dificuldades alimentares e maior vulnerabilidade ao bullying, além de deficiências na fala e comportamentos sociais evitativo. **Conclusão:** O levantamento bibliográfico sugere que, apesar da qualidade de vida geral dos adultos com FLP não ser gravemente comprometida, fatores como a ansiedade social e dificuldades específicas merecem atenção. Para as crianças, os impactos são mais significativos, refletindo desafios que precisam ser abordados. Esses achados sublinham a importância de intervenções que considerem tanto os aspectos funcionais quanto emocionais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos com FLP.

Palavras-Chave: Qualidade de Vida; Fissura Palatina; Bem - Estar Psicológico.

PELE DA TILÁPIA COMO CURATIVO BIOLÓGICO NO TRATAMENTO DE QUEIMADURAS

Isaias Francisco da Silva Filho¹, Fabiana Martins da Silva Mesquita², Margarida Muniz Pessoa da Silva³, Maria Clara Barbosa de Aguiar Gonçalves⁴, Luís Filipe Clemente da Silva⁵, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁶.

¹Graduando de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ²Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ³Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ⁴Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST ⁵Graduando de farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

⁶Professora da Faculdade Santíssima Trindade – FAST. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista em LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE Enfermeira pela FACENE, João Pessoa/PB.

Introdução: Nos últimos anos, a busca por alternativas inovadoras e sustentáveis na área da saúde tem impulsionado pesquisas que exploram os recursos naturais disponíveis. A pele de tilápia tem emergido como uma opção promissora, especialmente no campo da medicina regenerativa e tratamento de feridas. Rica em colágeno tipo I, proteínas essenciais e com propriedades antimicrobianas, a pele de tilápia apresenta características que favorecem a cicatrização de queimaduras. A análise detalhada dos benefícios e desafios associados ao uso da pele de tilápia pode abrir caminho para sua aplicação em larga escala, beneficiando pacientes ao redor do mundo. **Objetivo:** Avaliar os benefícios do uso da pele de tilápia como curativo biológico no tratamento de queimaduras. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica realizada nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), utilizando os seguintes termos-chave: “Tilápia do Nilo”; “Queimaduras”; e “Alternativa terapêutica”. **Resultados:** Com base nos estudos avaliados constatou-se que o curativo biológico com a pele da tilápia é uma alternativa eficiente no progresso da reparação tecidual de queimaduras, pois possui colágeno do tipo I em abundância na sua composição, o que garante uma maior rapidez na cicatrização e menos dor para o paciente. Além disso, o curativo pode ficar por um período prolongado em

contato com a lesão, eliminando a necessidade de várias trocas durante o dia, assim minimizando os riscos de infecção e de danos mecânicos aos tecidos saudáveis. Conclusão: A pele de tilápia, conforme análises, demonstrou ser um curativo biológico eficiente no tratamento de queimaduras. Portanto, é crucial que o Estado, através de debates públicos, ofereça assistência estatal priorizando esses curativos em serviços especializados em queimaduras. Isso pode acelerar a recuperação dos pacientes, proporcionar maior conforto durante a cicatrização e reduzir riscos de infecção.

Palavras-Chave: Pele de tilápia; Queimaduras; Cicatrização; Curativo biológico; Tilápia do nilo.

O Papel do Fisioterapeuta na Reabilitação de Pacientes Acometidos Pela Covid-19

Thaís Caroline Alves da Silva¹, Ana Carolina do Nascimento Silva¹, Emyllyn Karyny dos Santos Nascimento¹, Gabriele da Silva Sousa¹, Márcio Wesley Nunes¹, Luciana Ângelo Bezerra²

¹Discentes do 3º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST,

²Coordenadora, Orientadora e Professora do curso Bacharel em Fisioterapia da FAST.

Introdução: A pandemia do Covid-19, conhecida também como Coronavírus, foi causada pelo Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS- CoV-2). O vírus foi identificado pela primeira vez em Wuhan, na China em dezembro de 2019, posteriormente o vírus se espalhou para o resto do mundo. Segundo o Painel de Controle do Coronavírus da OMS no ano de 2023, relatou que até aquele momento foram identificados 765.222.932 casos, com 6.921.614 de mortes, e no ano de 2024 a OMS alertou para o aumento dos casos em diversos países. O fisioterapeuta é um profissional de extrema importância para o sucesso do tratamento e recuperação desses pacientes acometidos pelo coronavírus, atuando tanto na fase hospitalar onde o paciente está internado quanto após a alta hospitalar, e em especial para pacientes que enfrentaram quadros moderados e graves da doença.

Objetivo: Avaliar através de uma revisão de literatura a importância do fisioterapeuta na reabilitação de pacientes acometidos pelo coronavírus. **Metodologia:** Este estudo é uma revisão de literatura que foi realizada na base de dados do Google Acadêmico. Foram selecionados estudos em português, utilizando os descritores “fisioterapia no pós covid”, “o papel do fisioterapeuta na pandemia da covid 19”, “fisioterapia na reabilitação de pacientes acometidos pelo coronavírus”. **Resultados:** Foram analisados 9 artigos entre os anos de 2020 e 2024, que abordaram o papel e a importância do fisioterapeuta no processo de reabilitação de pacientes no pós covid. **Conclusões:** Os resultados indicam a grande importância da fisioterapia no processo de reabilitação dos pacientes acometidos pelo coronavírus, tanto na parte da reabilitação respiratória, como também na reabilitação motora e funcional.

Palavras- Chaves: Fisioterapia no Pós Covid, Pandemia, Reabilitação.

INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES.

Anny Beatriz Pedromilo Freitas¹, Maria Cecília da Silva Chagas², Maria Eduarda Pereira da Silva³, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁴.

¹Graduando de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

²Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

³Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

⁴Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista em LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE Enfermeira pela FACENE, João Pessoa/PB.

Introdução: O papel da equipe de enfermagem na sociedade vai se modificando na medida que o tempo passa e exige uma capacidade de adaptação, gerando diversos dilemas sociais onde pessoas com idades avançadas nem sempre comungam. Envelhecer é uma circunstância da vida que gera mudanças físicas, psicológicas e sociais que afetam o indivíduo de forma muito particular. Nesta fase da vida, o idoso já sofreu muitas perdas apresentando saúde física e mental afetadas. Ter qualidade de vida e envelhecimento saudáveis, abrange diversos fatores componentes desse dia a dia do idoso. **Objetivo:** Demonstrar a importância da vida social e envelhecimento saudáveis do idoso em seus diversos aspectos. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica realizada nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), utilizando os seguintes termos-chave: “Envelhecimento saudável”; “Enfermagem”; e “Vida social”. **Resultados:** A população idosa sempre num crescente desenvolvimento e enfrentando diversos desafios como estigmatização, solidão e isolamento, acesso limitado, preconceitos, entre outros fatores relevantes para um desenvolver saudável, apresentam extrema importância para o papel familiar em seu envolvimento visto que, uma família unida, saudável, irá promover crescimento e respeito mútuo, no que diz respeito a lares desunidos e que propiciam um desenvolver saudável coletivo. Além disso, o convívio com a sociedade é de suma importância para os idosos visando uma troca de experiência e aprendizado conjunto, podendo ser através de atividades prazerosas, conversas, práticas de exercícios e participação em grupos de vivência, propiciando uma melhora em sua qualidade de vida.

Conclusão: Desta forma, conclui-se de suma importância que a inclusão social da Terceira Idade seja uma jornada coletiva que requer esforços de toda a população, principalmente por parte da equipe de enfermagem e familiares. Ao enfrentar estes desafios com conscientização e empatia, podemos transformar obstáculos em oportunidades.

Palavras-Chave: Envelhecimento saudável; Enfermagem; Vida social.

IMPACTOS DA AUTOMEDICAÇÃO NA SAÚDE PÚBLICA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE RISCOS E FATORES DETERMINANTE

Lauenda Cecília de Souza¹, Maria Letícia da Silva Lima², Maria Eduarda de Andrade Silva³, Vanessa Cristina de Souza⁴, Dário Cesar César de Oliveira Conceição⁵, Moara Targino da Silva⁶

¹ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵ Doutor em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁶ Doutora em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

Introdução: A automedicação, caracterizada pelo uso de medicamentos sem prescrição médica, é um hábito comum no Brasil, onde cerca de 35% da população recorre a remédios para alívio rápido de sintomas. Apesar de proporcionar certo conforto, essa prática pode ocultar sinais de doenças graves, atrasando diagnósticos e tratamentos adequados, além de apresentar riscos sérios à saúde pública, incluindo intoxicações e aumento da resistência bacteriana. **Objetivo:** Este estudo visa analisar os riscos associados à automedicação para a saúde pública, com ênfase nos fatores que levam à prática e suas implicações para os indivíduos e para o sistema de saúde. **Metodologia:** Realizou-se uma revisão integrativa, abrangendo publicações entre 2020 e 2024, utilizando as bases de dados PubMed e SciELO. Os descritores empregados nas buscas foram "automedicação", "riscos" e "saúde pública", com foco em artigos que abordassem tanto os aspectos quantitativos como qualitativos da prática. **Resultados:** A análise das publicações indicou que os medicamentos mais frequentemente utilizados em automedicação incluem analgésicos, anti-inflamatórios e antibióticos, devido ao fácil acesso e à percepção equivocada de sua segurança. Foi observado que o uso indiscriminado de tais medicamentos não só representa riscos de intoxicação e resistência bacteriana, mas também exerce pressão sobre o sistema de saúde, seja pelo agravamento de condições mascaradas ou pelo aumento de internações devido a reações adversas. **Conclusão:** A automedicação é uma prática comum que traz riscos significativos à saúde pública e individual, incluindo intoxicações e resistência bacteriana. A ampla disponibilidade de medicamentos no mercado favorece seu uso inadequado, tornando essencial a implementação de medidas educativas e regulamentares para promover o uso seguro e consciente dos medicamentos.

Palavras-Chave: Automedicação; Saúde Pública; Uso racional de medicamentos.

FISIOTERAPIA NA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA REABILITAÇÃO DA PARALISIA CEREBRAL

Rafael Emídio da Silva ¹, Heloíza Beatriz Alves Pimentel da Silva ², Isabela Fernanda Da Silva Medeiros ³, Luciana Ângelo Bezerra ⁴.

¹ Graduando do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
rafaemidio05@gmail.com

² Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
pimentelheloiza5@gmail.com

³ Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
Isabele2099k@gmail.com

⁴ Professora do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade- FAST-
ftdralucianaangelobezerra@gmail.com

Introdução: A paralisia cerebral (PC) é uma lesão crônica não progressiva do encéfalo que compromete o desenvolvimento motor, podendo evoluir com comorbidades, dificuldades na coordenação motora e equilíbrio; e, alteração de tônus muscular. **Objetivo:** Verificar a atuação da fisioterapia no tratamento dos distúrbios motores causados pela PC. **Metodologia:** A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão bibliográfica sistematizada sobre intervenções fisioterapêuticas nos distúrbios causados pela PC, utilizando bases de dados como: BVS, Scielo e PubMed, abrangendo o período de 2018 a 2024. **Resultados e discussão:** Estudos apontam que a fisioterapia não apenas melhora a função motora, mas também contribui para o desenvolvimento psicossocial dos pacientes, logo, a inserção da fisioterapia na reabilitação do indivíduo com PC é essencial para otimizar os resultados clínicos. Uma abordagem multidisciplinar na PC deve ser constituída por médicos, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, assistente social, educador e psicólogo, visto que, é de suma importância à atuação desses diversos profissionais que reduzem as complicações advindas dessa patologia e consequências, visando promover melhorias em sua funcionalidade. O fisioterapeuta da equipe multidisciplinar dispõe de diversas técnicas e recursos que auxiliam no manejo do paciente com PC. Algumas das técnicas utilizadas pela fisioterapia são: conceito neuroevolutivo Bobath, fisioterapia aquática, cinesioterapia funcional, método Medek, Kabat que objetivam não apenas minimizar as comorbidades, mas também promovem uma melhor qualidade de vida, favorecendo a autonomia, a funcionalidade e a integração social. **Conclusão:** A fisioterapia possui função importante na reabilitação da criança com PC, na qual, têm por objetivos inibir reflexos primitivos e tônus anormal, sempre respeitando o desenvolvimento motor típico, a fim, de evitar ou minimizar alterações musculoesqueléticas (contraturas e deformidades). O fisioterapeuta deve escolher uma técnica que se adeque melhor ao caso clínico do paciente focando no aprendizado sensorio-motor objetivando o desenvolvimento da funcionalidade do paciente com PC.

Palavras-chave: Paralisia Cerebral; Fisioterapia; Distúrbios Motores.

DIFICULDADES NO ATENDIMENTO DE SAÚDE À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.

Elaine Maria Medeiros Dos Santos¹, Camila Silva Coutinho de Holanda², Nívea Gabriela Gomes Ramos³, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁴.

¹Graduando de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

²Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

³Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

⁴Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista em LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE Enfermeira pela FACENE, João Pessoa/PB.

Introdução: A Constituição Brasileira estabelece “saúde como direito de todos e dever do Estado”, desta forma, nasceu o Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, a escassez de informações acerca da população em situação de rua em relação ao SUS, dificulta a tomada de decisões referente a estes que são invisíveis para sociedade e estado. Sua maioria se encontra em estado de dependência química, em meio de vida violento e onde os profissionais tendem a recuar e acabar não prestando atenção devida. **Objetivo:** Análise das dificuldades ao acesso à saúde para população em situação de rua. **Metodologia:** Revisão bibliográfica com busca de artigos publicados de 2021 a 2023 em português, com o tema relacionado a temática na base de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO). Foram incluídos artigos nacionais e excluídas publicações em língua estrangeira e fora do período citado. Após análise, apenas 3 estudos foram considerados. **Resultados:** A vulnerabilidade de morar nas ruas facilita acesso a drogas ilícitas e substâncias prejudiciais à saúde, especialmente o crack, que teve consumo aumentado a partir de 1990. Prestar saúde à população em situação de rua desafia profissionais de saúde, especialmente a Enfermagem, a refletir sobre processos que levam a invisibilidade dessa população. Desta forma, estabelecer estratégia de acolhimento por equipe multiprofissional, contribuindo para mudança em base estrutural, buscando potencialização da saúde com propósito de superar qualquer distanciamento imposto pela discriminação social e estigmatização, construindo e estabelecendo vínculos de confiança, através do ato de conhecer territórios onde cada grupo está inserido, suas dinâmicas de sobrevivência e práticas individuais ou comunitárias. **Conclusão:** É de extrema

importância a desconstrução do olhar estigmatizador e colonizador da população para busca de execução das políticas públicas já existentes e criação de novas garantindo acesso dessa população vulnerável que se encontram nas ruas, aos serviços de saúde.

Palavras-Chave: Serviços de saúde; Invisibilidade; População de rua.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE: DESAFIOS NO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

Alyce Gabrielle de Araújo Oliveira¹, Maria Luiza de Araújo Oliveira², Luiz Eduardo de Paula Ribeiro³, Miquéias de Oliveira Santos⁴, Dário César de Oliveira Conceição⁵, Moara Targino da Silva⁶

¹Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

²Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵

⁶Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS), são fatores socioeconômicos e ambientais que influenciam o acesso e a utilização dos serviços de saúde. Em populações vulneráveis, questões como pobreza, moradia inadequada e baixa escolaridade prejudicam o uso adequado de medicamentos (URM), resultando em problemas de saúde agravados pelo uso inadequado de fármacos. Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel essencial na educação e promoção do URM, minimizando os impactos negativos desses determinantes e promovendo a saúde. **Objetivo:** Analisar a influência dos determinantes sociais da saúde no uso racional de medicamentos em populações vulneráveis e destacar o papel do farmacêutico na educação em saúde. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa em bases de dados através do portal de periódicos CAPES, utilizando as revistas Scielo, Pubmed e MedLine. **Resultados:** A literatura revela que a pobreza e a baixa escolaridade reduzem a compreensão sobre o uso adequado de medicamentos, enquanto condições de moradia precária limitam o acesso ao armazenamento seguro de medicamentos, aumentando a exposição a riscos como reações adversas e baixa adesão. Estudos apontam que intervenções educativas lideradas por farmacêuticos nessas comunidades elevaram o uso adequado de medicamentos em até 40%, melhorando o controle de doenças crônicas e a segurança dos tratamentos. **Conclusão:** Os DSS impactam negativamente o uso racional de medicamentos em populações vulneráveis, aumentando o risco de desfechos adversos. A intervenção farmacêutica, através da educação em saúde, é uma estratégia eficaz para promover o URM e minimizar os efeitos das desigualdades. Este estudo reforça a importância de políticas de saúde voltadas para a redução das desigualdades e o fortalecimento do papel do farmacêutico. **Palavras-Chave:** Determinantes sociais da saúde; Uso racional de medicamentos; Populações vulneráveis.

CUIDANDO DE SI: O USO CONCIENTE DE MEDICAMENTOS

Deysiany Karla da Silva¹, Daniele Sthefani da Silva Macena², Maria Rayssa Guedes Ferreira³, Nayany Camilly Xavier de Lima⁴, Felipe Gustavo Soares da Silva⁵, Moara Targino da Silva⁶

¹ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁶ Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: A promoção do uso racional de medicamentos é essencial para evitar riscos à saúde associados ao uso inadequado e à automedicação. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o uso racional de medicamentos significa que os pacientes devem receber medicamentos apropriados para suas condições clínicas, nas doses e duração adequadas, ao menor custo para eles e para a comunidade. Para lidar com tais usos é necessário despertar nos sujeitos práticas de autocuidado que busquem de maneira preventiva e racional o uso de medicamentos como modo de enfrentamento às doenças. **Objetivo:** Conscientizar a população sobre a importância do uso correto de medicamentos e destacar o papel da farmacovigilância e de regulamentações que visam monitorar o mercado e garantir a segurança dos produtos. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa em bases de dados através do portal de periódicos CAPES, utilizando as revistas Scielo, Pubmed e MedLine. **Resultados:** A literatura evidencia que fatores como o fácil acesso a medicamentos, a falta de orientação adequada e as práticas de automedicação são os principais responsáveis pelos problemas de saúde associados. Estudos indicam que a automedicação é frequente, com cerca de 35% dos medicamentos no país adquiridos sem prescrição, o que aumenta o risco de intoxicações, sobretudo entre populações vulneráveis. **Conclusão:** De acordo com os estudos realizados, o uso irracional dos medicamentos é uma preocupação séria, podendo resultar em efeitos colaterais graves. Sendo assim, é fundamental levar em consideração as recomendações de profissionais de saúde e implementar estratégias educativas e regulatórias para promover o uso consciente de medicamentos.

Palavras-Chave: Uso Racional; Automedicação; Farmacovigilância; Cuidado de Si.

CUIDADO HUMANIZADO NA ENFERMAGEM PEDIÁTRICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA ACERCA DA IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO INFANTIL.

Daniely dos Santos Gomes¹; Josilene Maria Freitas da Cruz Silva²; Laysa Nicolly de Lima³; Allisson Marcelo de Andrade Silva⁴.

¹ Discente do curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: daniellydossantos2018@gmail.com

² Discente do curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: josilenedfreitas@hotmail.com

³ Discente do curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: Nicollylaysa54@gmail.com

⁴ Docente do curso de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade, E-mail: Allisson.fisio@hotmail.com

Introdução: O cuidado humanizado é essencial na enfermagem pediátrica, pois proporciona segurança e conforto às crianças, contribuindo para um ambiente que respeita suas necessidades emocionais e psicológicas. Esse acolhimento não apenas melhora a adesão ao tratamento, mas também minimiza traumas e ansiedades comuns em contextos hospitalares. O suporte emocional oferecido aos pais e responsáveis é igualmente importante, criando uma rede de apoio que reforça a confiança no atendimento. **Objetivo:** Este estudo busca compreender a relevância do cuidado humanizado na enfermagem pediátrica, abordando as práticas que promovem o bem-estar infantil e seu impacto no processo de recuperação. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir de artigos indexados nas bases PubMed e Scielo, com publicações dos últimos cinco anos (2019-2024). Foram utilizados descritores controlados e palavras-chave baseadas no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde), incluindo termos como "Enfermagem Pediátrica", "Cuidado Humanizado" e "Acolhimento Infantil". Esses descritores orientaram a seleção de estudos focados na importância do acolhimento, da comunicação empática e das práticas de humanização no atendimento a crianças hospitalizadas. **Resultados:** A revisão indica que práticas humanizadas na enfermagem pediátrica, como a comunicação lúdica e o respeito aos limites emocionais das crianças, moderadas para a diminuição do estresse e a cooperação no tratamento. Essas práticas também fortalecem o vínculo entre enfermeiros,

crianças e suas famílias, promovendo um ambiente de confiança e cuidado.

Conclusão: O cuidado humanizado em enfermagem pediátrica vai além das técnicas de assistência; envolve o acolhimento e a compreensão das necessidades emocionais da criança. Essa abordagem melhora a resposta ao tratamento e contribui para uma experiência hospitalar menos traumática, refletindo a importância de práticas acolhedoras e empáticas no atendimento infantil.

Palavras-Chave: Enfermagem Pediátrica; Humanização da Assistência; Saúde da Criança.

Eixo Temático: Saúde Coletiva

AVALIAÇÃO *IN SILICO* DA DISTRIBUIÇÃO E ABSORÇÃO DO FLAVONOIDE BIOATIVO ASTILBINA

Laylton Carlos Lemos Moura¹, Rodrigo Ribeiro Alves Caiana^{1,2}

¹ Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, Pernambuco;

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

Introdução: Flavonoides são metabólitos secundários oriundos de diversas espécies vegetais cuja principal característica é a presença de grupos fenólicos em sua estrutura molecular. Dentro deste grupo, merece destaque a Astilbina devido suas interessantes propriedades farmacológicas, a citar: anti-inflamatórias, anticancerígenas, antioxidantes, entre outras. Contudo, para que uma molécula se torne um propício candidato a novo fármaco, é necessário um bom entendimento de suas propriedades farmacocinéticas, uma vez que contratempos desta natureza estão entre as principais causas de falha na etapa de ensaios clínicos de novos medicamentos. Nesse âmbito, diferentes ferramentas *in silico* são aplicadas com esse propósito, trazendo vantagens como baixo custo, eficácia e rapidez, justificando sua extensa aplicação na P&D de fármacos. **Objetivo:** Diante do exposto, o presente trabalho visou determinar os aspectos farmacocinéticos da Astilbina a partir de algoritmos computacionais especializados (*in silico*). **Métodos:** As análises *in silico* para a determinação da Penetração na Barreira Hematoencefálica (BHE), Área da Superfície Polar Topológica (TPSA) e % Absorção Oral (%ABS = $109 - [0,345 \times \text{TPSA}]$), foram realizadas através da plataforma de bioinformática SwissADME. **Resultados:** A análise demonstrou um baixo potencial de penetração na barreira hematoencefálica por parte da Astilbina, sugerindo problemas de distribuição deste composto, especialmente em relação ao sistema nervoso central. Também foi notada uma baixa capacidade de absorção, com o %ABS estimado de 44,70%. O próprio valor de TPSA calculado (186,37 Å²) encontra-se fora dos limites estabelecidos pela regra de Veber (aceitáveis TPSA < 140 Å²). Os problemas citados podem ser atribuídos à polaridade da Astilbina devido a presença de muitas hidroxilas. **Conclusões:** Estes resultados expressam que, apesar do seu potencial farmacológico, a Astilbina apresenta um baixo potencial farmacocinético, apontando a necessidade de otimização estrutural desse flavonoide, especialmente na diminuição de suas porções polares.

Palavras-Chave: Farmacocinética; Estudos Computacionais; Química Medicinal; Produtos Naturais.

ABORDAGENS NO TRATAMENTO DE FRATURAS MANDIBULARES: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autora principal: Julie Leitão de Moraes Constantino de Lima

Orientadora: Jéssica da Silva Cunha

Estudante do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade; Email:

juliemoraes241124@gmail.com

Docente do curso de Odontologia da Faculdade Santíssima Trindade

Email: jc.odonto.2018@gmail.com

Introdução: As fraturas mandibulares são causadas por traumatismos diretos, mas, eventualmente, podem surgir de fraturas patológicas. As lesões do complexo mandibular constituem um dos riscos que estão frequentemente associados a morbidades graves, com perda de função e comprometimento estético. Existem varios métodos de tratamento para essas fraturas advindas de fraturas patológicas, divididas em dois grupos amplos: os tratamentos conservadores e os tratamentos cirúrgicos. A escolha do melhor tratamento é realizada através do quadro clínico/ imaginológico do paciente. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo descrever uma revisão da literatura sobre as diferentes abordagens de tratamento de fraturas mandibulares. **Métodos:** A pesquisa foi realizada através da busca nas bases de dados, Pubmed, Embase, Portal BVS (Lilacs) e literatura cinzenta (google acadêmico), utilizando a estratégia PICO. População da pesquisa: pacientes adultos acometidos com fraturas mandibulares patológicas; a intervenção: tipos de tratamentos para fraturas mandibulares, a comparação entre os estudos não se aplica; e o desfecho: descrever qual a melhor abordagem, que traga menor morbidade ao paciente. **Resultados:** A maioria dos estudos mostraram que o tratamento utilizado dependerá de um bom exame clínico e dos exames imaginológicos e através disso é possível realizar o planejamento e escolha do tratamento. **Conclusão:** A investigação desses estudos proporcionou uma visão detalhada dos métodos de tratamento das fraturas mandibulares decorrentes de lesões maxilofaciais.

Palavras-chave: Fraturas Mandibulares; Tratamento Conservador; Cirurgia Bucal

Área Temática: Saúde Coletiva

A PANDEMIA DO COVID-19 E AS DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE NO BRASIL.

Nivea Gabriela Gomes Ramos¹, Elaine Maria Medeiros Dos Santos²,
Adenilson Da Silva Gomes³.

¹Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

²Graduanda de enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³Professor da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

Introdução: Uma das consequências da pandemia do COVID-19 no Brasil foi a dificuldade na acessibilidade aos demais serviços no sistema de saúde, deixando milhares de brasileiros, principalmente os de baixa renda, sem atendimento ambulatorial e sem atenção básica, devido ao grande congestionamento no setor de saúde em todo país. **Objetivo:** Elencar as dificuldades do sistema de saúde com a população mais vulnerável no contexto pandêmico. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão bibliográfica descritiva, que buscou artigos diversos com o critério de ser gratuito e publicado no período de 2022 a 2024, tendo uma temática coesa com o tema. A pesquisa foi realizada em outubro de 2024, nos bancos de dados: SciELO, BIREME e LILACS. Foram achados 7 artigos, mas apenas 4 estavam de acordo com os critérios de inclusão. **Resultados:** Com base na análise dos artigos escolhidos, a pandemia da COVID-19 trouxe um aumento significativo no aporte financeiro do Sistema Único De Saúde (SUS) em 2020, disponibilizando mais leitos e mais profissionais de saúde para suprir as demandas emergenciais. Contudo, houve uma drástica redução em serviços ambulatoriais e de atenção primária, como a oferta de exames de rastreamento de neoplasias, tendo uma baixa de 40% comparado com os anos antes da pandemia, a diminuição de 14,1% internações cirúrgicas e a interrupção no tratamento das DNTs, como a Diabetes Mellitus, dificultando exorbitantemente o acesso de pessoas vulneráveis a saúde pública. **Conclusão:** Os problemas relatados são uma consequência do déficit do sistema de saúde na continuação a assistência e promoção de saúde em diversos setores além do contexto pandêmico. Proporcionando um aumento significativo na mortalidade por DNTs (doenças e agravos não transmissíveis) no Brasil, majoritariamente em regiões de baixa renda.

Palavras-Chave: Pandemia; Vulnerabilidade em saúde; Sistema de Saúde.

A ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA

Ana Maria Vieira dos Santos¹, Ana Vitória de Albuquerque Oliveira², Carla Maria de Lima Veiga Motta³, Thamirys Maria da Silva Teixeira⁴, Yolanda de Cássia Cabral de Moura⁵, Luciana Ângelo Bezerra⁶

¹Discentes do 4º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

²Fisioterapeuta Docente e Coordenadora do curso Bacharel em Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade- FAST.

Introdução: Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) é uma doença neurológica crônica, degenerativa que afeta os neurônios motores, resultando em fraqueza muscular, fadiga e comprometimento da independência funcional. Sua causa ainda não é completamente compreendida, mas é considerada multifatorial, envolvendo fatores genéticos e ambientais. O avanço dos sintomas leva à imobilidade, agravando a qualidade de vida do paciente devido à atrofia muscular e contraturas. **Objetivo:** Observar a atuação da fisioterapia na ELA. **Metodologia:** Análise de literatura, realizada através das bases de dados: Pubmed, Google acadêmico e BVS saúde, no idioma português, com publicações dos anos de 2006 a 2024. Foram incluídos nesta revisão os artigos que abordassem a temática e excluídos aqueles com qualidade metodológica questionável ou que não abordassem diretamente o tema do estudo. **Resultados e discussões:** A atuação do fisioterapeuta na ELA se mostrou eficaz; onde o fisioterapeuta atua avaliando e prescrevendo exercícios, monitorando habilidades funcionais dos pacientes, fornecendo orientações para os pacientes e seus cuidadores sobre as técnicas de transferências, posicionamento, avaliando e solicitando possíveis adaptações nos domicílios dos pacientes. Os principais objetivos da fisioterapia no tratamento da ELA são: evitar/retardar e prevenir deformidades/fixações articulares, desvios posturais e retardar os efeitos deletérios da imobilização no leito. Exercícios essencialmente passivos geram uma manutenção no nível de independência funcional em certas atividades de vida diária como comer, tomar banho e

transferências posturais. A reabilitação respiratória também é uma parte essencial do manejo da ELA, fazendo uso de técnicas de ventilação não invasiva e exercícios respiratórios que auxiliam na manutenção da função pulmonar e na redução do risco de complicações respiratórias. **Conclusão:** A fisioterapia auxilia na ELA retardando e/ou evitando a perda de funcionalidade, e prevenindo contraturas.

Palavras-chaves: Fisioterapia, Esclerose Lateral Amiotrófica e Reabilitação.

RESUMOS EXPANDIDOS APROVADOS

O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DO CONCURSO PÚBLICO

Alexsandro dos Santos Silva ¹, José Carlos Ferreira Amorim ², Luiz Carlos dos Santos Dantas ³ Pedro Gomes de Araújo Neto ⁴, Leidson Jisseli Evaristo ⁵, Rhaissa Francisca Tavares de Melo Balder ⁶

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁶ Professora do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

INTRODUÇÃO

Entre os princípios constitucionais explícitos que permitem toda a atuação da Administração Pública, destaca-se o princípio da eficiência. Esse princípio visa garantir que a gestão pública opere de maneira eficaz, racional e orientada para resultados, beneficiando a coletividade.

Uma de suas manifestações mais claras é o concurso público, que se configura como o mecanismo mais eficaz, equitativo e meritocrático de seleção de servidores. Por meio dos concursos, a Administração busca garantir que seus quadros sejam preenchidos por profissionais capacitados, selecionados com base no mérito, em consonância com o interesse público.

Dessa forma, o concurso público não apenas promove a eficiência administrativa, mas também reflete um compromisso com a justiça social e a igualdade de oportunidades, contribuindo para a construção de uma gestão pública mais competente e comprometida.

O objetivo desta pesquisa é analisar o papel do concurso público como instrumento de efetivação do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública, avaliando sua eficácia na seleção meritocrática de servidores e seu impacto na melhoria da gestão pública. A pesquisa também busca compreender de que forma o concurso público contribui para a promoção da equidade e da justiça social, garantindo a seleção dos candidatos mais capacitados e, ao mesmo tempo, atendendo as diretrizes éticas e o princípio da eficiência.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica aprofundada da doutrina jurídica brasileira e da legislação vigente relacionada ao tema. Foram selecionadas obras de autores renomados, bem como leis, decretos e outras normativas pertinentes à análise do concurso público e do princípio da eficiência na Administração Pública.

A pesquisa também incluiu a interpretação de informações relevantes para contextualizar a aplicação prática dos conceitos estudados. Essa metodologia permite uma compreensão mais ampla e detalhada dos aspectos teóricos e normativos que fundamentam o concurso público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há na doutrina diversos conceitos de princípios jurídicos. Uns são mais antigos, outros mais atuais, porém todos se complementam. José Afonso da Silva, célebre constitucionalista, traz uma definição clássica de princípios, enxergando-os como ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, sendo a base da sua construção (Afonso, 2012). Como seu contemporâneo, Celso Antônio Bandeira de Melo, citado por Alexandre Mazza, também traz outro conceito de princípios, vendo-os como mandamentos nucleares de um sistema (Mazza, 2015).

Já para autores mais atuais, a exemplo de Sylvio Motta, princípios jurídicos são valores e diretrizes que orientam a aplicação do Direito (Motta, 2019). E, atualmente, o conceito de princípio jurídico mais em voga é o trazido por Robert Alexy, citado por Pedro Lenza em sua obra, o qual considera os princípios como mandamentos de otimização, ordenando que algo seja realizado na maior medida do possível, dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes (Lenza, 2022).

Todo ramo jurídico tem seus próprios princípios. Nesse sentido, o Direito Administrativo também tem os seus, que lhe conferem autonomia e servem para orientar e uniformizar todo o seu sistema. Esses princípios podem ser constitucionais ou infraconstitucionais, e estarem de forma explícita ou implícita no ordenamento jurídico vigente.

Para Matheus Carvalho, os princípios do Direito Administrativo são postulados que inspiram o modo de agir de toda a atuação administrativa, sendo considerados pelo doutrinador como a espinha dorsal do sistema (Carvalho, 2021).

Nessa perspectiva, no caput do artigo 37 da Constituição Federal, estão de

maneira explícita os princípios basilares do regime jurídico administrativo, que são a legalidade, a moralidade, a impessoalidade, a publicidade e, por fim, a eficiência, que se tornou expresso e foi incluído no texto da Carta Maior a partir da Emenda n. 19/98.

A doutrina chega a apontar sete características nucleares do princípio da eficiência, que é o interesse público, a integridade, a objetividade, a responsabilidade, a transparência, a honestidade e a liderança (Bulos, 2021). E foi exatamente esse princípio um dos pilares da reforma administrativa pela qual passou o Estado brasileiro, que buscou implementar um modelo de administração pública gerencial, voltada para um controle de resultados na atuação estatal (Mazza, 2015).

Para José Afonso, a eficiência não é propriamente um conceito jurídico, mas econômico, o qual não qualifica normas, mas sim atividades (Afonso, 2012). Bulos enxerga o princípio da eficiência como um verdadeiro reclamo contra a burocracia estatal (Bulos, 2021). Também para esse mesmo autor, o princípio da eficiência não é hierarquicamente superior nem inferior a nenhum outro princípio constitucional, estando em pé de igualdade com os demais e gozando de autonomia. Sendo assim, ele tem aplicabilidade própria, imediata e se irradia por todos os atos administrativos, inclusive na contratação de pessoas para prestação dos serviços de caráter público.

Nessa perspectiva, a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso II, prevê como regra geral para a investidura em cargos e empregos públicos a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. De modo que, segundo a doutrina, o concurso público norteia uma atuação voltada para o princípio da eficiência, buscando a seleção das pessoas mais preparadas para o exercício de uma função pública, sendo o melhor sistema para escolher quem vai ingressar no serviço público, pois se privilegia o mérito, a igualdade de oportunidades e o interesse público de contratar os mais aptos (Motta, 2019). Além disso, também é pontuado pelos doutrinadores que o concurso público evita o nepotismo, a perseguição política, os cabides de empregos eleitorais e o tráfico de influências (Motta, 2019).

Ainda sobre a eficiência, Matheus Carvalho considera uma atuação eficiente aquela realizada com presteza e, acima de tudo, um bom desempenho funcional, que está relacionado com a competência dos servidores (Carvalho, 2021). E pelo concurso público busca-se contratar os melhores e mais competentes para satisfazer

as necessidades da sociedade, que ele não frui dos serviços, considerando sempre a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, de acordo com a Constituição.

Apesar disso, atualmente, a Administração Pública tem, com frequência, substituído o concurso público e efetuado seleções através de currículos, por meio de seleções simplificadas, o que é considerado por uma parcela dos doutrinadores clara violação da regra constitucional, pois se abre espaço para imoralidade administrativa, privilegiando-se contratações de pessoas, na maioria das vezes, por simples parentesco, amizade ou interesse político. Além disso, também ver-se o fenômeno da contratação massiva de temporários, no intuito de se ter um estribo político por parte dos administradores, deixando de realizar o preenchimento dos quadros públicos por intermédio do instrumento constitucionalmente adequado para tanto, que é concurso público.

Para Motta (2019), também é passível de crítica a escolha de profissionais unicamente por seus títulos, pois isso, por si só, não é garantia de competência. Ele reflete que, por falta de recursos financeiros, muitos candidatos, apesar de competentes e deixando isso claro por seus desempenhos nas provas, não conseguem obter titulação e, por isso, acabam perdendo a vaga. De modo que, para o doutrinador, tão importante quanto o título é a competência, que deve ser demonstrada na prova do concurso (Motta, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, conclui-se que o concurso público representa uma das formas mais efetivas de concretização do princípio constitucional da eficiência na Administração Pública. Ao configurar-se como o método seletivo mais justo, democrático e equânime, o concurso público tem como objetivo principal selecionar os candidatos mais preparados e competentes para o exercício das funções públicas. Além de promover a meritocracia, esse processo garante que a contratação de servidores esteja alinhada ao interesse coletivo, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente, transparente e comprometida com os valores sociais.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito administrativo descomplicado. -26. Ed. rev.,atual.e ampl.- Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito constitucional descomplicado. -16. Ed. rev.,atual.e ampl.- Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

BRASIL. Lei nº 13.800, de 3 de janeiro de 2019. Institui fundos patrimoniais para apoio a projetos de interesse público e cria normas para seu funcionamento. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13800.htm.> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

CARVALHO, Matheus. Manuel de direito administrativo / Matheus Carvalho - 9. Ed. ver.ampl. e atual.-Salvador: JusPODIUM, 2021.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado / Pedro Lenza. - 26. Ed. - São Paulo: SaraivaJur, 2022.

MAZZA, Alexandre. Manuel de direito administrativo / Alexandre Mazza - 5. Ed. - São Paulo: Saraiva, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

MOTTA, Sylvio. Direito constitucional: Teoria, jurisprudência e questões / 27. Ed. ver. e atual. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. / José Afonso da Silva. 36º ed. – São Paulo: MALHEIROS, 2012.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES POSSÍVEIS ATRAVÉS DA PSICOPEDAGOGIA

Roseli Estevão Guerra Pessoa ¹, Tanilson Alberto Gonçalves dos Santos ², Isabelle
Barbosa do Nascimento ³, Rogério Olivio da Silva ⁴, Professora, Mestre Luísa
Fernanda Camacho Gonzalez ⁵

¹ Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssima Trindade-FAST: roseli.estevao@yahoo.com.br

² Graduanda em Psicologia pela Faculdade Santíssima Trindade-FAST: albertotanonilson@gmail.com

³ Graduando em Psicologia pela Faculdade Santíssima Trindade-FAST: bisabelle899@gmail.com

⁴ Graduando em Psicologia pela Faculdade Santíssima Trindade-
FAST:tagricolarogerioolivio@hotmail.com

⁵ Orientador(a), profa.luisacamacho@gmail.com

INTRODUÇÃO

Verifica-se que existe discussões quando se trata de educação antirracista e nessa abordagem percebemos que esse tema vem delineando novas formas de pensar a esse respeito. De acordo com Silva (2010), o racismo “acredita em raças superiores e cria mecanismos sociais e políticos para reprimir as raças consideradas inferiores.” (p. 348). Justifica-se a necessidade de combater as práticas que fortaleçam essa concepção na comunidade escolar, a fim de fortalecer as relações socioemocionais.

Para tanto, a problemática focaliza alguns dos indicadores sociais recentes e revelam que de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), 18% dos jovens negros de 18 a 24 anos estavam cursando o ensino superior em 2020. No entanto, a desigualdade racial na educação brasileira é evidente em vários indicadores: A escolaridade média da população branca é maior do que a da população negra. 60% dos brancos completam o ensino médio, enquanto 47,3% dos pretos e pardos o fazem.

Considerando essas estatísticas e as relações de desigualdades sociais e raciais no contexto educacional apontam a existência de práticas antirracistas, visto que o racismo não é uma prática dissociada e essas atitudes estão de forma consciente e inconsciente prejudicando as emoções do estudante que sofre o racismo. Ao pararmos para refletir, quais seriam nossas atitudes frente a um episódio de racismo em sala de aula? Já pensamos o que acontece com o emocional de um estudante vítima de racismo? Quais estratégias poderiam ser desenvolvidas em sua sala de aula para combater esse problema socioemocional?

A presente pesquisa visa compreender por meio de revisões bibliográficas sobre educação antirracista. Desta forma, o nosso problema de pesquisa busca responder: Quais as dificuldades e possibilidades para o trabalho psicopedagógico numa perspectiva antirracista.

Tendo o objetivo geral é investigar quais as abordagens psicopedagógicas mais eficazes para promover a educação antirracista. Tendo como objetivos específicos: Analisar os aspectos emocionais no contexto escolar antirracista; estimular ações antirracistas que possam perceber a empatia, o respeito e a diversidade cultural; Mapear quais as dificuldades indicadas pelas professoras para uma educação antirracista;

Conforme os escritos de Rodrigues (2018), é preciso que o modelo educacional aborde uma visão antirracista e consciente da aceitação da identidade negra por parte da comunidade escolar. Desta forma, a pesquisa foi dividida em quatro capítulos a saber. No primeiro capítulo trouxemos a problematização de nosso estudo, objetivos e delimitação. No segundo, apresentamos a revisão bibliográfica, enquanto parte e sistemática escrita e principais reflexões teóricas acerca da educação antirracista. No terceiro capítulo apresentamos o percurso metodológico e, por fim, no quarto capítulo, apresentamos os resultados e discussão da pesquisa aplicada.

METODOLOGIA

O estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de levantar informações sobre a temática. Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa empírica, através de análise participativa, é fundamental na coleta e análise de dados. Segundo Kuhn, os cientistas procuram resolver o quebra-cabeça representado pela dificuldade de relacionar a teoria dominante com os fatos observados e, caso não consigam, surge uma nova teoria, supostamente mais eficaz do que as anteriores. (Ventura, 2014).

Oliveira (2010), argumenta que a pesquisa qualitativa se associa à resolução de um problema coletivo, com pesquisadores e participantes atuando de forma cooperativa.

Para esta pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico, utilizando plataformas como Scielo e Google Acadêmico, com descritores como

“Autoconhecimento”, “Educação” e “Sócio Emocional”, limitando a busca ao período de 2010 a 2024. Entre os 30 artigos identificados, 15 se repetiram, e 10 deles foram selecionados para a revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessa pesquisa qualitativa, evidencia-se que a educação antirracista no contexto educacional integrar a psicopedagogia para ser uma aliada no combate as práticas antirracista. Sob essa ótica no campo do cotidiano escolar, o cultivo das competências socioemocionais, incluindo a autorregulação, a gestão das emoções e a empatia, tornam os estudantes mais aptos a identificar e desafiar preconceitos sociais, tanto em suas próprias atitudes quanto nas de outras pessoas, contribuindo para a não-naturalização racismo e discriminação.

Percebe-se que os alunos raramente experienciam situações de racismo em suas escolas e não há diferença significativa entre a experiência de racismo vivenciada pelos alunos brancos e negros. Tais resultados não corroboram com a literatura que evidencia o racismo como um fenômeno presente no ambiente escolar (OLIVEIRA; ABRAMOWICZ, 2010, pág. 143).

As abordagens pedagógicas não se limitam apenas à redução de comportamentos discriminatórios. Elas também têm a capacidade de fortalecer a comunidade escolar e de fomentar um ambiente de acolhimento e solidariedade. A psicopedagogia tem o potencial de motivar os estudantes a analisarem de maneira crítica suas emoções e preconceitos, auxiliando-os a identificar e confrontar suas crenças a respeito de raça. Esse processo de autorreflexão é fundamental para o aprimoramento de uma consciência racial crítica.

O campo educacional, de modo geral, e o âmbito escolar, de modo específico, são permeados por práticas discriminatórias. Por esta razão, convém mencionar alguns aspectos relevantes da pesquisa pioneira desenvolvida pela socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo no estudo: Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas, publicada no ensaio sociológico Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo, coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – OLIVEIRA, 2016).

Salientando que este estudo foi publicado em 1955, ou seja, há quase 70 anos, e ainda apresenta elementos importantes para pensar os impactos do racismo na trajetória de estudantes negros a partir da abordagem de problemas que alcançam os dias atuais. Nessa perspectiva, é importante reconhecer que abordar as competências socioemocionais é crucial para que os alunos entendam a necessidade a complexidade das discussões sobre racismo no ambiente escolar. Deste modo, é necessário que na interação entre os processos psicológicos e educacionais.

Diante dessa perspectiva, caso as habilidades emocionais e sociais não estejam bem desenvolvidas, o estudante terá maior dificuldade em alcançar seus objetivos e aprender de forma eficiente. De acordo com a Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2013). Em dez cidades do mundo estudadas pela organização, os adolescentes demonstraram menos habilidades socioemocionais do que crianças de 10 anos, tendo de certa forma a falta de convivência consigo mesma e pessoas ao seu redor.

Desse modo, a principal ênfase do desenvolvimento socioemocional e autoconhecimento está em aprimorar as competências socioemocionais dos estudantes, capacitando-os a compreender e gerenciar suas emoções, interações e relacionamentos de forma eficaz. s metodologias escolares atuais e sugere caminhos para superar o racismo estrutural. Precisamos avançar em ações diárias, na formação continuada de docentes e na adoção de um currículo decolonial, para romper com a visão eurocêntrica predominante nos sistemas de ensino, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e diversa sobre o conhecimento, que leve em consideração as diretrizes da educação para as relações étnico-raciais. Apenas assim conseguiremos transformar essa estrutura. (HENRIQUE, 2012)

No ambiente escolar, essa iniciativa inclui a adoção de abordagens educacionais que fortalecem o bem-estar emocional e promovem o crescimento das habilidades interpessoais. O ato de parar para refletir antes de agir pode ser uma maneira eficaz de resolver diversos problemas e evitar situações estressantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos a importância de uma abordagem psicopedagógica no combate ao racismo nas escolas, destacando a necessidade de promover uma

educação que valorize a diversidade e o respeito. Bem como, entender como as competências socioemocionais são ferramentas poderosas para enfrentar o racismo e fortalecer a consciência crítica dos estudantes.

O campo educacional, de modo geral, e o âmbito escolar, de modo específico, são permeados por práticas discriminatórias. Por esta razão, convém mencionar alguns aspectos relevantes da pesquisa pioneira desenvolvida pela socióloga e psicanalista Virgínia Leone Bicudo no estudo: Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas, publicada no ensaio sociológico *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*, coordenado por Roger Bastide e Florestan Fernandes, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – (UNESCO, 2023). Embora o estudo tenha sido publicado em 1955, ou seja, há quase 70 anos, apresenta elementos importantes para pensar os impactos do racismo na trajetória de estudantes negros a partir da abordagem de problemas que alcançam os dias atuais.

Com isso, este trabalho contribui para que estudantes, professores e comunidade escolar desenvolvam práticas educativas focadas na socialização étnico-racial e, conseqüentemente, na implementação da Lei 10.639/2003 (BRASIL, IPEA, 2020), pois colaboram para a redução do racismo, favorecem relações étnico-raciais mais respeitáveis entre os atores no ambiente escolar e possibilitam que os alunos negros desenvolvam uma identidade étnico-racial mais positiva.

REFERÊNCIAS

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. texto para discussão n. 807. IPEA, 2012, Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0807.pdf>. Acesso em: 23 de outubro de 2024

(IPEA) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). (2020). **Desigualdades raciais por cor ou raça no Brasil**. Brasília: Ipea. Disponível em: www.ipea.gov.br.

MARCONI, M. A., & Lakatos, E. M. (2010). **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas.

OECD. (2013). Portugal: **Reforming the State to promote growth**. Paris: OECD. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-out-28/racismo-reverso-discriminacao-contra-maiorias-so-o-racismo-estrutural-e-racismo/>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração** / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. **Infância, raça e "paparicação"**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010. Disponível em: [Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266837900_Infancia_raca_e_paparicao](https://www.researchgate.net/publication/266837900_Infancia_raca_e_paparicao) Acesso em: 27 de outubro de 2024.

OLIVEIRA, Andrea da S. **A lei 10.639/03 e as limitações quanto a sua aplicabilidade** na Escola Maria do Carmo Bezerra Monografia (Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

RODRIGUEZ, Nerea Babarro. **Habilidades socioemocionais**. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/habilidades-socioemocionais-o-que-sao>. 2018. Acesso no dia 18 de abril de 2020

SILVA, L. A. (2010). **Racismo, exclusão e cidadania no Brasil**. Revista de Ciências Sociais, 35(2), 341-358. Por cor ou raça no Brasil. Brasília: Ipea. Disponível em: www.ipea.gov.br.

VENTURA, Magda Maria[organizador]. **Conhecimento científico**.— Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2014. 128 p. 13

CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA INFANTOJUVENIL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

Jeane Milena Mota de Santana¹, Iolanda Mendonça de Santana ², Jean Brito da Silva³

¹ **Graduanda do curso de Pedagogia da Fast;**

² **Mestra em Educação e Professora do Curso de Pedagogia da Fast;**

³ **Mestre em Educação e Professor do Curso de Pedagogia da Fast;**

INTRODUÇÃO

No contexto atual, se faz necessário o incentivo de práticas antirracistas diante das discriminações e desigualdades raciais que estão estruturadas na sociedade. A escola, então, como lugar de construção do sujeito, possibilita a formação de uma consciência antirracista, a partir da infância onde constrói o desenvolvimento pessoal e social do aluno.

Nesta direção, este trabalho evidencia a literatura infantojuvenil como veículo de combate ao racismo, para além de apenas divertir e entreter, mas sobretudo com a possibilidade de refletir acerca de temas e narrativas que retratam a diversidade humana. Assim, abre espaço para que desde cedo seja estimulado o olhar empático, para que alcance uma sociedade justa e equitativa.

Desde muito tempo, a literatura tem história na educação. Os relatos históricos apontam que ela era usada como meio para ensinar sobre valores sociais (Zilberman, 1981; 1982). Não é diferente do que acontece hoje, pois a criança tem possibilidades diversas enquanto produtora de cultura para experimentar o mundo, e, neste caso, a literatura infantil é um excelente suporte para que ela construa, elabore e reelabore suas experiências enquanto criança, utilizando-se de narrativas e da própria imaginação para a leitura do ambiente e do seu entorno.

No caso, com narrativas de personagens que contemplem a diversidade étnico-racial, a literatura infantojuvenil torna-se um suporte para que as crianças compreendam questões sociais de uma forma acessível e segura. Especialmente para crianças negras, que encontram na literatura a valorização de sua identidade e uma contranarrativa aos estereótipos.

Diante dessas discussões, esta pesquisa tem como objetivo refletir as contribuições da literatura infantojuvenil na construção de uma sociedade antirracista. A motivação é gestada por acreditar que a literatura infantojuvenil pode ser condutora na construção de valores e saberes dentro das discussões das temáticas raciais, nos estudos acerca do

Letramento Racial e na compreensão da Lei nº 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira na educação básica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006) este tipo de pesquisa tem abordagem interpretativa do meio, sendo assim o objeto de estudo é analisado no cenário natural.

Dentro desta abordagem, optou-se pela pesquisa bibliográfica, que trata-se do “levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002, p. 32), ou seja, esta estratégia permitiu uma análise detalhada de obras e produções acadêmicas de modo a contribuir com as reflexões da literatura infantojuvenil na construção de uma sociedade antirracista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura infantojuvenil tem muito a contribuir para a construção de conceitos e valores sociais, pois através das histórias e dos personagens as crianças conseguem fazer uma leitura de mundo.

A obra famosa criada por Monteiro Lobato, *Sítio do Pica Pau Amarelo* (1921), foi recentemente analisada e criticada por fazer alusão ao racismo. No século XXI, tal obra literária refletia valores e ideias que, para a população da época, não eram vistos como problemáticos. Hoje, depois de alguns anos, nos leva a pensar sobre como o racismo está empregado em nosso subconsciente e como tal temática recebe visibilidade. Nesse sentido, adaptações e reinterpretações *Sítio do Pica Pau Amarelo* (1921) tem buscado abordar essas questões de forma mais inclusiva, contribuindo para a construção de uma literatura infantojuvenil comprometida com valores antirracistas. Assim, é importante trazer tal discussão para escola, apresentando novas obras literárias que evidenciem e valorizem os traços da negritude.

A ausência de referência positiva na vida da criança e da família, no livro didático e nos espaços mencionados que esgarça os fragmentos de identidade da criança negra, que muitas vezes chega a fase adulta com total rejeição à sua origem racial, trazendo-lhe prejuízo a sua vida adulta (Andrade,

2005, p. 120).

A partir de Munanga (2005), entendemos que podemos conferir uma das contribuições da literatura para desconstrução do racismo. Há negros que não aceitam a própria origem por acreditarem no que foi posto pela sociedade ao longo dos anos: tratado como raça inferiorizada. Os livros, por sua vez, são portas de entrada para desconstruir essa visão equivocada nas nossas crianças.

Outro ponto de discussão importante a ser considerado é como a escola e os professores lidam com as questões raciais. Incentivar a leitura, indicar autores negros também é descobrir a riqueza da cultura afro. Hoje, a nossa literatura aponta para ascensão de diversas obras riquíssimas sobre a negritude dentro da literatura infantil: O Pequeno Príncipe Preto de Rodrigo França (2020), educando crianças antirracistas de Barbara Carine (2024), Sinto o que Sinto do ator Lázaro Ramos (2019) em parceria com o mundo Bitá, Jeremias Alma de Rafael Calças (2020), entre outras tantas obras que fortalecem a valorização da cultura e ancestralidade do povo preto.

É importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade. Portanto, frases como “eu não vejo cor” não ajudam. O problema não é a cor, mas seu uso para segregar ou oprimir. Vejam cores, somos diversos e não há nada de errado nisso se vivéssemos relações raciais, é preciso falar sobre negritude e branquitude. (Ribeiro, 2019, p. 16)

Pensar no combate ao racismo na escola nos coloca, enquanto educadores, diante de uma reflexão, sobre nossas práticas pedagógicas e mais além sobre as nossas atitudes pessoais. Combater o racismo é nos livrarmos dos paradoxos impostos socialmente ao longo da nossa história e vivenciar de fato o espaço escolar igualitário.

No livro *Pequeno Manual Antirracista*, é apresentado um relato da autora Djamila Ribeiro, sobre a sua experiência escolar enquanto criança negra, afirmando que a escola que ela frequentou era um lugar de brancos. E essa cultura Europeia era tida como superior. Ela se sentia como “diferente” naquele espaço, e assim foi durante anos e anos.

A Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, foi um avanço nesse cenário, pois obriga o ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. O que ainda é pouco, mas sem dúvidas há um fortalecimento na luta contra o racismo e preconceito na escola tendo em vista que falar sobre o problema desperta a reflexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa fica evidente as contribuições da literatura no combate ao preconceito e racismo, principalmente nas séries iniciais onde as crianças estão em processo de desenvolvimento da sua personalidade. A literatura proporciona a criança fazer uma leitura de mundo de uma forma leve e sutil, através da imaginação e da ludicidade dos livros infantis. Os livros também promovem a autoaceitação da negritude e através dos personagens negros que aparecem nas diferentes esferas sociais, ocupando quaisquer espaços sem distinção o que possibilita na criança se espelhar também nesses lugares.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, I. P. D. Construindo a autoestima da criança negra. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Edições MEC/BID/UNESCO, 2. ed., 2005. p. 117-123.

Brasil. **Lei 11.645/2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

COSSON, R. **Letramento Literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e prática da pesquisa qualitativa**. In: Denzin, N. K. e Lincoln, N. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2.ed. Porto alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. Munanga. Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005. Munanga, Kabengele e Gomes, Nilma Lino.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 1981.

ZILBERMAN, R. **Literatura infantil: autoritarismo e emancipação**. São Paulo: Ática, 1982.

AUTISMO É PRECISO CONHECER PARA TRANSFORMAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Graduanda de Psicologia: Roseli Estevão Guerra Pessoa ¹, roseli.estevao@yahoo.com.br

Professora orientadora: Luisa Fernanda Camacho Gonzalez²,
profa.luisacamacho@gmail.com

INTRODUÇÃO

O autismo no ambiente escolar é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades inerentes à pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar. (BRASIL, 2012).

Entendendo que existem documentos legais que respaldam os direitos das pessoas com deficiência, se percebe a partir do exposto que os sujeitos com Autismo precisam ser compreendidos em sua totalidade e assim garantir a inclusão do estudante no ensino regular. Afinal, ao longo da história da educação nem sempre foi direito de todos, principalmente quando se tratava das pessoas com deficiências. As pessoas com deficiências por muito tempo foram mantidas segregadas e praticamente privadas de convívio social. Sobre isso, Brasil (2007), afirma que:

Os direitos das pessoas com deficiência encontram-se publicados em documentos legais tanto a nível nacional como internacional, estes, garantem os direitos das pessoas com Autismo, sendo eles a Constituição Federal de (1988), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (9394/96), Lei nº. 10.436/02, Decreto nº 5.296/04 e Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007).

A inclusão da pessoa com deficiência é um debate atual que precisa envolver a sociedade evidenciando a necessidade da individualidade visto que existe diversas barreiras, inclusive atitudinais existentes. (BRASIL, 2012). Nos dias atuais se faz urgente que a inclusão possa se concretizar de fato nos diversos espaços de nossa sociedade. Para Brasil (2012), a inclusão escolar perpassa o processo de inserção do indivíduo, na perspectiva homogeneizadora que a escola tende a assumir para adotar estratégias que assegurem os direitos no processo ensino aprendizagem de todos.

OBJETIVOS

O presente estudo trata de um relato de experiência a partir da oficina sensorial pedagógica realizada pelos estudantes da turma do 9º ano do ensino fundamental anos finais. Tendo como tema Autismo é preciso conhecer para transformar, realizada na escola Capitão Plínio de Souza Monteiro, da rede estadual de Pernambuco, o objetivo foi proporcionar as pessoas presentes na oficina momentos de aprendizagens e de reflexão sobre o tema, ajudando, assim, a melhorar a relação com o outro e promover ao estudante com autismo um ensino de qualidade.

Com este relato a partir das observações feitas, pretendemos discutir práticas voltadas para educação inclusiva, para isso contamos com os docentes que vão nos permitir observar melhor o Transtorno do Espectro Autista no chão da escola. Quanto aos objetivos específicos a intenção era promover ações voltadas para sensibilização com relação ao autismo; compartilhar com a comunidade informações que contribuíam para uma compreensão e aceitação da condição do autismo, envolver a comunidade escolar em atividades que contribuíam para construção de conhecimento a respeito do tema e consequentemente diminuição do preconceito.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Para o trabalho acontecer fizemos entrevistas com psicólogo, fonoaudiólogo, comunidade escolar e conversa informal com pessoas que convivem com crianças com autismo, mas também observações in loco, vivenciando o projeto e interagindo com os estudantes autistas durante a oficina. Como resultados deste estudo podemos perceber que o autismo prejudica várias áreas sensoriais, além disso é perceptível que cada adolescente com autismo apresenta níveis de suporte diferente e particularidades diferenciadas.

Inicialmente, foi proposta a escolha do tema autismo, em seguida a reunião com os professores para definir as estratégias da pesquisa e organizar os trabalhos iniciais de pesquisa de campo tendo reuniões com o grupo de estudantes e professores orientadores. Dessa forma, entender o autismo e suas particularidades, os indicativos de alunos com autismo, suas características entre outros fatores. Esse procedimento metodológico foi muito importante por trata-se, de um tema atual, e necessário para ser discutido na comunidade escolar.

Durante a pesquisa de campo foi realizada uma conversa informal com os estudantes com base em observações dos comportamentos, dos alunos com autismo também foi feita uma entrevista no Instituto TEA com os profissionais da equipe multidisciplinar, oficina na escola para que a comunidade escolar pudesse conhecer como o adolescente com autismo consegue desenvolver e melhorar comportamentos inadequados no ambiente social e escolar.

Assim sendo, os participantes envolvidos na pesquisa finalizaram o estudo da temática, realizando uma oficina sensorial visando conscientizar os adolescentes e a comunidade escolar sobre autismo. De forma, que possa intervir na realidade e modificá-la dando ênfase na interação social, inovação e conscientização social.

Para atingir os objetivos desta pesquisa fez-se necessário uma metodologia de natureza qualitativa, que se apresenta como um universo que trabalha com significados, motivos, aspirações, que não podem ser reduzidos apenas a quantificações matemáticas (MINAYO, 2001). Como locus de pesquisa teve-se uma instituição estadual. Os sujeitos deste relato compreendem 8 estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo, uma docente da sala de AEE e uma profissional de apoio escolar.

A oficina direcionou como base para a consolidação, permitindo ao observador demonstrar a capacidade de correlacionar à teoria e a prática. Para efeito desse relato de experiência tivemos a oportunidade de discutir os dados provenientes das observações extraídas das aulas da professora observada. Verifica-se que para Marconi & Presotto (2014), que a observação é uma técnica de coleta em que o pesquisador utiliza para a obtenção dos dados através do contato visual. Esse contato direto tem intuito de familiarizar os alunos pesquisadores a entender o Transtorno do Espectro Autista.

Durante as observações os estudaram observaram dentre outras questões: 1) Como é a socialização e interação dos alunos com autismo nas atividades propostas em grupo. 2) Os estudantes participam das atividades integralmente ou parcialmente? 3) Quais são os apoios oferecidos pelo (a) orientador para que o aluno atinja os objetivos propostos? 4) Como são as atividades propostas pela professora para os adolescentes acompanhada?

Durante a realização da pesquisa foram realizados registros das observações das atividades. Triviños (2006) aponta que as anotações de campo que realizamos no ato da pesquisa representam as reflexões e observações que realizamos acerca dos

nossos sujeitos. Além das observações os estudantes realizaram entrevistas com equipe multidisciplinar , no intuito de compreender dentre outras coisas.

CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto ressaltamos que a experiência, foi de extrema relevância, pois, a partir dele os estudantes conheceram um pouco sobre a realidade do estudante com TEA e suas vivências em uma escola regular de ensino.

A observação da prática na oficina propiciou aos estudantes a percepção da importância de se compreender cada sujeito como sendo único e dotado de dificuldades e potencialidades.

Assim sendo, durante a pesquisa, ficou clara que os pais e cuidadores próximos são os primeiros a notarem os sinais do espectro, uma vez que convivem diariamente com a criança e podem observar comportamentos atípicos ao que é normalmente esperado em cada faixa etária. Quando esses sinais são identificados cedo e um profissional é consultado, conseguimos traçar um plano de intervenção que pode mudar o futuro dessa criança.

De acordo com o especialista, entender e identificar o Transtorno do Espectro Autista em indivíduos desde o começo de suas vidas pode ajudar na criação de um ambiente mais inclusivo e solidário, onde cada criança tem a oportunidade de florescer e alcançar seu pleno potencial.

Crianças diagnosticadas precocemente com TEA tendem a ter melhores resultados na escola e nas interações sociais, pois recebem intervenções e suporte adequados. Isso pode incluir desde terapias comportamentais até estratégias educacionais personalizadas que ajudam a criança a se desenvolver de forma mais equilibrada e confiante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência : uma proposta inclusiva/** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação**

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2007

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2021). **Fundamentos de Metodologia Científica** (9ª ed.).

Atlas.<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4/2/2%4051:2>. Acesso em 26 de outubro de 2024

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: pesquisa qualitativa em educação: Positivismo, Fenomenologia, Marxismo**. São Paulo: Atlas, 2006

A INFLUÊNCIA DAS EMOÇÕES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DOS ALUNOS NO CONTEXTO ESCOLAR

Tarcísio Jerfeson de Lira Santos¹, Mayra Emídio da Silva²

¹ Graduado em Matemática - UPE, estudante do curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), tarcisiojerffeson@gmail.com;

² Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), mayraemidio93@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Diante do cenário educacional vivenciado nos tempos atuais, debates e discussões acerca da relação entre os processos emocionais e o ensino escolar estão ganhando grandes destaques. Corroborando com essa ideia, Batista, Pasqualini e Magalhães (2022, p. 2) apontam que “O debate sobre a forma com que a esfera afetivo-emocional da atividade atua no processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento tem permeado diversos espaços e se evidenciado, inclusive, nas grandes mídias”. Levando em consideração as ideias apresentadas, este trabalho tem como objetivo discutir como as emoções podem influenciar na aprendizagem dos estudantes no contexto escolar.

Estudos revelam que existem várias causas e fatores emocionais para que os alunos tenham dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar, facilitando assim para os altos índices de evasão e retenção estudantil (Costa et al., 2022). Alguns fatores, por exemplo, perpassam pelas relações familiares, as quais formam as primeiras bases de relacionamentos, e na relação professor-aluno e aluno-aluno cujos são geridos dentro do contexto educacional.

É importante compreender que os processos de ensino e aprendizagem vão além da escolha do conteúdo, da metodologia utilizada e da forma de avaliação. De acordo com Fonseca (2016), a missão da escola não é apenas fazer com que o estudante possa estar se desenvolvendo intelectualmente, como também é de sua responsabilidade o desenvolvimento emocional e social do mesmo, pois como somos seres sociais, buscamos realizar atividades que nos fazem bem e evitar aquelas que nos fazem mal.

Perante o exposto, o mesmo acontece na sala de aula quando um professor proporciona uma atividade lúdica, uma vez que a mesma só será agradável para o aluno, caso ele se sinta à vontade diante da situação proposta. “O espaço escolar deve propiciar um ambiente de bem-estar e segurança afetiva aos discentes, para que estes não venham

a sofrer de problemas emocionais, que podem ocasionar dificuldade em todo o processo de aprendizagem” (Dias; Souza; Bravo, 2022, sem paginação). Nesse sentido, fica evidente da necessidade das instituições educacionais promover um espaço acolhedor, uma vez que, as emoções pode vim a contribuir com a aprendizagem dos estudantes.

METODOLOGIA

Este trabalho se fundamentou através de uma pesquisa bibliográfica, pois de acordo com Rodrigues, Oliveira e Silva (2024, p. 166) “as investigações bibliográficas possibilitam ao pesquisador a aproximação com os principais trabalhos desenvolvidos anteriormente, o que favorece o contato direto com as informações relacionadas a determinado objeto de estudo”. Sendo assim, a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador ampliar seus conhecimentos por meio de textos de renomes já publicados.

Além disto, os autores enfatizam que é por meio dessa metodologia que ocorre o processo da leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa; a fim de selecionar as principais ideias, concepções e discussões no que concerne à pesquisa em estudo. Pensando nisso, foi realizado um levantamento de trabalhos científicos através do Google Acadêmico, usando os descritores: Emoções e Processo de Aprendizagem. Dessa forma, destaca-se alguns trabalhos como de Fonseca (2016), Souza et al. (2020), Mota e Silva (2021) e Costa et al. (2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como ponto de partida, é necessário compreender o que são as emoções. Segundo Souza et al. (2020, p. 391), “Emoções são, basicamente, mecanismos biológicos ligados ao modo como os seres humanos agem ou reagem diante de determinados fatos ou acontecimentos. Elas estão diretamente ligadas ao valor que as pessoas atribuem às coisas e/ou às circunstâncias”. Para mais, são sentimentos internos que surgem da subjetividade de cada indivíduo (Medeiros; Freitas Moura, 2020).

O equilíbrio dessas emoções no contexto escolar, é de suma importância para se ter um convívio saudável e rico em aprendizagem, ou seja, é a ponte-chave para administrar o humor, autoestima, empatia, boa comunicação, controle de impulsividade,

motivação, honestidade, entre outros. Além disso, as emoções têm um papel crucial na formação de amizades e de trabalhos e brincadeiras em grupos, principalmente aquelas que envolve competições.

A emoção dirige, conduz e guia a cognição, não se pode compreender a aprendizagem sem reconhecer o papel dela em tão importante função adaptativa humana. A interdependência da emoção e da cognição no cérebro é demonstrada pelas novas tecnologias de imagiologia do nosso órgão de aprendizagem e de interação social (Fonseca, 2016, p. 370).

Em acréscimo, o autor aponta que as emoções influenciam profundamente o processo de aprendizagem ao longo da vida. Quanto mais nos envolvemos emocionalmente, mais intensamente se mobilizam funções como atenção, memória e percepção, além de aprimorarem-se habilidades executivas, como planejamento, priorização, monitoramento e controle de respostas, fortalecendo nossa capacidade de gestão e resposta.

Mota e Silva (2021) também enfatizam que existe uma interdependência entre o processo cognitivo e as emoções, por conta disso as mesmas possuem grandes influências na aprendizagem dos estudantes. Elas são como uma parte crítica para que o processo de aprendizagem aconteça de forma bem-sucedida e com sucesso. De forma contrária, “percebe-se quão profundas são as consequências para a vida acadêmica do indivíduo, por não ser possível gerar aprendizagem significativa diante de resistências emocionais, cujas bases estão em processos internos, neurológicos, emocionais e ambientais” (Idem, 2021, p. 259).

Nessa perspectiva, compreende-se que as emoções podem agir tanto como aliadas quanto como barreiras no processo da cognição, servindo de impulso ou obstáculo ao aprendizado. Evidência-se, portanto, a importância da regulação, supressão e controle emocional para favorecer um raciocínio mais maduro. Em outras palavras, no interesse de criar respostas criativas e adaptadas aos problemas que surgem na aprendizagem. Não obstante, Costa et al. (2022, p. 41) discorrem que:

(...) as emoções interferem positivamente ou negativamente nas funções da memória de curto prazo e de trabalho. Questões emocionais e comportamentais estão associadas às dificuldades de aprendizagem e se apresentam com bastante frequência nos casos de dificuldades no aprendizado da matemática e na diminuição

da concentração e atenção. A ansiedade e o medo são variáveis que podem influenciar na aprendizagem e no fracasso escolar, pois pessoas com medo ou ansiosas podem demonstrar, entre outros sintomas, a irritabilidade, e quando se trata de estudantes, podem apresentar também falta de atenção, dificuldades para aprender e, em alguns casos, completo insucesso escolar (Costa et al., 2022, p. 41).

Corroborando com Costa et al. (2022), Santos, Souza Junior e Fernandes (2022, p. 44) abordam que “O saber lidar com as emoções faz parte do processo educacional por isso é importante uma equipe preparada para lidar com os possíveis problemas educacionais”. Tais problemas se inicia quando as emoções não são trabalhadas adequadamente, dessa maneira contribuindo ao aluno a ter pensamentos e comportamentos agressivos consigo próprio e com os outros, o que pode acarretar depressões, automutilações, estresse, ansiedade e descontrole alimentares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, analisou-se que as emoções podem facilitar ou atrapalhar o processo de aprendizagem dos alunos no âmbito escolar e que por essa razão possuem influência no desenvolvimento cognitivo dos mesmos. Além disso, as emoções se fazem presente diante de diversas situações na vida do ser humano, ora sejam nos momentos de prazer e alegria ora sejam em momentos de dor e sofrimento.

Desmotivação, procrastinação, baixo rendimento são alguns casos quando o aluno apresenta dificuldades no aprendizado, por isso é importante que o professor proporcione atividades para possibilitar vínculos positivos nas relações professor-aluno e aluno-aluno. “As relações professor-estudante devem ser constantes e significativas, não só nos momentos em sala aula, mas em todas as atividades possíveis e também nas ocasiões extracurriculares” (Souza et al., 2020, p. 394). Nesse contexto, fica evidente a necessidade de um bom relacionamento entre professor-aluno, sendo esse crucial no processo de ensino, proporcionando um espaço educacional acolhedor e favorável ao aprendizado.

No mais, as emoções podem proporcionar benefícios a curto, médio e longo prazo, promovendo, portanto, o crescimento intelectual como também o crescimento emocional dos alunos, para assim assegurar-lhes a sua integridade pessoal e social. Consequentemente, permitindo que tenham um futuro de sucesso em suas tomadas de

decisões.

Por fim, é inegável que as emoções são componentes essenciais de quem somos e, principalmente, dão sentido ao que aprendemos. Elas tornam o aprendizado íntimo, real e memorável. As emoções influenciam tudo ao nosso redor, incluindo no contexto escolar, passando a dar cor, sabor e profundidade às experiências que vivemos, sejam elas boas ou más.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, J. B.; PASQUALINI, J. C.; MAGALHÃES, G. M. Estudo sobre Emoções e Sentimentos na Educação Infantil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, p. e116927, 2022.
- COSTA, S. G. SENNA, M. L. G. S.; CAVALCANTE, R. P.; CASTILHO, W. S.; VICTOR, V. F. Reflexos das emoções e dos sentimentos na aprendizagem em estudantes do ensino integrado regular do Campus Palmas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 6, n. 4, p. 39-50, out./dez.2022. e-ISSN: 2594-7036.
- DIAS, A. T; SOUZA, R. C.; BRAVO, R. B. INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E SEUS IMPACTOS NA APRENDIZAGEM ESCOLAR. **Revista Panorâmica online**, v. 36, Maio/Ago. 2022.
- FONSECA, V. Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. **Revista Psicopedagogia**, v. 33, n. 102, p. 365-384, 2016.
- MEDEIROS, K. A. S.; FREITAS MOURA, K. K. C. Contribuições da educação emocional para o desenvolvimento do estudante. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 34842-34849, 2020.
- MOTA, F. M. S. SILVA, G. T. F. A influência das emoções no processo de aprendizagem. **Caderno Intersaberes**, v. 10, n. 29, p. 255-264, 2021.
- RODRIGUES, M. C. O.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, F. D. A. A análise de Conteúdo na pesquisa qualitativa em educação. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 46, n. 1, p. 165-174, 2024.
- SANTOS, P. O. M.; SOUZA JUNIOR, J. C.; FERNANDES, A. A. Uma reflexão sobre a inteligência emocional e a atuação de professores nas séries iniciais. **Cadernos da FUCAMP**, v. 21, n. 50, 2022.
- SOUZA, J. C.; HICKMANN, A. A.; ASINELLI-LUZ, A. HICKMANN, G. M. A influência das emoções no aprendizado de escolares. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, p. 382-403, 2020.

A FESTA NO CÉU: UMA EXPERIÊNCIA DE LEITURA NUMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VICÊNCIA - PE

Adriany Katia da Silva¹, Táciila Kamilly Ferreira Cândido², Jean Brito da Silva³

¹ **Graduanda do curso de Pedagogia da Fast;**

² **Graduanda do curso de Pedagogia da Fast;**

³ **Mestre em Educação e Professor do Curso de Pedagogia da Fast**

INTRODUÇÃO

A leitura é uma prática social que não apenas oferece aos leitores uma ampla gama de conhecimentos sobre diferentes temas, mas também estimula o raciocínio, enriquece o vocabulário e aprimora as habilidades interpretativas. Além disso, ela é fundamental para o desenvolvimento da criatividade, imaginação, habilidades de comunicação, consciência crítica e capacidade de escrita. Especialmente nos primeiros anos de vida, a leitura deve ser incentivada, pois é por meio dela que a criança expande sua imaginação, criatividade e autoconfiança, proporcionando uma visão de mundo mais ampla.

Dessa forma, a leitura não se limita apenas ao componente curricular de língua portuguesa, mas está presente em todos os outros e nas diversas áreas do conhecimento, transmitindo saberes, cultura e valores para as novas gerações. Esta reflexão é respaldada a partir dos estudos de Silva (1999) que compreende a leitura como um processo complexo que vai para além da simples decodificação de palavras e signos. Em outras palavras, ele destaca a importância da interpretação e da construção de significado, destacando que a leitura envolve habilidades emocionais, cognitivas e sociais.

Outro aspecto levantado por Koch e Elias (2018) é a relação entre o leitor, texto e autor, que a compreensão depende do contexto, das experiências do leitor e do propósito da leitura no momento. Assim, compreendemos e reafirmamos, mais uma vez, que a leitura permite ao leitor analisar e questionar o conteúdo, desenvolvendo uma postura mais ativa diante do que lê, direcionando, então, para sua vivência.

Nesta mesma linha de pensamentos, Freire (1989) postula que a leitura de mundo precede a leitura da palavra. Por esta razão, é de suma importância que o professor estimule tudo aquilo que o estudante tem de conhecimento prévio a partir da leitura que será ou está sendo lida, ou seja, sempre dando importância para o conhecimento já adquirido pelo o indivíduo.

Este trabalho dentro da etapa das séries iniciais, faz com que a criança melhore a sua prática discursiva da oralidade, bem como contribui para a imaginação, habilidades do

raciocínio, ampliação do vocabulário. Certamente, dialoga com os estudos de Soares (2003) quando nos levar ao entendimento que letrar é mais que alfabetizar. É ensinar a ler e escrever dentro de um contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno.

O curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), localizada no município de Nazaré da Mata – PE, dentro de sua estrutura curricular, atende aos seus alunos com a curricularização da extensão em 10% de suas matrizes, a partir do que determina a meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Assim, este trabalho tem o objetivo de relatar uma experiência de formação desenvolvida por quatro graduandas na Extensão da disciplina “Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa”. A atividade teve uma carga horária de 20 horas, sendo 12 horas dedicadas à observação e apoio pedagógico ao(a) professor(a) regente e 8 horas à aplicação de uma intervenção didático-pedagógica. Tal intervenção ocorreu em uma turma do primeiro ano do ensino fundamental no município de Vicência - PE, nas aulas do componente curricular Língua Portuguesa.

METODOLOGIA

A pesquisa científica tem como ponto de partida a pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer estudos anteriores sobre o assunto. Gil (2008) discute a pesquisa como um processo sistemático de busca e análise de informações já publicadas, destacando a relevância de revisar a literatura existente para fundamentar novos estudos. Ele também enfatiza que a pesquisa bibliográfica não se limita apenas à coleta de dados, mas envolve uma análise crítica das fontes, permitindo ao pesquisador identificar lacunas no conhecimento e justificar sua própria investigação.

A pesquisa bibliográfica oferece um vasto leque de informações e possibilita a utilização de dados dispersos em diversas publicações, contribuindo para a construção e definição mais precisa do quadro conceitual relacionado ao objeto de estudo em questão (Gil, 2008).

Essa pesquisa tem natureza aplicada e visa propor melhorias para o cenário analisado com base no levantamento teórico. Gatti (2010) destaca a importância da reflexão e autocrítica na pesquisa. Assim, foi desenvolvida uma intervenção didática- pedagógica tendo como base o livro 'A Festa no Céu', da escritora Ângela Lago destinada a uma turma do 1º ano do ensino fundamental. Essa intervenção como objetivo

proporcionar aos alunos o fortalecimento da leitura e construção de sentidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 09 de novembro de 2023, quinta-feira, ocorreu o primeiro dia de aplicação da nossa extensão. Às 13h, foi realizada a acolhida dos alunos com momentos de conversa, descontração, cantigas de roda e brincadeiras do cotidiano da turma para deixá-los mais à vontade. Em seguida, deu-se início a uma atividade descontraída: uma caça ao tesouro. Essa atividade incluiu um mapa improvisado com as coordenadas da escola que levava à localização exata do tesouro. Durante o percurso, havia dicas para que eles conseguissem chegar ao local. Ao chegarem, encontramos o baú do tesouro contendo o livro 'A Festa no Céu', da escritora Ângela Lago, e alguns fantoches de animais que faziam parte da história. Essa descoberta despertou a curiosidade e a inquietação nos alunos sobre o que iriam ler. Na figura 1, exibiremos a capa da obra.

Figura 1 - Capa do Livro da autora Ângela Lago



Fonte: Acervo Pessoal do Autor (2023).

Feito isso, seguimos para a sala de aula com o objetivo de desvendar o mistério do livro encantado. Na sala, foi feita a contação da histórias de forma lúdica, utilizando os fantoches dos personagens e uma trilha sonora com sons de animais. Abramovich (1997, p.17) diz que “ler histórias para crianças, sempre, sempre... É poder sorrir, rir, gargalhar com as situações vividas pelos personagens, com a ideia do conto”. Neste momento, os alunos interagiram bastante, foram de fato além do entretenimento, pois puderam relatar o que estavam sentindo e suas relação com a narrativa.

No dia 10 de novembro de 2023, sexta-feira, ocorreu o segundo dia de aplicação da extensão. Foi apresentado o gênero discursivo convite, abordando seu contexto histórico e sua função social. Em seguida, foi construído um convite coletivo no quadro para que as

crianças produzissem seus próprios convites e, assim, pudessem convidar algum

funcionário ou colega da sua própria sala para participar da culminância da extensão, que foi atribuída com o nome “A Festa dos Amigos da Sala”.

Dada as orientações, os alunos iniciaram o processo de confecção dos convites aplicando os conhecimentos adquiridos. Eles deram asas à imaginação na criação dos convites e dos envelopes. Divididos em grupos, entregaram os convites nas salas, convidando a gestão e outros setores.

Na culminância, a sala foi ornamentada com bexigas e um cartaz com o tema da festa, além de alguns comes e bebes. A entrada da sala estava decorada com laços feitos com TNT e tiras de papel crepom. As crianças receberam máscaras de animais como sapo, urubu, entre outros. Elas coloriram e decoraram as máscaras com criatividade. Os convidados foram recebidos pelos alunos mascarados ao som da música 'A Festa no Céu'.

Cavalcanti (2002) afirma que “[...] as narrativas das histórias de mundo fazem sentido apenas no momento em que se entrelaçam na história de vida do sujeito” (Cavalcanti, 2002, p. 67), ou seja, este entrelaçamento da obra literária com o gênero convite, resultando na “A Festa dos Amigos da Sala”, possibilitou um aula de leitura lúdica, criativa e repleta de significados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste relatório, os objetivos propostos de vivenciar a leitura por meio da contação de histórias e de produzir o gênero discursivo 'convite' com os alunos promoveram o incentivo à leitura e à construção de sentidos.

Além disso, a intervenção didático-pedagógica realizada pela extensão permitiu que as graduandas do curso de licenciatura em pedagogia, percebessem a importância da prática de contação de histórias no contexto das séries iniciais. Utilizada de forma adequada, essa prática apresenta diversos benefícios para o processo de Alfabetização e Letramento, além de facilitar a interação entre professor e aluno, proporcionando uma aula mais lúdica e significativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. **Literatura Infantil: Gostosuras e bobices**. 4ª ed., São Paulo: Scipione,

1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

FREIRE, P. **A importância de ler**. In: A importância de ler: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOCH, I. V., ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

LIMA, T. C. S. DE; MIOTO, R. C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katálisis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007.

SILVA, E. T. D. **Concepções de leitura e suas consequências no ensino**. Perspectiva, Florianópolis, v.17, n. 31, 1999. p. 11-19.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR MEIO DAS PRÁTICAS LÚDICAS

Tácilla Kamilly Ferreira Cândido ¹, Adriany Kátia da Silva ², Mayra Emídio da Silva ³;

¹Graduanda de Pedagogia, Faculdade Santíssima Trindade; tacillakamilly602@gmail.com

²Graduanda de Pedagogia, Faculdade Santíssima Trindade; adrianykatisilva@gmail.com

³ Professora Orientadora, Faculdade Santíssima Trindade; mayraemidio93@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem por objetivo apresentar a importância da construção da identidade da criança na educação infantil por meio de práticas lúdicas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), divide a Educação Infantil da seguinte forma, creche para bebês (0 a 1 ano e seis meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e pré-escola para crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Na educação infantil, as práticas lúdicas desempenham um papel fundamental na construção das identidades das crianças. A brincadeira é a forma natural das crianças se expressarem e assim elas conseguem explorar o mundo, desenvolvem habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais. Enquanto brincam, as crianças experimentam papéis, sentem emoções e constroem relacionamentos com outras pessoas e com o ambiente em que ela está. “É só no brincar que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar sua personalidade integral, e somente sendo criativo pode descobrir seu eu. (Winnicott, 1975, p. 80)”. Dessa forma, acreditamos que a vivência lúdica é essencial para a construção da identidade na Educação Infantil.

Segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), o ato de brincar durante a infância promove a interação da criança com o seu cotidiano (Brasil, 2018). Portanto ajuda a construir sua identidade, autoestima e desenvolver autoconsciência dos estudantes. Nesse sentido, as práticas lúdicas na educação infantil devem ser planejadas de forma que permitam às crianças expressar livremente emoções, criar, imaginar e interagir.

No que toca a organização textual dessa pesquisa, após essa breve introdução, apresentaremos o aporte metodológico, posteriormente os resultados e discussão e por fim, as conclusões.

METODOLOGIA

A metodologia que foi utilizada consiste na abordagem qualitativa, com ênfase na pesquisa e bibliográfica, com o intuito de aprofundar e aprimorar o conhecimento por meio da revisão de texto já publicado acerca do tema. No que toca a abordagem qualitativa, essa deu-se, uma vez que, possibilita ao pesquisador descrever os fenômenos sociais, por meio da análise dos registros. Corroborando com essa ideia, Rapimán (2015), diz que, nas ciências humanas, a abordagem qualitativa tem como objetivo compreender e interpretar os fenômenos sociais.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica para esse estudo, no qual, foi revisitado estudos com base em vários autores buscando entender o tema em questão. Segundo Lakatos e Marconi (2005, p, 183) a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica contribui de forma precisa no aprimoramento do conhecimento, através de investigação científica de obras já publicadas.

Para essa pesquisa, foi revisitado o banco de dados na plataforma de estudo Scielo e no Google acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chaves: Educação Infantil; Crianças; Prática lúdica e Identidade.

Os dados foram analisados a luz da análise de Conteúdo a luz de Bardin (2009). Nesse tipo de análise o pesquisador identificará a mensagem central do texto buscando responder à questão central da investigação. Ainda de acordo com Bardin (2009), esse modelo de análise divide-se em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar a identidade na Educação Infantil é de suma importância para o desenvolvimento das crianças. Mas o que é identidade? Identidade é o conhecimento de si mesmo e do outro, respeitando as diferenças. Nesse contexto, Galvão(1995) traz que, a

identidade é, “A construção da consciência de si, que se dá por meio das interações sociais, re-orienta o interesse da criança para as pessoas, definindo o retorno da preponderância das relações afetivas” (Galvão, 1995, p. 44).

Sabemos que cada criança possui sua individualidade, características e cultura, o que as tornam únicas. Trabalhar o autoconhecimento e o respeito às diferenças são aspectos indispensáveis. De acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), deve se usar todas as interações, brincadeiras e linguagem para a colaboração na construção da identidade da criança.

A BNCC apresenta cinco Campos de Experiências, O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. É principalmente no campo de experiência; O eu, o outro e nós que o tema da identidade é trabalhado, contemplando o autoconhecimento, as diferenças, individualidades e as relações sociais.

Os direitos de aprendizagem das crianças trazidos pela BNCC incluem: conhecer-se, brincar, explorar, participar, conviver e expressar. Todos esses direitos contribuem para a construção da identidade da criança e devem estar presentes nas aulas. Para abordar um assunto tão relevante de forma lúdica e prazerosa, é necessário que o professor esteja disposto a ser um bom pesquisador. A pesquisa subsidiará a elaboração de um planejamento eficaz, aplicando as aulas com clareza, objetividade e intensidade, além de estar aberto ao uso de prática lúdicas.

Para Kyrillos (2004, p. 52), “através da ludicidade, a criança vai estruturando e construindo seu mundo interior e exterior”, possibilitando a criança a se conhecer, interagindo e expressando suas emoções. “Brincando as crianças reconhece o outro na sua diferença e singularidade e as trocas inter-humanas aí partilhadas podem lastrear o combate ao individualismo e ao narcisismo tão abundantes na nossa época. (Fortuna, 2011, p. 97)”. As vivências lúdicas, levam as crianças a respeitar as regras, lidando com situações conflituosas, pensando no bem-estar coletivo. Mesmo que a escola não disponha de recursos como acervos ricos em livros infantis ou materiais lúdicos, cabe ao professor adquirir ou confeccionar esses recursos em prol da valorização e

autoconhecimento dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, as práticas lúdicas são cruciais para o desenvolvimento saudável e integral das crianças na Educação Infantil. As atividades lúdicas proporcionam um ambiente onde as crianças podem explorar, experimentar e expressar suas emoções, pensamentos e personalidades de forma natural e divertida. Contudo entendemos que através do brincar, as crianças aprendem a se relacionar, a lidar com desafios, a desenvolver a sua criatividade e a construir sua própria visão de mundo. Além disso, as práticas lúdicas, contribuem para a formação de uma autoimagem positiva e para o fortalecimento da autoestima das crianças. Por esses motivos, é importante que as instituições de educação infantil incentivem e valorizem essas práticas, proporcionando um ambiente seguro e acolhedor, onde possa estimular para que as crianças se desenvolvam plenamente sua identidade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL**. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- GALVÃO, I. Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis: Vozes, 1995. 133 p.
- FORTUNA, T. R. **A formação lúdica docente e a universidade**: Contribuição da Ludobiografia e da Hermenêutica Filosófica. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande Sul. Porto Alegre, 2011.
- KYRILLOS, M. H. M.; SANCHES, T. L. Fantasia e criatividade no espaço lúdico: educação física e psicomotricidade. In: ALVES, F. Como aplicar a psicomotricidade: uma atividade multidisciplinar com amor e união. Rio de Janeiro: Wak, 2004, p.153-175.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

O USO MEDICINAL DA CANNABIS E O ENTRAVE DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Alan Victor de Melo Coutinho¹, Emilly Cristine Alves de Souza² Janaína da Conceição Lima³ Joana Dark Paiva de Oliveira⁴ Wanessa do Nascimento Silva⁵ Izaura Pessoa de Moura⁶, Carlos Andrey da Silva⁷, Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana⁸; Tarcísio Freitas de Vasconcelos Araújo⁹, Jeroneyde Cavalcanti Souza de Brito¹⁰

¹ Graduando em Direito, Faculdade Santíssima Trindade; Pós Graduando em direito Tributário; Faculdade Faveni, alanvictorav35@gmail.com;

² Graduanda em Direito, Faculdade Santíssima Trindade, emillyalves931@gmail.com;

³ Graduanda em Direito, Faculdade Santíssima Trindade; Pós Graduanda em Direito Penal e Processual Penal; Faculdade Maurício de Nassau; Janalima_25@outlook.com;

⁴ Graduanda em Direito, Faculdade Santíssima Trindade, Joanapaiva43215@icloud.com;

⁵ Graduanda em Direito, Faculdade Santíssima Trindade, Wanessa.nascimento23@outlook.com;

⁶ Docente da Faculdade Santíssima Trindade

⁷ Docente da Faculdade Santíssima Trindade

⁸ Docente da Faculdade Santíssima Trindade

⁹ Docente da Faculdade Santíssima Trindade

¹⁰ Docente do Curso de Direito, Faculdade Santíssima Trindade

INTRODUÇÃO

Muito ainda se discute sobre o uso medicinal da cannabis, mesmo sendo comprovado cientificamente seu benéfico no tratamento de várias patologias, havendo ainda calorosos debates sobre a legalização da planta que é, atualmente, muito usada para tratar doenças como epilepsia, autismo, Alzheimer, Parkinson, dores crônicas e câncer, entre outras situações (Câmara dos Deputados, 2021).

Se levarmos em consideração a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), fica difícil estabelecer a legalização de forma célere do uso do cannabidiol medicinal, posto que, em seu artigo 2º, referido instrumento legal proíbe, em todo território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos, dos quais possam ser extraídos drogas. (Lei de Drogas, 2006).

Da leitura do artigo supracitado, observamos que o seu parágrafo único traz uma importante ressalva, qual seja, a possibilidade de a União autorizar o plantio, a cultura e a colheita dos vegetais referidos no caput do artigo, desde que exclusivamente para fins medicinais ou científicos, em local e prazo predeterminados, mediante fiscalização. Porém, de maneira geral, segue ainda sem abranger diversas situações e o debate sobre o uso e

legalização para fins medicinais da cannabis continua a gerar polêmica e discussão, com uma parcela da população apoiando a luta, e outra mostrando grande resistência ao que diz respeito ao assunto.

Observamos, contudo, que apesar do já citado Parágrafo Único do Artigo 2º da Lei 11343/06 uso medicinal da cannabis esbarra na burocracia e na ausência de regulamentação, sendo, atualmente, buscado através de decisões judiciais, onde tutelas de urgência tem permitido o cultivo e uso da planta, desde que cumpridos os inúmeros requisitos.

Este trabalho tem o intuito de detalhar o uso da cannabis medicinal, bem como, informar os debates atuais acerca da sua utilização e seus efeitos positivos e negativos na sociedade. Além disso, especificar e explicar alguns projetos de leis recentes e atuais sobre a temática.

METODOLOGIA

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa, baseada em uma leitura de revisão crítica referente a legalização do uso medicinal da cannabis e seus reflexos na Lei de Drogas nº 11.343/2006, por meio de pesquisas em sites jurídicos e legislações pertinentes ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF), recentemente descriminalizou o porte de maconha para consumo pessoal. Portanto, por maioria o colegiado definiu que a diferença entre o uso e o tráfico será estabelecida pela quantidade do produto, definido em 40 gramas ou seis plantas fêmeas. Ademais, aquele que for apreendido com tais quantidades, sem revelar intenção de comercializar, será conduzido até a delegacia, posto que descriminalizar é diferente de legalizar, mas, a conduta não terá nenhuma repercussão criminal. (STF, 2024).

O estado de São Paulo (SP) foi pioneiro na regulamentação da distribuição de remédios à base de canabidiol pelas unidades de saúde pública estadual e privada conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto foi aprovado em dezembro de 2022 pela Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), tendo o intuito de realizar o tratamento de diversos problemas de saúde, como, por exemplo, epilepsia refratária, dor crônica, Alzheimer, ansiedade, Parkinson, entre outros (G1 SP, 2023).

Em Pernambuco, a Frente Parlamentar da Cannabis Medicinal e do Cânhamo Industrial da Alepe realizou um encontro para debater a importância da regulamentação da cannabis medicinal, que foi coordenado pelo deputado João Paulo (PT). A presidente da Aliança Medicinal, Hélida Lacerda, argumentou que atualmente atende seis mil famílias. Afirmou que o uso medicinal da Cannabis pode ter impactos positivos no tratamento de Alzheimer, Parkinson, fibromialgia, autismo, ansiedade e depressão (Alepe, 2024).

Em junho de 2023 o governo de São Paulo anunciou as doenças que poderão ser tratadas com produtos derivados da planta, pelo SUS, quais sejam, a síndrome de Dravet, síndrome de LennoxGastaut (que geram crises convulsivas de difícil controle), esclerose tuberosa e dores crônicas. (Barbosa, 2023).

Além desses avanços, é essencial discutir os projetos de lei que estão em trâmite em âmbito federal e o impacto que podem ter no setor. Como exemplos estão os PLs 481/23, de autoria do deputado federal Ricardo Ayres, e 89/2023, proposta pelo senador Paulo Paim, visando instituir uma política nacional de fornecimento de produtos derivados de cannabis (Barbosa, 2023).

Em junho de 2021, o PL 399/15 foi votado e aprovado na comissão especial da Câmara dos Deputados. Com uma proposta diferente, visa instituir um novo marco regulatório da cannabis, permitindo o estabelecimento de outras indústrias, como a alimentícia e a cosmética, regularização de associações de pacientes e até mesmo a permissão do plantio em território nacional. Tal iniciativa ainda deve ser aprovada pelo plenário da Câmara e pelo Senado antes de ser sancionada ou vetada pelo presidente da República (Barbosa, 2023).

Atualmente, as principais regulamentações que viabilizam o mercado e o uso de cannabis medicinal no país são a RDC 327/2019, que permite a concessão de uma Autorização Sanitária para empresas comercializarem seus produtos em farmácias e drogarias, e a RDC 660/2022, principal forma de acesso, que estabelece as condições gerais para a importação dos produtos por pessoa física (Barbosa, 2023).

O progresso alcançado é evidente, especialmente quando consideramos a redução de 50% no custo dos produtos nos últimos dois anos. Essa redução de preço é resultado de decisões importantes da Receita Federal, do desenvolvimento de novos

mercados e da implementação de regulamentações mais favoráveis (Barbosa, 2023).

Contudo, ainda há desafios a serem superados. É necessário promover iniciativas que garantam o acesso justo aos tratamentos com derivados da cannabis. Isso inclui a continuidade do aprimoramento da legislação, o fomento à pesquisa científica, a capacitação dos profissionais e a conscientização da sociedade em relação aos benefícios e usos adequados da planta e de seus medicamentos (Barbosa, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre o uso medicinal da cannabis no Brasil reflete o embate entre o potencial terapêutico da planta e as restrições impostas pela legislação. Apesar de avanços significativos, como a aprovação da RDC 327/2019 e a regulamentação do fornecimento de medicamentos à base de canabidiol no estado de São Paulo, o país ainda enfrenta desafios para consolidar o acesso ao tratamento com derivados de cannabis.

A aprovação de projetos de lei que buscam regulamentar o cultivo e a comercialização de produtos derivados da planta no Brasil poderia representar um grande avanço para pacientes que dependem desses medicamentos. Porém, a legislação federal vigente limita essas iniciativas, gerando barreiras que impedem um acesso mais amplo e equitativo aos tratamentos.

Os benefícios terapêuticos da cannabis medicinal para condições como epilepsia, autismo, Parkinson e dores crônicas estão bem documentados e reconhecidos por entidades de saúde como a ANVISA. Contudo, há a necessidade de ampliação da conscientização pública e da formação de profissionais de saúde para garantir que o uso da cannabis medicinal seja compreendido e adotado de forma segura e eficaz.

Para o futuro, é essencial que a legislação brasileira continue evoluindo, promovendo políticas que favoreçam a pesquisa científica, o desenvolvimento de novos produtos e o acesso aos tratamentos. Dessa forma, será possível consolidar um marco regulatório que respeite as necessidades dos pacientes e que possibilite o uso seguro da cannabis para fins medicinais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. **Cannabis medicinal no Brasil: legislação a caminho de um acesso mais amplo.** 2023. Site. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/coluna/com-a-palavra/cannabis-medicinal-no-brasil-legislacao-a-caminho-de-um-acesso-mais-amplo/>>.

Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. STF DEFINE 40 GRAMAS DE MACONHA COMO CRITÉRIO PARA DIFERENCIAR USUÁRIO DE TRAFICANTE.** Site. Disponível em:

<<https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/stf-define-40-gramas-de-maconha-como-criterio-para-diferenciar-usuario-de-trafficante/#:~:text=STF%20define%2040%20gramas%20de,e%20cumprimento%20de%20medidas%20educativas>>. Acesso em: 23 de out. 2024.

BRASIL. **LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006 (Lei de Drogas)** .Lei. Disponível em: <Lei nº 11.343>. Acesso em: 23 de out. 2024.

BRASIL. **Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE). ASSOCIAÇÕES COBRAM DA CANNABIS MEDICINAL.** Site. Disponível em: < Alepe - Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco >. Acesso em: 23 de out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **COMISSÃO APROVA PROPOSTA PARA LEGALIZAR NO BRASIL O CULTIVO DE CANNABIS SATIVA PARA FINS MEDICINAIS.** Notícia.

Disponível em: < Comissão aprova proposta para legalizar no Brasil o cultivo de Cannabis sativa para fins medicinais - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados>.

Acesso em: 27 de out. 2024.

G1, SÃO PAULO. **ENTENDA O QUE É MACONHA MEDICINAL, QUE SERÁ DISTRIBUÍDA DE GRAÇA PELO SUS EM SÃO PAULO (SP).** Site.

<<https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/12/28/entenda-o-que-e-maconha-medicinal-que-sera-distribuida-de-graca-pelo-sus-em-sp.ghtml>>. Acesso em: 23 de out. 2024.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA. **Cannabis no Brasil: Regulamentação, Mercado e Perspectivas Futuras**.2024. Site. Disponível em:<Cannabis no Brasil: Regulamentação, Mercado e Perspectivas Futuras>. Acesso em: 26 de out. 2024.

O SIGILO DOS ATOS DE AGENTES PÚBLICOS VERSUS O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE

Dolores De Cássia Ferreira Lourenço ¹, José Dayvid Henrique Santos Silva ², Kleber Nascimento Pereira Bem ³ Rhaissa Francisca Tavares De Melo Balder ⁴

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Professora do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo destacar a importância do princípio da publicidade no Direito Administrativo, com ênfase em sua aplicação na Constituição Federal de 1988 e em legislações correlatas, como a Lei nº 8.666/93.

Será discutido como esse princípio se manifesta em situações específicas, nas quais a divulgação de informações pode ser limitada para proteger a vida privada, a segurança da sociedade e do Estado, preservando o direito ao sigilo. A pesquisa busca investigar como a publicidade dos atos administrativos, tanto interna quanto externamente, contribui para a transparência das ações públicas e para a fiscalização da legalidade.

A publicação interna dos atos administrativos é destinada aos membros dos órgãos e entidades, enquanto a externa visa informar os cidadãos e garantir que todos os interessados possam acompanhar os procedimentos e decisões da Administração. A amplitude da publicidade varia conforme o tipo de procedimento, sendo maior em modalidades licitatórias que envolvem maior competição, como a concorrência, e mais restrita em procedimentos com menor divulgação.

Além disso, o estudo aborda a hermenêutica dos princípios jurídicos, ressaltando a importância do princípio da publicidade como elemento essencial na interpretação legal e na ciência do Direito. Assim como as normas jurídicas, o princípio da publicidade tem grande relevância, e sua violação representa uma frente às Constituição.

METODOLOGIA

Este estudo desenvolveu o método de revisão bibliográfica de cunho qualitativo, utilizando como fontes tanto pesquisas em livros quanto materiais disponíveis em

plataformas digitais como Scielo e Periódicos Capes. Embora grande parte dos dados tenha sido obtida por meio de fontes online, houve um esforço em integrar literatura impressa relevante, de modo a garantir uma abordagem mais ampla e fundamentada sobre o tema.

O levantamento das informações foi direcionado para a análise de obras acadêmicas e artigos científicos que abordam o princípio da publicidade no Direito Administrativo e sua relação com o sigilo dos atos de agentes públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O princípio da publicidade refere-se à necessidade de divulgação dos atos da Administração Pública, garantindo transparência em suas atividades para que a população tenha pleno conhecimento de suas ações. Esse princípio visa garantir que o Poder Público exerça suas funções de forma clara e acessível, promovendo a transparência em todos os seus atos.

Diversos doutrinadores consideram a publicidade um princípio um instrumental, ou seja, um meio para alcançar outras práticas específicas. Na doutrina, o princípio da publicidade possui ao menos, quatro facetas, as quais designam a função desse princípio:

- Publicidade Formal: requisito de validade e/ou eficácia jurídica a atos convocatórios, intimações, contratos da Administração, etc.
- Publicidade Educativa: difusão de valores públicos como estímulo à geração de conscientização social ou divulgação de políticas públicas por meio de cartilhas, guias, entre outros.
- Publicidade Transparência: oferta de informações necessárias ao fortalecimento do controle externo e social do Estado, como a divulgação do orçamento, contratos, vencimentos, etc.
- Publicidade Interna: divulgação de informações internamente, dentro de um órgão público, com o objetivo de promover a coordenação de tarefas, capacitar agentes públicos e avaliar ações, por exemplo, em audiências governamentais, circulares etc.

É essencial destacar que, embora todos os atos administrativos devam ser motivados por um fundamento, as obrigações de dar publicidade a esses motivos

recai especialmente sobre atos restritivos e discricionários, que impactam diretamente as liberdades ou direitos dos cidadãos. Neste sentido, é importante esclarecer que motivar envolve explicitar os motivos, ou dar publicidade aos motivos de um ato administrativo, um ato normativo ou uma ação da Administração Pública. Porém, a responsabilidade de explicitar ou dar publicidade a esses motivos é um requisito formal de apenas alguns atos, sobretudo os atos restritivos (que limitam as liberdade, o patrimônio ou as posições jurídicas de um cidadão) e os atos discricionários (nos quais a Administração Pública detém margem de escolha).

O artigo 50 da Lei de Processo Administrativo Federal define um rol de atos que devem ser motivados, principalmente por conta da relevância da matéria abordada, considerando a relevância da matéria abordada, como nos casos de licitações, recursos administrativos e decisões sobre concursos.

É importante destacar que o princípio da publicidade encontra óbice no direito ao sigilo de determinados atos que possam atentar contra a segurança da sociedade e do Estado (art. 5º, XXXIII, da CF). É com este limite que se pode observar a aplicação da Teoria das Esferas que, com respeito à Administração Pública serão somente duas esferas, e não três, como sugeriu Henkel quanto às pessoas físicas. Isso porque, conforme ensina Paulo da Costa Jr., as barreiras divisórias dos níveis de informação e sigilo não deverão ser rígidas, mas sim, flexíveis.

Aplicando-se esta teoria ao campo da Administração Pública, o direito à informação (ou dever de informação, do ponto de vista dos órgãos públicos) exige que os conteúdos de todos os atos sejam de conhecimento da sociedade, por meio de publicação em órgãos oficiais. Destarte, pode-se afirmar que no maior círculo estariam contidos todos os atos administrativos cujo conhecimento pela sociedade seria um dever do Estado. O conteúdo dos atos contidos nesta zona tem plena publicidade, sendo vedado qualquer tipo de sigilo.

A publicidade tem por função a divulgação para o público das atividades administrativas de forma clara e transparente, para que a sociedade fique a par das atividades exercidas pelo poder público. Também é necessário que a publicidade seja feita nas mais diversas formas, impresso ou publicações digitais, como jornais, publicações no Diário Oficial e outros veículos de comunicação municipais.

Corroborando com as afirmativas em questão, Meirelles (2013, p.102) expõe:

Os atos e contratos administrativos que omitem ou desatenderem à publicidade necessária não só deixam de produzir seus regulares efeitos como se expõem a invalidação por falta desse requisito de eficácia e moralidade. E sem publicação não fluem os prazos para impugnação administrativa ou anulação judicial, quer o de decadência para impetração de mandado de segurança (120 dias da publicação), quer os de prescrição da ação cabível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizar uma teoria originalmente desenvolvida para o direito privado no contexto do direito público é um desafio específico e multifacetado. Este artigo, portanto, buscou destacar os estudos referentes ao princípio da publicidade administrativa, ressaltando sua importância e implicações práticas.

Tradicionalmente, esse princípio sempre foi abordado como as obrigações de tornar públicos os atos administrativos, os movimentos à transparência e à responsabilização. No entanto, actualmente, o seu alcance vai além disso, abrangendo também o dever de esclarecer nas comunicações.

É necessário garantir ao administrado um entendimento claro, coerente e acessível sobre o que o ato publicado pretende estabelecer ou informar. O artigo se propôs a analisar uma norma fundamental que é excepcional dentro do próprio texto constitucional, pois lida com a interseção entre transparência e sigilo.

Contudo, ainda não se observa, na doutrina contemporânea, um estudo aprofundado e crítico sobre o direito ao sigilo na administração pública. Pelo contrário, o sigilo tem sido geralmente visto com desaprovação e frequentemente combatido por estudiosos do direito, que o considera um obstáculo à efetivação dos princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo brasileiro**. 29. Ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 2004.

SANTOS, João. Publicidade x sigilo: **o princípio da publicidade e a transparência na Administração Pública**. JusBrasil, 2024. Disponível em:

[https://www.jusbrasil.com.br/ar/pub-x--assinatura/726#:~:texto=Uma %20base %20do %20%C3 %ADnio %20da ,sociedade%20possam %20conhecer %20e %20cobrar](https://www.jusbrasil.com.br/ar/pub-x--assinatura/726#:~:texto=Uma%20base%20do%20%C3%ADnio%20da%20sociedade%20possam%20conhecer%20e%20cobrar). Acesso em: 29 outubro de 2024.

SILVA, Antônio. **O princípio da publicidade no Direito Administrativo**. Jus.com.br, 27 out. 2016. Disponível em : [https://jus.com.br/artigos/48/o -principio -da-pub-não-direito -administr](https://jus.com.br/artigos/48/o-principio-da-pub-nao-direito-administr). Acesso em: 22 de outubro de 2024.

O IMPACTO DA MATERNIDADE NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO

Janaína da Conceição Lima¹, Rhaissa Francisca Tavares de Melo Balder²

¹ Graduanda em Direito, Faculdade Santíssima Trindade; Pós Graduanda em direito Penal e Processo Penal; Faculdade Mauricio de Nassau, janalima_25@outlook.com;

² Docente em Direito da Faculdade Santíssima Trindade; rhaissatavares@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A condição das mulheres grávidas no sistema carcerário brasileiro tem impactado cada vez mais as qualidades dos direitos humanos dessas mulheres. Nesse contexto, a assistência à saúde durante o período da maternidade foi incluída recentemente pela Lei nº 14.326/2022, no artigo 14, §4º da lei de execução penal (Brasil, 2022).

Diante dos poucos avanços para a efetivação dos direitos humanos fundamentais e essenciais a proteção das mulheres gestantes no âmbito carcerário, encontram-se falhas na prática da execução penal com relação as gestantes. Nesse sentido, há de se verificar as várias violações com relação aos direitos humanos em prisões femininas.

Nesse sentido, a CF/88 garante como direito fundamental no seu artigo 1º, III, a dignidade da pessoa humana, no qual, é atribuído a todo cidadão o apoio democrático de direito como consequência o respeito à integridade física e psicológica, acesso à saúde e educação, liberdade de expressão e igualdade (CF/88).

Assim, a legislação tem o papel fundamental de prevenir e proteger qualquer cidadão que venha a sofrer contra sua vida social e pessoal. Além, de combater qualquer desrespeito as mulheres desde o processo de gestação até o trabalho de parto, concedendo-lhe todo o apoio, assim como para o seu recém-nascido, a exemplo de celas adequadas e suporte técnico especial nos sistemas prisionais para qualquer eventual.

OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo analisar o sistema carcerário feminino no Brasil contemporâneo, com foco nas políticas públicas destinadas à proteção das mulheres durante o período gestacional. Além disso, busca identificar e discutir a visibilidade

dos direitos humanos enfrentados por mulheres grávidas no contexto prisional, oferecendo uma reflexão crítica sobre os desafios e as lacunas existentes.

MÉTODOS

O presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, baseada em uma revisão bibliográfica crítica sobre a legislação constitucional vigente e o sistema de execução penal no Brasil. A pesquisa destaca dados atuais relacionados à situação das mulheres no período gestacional no sistema carcerário brasileiro, utilizando como fontes principais artigos acadêmicos e documentos legais disponíveis em bases de dados como Jusbrasil, SciELO, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com uma pesquisa realizada pelo World Female Imprisonment List (2023), o Brasil possui a terceira maior população carcerária feminina do mundo, com cerca de 40 mil mulheres encarceradas. Nos últimos anos, o país apresentou um aumento expressivo nesse número, com a população de mulheres presas quadruplicando em apenas 20 anos. Cerca de 45% dessas mulheres se encontram em prisão preventiva, segundo levantamento realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), ficando atrás apenas dos EUA e China (GALVAO, J. 2023).

Durante o período do encarceramento, muitas das mulheres já se encontram no período gestacional ou tornam-se mães no período prisional e necessitam de apoio durante todo o período gestacional. A assistência à saúde durante o período da maternidade foi incluída, recentemente pela lei n. 14.326/2022 no artigo 14, §4º da lei de execução penal (Brasil, 2022). Nesse sentido, há de se verificar um pequeno avanço constitucional, no qual corrobora para o apoio da dignidade da pessoa humana relacionada entre o laço afetivo entre mãe e filho(a).

Todavia, as gestantes no sistema prisional enfrentam desafios significativos na relação ao vínculo afetivo com seus filhos após o parto, haja vista que nos primeiros seis meses de vida, os filhos de mulheres que foram ou estavam presas durante a gravidez permanecem com suas mães. Após esse período, eles são retirados pelo Estado e designados para familiares ou abrigos, em um processo que prejudica o vínculo mãe e filho de forma negativa (FERREIRA, 2024).

Cumpra esclarecer que, a atitude do Estado de separar os bebês após o período de seis meses das suas respectivas mães, se torna um ato de grande constrangimento e agressão a dignidade da pessoa humana.

Por outro lado, em muitos casos, o bebê é entregue a parentes que nunca chegaram a visitá-lo. Além disso, é importante destacar que várias mulheres são enviadas para presídios distantes, tornando o processo de visita caro, tanto financeiramente quanto emocionalmente. Quando uma família não pode ser contatada ou se recusa a acolher o bebê, a criança é encaminhada para um Serviço de Acolhimento.

O Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018 substituiu a prisão preventiva por prisão domiciliar para gestantes, lactantes e mães de crianças de até 12 anos ou pessoas com deficiência. A medida foi vista como uma forma evoluída e benéfica, que permitiria que mães e bebês permanecessem juntos. Entretanto, na prática, não vem sendo efetiva. Um relatório elaborado pela ONG Instituto Terra Trabalho e Cidadania, em 2019, mostrou que a maioria das mães não recebe direito à prisão domiciliar e, as poucas que conseguem, ainda sofrem com as barreiras (FERREIRA, 2024).

Por fim, constata-se que a maternidade no sistema prisional impacta de forma negativa e desproporcional a qualidade do desenvolvimento das crianças, além de evidenciar a ausência e falta de aplicabilidade de políticas públicas eficazes para apoiar e melhorar as condições das detentas e de seus bebês. Nesse sentido, o Estado deve expandir ações nos sistemas prisionais femininos, implementando projetos de lei que assegurem a dignidade da pessoa humana, conforme previsto na declaração universal dos direitos humanos.

CONCLUSÕES

Conclui-se que a realidade no sistema carcerário feminino impacta de diversas formas a vida cotidiana das famílias. É evidente que a condição nas prisões femininas não supre as necessidades necessárias das mães, a dignidade das mulheres encarceradas deve ser sempre respeitada perante os direitos humanos, sendo de cunho prioritário que as legislações existentes, como, por exemplo, a lei de execução penal que foi inclusa recentemente pela lei n. 14.326/2022 no artigo 14, §4º sejam respeitadas e que seja fiscalizada para evitar abusos de poder. Permanecer o vínculo entre mãe e filho é crucial para o pleno desenvolvimento das

crianças, e que se tenha políticas de visitação mais flexíveis e diminuir os efeitos negativos da separação. Corroborando para que assim que a mãe cumprir a pena sejam reintegradas a sociedade e seja incluída nos programas de educação de emprego e fornecer o bem-estar e futuros dos seus filhos. O Estado deve conscientizar por meio de campanhas e mobilizações sociais sobre a importância do apoio as mães no sistema carcerário, pois é um direito fundamental garantido a todo cidadão e principalmente as mulheres na fase da maternidade carcerária no Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei N° 7.210/1984, de 11 de julho de 1984**. Lei. Dispõe sobre Lei de Execução Penal. Disponível em: <[NOVIDADE Legislativa]: Lei 14.326 altera a Lei de Execução Penal | Jusbrasil > Acesso em: 26 de out. 2024.

BRASIL, **Constituição de 5 de outubro de 1988**. Lei. Dispõe sobre a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <Constituicao-Compilado (planalto.gov.br) > Acesso em: 26 de out. 2024.

FERREIRA, L. **Separação de mães e bebês no cárcere é precoce e agressiva**. Disponível em: <Separação de mães e bebês no cárcere é precoce e agressiva - Jornal da USP > Acesso em: 26 de out. 2024.

GLAVAO, J. **Pesquisa mostra que o Brasil tem terceira maior população carcerária feminina do mundo**. Revista. Dispõe sobre prisão de mulheres com questões de raça, condição socioeconômica e posição geográfica específicas. Disponível em: < Bechara+Pesquisa+mostra+que+o+Brasil+tem+terceira+maior+população+carcerária+feminina+do+mundo+-+Jornal+da+USP.pdf > Acesso em: 26 de out. 2024.

AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS COMO INSTRUMENTO DE EFETIVIDADE DO DIREITO ADMINISTRATIVO

**Guilherme Augusto da Silva Araújo ¹, Edmilson Sebastião da Silva Irmão ²,
Ezequiel Hallyf Barbosa Ferreira ³ Rogério Olegário dos Santos Júnior ⁴,
Rhaissa Francisca Tavares De Melo Balder ⁵**

¹ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduando em Direito pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Professora do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

INTRODUÇÃO

As garantias constitucionais desempenham um papel crucial no Direito Administrativo, funcionando como diretrizes que orientam a atuação do poder público e protegem os direitos fundamentais dos cidadãos.

Princípios como moralidade, impessoalidade e isonomia norteiam a gestão pública, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma ética e imparcial. A transparência permite o acompanhamento das ações da Administração Pública pela sociedade, enquanto a exigência de exigência exige que todo o ato administrativo seja devidamente justificado, reforçando a confiança nas instituições.

No entanto, o uso de prerrogativas, como a classificação de documentos em sigilo, apresenta desafios, pois o excesso de restrições pode prejudicar a fiscalização e minar a confiança pública. O direito ao contraditório e à ampla defesa também se configura como pilar essencial, garantindo que qualquer indivíduo tenha a oportunidade de se defender antes da imposição de avaliações. Além disso, o direito à privacidade atua como um importante limite à ação estatal, especialmente diante da crescente proteção de dados trazida pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Esta legislação estabelece disposições para o tratamento de informações pessoais pela Administração, priorizando a segurança e a privacidade dos cidadãos.

O presente estudo propõe uma análise das garantias constitucionais, com foco na promoção da transparência, do direito de defesa e da proteção à privacidade, como fundamentos essenciais para a eficiência e a legitimidade do Direito Administrativo.

A pesquisa também explora como esses princípios direcionados à confiança da sociedade nas instituições públicas, promovendo uma governança

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem de revisão qualitativa, baseada em bibliografia especializada, legislação e jurisdição pertinentes. A análise se concentra nos princípios constitucionais de moralidade, impessoalidade, isonomia e no direito de defesa, que servem como o eixo central da discussão. Também foi examinada a Lei nº 13.709/2018, que regulamenta a proteção de dados pessoais, com foco em seu impacto sobre a privacidade no âmbito da Administração Pública.

A revisão incluiu ainda uma análise de doutrinas jurídicas e estudos de caso, com o objetivo de exemplificar a aplicação prática dessas garantias constitucionais no exercício das funções administrativas. Ao combinar teoria e prática, esta metodologia busca explorar os desafios que surgem para a Administração Pública na era digital, especialmente no que tange à transparência e à proteção de dados. Assim, visa-se fornecer uma compreensão mais aprofundada sobre a importância de um marco regulatório robusto e sugerir caminhos para o aprimoramento das políticas públicas, de modo a garantir que a utilização de dados pessoais ocorra de maneira ética, respondendo assim às demandas contemporâneas da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A transparência e a motivação, como componentes fundamentais da moralidade e isonomia, tornam a administração pública mais acessível ao cidadão. A transparência facilita o controle social, permitindo que o público questione decisões e peça explicações sobre as ações do governo.

No entanto, a prática da transparência enfrenta obstáculos, como a classificação de documentos sigilosos, que restringe o acesso da população a certas informações. A prerrogativa de classificar documentos como secretos ou ultrassecretos, atribuída a diversas autoridades, pode, em algumas circunstâncias, restringir excessivamente o controle social, tornando-se um ponto de tensão entre segurança pública e o direito à informação. No que diz respeito ao direito de defesa

e ao contraditório, esses direitos são cruciais no exercício do poder disciplinar e de polícia.

Quando a Administração Pública impõe sanções, é essencial que estas sejam fundamentadas em provas e que o indivíduo tenha a oportunidade de se defender. O ônus de justificar a ação punitiva cabe ao Estado, o que evita abusos e garante que as decisões sejam justas e fundamentadas.

No contexto do poder de polícia, a prática de controle disciplinar sobre atividades públicas e econômicas deve sempre resguardar o direito ao contraditório e à defesa, impedindo que medidas punitivas sejam aplicadas de forma arbitrária ou abusiva. O direito à privacidade e à não abusividade são limites fundamentais ao controle estatal.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018 regulamenta o uso de dados pessoais, exigindo que a Administração utilize essas informações de forma segura, proporcional e justificada. Esse marco legal reflete a importância de respeitar a privacidade dos cidadãos e evitar práticas invasivas por parte do poder público. A não abusividade e a proteção à privacidade protegem o indivíduo contra intervenções desnecessárias ou desproporcionais, garantindo que o cidadão possa exercer suas liberdades sem temer a intromissão indevida do Estado.

Dessa forma, o fortalecimento desses princípios não apenas assegura um ambiente administrativo mais justo e equitativo, mas também fomenta a confiança da sociedade nas instituições públicas. A interação entre transparência, motivação e respeito aos direitos individuais é essencial para a construção de um Estado democrático que valoriza a participação cidadã.

É crucial que os gestores públicos reconheçam a importância de promover a transparência e a responsabilidade, não apenas como uma exigência legal, mas como um compromisso ético com a sociedade. Somente assim, será possível avançar em direção a uma Administração Pública que realmente atenda aos interesses da população, garantindo não apenas o cumprimento da legislação, mas a construção de um espaço de diálogo e respeito mútuo entre o Estado e os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstra que as garantias constitucionais são indispensáveis para a construção de um Direito Administrativo efetivo, que opere dentro de princípios éticos e respeitosos. A transparência e a motivação, ainda que com limitações na prática, são essenciais para assegurar a moralidade e a isonomia na gestão pública. A proteção ao direito de defesa e ao contraditório assegura que sanções punitivas sejam aplicadas de maneira justa, enquanto a exigência de provas concretas pelo Estado reforça a equidade no exercício do poder disciplinar.

A preservação da privacidade e o respeito à não abusividade, fortalecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, são igualmente importantes para garantir que o Estado atue dentro dos limites e respeite as liberdades individuais. Em conjunto, essas garantias constitucionais promovem uma Administração Pública ética, justa e transparente, que atua em prol dos cidadãos e não contra eles. Portanto, a consolidação desses direitos e princípios fortalece o Estado Democrático de Direito, legitimando as ações da Administração e promovendo a confiança social.

Além disso, a efetividade dessas garantias depende de um comprometimento contínuo por parte dos agentes públicos e da sociedade civil. A participação ativa dos cidadãos na fiscalização é fundamental para que essas normas não fiquem apenas no papel. O fortalecimento das instituições e a promoção de uma cultura de transparência são essenciais para transformar esses princípios em realidades concretas.

Assim, é imprescindível que haja um esforço coletivo para garantir que os direitos e garantias constitucionais sejam não apenas respeitados, mas também valorizados, refletindo um compromisso mútuo com a justiça e a equidade. Somente dessa maneira poderemos avançar em direção a uma administração pública que realmente represente os interesses da sociedade e contribua para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 . Disponível em:<<https://www.em.gov.br/rede/dou/-/lei-n-14-de-agosto-de-2018-173>>. Acesso em: 25 de outubro de 2024.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 48. ed. São Paulo: Malheiros, 2023.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

A PERMISSÃO DO USO DOS MEDICAMENTOS DERIVADOS DA CANNABIS SATIVA, REGULAMENTADOS PELA ANVISA E A AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUA DISTRIBUIÇÃO VIA SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

Laís Rayane de Santana¹, José Matheus Pessoa de Lima² Arthur Felipe Leão Leandro³, Maria Clara Cavalcanti de Moraes⁴ Paulo Henrique da Silva França⁵ Izaura Pessoa de Moura⁶, Carlos Andrey da Silva⁷, Gleyce Jacqueline Ribeiro de Santana⁸, Tarcísio Freitas de Vasconcelos Araújo⁹, Jeroneyde Cavalcanti Souza de Brito¹⁰

¹ Aluna do 9º período do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade

² Aluno do 10º período do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade;

³ Aluno do 10º período curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Aluna do 9º período do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Aluno do 10º período do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade;

⁶ Docente do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade,

⁷ Docente do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade,

⁸ Docente do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade,

⁹ Docente do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade,

¹⁰ Docente do curso de Direito da Faculdade Santíssima Trindade,

INTRODUÇÃO

A utilização de medicamentos derivados da cannabis sativa tem sido tema de crescente debate no Brasil e no mundo, especialmente no que se refere ao seu uso terapêutico para tratar diversas condições de saúde, como epilepsia refratária, esclerose múltipla, dores crônicas e outras doenças incapacitantes. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regulamentou por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n° 327/2019, o uso de produtos à base de cannabis para fins medicinais, permitindo que pacientes com prescrição médica tenham acesso a esses tratamentos. Essa regulamentação representou um importante avanço para muitas famílias que buscavam alternativas eficazes para o tratamento de doenças graves, especialmente em casos onde os medicamentos convencionais não ofereciam resultados satisfatórios.

Entretanto, apesar da regulamentação pela ANVISA, o acesso a esses medicamentos ainda enfrenta barreiras significativas. Uma das principais limitações está na ausência de políticas públicas que integrem esses medicamentos ao Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, os produtos à base de cannabis, embora aprovados, não são distribuídos de forma ampla e gratuita pelo sistema público de saúde, o que impõe altos custos para os pacientes e suas famílias. Esses medicamentos, em grande parte importados, têm preços elevados, inviabilizando o tratamento para uma parcela significativa da população brasileira que depende exclusivamente do SUS para o acesso a medicamentos e tratamentos médicos.

A falta de uma política pública consolidada para a distribuição desses medicamentos pelo SUS revela uma lacuna no cuidado oferecido a pacientes que poderiam se beneficiar dos derivados da cannabis.

Essa ausência de cobertura pública também levanta questões sobre a equidade no acesso a tratamentos de saúde, especialmente considerando o caráter inovador e promissor dessas terapias para condições graves e crônicas. Portanto, discutir a ampliação do acesso a esses medicamentos por meio de políticas públicas eficazes é fundamental para garantir que o avanço regulatório promovido pela ANVISA seja, de fato, refletido na prática clínica e na realidade de milhões de brasileiros.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo é analisar a regulamentação do uso de medicamentos derivados da cannabis pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), destacando os avanços proporcionados pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n° 327/2019, pontuando a ausência de políticas públicas voltadas para a sua distribuição pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Busca-se compreender as implicações dessa lacuna no acesso aos tratamentos por pacientes que necessitam da medicação, ressaltando os desafios para a inclusão desses medicamentos no SUS. Apesar da aprovação da Anvisa, o Brasil ainda não possui uma política pública consolidada que busque promover a inclusão dos medicamentos à base de cannabis no rol dos medicamentos especiais dispensado pelo Sistema único de Saúde, gratuitamente.

Isso significa que muitos pacientes que necessitam desses medicamentos para tratar doenças como epilepsia, dor crônica e esclerose múltipla, por exemplo, enfrentam dificuldades para acessá-los, pois precisam adquiri-los por conta própria, o que se torna muito oneroso, ou precisam buscá-lo através do Poder Judiciário, criando um número elevado de demandas judiciais que culminam em antecipação de tutelas de urgência/emergência, que ainda assim esbarram na demora e na provisoriedade da medida, cumuladas com o recorrente descumprimento por parte dos gestores públicos. Dessa forma, este estudo busca evidenciar a importância de políticas públicas para o acesso equitativo a medicamentos derivados de cannabis, que atendam às necessidades de pacientes em condições vulneráveis.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na elaboração da presente pesquisa buscou analisar a regulamentação dos medicamentos derivados da cannabis pela ANVISA e a carência de políticas públicas para sua distribuição no SUS, para isso, foi utilizado o método fenomenológico que consiste na apresentação de dados e análise dos mesmos, que foram colhidos de meios bibliográficos, fazendo uso de livros, artigos, documentos e sites, sendo analisados por vias qualitativas, obtendo uma análise crítica e comparativa a respeito dos dados coletados em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a Lei 9.782 de 1999, é função da ANVISA promover e proteger a saúde coletiva como também intervir nos riscos decorrentes da produção e do uso de produtos e serviços que necessitam de fiscalização, em conjunto com os estados, municípios e o Distrito Federal, tudo em conformidade com os princípios do SUS. Um dos principais desafios entre a diversidade de estratégias reguladoras possíveis tratando-se do uso da Cannabis é encontrar o equilíbrio entre o uso medicinal e os riscos também associado ao uso destes.

Ademais, Outro ponto importante é o fato da imensa maioria da população brasileira não ter acesso ao tratamento em face do alto custo desse medicamento, agravando as desigualdades sociais, pois limita o acesso a tratamentos eficazes para aqueles que não possuem condições financeiras para arcar com as despesas, o que acarreta numa avalanche de demandas judiciais contra estados e municípios para garantir aos pacientes o tratamento prescrito, sendo este, o único que lhes garantem uma melhor qualidade de vida.

A inclusão desses medicamentos na lista de medicamentos fornecidos pelo SUS é um passo essencial para garantir o acesso universal a esses tratamentos. Isto posto, a Cannabis medicinal submete-se ao regime de vigilância sanitária tratando-se desde o cultivo, sua distribuição, transporte e comercialização, como determina a regulamentação 5.295/2019. As demandas judiciais exercem uma pressão sobre os governos para que adotem medidas com o fim de garantir o acesso a esses medicamentos, possibilitando o tratamento conforme prescrição médica, garantindo uma melhor qualidade de vida aos pacientes e, por conseguinte, cumprindo e respeitando o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

CONCLUSÃO

A permissão do uso de medicamentos derivados da cannabis, regulamentados pela ANVISA, representa um avanço significativo no tratamento de diversas condições de saúde, especialmente para pacientes com doenças crônicas e raras que não respondem as terapias convencionais. Contudo, a ausência de políticas públicas que garantam a distribuição desses medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) revela uma lacuna importante no acesso universal à saúde.

A inclusão desses medicamentos no SUS depende de um processo burocrático e técnico, que envolve a análise de custo-efetividade, segurança e viabilidade orçamentária. No entanto, essa inclusão é essencial para garantir o acesso equitativo a tratamentos que podem melhorar a qualidade de vida de milhares de brasileiros. Além disso, a inexistência de uma política pública ampla para distribuição dos medicamentos derivados da cannabis impede que

o SUS cumpra plenamente seu papel de assegurar saúde a todos, conforme previsto na Lei nº 8.080/1990.

É imprescindível que o poder público avance na criação de políticas que viabilizem a oferta desses medicamentos pelo SUS, garantindo que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, possam acessar esses tratamentos de maneira justa e eficaz. Para isso, é necessário um maior diálogo entre o governo, a sociedade civil e a comunidade científica, a fim de promover a ampliação das opções terapêuticas no sistema público de saúde e, conseqüentemente, reduzir as barreiras que limitam o direito à saúde para uma parcela significativa da população.

REFERÊNCIAS

SENADO FEDERAL. Cannabis medicinal: realidade à espera de regulamentação 2021. Disponível em
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/cannabis-medicinalrealidade-a-espera-de-regulamentacao>>.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. Uso excepcional do canabidiol: importação autorizada pela Anvisa e custeio pelo Estado. Disponível em:
<<https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/saude-e-justica/saudepublica/uso-excepcional-do-canabidiol-2013-importacao-autorizada-pela-anvisa-2013-custeio-peloestado>>.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. STJ concede liminares para autorizar o cultivo doméstico de cannabis com fins medicinais sem risco de sanção. 2024. Disponível em
<<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/22012024-STJ-concedeliminares-para-autorizar-o-cultivo-domestico-de-cannabis-com-fins-medicinais-sem-risco-desancao.aspx>>.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Relatório de análise de impacto regulatório sobre produtos à base de cannabis. 2024. Disponível em:
<https://www.gov.br/anvisa/ptbr/assuntos/regulamentacao/air/analises-de-impacto-regulatorio/2024/arquivos-relatorios-de-air-2024/relatorio_air_produtos_cannabis_dicol_15052024.pdf>.

Palavras-Chave: Medicamentos derivados da cannabis; ANVISA; Políticas públicas; Sistema Único de Saúde (SUS); Acesso à saúde.

SOBRE O NÃO DESEJO DE SER MÃE: DESDOBRAMENTOS DO COMPLEXO DE ÉDIPO MAL RESOLVIDO NA MENINA

Prof. Dr. Felipe Gustavo Soares da Silva (apresentador),

Professor do curso de Psicologia da Faculdade Santíssima Trindade.
felipefgsds@gmail.com

INTRODUÇÃO

O complexo de Édipo é um dos principais conceitos da psicanálise freudiana e refere-se aos estágios do desenvolvimento psicosssexual da infância, mencionado em diversas obras do Freud, a saber, em “*A interpretação dos sonhos*” (1900), “*Além do princípio do prazer*” (1920) e O “*Eu e o Id*” (1923). Conforme o dicionário de Laplanche e Pontalis (1992, p.77) o complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. Considerando que em sua metodologia Freud se utiliza dos mitos para construir suas elaborações teóricas e refletir sobre as observações clínicas, é útil destacar que o mito de Édipo faz referência à tragédia de Sófocles onde, sem saber, Édipo mata seu pai e casa-se com sua mãe. Esse mito serve justamente como base para fundamentação freudiana do complexo de Édipo na vida do menino. De forma menos disseminada, o complexo de Eléctra refere-se à dinâmica emocional que ocorre com as meninas durante o desenvolvimento psicosssexual. A referência a Eléctra é derivada também de uma figura inspirada na mitologia e é marcada também por conflitos familiares, onde Eléctra busca vingar a morte de seu pai. Freud argumenta que durante uma fase fálica do desenvolvimento psicosssexual, a menina vive um conflito entre o desejo de ter o pai como objeto de amor e a rivalidade com a mãe. A resolução desse complexo, segundo ele, influencia sua relação com a maternidade. A identificação com a mãe pode gerar um desejo de reprodução e continuidade. Sem pormenorizar, costuma-se usar o termo Édipo tanto para o menino quanto para a menina, ou seja, a distinção entre os complexos de Édipo e de Eléctra só é feito quando se quer especificar as diferenças entre ambos, afinal como defende Násio (2007), este é um complexo do qual nenhuma criança escapa. De maneira geral, o complexo de Édipo serve- nos para explicar, à luz da psicanálise freudiana, alguns dos sintomas que são observados no sujeito em relação a seus vínculos familiares, relações amorosas e desejos em torno à paternidade e à maternidade. Na clínica, esses conceitos importam ainda na medida que refletem a dinâmica dos desejos, das emoções e dos sentimentos pelos quais a criança passa e que, se mal resolvidos, podem

sintomatizar de diversas maneiras na vida do sujeito, trazendo dificuldades de relacionamento, relações familiares disfuncionais e comportamentos autodestrutivos, causando então, sofrimento aos sujeitos envolvidos. Neste sentido, não desejar ser mãe é uma possibilidade muito presente na clínica, e os pré-conceitos em torno da questão são diversos, em vista disso, é importante que a Psicologia ofereça alguma interpretação ou alternativa diante do sofrimento que estes sujeitos submetem-se. O desejo de ser mãe, portanto, aparece como uma importante questão que, conforme estudado por Marcos (2015) e Pinto (2008), pode ser um desdobramento do complexo de Édipo mal resolvido na menina.

OBJETIVO

Discutir a falta do desejo de ser mãe como um possível desdobramento do complexo de Édipo mal resolvido na menina.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura, abrangendo diversos tipos de documentos, como artigos, teses e dissertações. Esse método permite uma descrição ampla do tema, embora não cubra todas as fontes de informação, já que não envolve uma busca e análise sistemática dos dados. Sua relevância reside na rápida atualização dos estudos sobre a temática. Foram utilizados trabalhos encontrados por meio dos descritores "Édipo feminino", "complexo de Édipo", "Édipo mal-resolvido", "Desejo de maternidade" em plataformas como Google Acadêmico e *Scielo*. À luz da Psicanálise freudiana, foram selecionados os estudos que apresentavam uma descrição abrangente do método no título e no corpo do texto, contribuindo para sua caracterização. Ao todo, foram identificados e incluídos 14 estudos que auxiliaram na elaboração deste trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Culturalmente, é comum que uma das primeiras brincadeiras que a menina aprende é justamente aquelas que enfatizam o papel da maternidade. Segundo Solano-Suárez (2014), as dificuldades encontradas pelas mães em suas experiências com a maternidade revelam que o amor materno não é programado e, portanto, o desejo de tê-lo não é óbvio e necessário à todas as mulheres. Para a Psicanálise freudiana, a maternidade é uma questão importante a ser estudada enquanto caminho da feminilidade (Freud, 1931), e o desejo de maternidade é, conforme destaca Hornstein, (1991, p. 367), "o desejo de repetir

em forma espetacular sua relação com a mãe”. De maneira similar, sobre o desejo de maternidade em algumas mulheres, defende Aulagnier que

pode existir nessas mulheres o que chamamos um “desejo de maternidade” que é a negação de um “desejo pela criança”: desejo de maternidade pelo qual se exprime o desejo de reviver, em posição invertida, uma relação primária com a mãe, desejo que excluirá dos investimentos maternos tudo o que concerne ao momento de origem da criança (1979,p.185).

O não desejo de ser mãe é um tema importante e cada vez mais reconhecido nas discussões sobre a autonomia feminina e a diversidade das experiências de vida. Muitas mulheres optam por não ter filhos por várias razões, incluindo, de maneira geral, a autonomia pessoal, porque muitas mulheres buscam a liberdade de escolher seu próprio caminho, focando em carreiras, educação ou interesses pessoais, saúde e preocupações relacionadas à saúde física ou mental e é claro, experiências pessoais e histórias familiares, muitas vezes registradas nas experiências de infância ou observações sobre a maternidade que podem então levar a decisão de não ser mãe. A discussão sobre a escolha de não ser mãe tem sido uma oportunidade para explorar temas de empoderamento, identidade e a pluralidade das experiências femininas. Todavia, é importante pensarmos que essa decisão pode estar ligada a herança psíquica, que na teoria psicanalítica, representa que a relação com os outros é fundamental para a formação do sujeito, e, em última análise, essa formação envolve um entrelaçamento entre gerações. Os afetos, a revivência de conflitos da infância, a reatualização do narcisismo parental e a reedição de narrativas familiares resultantes do encontro entre gerações implicam uma herança psíquica que se transmite de uma geração para outra. Sendo assim, é importante destacarmos que o Édipo mal resolvido, ou alguns sentimentos mal resolvidos ou mal elaborados nesse período da vida do desenvolvimento psicosssexual da criança, podem acarretar problemas emocionais, de relacionamentos e até de autoconfiança. Segundo Marcos (2017), ter filhos para uma mulher hoje, implica em questões delicadas enquanto a maternidade pode

cuja expressão vai da depressão puerperal ao infanticídio, passando por todo um cortejo das dificuldades maternas, desencadeamentos psicóticos, angústias, transtornos

A causa de um édipo mal resolvido são as mais diversas, as mais alimentares, entre outros. exclusão ou favoritismo com outros irmãos, rivalidades entre os pais, faltas de modelos positivos e, como demonstra Roudinesco (2003) as novas organizações familiares que podem desorganizar o modo pelo qual o édipo se estabelece. O édipo “bem resolvido” então, corre risco? A resolução do édipo, como destaca Steele

(2010), consiste na redução dos sentimentos ambivalentes de desejo em relação a um dos pais e dos sentimentos agressivos em relação ao outro, levando à identificação com o genitor do mesmo sexo e ao desenvolvimento de um superego moral. Muitos psicanalistas enfatizaram a importância do pai no processo de individuação e separação da mãe, além de sua função em proporcionar novas perspectivas para a criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na clínica, é possível identificarmos cada vez mais casos de não desejo de ser mãe. Considerando a diversidade de causas e a liberdade de cada sujeito, é importante que, à luz da psicanálise, o terapeuta possa primeiramente acolher o sujeito envolvido na referida questão e, se for oportuno, no caso do atendimento à mulher, construir algumas interrogantes, à luz da teoria psicanalítica, sobre a infância, a relação com os pais ou com quem fazia tais funções, e as outras relações que o sujeito constrói, visando compreender se as questões do Édipo foram bem elaboradas e resolvidas. Cada vez mais tem crescido no Brasil e no mundo, uma geração de mulheres que não querem ter filhos. O termo “*Nomo*” ou “*No Mothers*” tem aparecido atualmente fazendo referência a uma tendência que tem cada vez mais se feito presente entre as mulheres que não desejam ter filhos. É importante que a Psicologia olhe para essas questões na perspectiva do acolhimento e oferecendo aos sujeitos um maior esclarecimento sobre si, seus desejos e conflitos internos. Como demonstrou a literatura, o não desejo de ser mãe pode ter sido construído em meio a um sofrimento que precisa ser considerado na clínica enquanto história singular do sujeito. A experiência da clínica revela uma ampla variedade de situações em que a angústia e o sofrimento se fazem presentes em torno das questões da maternidade e convocam a Psicologia a cada vez mais construir interrogantes que a permitam avançar na interpretação e intervenção deste fenômeno: o que é desejar um filho? Ser mãe é equivalente a gerar o filho? Infâncias saudáveis do ponto de vista psicológico são as condições ideais para que o desejo de filho se instaure?

REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado** (M. C. Pellegrino, trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1979.
- FREUD, S. Sexualidade feminina. In **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago. v. XXI, 1989.

- HORNSTEIN, L. Diálogo con Piera Aulagnier. In L. **Hornstein et al. Cuerpo, historia, interpretación**. Buenos Aires: Paidós, 1991.
- LAPLANCHE, J., & PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MARCOS, Cristina Moreira. O desejo de ter um filho e a mulher hoje. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, v. 9, n. 2, p. 246-256, 2017.
- NASIO, Juan-David. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Zahar, 2007.
- PINTO, J. M. **Psicanálise, feminino, singular**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2003.
- SOLANO-SUÁREZ, E. "**Maternité Blues**". In (Sous la direction) *Être mère*. Paris: Navarin/Le Champ Freudien, 2014.
- STEELE, M. A qualidade do apego e o desenvolvimento edipiano. **Psychoanalytic Inquiry**, 30 (6), 485-495. <https://doi.org/10.1080/07351690.2010.518529>. 2010.

A INTERAÇÃO SOCIAL E O PAPEL DA FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS COM TEA

**Marcyclefer Camelo da Costa¹, Josafá Zózimo Gonçalves², Petronio Henrique Souza dos Passos³, Allan de Arruda Lopes⁴, Maria Sabrina Albino Da Silva⁵,
Luísa Fernanda Camacho Gonzalez⁶**

¹ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

³ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

⁴ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

⁵ Discente do 4º período em Bacharelado em Psicologia na Faculdade Santíssima Trindade;

⁶ Orientador e Professor na Faculdade Santíssima Trindade;

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) está incluído nos transtornos globais do desenvolvimento, consiste num distúrbio severo do neurodesenvolvimento e do desenvolvimento social, manifestando-se através de dificuldades muito específicas, e por vezes, muito graves, da comunicação e da interação social, associadas a dificuldades em utilizar o pensamento abstrato, em aceitar alterações de rotinas que se traduzem na exibição de comportamentos estereotipados e de interesses restritos. Quando nasce uma criança com deficiência, toda a família é atingida e abalada na sua identidade, estrutura e funcionamento. O processo de desenvolvimento dessa família e a forma como os pais lidam com a criança terá a ver tanto com as suas qualidades quanto com o apoio que pode receber (FRANCO; APOLÓNIO, 2002).

Para a família, o contacto diário com a criança autista é extremamente desgastante: a criança tem dificuldade em adquirir competências básicas e desenvolver autonomia, a sua capacidade de adaptação a situações novas é praticamente nula, as suas respostas são habitualmente imprevisíveis, incompreensíveis ou disruptivas. A família está assim exposta a um stress crónico sem expectativas de alívio a curto ou médio prazo. (Kysela, et al., 1998, citado por Gomes & Geraldles, 2005, p.49).

O TEA, muitas vezes, diante da invisibilidade das suas características no que diz respeito aos aspetos físicos faz com que, frequentemente, as competências e as emoções das famílias sejam subavaliadas ou mal interpretadas por aqueles que não conhecem esta problemática. O isolamento social é uma consequência habitual para estas famílias, pois os comportamentos estereotipados (abandar os braços, emissão

de sons estridentes, crises de agressividade, entre outros) das crianças com autismo incomodam ou assustam as outras pessoas. Como tal, numa tentativa de evitar reações públicas ou de ter que justificar estes comportamentos a família tende a restringir as suas saídas e atividades em público. (Jarbrink, Fombonne & Knapp, 2003).

OBJETIVO

Mostrar as dificuldades enfrentadas pelas famílias e crianças com TEA no processo de interação social.

METODOLOGIA

A presente pesquisa, de caráter bibliográfico, seguiu uma metodologia de revisão integrativa, que se define, de acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103).

A mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular.

Os materiais que deram suporte à revisão foram buscados nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO utilizando-se para tal busca os descritores “TEA”, “Interação Social” e “Família”. Os descritores foram utilizados juntamente com o operador booleano “and”. Optou-se por analisar materiais exclusivamente publicados entre os anos de 2010 e 2024.

Como critérios de inclusão para a seleção dos materiais definiu-se: artigos completos, de acesso livre; artigos exclusivamente em português; e artigos que apresentassem convergência com o objetivo proposto no nosso trabalho. Como critérios de exclusão definiu-se excluir materiais não acadêmicos; materiais duplicados; materiais com pouca relação com o tema proposto.

A partir da busca realizada, foram encontrados 510 resultados nas duas bases de dados. A primeira análise se deu a partir dos títulos dos materiais encontrados. Dos 510, 203 títulos foram selecionados por se encaixarem perfeitamente nos critérios

de inclusão estabelecidos. Ou demais foram excluídos. Passou-se então à segunda etapa da análise dos materiais, que se deu a partir da leitura dos resumos dos 203 materiais. Após a leitura dos resumos, selecionou-se 60 artigos que se encaixaram nos critérios de inclusão, sendo os demais excluídos. Estes 60 foram, finalmente, lidos na íntegra (terceira análise), sendo dentre eles selecionados 12, que permaneceram de acordo com os critérios estabelecidos, e que foram utilizados para embasar a presente revisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vygotsky enfatizou que a interação social na infância desempenha um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo e o DSM IV (2002), afirma que a pessoa com autismo tem como característica central, um distúrbio vinculado ao contato afetivo. Diante de tais conceitos, entendemos que a interação social passa pela relação entre os indivíduos, desta forma destacamos o quão complexos são os desafios enfrentados por crianças com o TEA, na verdade, esse desafio deve ser entendido como de todos que fazem parte de cada grupo ou ambiente social.

Para Vygotsky não só a sociedade tinha um impacto sobre as pessoas, como as pessoas também tinham um impacto sobre a sociedade. Isso nos leva a refletir sobre nossos padrões de comportamento, pois precisamos considerar as subjetividades a fim de proporcionar-lhe maior acolhimento. Compreendemos que o receio de como agir, o que falar ou se as atitudes parecem preconceituosas, é legítimo e se dá pela falta de conhecimento, que leva tanto os mais próximos (familiares e amigos) quanto os de longe (colegas, desconhecidos) a não saberem lidar com as reações em público.

Uma certa vez eu ouvi de um pai atípico que “nenhuma família está preparada para ter um filho autista”. De acordo com Gallo-Penna (2018), o processo de cuidar de uma criança que apresenta TEA influencia e muda diretamente as concepções idealizadas que os pais construíram durante a gravidez. A família precisará aprender a lidar com uma nova realidade, emoções conflituosas, negação do diagnóstico, sentimento de raiva e em casos mais graves até a depressão. A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais

(AMAZONAS, et al., 2003; KREPPNER, 1992, 2000). Sendo a principal rede de apoio, a parentela é produtora de mudanças que podem funcionar como aspectos propulsores ou inibidores do desenvolvimento, influenciando direta ou indiretamente e que permite a superação (ou não) das dificuldades decorrentes das transições do desenvolvimento (DESSEN; BRAZ, 2000). A família ainda tem a tarefa de manter o bem estar psicológico de cada um, buscando sempre nova estabilidade nas relações familiares.

É importante que a família seja acompanhada por profissionais. Segundo Sprovieri (1995), o trabalho dos profissionais junto às famílias pode favorecer o ajustamento das relações familiares, preparando-os para que enfrente adequadamente os obstáculos. O conhecimento acerca do TEA será um fator facilitador. Carvalho Filho et al. (2018), afirmam que o entendimento dos pais sobre o transtorno favorece o desenvolvimento do filho. Algumas famílias se apoiam na religião para suportar essa nova situação. Dell'aglie e Bosa (2007, p.130), fala que a busca de apoio social/religioso adicionada ao bom nível de suporte formal e institucional percebidos exerce uma importante função de suporte.

O diagnóstico precoce auxilia no desenvolvimento e propicia vantagens para a criança, principalmente na questão cognitiva e social, sendo o melhor momento antes dos 3 anos. Caracterizando os benefícios do diagnóstico precoce, Oliveira (2009, p.279) afirma que “o diagnóstico precoce, bem como uma avaliação adequada e uma intervenção antecipada e intensiva melhoram o prognóstico”.

Todas estas dificuldades encontradas pelos familiares refletem diretamente nas crianças, trazendo perdas significativas ao seu tratamento. Além disso, ainda se faz necessário criar políticas públicas para aceitação e tratamento destas crianças, o histórico das políticas públicas voltadas ao TEA tem evoluído ao longo dos anos. Em 2012, por exemplo foi criada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA que tem como objetivo assegurar a inclusão social dessas pessoas (Brasil, 1997). No entanto, ainda há muitos desafios a serem superados, como a ampliação do acesso aos serviços especializados de saúde e educação, assim como a conscientização a respeito do TEA na sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto do TEA nas famílias é profundo e desafiador, exigindo adaptações constantes tanto do indivíduo diagnosticado quanto de seus familiares. O TEA afeta diretamente a dinâmica familiar, criando um ambiente de estresse contínuo. As demandas diárias para cuidar de uma criança com dificuldades de comunicação, adaptação e comportamento sobrecarregam os familiares, que precisam lidar com uma série de obstáculos emocionais e práticos.

Nota-se que apesar dos avanços no entendimento do autismo como uma condição neurobiológica. “Muitos estigmas ainda persistem, especialmente em relação às mães de crianças com TEA, que enfrentam sobrecargas emocionais e sociais” De acordo com a Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (2022, p. 1825).

Em virtude disso, a falta de compreensão pública sobre o autismo somada à invisibilidade física de algumas de suas características levam as famílias a um isolamento social, muitas vezes forçando-as a limitar suas atividades para evitar reações e julgamentos externos.

Portanto, o apoio familiar e políticas públicas inclusivas, como a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, são fundamentais para garantir que as pessoas com o TEA consigam ser inseridas em contexto já existentes, permitindo que expressem suas opiniões sem medo de retaliação, garantindo-lhes o acesso a verdadeira integração social.

REFERÊNCIAS

CRUZ, JAIZE GRIFFITH MAGALHÃES. **A contribuição da psicologia frente ao diagnóstico e processo de aceitação familiar das crianças com transtorno do espectro autista (TEA)**. Orientador: DOUTOR LEÃO SAMPAIO. 2020. 18 f. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO, Juazeiro do Norte, 2020. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/PSICOLOGIA/P1272.pdf>. Acesso em: 18 out. 2024.

CORREA, K. de S.; BARBOSA, R. R. B.; OLIVEIRA, F. R. **Transtorno do Espectro Autista (TEA): Linhas de cuidado e políticas públicas no Brasil**. Seven Editora, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/2843>. Acesso em: 17 out. 2024.

DAMASCENO NETO, A. R.; SILVA, I. N. ; LIMA, L. S.; DANTAS, M. J. M. ; SILVA, V. D. **Família: uma ponte para a superação da criança autista. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação.** [S. l.], v. 8, n. 5, p. 1823-1834, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i5.5592. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5592>. Acesso em: 19 out. 2024.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. DA C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.

KLEINMAN, PAUL. **Tudo que você precisa saber sobre psicologia: um livro pratico sobre o estudo da mete humana / Paul Kleinman; tradução Leonardo Abramowicz.** São Paulo: Editora Gente, 2015.

MARQUES, MAYANNA. **Interação Social.** EDUCA+BRASIL, [s. l.], 4 dez. 2020. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/sociologia/interacao-social>. Acesso em: 18 out. 2024.

MARTINS, CLÁUDIA PAIVA. **Face a face com o Autismo: será a Inclusão um mito ou uma realidade?.** Orientador: Doutor Carlos Nunes Filipe. 2012. 255 f. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação (MESTRE) - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO JOÃO DE DEUS, [S. l.], 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/mylle/Downloads/ClaudiaMartins%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/mylle/Downloads/ClaudiaMartins%20(1).pdf). Acesso em: 18 out. 2024.

CARVALHO-FILHO, F. S. S. et al. **Entendimento do espectro autista por pais / cuidadores – estudo descritivo.** Rev. Cient. Sena Aires, Goiânia, v. 07, n. 2, p.105-116, 2024.

PAIVA JUNIOR, Francisco. **Preconceito x Informação.** 2012. Disponível em <https://www.revistaautismo.com.br/RevistaAutismo002.pdf>. Acesso em 20 out 2024.

PEREIRA, Cyelle Carmem Vasconcelos. **Autismo e Família: Participação dos Pais no Desenvolvimento dos Filhos Autistas.** Facene /Facene, João Pessoa, v.9, n.2, p.51-58, 2024.

RIBEIRO, Nádia Maria. **Viver como Autismo: Necessidades dos Pais de Crianças com Perturbação do Espectro do Autismo.** Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, 2024.

SOUZA, M.T.; SILVA, M.D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.

A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE CULTURAL PARA AS CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ATRAVÉS DAS PRÁTICAS LÚDICAS

Ana Flávia de Moura Leite¹, Mirelly Thuany Bento da Silva², Mayra Emídio Da Silva³

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da FAST - anaaflavia9632@gmail.com;

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Fast - thuanymirelly05@gmail.com ;

³Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Santíssima Trindade - mayraemidio93@gmail.com

INTRODUÇÃO

A construção social brasileira é composta por inúmeras manifestações culturais. Ao olharmos a história do Brasil, percebemos que sua formação deu-se através da junção de várias etnias, sobretudo a Europeia, Africana e Indígena, formando o multiculturalismo brasileiro. Cada povo possui suas singularidades, maneiras de pensar e falar, valores e crenças distintas e que devem ser respeitadas para que possam expressar-se livremente longe de julgamentos e represálias. Ao voltarmos o olhar para a diversidade na educação, percebemos que é no chão da educação infantil que a criança rompe a bolha familiar e começa a conviver com o diferente.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, “[...] a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade (Brasil, 2018, p. 38)”. Corroborando com esse pensamento, a Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil - DCNEI, afirma que, a criança é,

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (Brasil, 2010, p. 12)

A escola em conjunto com a família tem um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e respeitosos, nesse viés, abordar praticas que favoreçam o contato com a diversidade no âmbito educacional é fundamental. Toda criança nasce cercado de cultura, valores e crenças e cabe a ele, ter o direito de expressa-las em harmonia com as demais manifestações, uma vez que, a criança é um sujeito social de direitos e produtores de cultura.

Para que a diversidade cultural seja efetivada nas salas de aula da educação infantil, o professor(a) precisa se atentar ao contexto social que seus estudantes estão inseridos. A ludicidade na educação infantil pode ser uma grande aliada do(a) professor(a) na sala de

aula, fazendo uso das práticas lúdicas como, contação de histórias, jogos, brinquedos e brincadeiras que abrangem as mais variadas manifestações culturais presentes na sociedade. Desse modo, o presente trabalho busca evidenciar a importância da diversidade cultural para as crianças na educação infantil através das práticas lúdicas

No que trata a organização textual desse trabalho, após essa introdução, apresentaremos a metodologia e os resultados e discussão. Posteriormente, as conclusões que se chegou com esse estudo.

METODOLOGIA

Para essa pesquisa, utilizou-se da abordagem qualitativa com ênfase na pesquisa bibliográfica. A escolha pela a abordagem qualitativa deu-se devido proporcionar uma reflexão da realidade da realidade através análise dos registros como afirma Oliveira (2013).

No que toca a pesquisa bibliográfica, o estudo propôs a seleção de textos que apresentasse uma melhor compreensão no que se refere a importância das práticas lúdicas para a diversidade cultural na educação infantil. Segundo Severino (2007),

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Nesse sentido, na pesquisa bibliográfica o pesquisador busca textos já publicados sobre o tema, levando-o o aprofundamento sobre o mesmo, ampliando seus conhecimento por meio de obra renomadas.

Para a coleta de dados, foram revisitados o site do google acadêmico e da plataforma Scientific Electronic Library Online – Scielo) utilizando as seguintes palavras-chaves: Educação Infantil; Práticas lúdicas e diversidade cultural. Os dados desse trabalho foram examinados pela a análise de conteúdo baseado de acordo com os estudo de Bardin (2009), que apresenta as seguintes fases para a sua condução; 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O brincar faz parte na vida de toda criança, através das brincadeiras essas desenvolvem a oralidade, coordenação motora, além aprende aprender a respeitar regras favorecendo a interação social com as demais crianças. Nesse sentido, Fortuna (2011, p.

97) diz que, “brincando, reconhecemos o outro na sua diferença e singularidade e as trocas inter-humanas aí partilhadas podem lastrear o combate ao individualismo e ao narcisismo tão abundantes na nossa época”. Por esse motivo, é necessário o(a) professor(a) mediador atente-se a diversificar os jogos e brincadeiras propostos em sala de aula para que consiga abranger as mais variadas culturas. Visto que, as crianças muitas das vezes não se sentem representadas, uma vez que, o repertório de brinquedos da maioria das crianças não apresentam a pluralidade cultural existente em nosso país. Nesse contexto por exemplo, na maioria das vezes as meninas percebe-se que grande parte das bonecas presentes nas prateleiras do mercado possui traços que não correspondem com a maior parte da população brasileira.

A criança na educação infantil deve experienciar o mundo, conhecer coisas novas e expressar suas ideias. Dentro das tradições indígenas as lendas fazem parte de suas manifestações culturais, e que, por possuírem fragmentos fantasiosos, trazem consigo crenças, valores e vivências. A educação infantil não tem a obrigatoriedade de alfabetizar o estudante, todavia, o conhecimento não é algo que deva ser privado para uma etapa de ensino específica. As lendas indígenas contemplam a ludicidade e viabiliza o imaginário, algo tão importante na infância que fomenta a criatividade, além de que aguça a curiosidade e o repertório linguístico. Gusmão (2003), destacar que o(a) professor(a) não se limite a trabalhar com temas voltados para a diversidade cultural apenas nos dias comemorativos, segundo.

[...] a pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais necessita ser pensada como matéria-prima da aprendizagem, porém nunca como conteúdo de dias especiais, datas comemorativas ou momentos determinados em sala de aula. Fazer isso é congelar a cultura, reificá-la, transformá-la em recurso de folclorização, e como tal acentuar as diferenças. (Gusmão, 2003, p. 95).

Contar histórias é arte e encanta. Usufruir de seu rico acervo como prática para efetivar a diversidade na sala de aula é algo vital. É através da contação de histórias que o professor(a) pode abordar questões que envolvem racismo ou machismo, assim como ajudar na construção da auto aceitação e auto identidade. Diversificar os contos permite que os padrões eurocêntricos sejam rompidos, dando lugar a diversidades de etnias, valores e crenças, aproveitando ao máximo a ludicidade utilizando fantoches, dedoches, história na lata, avental lúdico, além dos brinquedos e fantasias.

Coelho destaca que:

[...] a história é importante alimento da imaginação. Permite a auto identificação, favorecendo a aceitação de situações desagradáveis, ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agradar a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. (Coelho, 2002, p. 12).

Ao falarmos sobre auto identificação, tendo como ferramenta a contação de histórias, permite que o aluno se imagine nos fatos narrados e, conseqüentemente, se encontre em traços de suas personalidades, vivências e até mesmo na formação física. Trabalhar com a diversidade cultural na Educação Infantil por meio de práticas lúdicas, é apresentar aspectos das diferentes culturas que constitui o nosso país, formando cidadãos empáticos e tolerantes de maneira dinâmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

São notórias as contribuições que a ludicidade pode oferecer nas práticas dos professores, sobretudo quando falamos sobre a diversidade cultural. Abordar temas relacionados à cultura Africana, indígena entre outras, é abrir espaço para que suas manifestações culturais passem a ser valorizadas e respeitadas. Dessa maneira, as crianças estarão assimilando as diferentes culturas, se reconhecendo enquanto sujeito cultural, exercendo seu direito de expressão.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

FORTUNA, T. R. **A formação lúdica docente e a universidade**: Contribuição da Ludobiografia e da Hermenêutica Filosófica. Dissertação (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande Sul. Porto Alegre, 2011.

OLIVEIRA, M. M. Sequência Didática Interativa no processo de formação de professores. Petrópolis: Ed. Vozes. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SERAFIM, J. M. M. **Contação de histórias como elemento lúdico facilitador de aprendizagem na educação infantil**. Repositório Cognia, 2021. Disponível em: https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/39677/1/JOYCE_MAILIN_MOU_RAO_SERAFIM.pdf Acesso em: 19 de maio de 2024.

[PUERARI, C. E. P.; DRESCH, et al. Uma etnografia sobre o brincar na educação infantil: as possibilidades para o reconhecimento da diversidade. INTERFACES DA EDUCAÇÃO.](#)

Portal de periódicos da UEMS. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4011> Acesso em: 18 de maio de 2024.

OS BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA PARA OS IDOSOS

**Bruno Mendes da Rocha¹, Geovani Gomes de Araújo, Karinna Kaylanne da Silva³
Renata Kalile Barreto Ramos ⁴**

¹ Discente do Curso de Bacharelado em Educação Física ;

² Discente do Curso de Bacharelado em Educação Física;

³ Discente do Curso de Bacharelado em Educação Física;

⁴ Docente da Instituição de Ensino Faculdade Santíssima Trindade.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional ocorre mundialmente e, segundo estimativas da Organização das Nações Unidas, em 2050, os idosos representarão 17% de um total de 9 bilhões de pessoas, considerando as maiores previsões para os países em desenvolvimento. No caso do Brasil, o envelhecimento da população ocorre com maior velocidade. Em 2000, essa população representava 5,3% dos brasileiros, porém, em 50 anos, poderá chegar a 50 milhões, cerca de 20% da população total do país, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (De Andrade; De Mello, 2022)

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a proporção de 1 em cada brasileiro será idoso até o ano de 2060, onde 25,5% da população será idosa. A faixa etária de 15 a 64 anos representa atualmente 69,4% e acima de 65 representa 9,5% da população (Apparecido, De Souza, 2024).

O processo natural de envelhecimento traz consigo uma série de alterações fisiológicas, como perda de massa muscular, diminuição da densidade óssea, redução da capacidade cardiovascular e declínio cognitivo (Apparecido, De Souza, 2024). Além disso, essas modificações podem ser agravadas por um estilo de vida sedentário e fatores ambientais desfavoráveis, e o resultado disso é um aumento nas taxas de adoecimento e incapacidade física entre os idosos (Apparecido, De Souza, 2024).

De Andrade, De Mello (2022) diz que a atividade física estimula algumas funções do organismo, atuando como fator preventivo e de tratamento de doenças crônicas não transmissíveis, além de manter o desempenho das atividades diárias e o grau de independência do idoso por meio da manutenção do aparelho locomotor.

Atividades como prática da corrida de rua proporciona inúmeros benefícios à saúde, independentemente da idade. Fortalecimento muscular, flexibilidade e melhoria da capacidade cardiorrespiratória e cardiovascular estão entre os principais resultados positivos percebidos por quem se exercita com frequência (Sales et al., 2022).

A Corrida de rua surgiu em meados do século XVIII na Inglaterra. E foi difundida com maior destaque mundialmente após a primeira Maratona Olímpica, que ocorreu em Atenas no ano de 1896 (Sales et al., 2022).

No Brasil a prática da corrida de rua tem se popularizado cada vez mais entre os brasileiros, tornando-se um esporte frequente para um importante número de participantes das mais variadas faixas etárias e de ambos os sexos (Sales et al., 2022).

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é analisar os benefícios da corrida de rua para os idosos, destacando como essa modalidade contribui de forma positiva para essa parcela da sociedade.

METODOLOGIA

Estudo de revisão bibliográfica, realizado nas bases de dados Google Acadêmico e *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo). Os descritores utilizados para a busca dos artigos foram: “Benefícios”; “Corrida de rua”; “Idosos”. Foram selecionados três artigos publicados na língua portuguesa entre os anos 2021 e 2022, que destacam informações relevantes dos benefícios da corrida de rua para os idosos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o estudo de Britto e Vasconcelos Filho (2021), foi possível verificar que houve uma diminuição no % de gordura corporal, nos indivíduos pós treinamento (Pré-treino, $30,90 \pm 3,829$, Pós-treino $26,6 \pm 4,302$, $p < 0,0001$), entendendo que o treinamento de média e longa duração, é eficaz na redução do adiposo dos idosos, favorecendo, assim, para a melhoria do condicionamento físico, do equilíbrio do peso e desempenho para suas atividades diárias e esportivas.

No mesmo estudo, foi possível identificar que o treinamento de 24 semanas gerou aumento no VO_{2max} dos idosos (Pré-treino, $41,19 \pm 3,746$, Pós-treino $46,56 \pm 4,442$), indicando melhorias na sua condição física dos praticantes e capacidade cardiorrespiratória dos mesmos.

Depois de analisar as amostras de ácido úrico, verificou-se um aumento significativo no pós-treinamento, nos dados dos participantes da pesquisa, contribuindo no combate de inflamação orgânica, reagindo como proteção do sistema imunológico (Britto e Vasconcelos Filho, 2021).

Ainda sobre o mesmo estudo, foram identificados aumento no VLDL, colesterol produzido no fígado que tem a função de transportar triglicerídeos e colesterol pela corrente

sanguínea, afim de serem estocados e utilizados como fonte de energia, para a criação de células e para a produção de hormônios, conseguindo a diminuição do excesso de gordura do corpo.

Ao submeter idosos a um programa de Treinamento Concorrido por 12 semanas, foi possível identificar que os apresentaram melhorias significativas no VO₂pico e desempenho dos membros inferiores (Da Silva, 2022).

Além disso, outro resultado importante encontrado neste estudo foi a diminuição da FCrepouso observada depois da intervenção de 12 semanas. Torna-se essencial destacar este achado uma vez que a FCrepouso é um fator de risco significativo de morte prematura em idosos (Da Silva, 2022).

Depois da intervenção de 12 semanas, os participantes tiveram aumento da potência de membros inferiores, o que tem sido associado ao aumento da capacidade funcional, a uma diminuição do risco de sarcopenia, quedas, fraturas e incapacidade (Da Silva, 2022).

Nos idosos os elementos da aptidão física sofrem uma queda que pode comprometer sua saúde. A aptidão física relacionada à saúde pode ser definida como a capacidade de realizar as atividades do cotidiano com vigor e energia e demonstrar menor risco de manifestar doenças ou condições crônicas degenerativas, ligadas a inatividade física (Sales, Pablo Giovanni H. et al., 2022).

Essas alterações fisiológicas e musculo articulares, associadas à não prática de atividade física, levam geralmente o idoso a uma condição degenerativa crescente de suas capacidades físicas e fisiológicas, acarretando o aparecimento de problemas como a perda de equilíbrio (ataxia), o comprometimento da marcha e os problemas psicológicos como a baixa estima e depressão (Sales, Pablo Giovanni H. et al., 2022).

A atividade física promove a melhora da formação corporal, a diminuição de dores articulares, a melhora da utilização de glicose, a melhora do perfil lipídico, o aumento da capacidade aeróbia, o aumento da densidade mineral óssea, a melhora de força e de flexibilidade, a diminuição da resistência vascular (Sales, Pablo Giovanni et al., 2022).

Ainda entre os efeitos da corrida está o aumento do gasto calórico, ocasionando a redução e o controle do peso corporal, além da melhora da coordenação motora, pois a corrida é compreendida como forma de locomoção altamente complexa que requer acentuada coordenação de movimentos (De Andrade, De Mello, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a prática regular da atividade física proporciona inúmeros benefícios para os seus praticantes como melhora da composição corporal, a diminuição de dores articulares, a melhora da utilização de glicose, a melhora do perfil lipídico, o aumento da capacidade aeróbia, o aumento da densidade mineral óssea, a melhora de força e de flexibilidade, a diminuição da resistência vascular.

Outro benefício importante para os idosos é a prevenção do declínio da capacidade funcional do mesmo, corroborando assim para uma vida independente por mais tempo.

Mais um aditivo importante com a prática da corrida entre os idosos é a manutenção das substâncias do humor, corroborando assim para o controle dos níveis de estresse, ansiedade e depressão.

Para tanto, é de suma importância a atividade física na terceira idade para um bom envelhecimento trazendo inúmeros benefícios como promover de forma positiva o fortalecimento muscular, flexibilidade, amplitude das articulações, além da melhoria da capacidade cardiorrespiratória e cardiovascular, diminuição de fraturas e quedas e o aumento da confiança dos praticantes em suas atividades do dia a dia.

Afirmamos também a necessidade de estudos no que diz respeito aos benefícios da corrida de rua para os idosos, principalmente aqui no Brasil, pois, os estudos são muito escassos e limitados.

REFERÊNCIAS

APPARECIDO, Tainá Cristina; DE SOUZA, Silvana Cardoso. Benefícios da prática de hidroginástica em pessoas idosas: uma revisão bibliográfica da literatura. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 40, n. especial, p. 186-220, 2024.

BRITTO, Liz Soares; VASCONCELOS FILHO, Francisco Sérgio Lopes. Análise da relação de parâmetros imunológicos com o desempenho de idoso na corrida. Educação Física Para Grupos Especiais: Exercício Físico Como Terapia Alternativa Para Doenças Crônicas; **Editora Científica Digital**: São Paulo, Brazil, p. 12-29, 2021.

DA SILVA, Marco Antônio R. et al. COMBINAÇÃO DE DIFERENTES MÉTODOS DE TREINO CONCORRENTES EM IDOSOS COM SÍNDROME METABÓLICA. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 28, p. 267-273, 2022.

DE ANDRADE, Ducicléia Pereira; DE MELLO, Rafael Luciano. Benefícios da atividade física à saúde e qualidade de vida do idoso. **Caderno Intersaberes**, v. 11, n. 31, p. 31-41,

SALES, Pablo Giovanni H. et al. OS BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA NA TERCEIRA IDADE. **Revista Faipe**, v. 12, n. 1, p. 64-74, 2022.
2022.

IMPACTOS DA HIDROGINÁSTICA NA QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS COM OSTEOPOROSE

Anderson da Silva Paiva¹, Lukacs Matthäus Carvalho de Araujo ², Roney de Lucena Arruda³, Renata Kalile Barreto Ramos ⁴.

1 Discente do 5º período em Bacharelado em Educação Física na Faculdade Santíssima Trindade
e-mail: andersonpaiivaa@gmail.com;

2 Discente do 5º período em Bacharelado em Educação Física na Faculdade Santíssima Trindade
e-mail: lukacs_carvalho@hotmail.com;

3 Discente do 5º período em Bacharelado em Educação Física na Faculdade Santíssima Trindade
e-mail: roney_nazare@hotmail.com;

4 Docente orientadora. Professora na Faculdade Santíssima Trindade.
e-mail: rena.kalile2@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, as observações acerca do cenário da população brasileira, mostra que o número de idosos vem aumentando cada vez mais nas últimas décadas. Uma pesquisa feita pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) aponta que a população idosa, de faixa etária a partir dos 60 anos, equivale a 32.113.490 pessoas (15,6%), o que indica um aumento de 56,0% em relação a 2010, quando o mesmo público era de 20.590.597 (10,8%) (IBGE, censo 2022).

O envelhecimento humano eleva a possibilidade de o indivíduo idoso ser acometido por doenças crônicas, alterações no sistema musculoesquelético, no estado nutricional e a estarem mais propícios as síndromes geriátricas (por exemplo: quedas, fragilidade), acarretando no comprometimento da capacidade funcional (CP), dependências nas atividades do dia a dia interferindo na qualidade de vida (QV) dos idosos (Vicentini et al., 2018). De acordo com o mesmo autor, conveniente ao tempo do uso repetitivo ou desuso de algumas articulações do corpo, o idoso acaba perdendo ou tendo limitações em algumas áreas, causando rigidez articular e algumas doenças nos ossos, entre elas a osteoporose.

A osteoporose é uma desordem ou transtorno que ocorre de forma osteometabólica, crônica e com vários fatores que podem influenciar de forma direta nos ossos, em que faz levar a uma diminuição de massa óssea fazendo com que os ossos se tornem mais frágeis, e ocasionando na microarquitetura dos ossos (Andrade e Filho, J., 2015). Segundo os mesmos autores, existe uma anuência de que o aumento da densitometria mineral óssea (DMO) dos 27 até os 30 anos de idade, e a partir disso, começa a descair de forma particular, podendo variar de pessoa, de acordo com a influência de fatores variáveis que podem acarretar a níveis diferentes de alteração. A Densitometria Mineral Óssea é o exame que se utiliza para medir a quantidade de densidade mineral dos ossos do corpo humano, com isso ele tem como objetivo verificar se tem algum grau de perda de massa óssea.

De acordo com alguns estudos, uma alimentação saudável aliada à uma rotina de exercícios específicas ao idoso, impacta no bom funcionamento do seu organismo. Entre as atividades físicas específicas, pode-se citar a caminhar, as atividades aquáticas, o pilates, etc. A prática destas atividades, na terceira idade, é importante para reduzir os danos

causados pelo tempo, como o enfraquecimento dos músculos, perda de equilíbrio, perda agilidade e flexibilidade e de resistência muscular.

Vicentini et al., (2018) citou um estudo realizado por Maia e Gurgel (2016), onde foi afirmado que a hidroginástica pode ser uma atividade física inicial, fazendo com que os idosos se habituem à prática de exercícios regulares, contudo, sugere que esses indivíduos agreguem também outra atividade que promova maior deformação óssea, permitindo aumento da captação de cálcio, aumentando dessa forma a DMO, sem desconsiderar a importância de uma dieta saudável, exposição solar e da reposição hormonal, quando necessário.

Dentre as modalidades de exercício físico procurado pelos idosos, encontra-se a hidroginástica, atividade que é realizada no meio aquático com exercícios baseados no aproveitamento da resistência da água (sobrecarga), estabelecendo uma série de benefícios ao praticante (Vicentini et al., 2018).

Sendo assim, este estudo tem como objetivo identificar os benefícios da hidroginástica para idosos com osteoporose, afim de propagar tais informações em busca da melhoria da qualidade de vida destes indivíduos.

METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão literária, na qual as buscas foram realizadas através das seguintes bases de dados: *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) e Google Acadêmico. Para tal, foram selecionados cinco artigos publicados entre 2016 e 2021, que destacam os benefícios da hidroginástica para idosos. Os descritores utilizados na pesquisa foram: “Hidroginástica”; “Osteoporose”; “Hidroginástica” e “Idosos”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As propriedades terapêuticas da água permitem a prática de exercícios de maior amplitude de movimento e menores impactos articulares. A recuperação funcional é mais rápida devido ao aumento da mobilidade articular e do controle muscular, contribuindo para o aumento de força e resistência (Antunes et al., 2020).

A prática da hidroginástica tem proporcionado uma melhora na capacidade funcional, na resistência, na força muscular, no equilíbrio, na socialização e manutenção de massa óssea, resultando em um menor uso de medicações e menos dores corporais (Vicentini et al., 2018).

As técnicas da hidroginástica têm resultado na reabilitação e prevenção da osteoporose, possibilitando melhorias físicas e fisiológicas, e ainda, facilitando a execução de exercícios que não são bem executados em solo e que fornecem uma sobrecarga maior nas articulações (Modesto, 2021).

Para Silva et al., (2016), houve significativo aumento de força muscular, principalmente nos membros inferiores devido à realização dos exercícios em submersão. O indivíduo se exercita com a sensação de alívio articular e menos peso corporal, além de

um melhor funcionamento do sistema termorregulador, circulatório e cardiopulmonar, uma vez que esta atividade exige que o indivíduo vença a resistência da água (força de arrasto) durante a movimentação, ocasionando em aumento da força e resistência muscular.

Segundo Vicentini et al., (2018), a força muscular dos membros inferiores auxilia na locomoção, no controle postural, no equilíbrio, na independência funcional, na manutenção de atividades sociais e na prevenção de quedas.

No entanto, de acordo com os estudos, os exercícios aquáticos não modificam a deterioração da cartilagem, mas o calor da água promove relaxamento muscular e diminuição da tensão sobre a articulação, promovendo alívio da dor (Belmonte et al., 2017), pois a sensibilidade ao toque e da dor são menores devido a endorfinas liberadas pelo corpo (Santos et al., 2011a; Barduzzi et al., 2013; apud Modesto, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os aspectos considerados mais importantes para a manutenção da qualidade vida, os idosos citam a capacidade funcional como essencial, pois esse se baseia no princípio de realizar atividades, ir ao parque, as compras, viajar, entre outros tipos de lazeres que se caracterizam em ter uma vida independente.

Sendo assim, os programas de treinamento ou atividades aquáticas, como a hidroginástica, quando praticados por pessoas idosas de maneira prática regular, desencadeiam benefícios como fortalecimento muscular, melhora da capacidade funcional, resistência, equilíbrio e prevenção da própria osteoporose.

E também destaca pontos positivos como a redução do impacto articular, alívio da dor, relaxamento muscular e aumenta a confiança dos pacientes em suas capacidades funcionais como simples movimentos.

Também, foi possível concluir que a elaboração de novos estudos é essencial para que a comprovação destes resultados ocorra de forma concreta, e possibilitem que tais conhecimentos sejam propagados entre profissionais da área e sociedade, permitindo que a prática regular da hidroginástica seja reconhecida como um importante aliado no tratamento e prevenção de osteoporose.

REFERÊNCIAS

ANDRADE. FILHO, J. Os efeitos do treinamento resistido na osteoporose: Uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo. v. 9. n. 50. p.158-163. 2015.

ANTUNES, B.T.; SILVEIRA, V.M.T.; BARBOSA, V.T.A.; SANTANA, J.E.; GOMES, A.S.M.V.; CARVALHO, P.C.V.; BARROS, N.L.M.; UCHÔA, L.B.P.E. Avaliação da marcha e do equilíbrio de pacientes idosos com osteoartrose de joelho. **Brazilian Journal of Development**. v. 6, n. 9, p. 72788-800, 2020.

BELMONTE, L.M.; GERENT, P.M.; SILVA, F.Z.; LIMA, I.A.X.; BELMONTE, L.A.O. Efeito do exercício aquático terapêutico em mulheres com osteoartrose de joelho: um estudo randomizado controlado. **Fisisenectus**. v. 5, n. 1, p. 31-41, 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação: IBGE, 2022.

MODESTO, B; VIEIRA, K. Benefícios da fisioterapia aquática em idosos com osteoartrose de joelho. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, v.7, n. 10, p. 703-718, 2021.

SILVA, R. S. et al. Qualidade de vida e capacidade funcional de idosas praticantes de hidroginástica no município de Sarandi/PR. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa (PR), v. 8, n. 1, p. 28-41, 2016.

VICENTINI DE OLIVEIRA, D.; LOPES PEREIRA MIRANDA DE ARAÚJO, V.; CAPRA DE OLIVEIRA, D.; DIAS ANTUNES, M.; ANDRADE DO NASCIMENTO JÚNIOR, J. R. Impacto da força muscular de membro inferior na capacidade funcional de idosas com osteoporose praticantes de hidroginástica. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 33-45, 2018. DOI: 10.5335/rbceh.v 15i1.6422. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/6422>. Acesso em: 29 out. 2024.

BENEFÍCIOS DA CORRIDA DE RUA NA SAÚDE MENTAL

Lívia Gabrielly da Silva¹

Maíra Cilmara da Silva²

Antonio Vieira dos Santos Neto³

Danyelle de Cássia Ribeiro de Oliveira⁴

¹Graduanda em Bacharelado em Educação Física pela Faculdade Santíssima Trindade. E-mail: liviagabi2014@gmail.com

²Graduanda em Bacharelado em Educação Física pela Faculdade Santíssima Trindade. E-mail: mairacei4@gmail.com

³Graduanda em Bacharelado em Educação Física pela Faculdade Santíssima Trindade. E-mail: antonionetto0110@gmail.com

⁴Coordenadora e Docente do curso de Bacharelado em Educação Física da Faculdade Santíssima Trindade. E-mail: coordenacaofisicalast@gmail.com

INTRODUÇÃO

O transtorno mental é uma disfunção da atividade cerebral que pode gerar prejuízos emocionais e físicos de forma bastante significativa (OPAS, 2024). Considera-se como distúrbios mentais a depressão, esquizofrenia, transtornos alimentares, ansiedade, transtornos bipolares e outros. Tais distúrbios podem afetar o humor, o comportamento, o raciocínio e influenciar na concentração e memória (OPAS, 2024).

Problemas de saúde mental têm se tornado cada vez mais comuns em todo o mundo. A ansiedade, por exemplo, atinge mais de 260 milhões de pessoas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022) o Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas com 9,3% da população. Novos dados mostram que 86% dos brasileiros sofrem com algum transtorno mental, como ansiedade e depressão (OMS, 2022).

A atividade física pode ser um grande aliado da saúde mental, pois ela pode auxiliar na liberação de hormônios, que são substâncias químicas que atuam positivamente em todo corpo, aliviando o nervosismo e melhorando o humor. Além disso, a prática regular de exercícios ajuda a diminuir os níveis de cortisol, um hormônio relacionado ao estresse e depressão, contribuindo assim para o equilíbrio emocional (SOARES; TEIXEIRA 2077).

Segundo Albuquerque et al (2028) a corrida, nos primórdios, era usada no intuito de sobrevivência, uma vez que antigamente não havia armas eficazes para proteção e sobrevivência. O autor relata que a corrida era utilizada como meio de locomoção e comunicação, pois a caminhada demandava muito tempo. Com isso as corridas de ruas passaram a ficarem em evidência, tornaram-se um fenômeno social, com aumento contínuo de participantes ao redor do mundo (Rojo et al, 2017).

Considerando que a corrida de rua é uma atividade física simples e de baixo custo, surge como uma alternativa promissora para auxiliar na prevenção e promoção da saúde quando se trata de doenças voltadas a saúde mental.

Assim sendo e tendo em vista a relevância do tema, o objetivo deste estudo é analisar os benefícios da corrida de rua para a saúde mental.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho foi a de revisão integrativa, tendo como problemática: benefícios da corrida de rua na saúde mental

A pesquisa foi realizada nas bases de dados do Google Acadêmico, Scientific Eletronic Library (SCIELO), por meio do cruzamento entre os seguintes descritores e sinônimos: atividade física, corrida, saúde mental, ansiedade, depressão.

Após os critérios de inclusão e exclusão foram identificados 15 artigos, visando compor a presente revisão, publicados em língua portuguesa entre 2020 e 2024. Após análise aprofundada destes artigos, foram selecionados 08 que atendiam efetivamente ao que fora proposto ao tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo objetivou analisar os benefícios da corrida de rua para a saúde mental.

A revisão das bases de dados indicou que a corrida de rua é eficaz como tratamento complementar para a depressão. Estudos mostram que o treinamento sistematizado não apenas melhora a saúde física, mas também proporciona benefícios psicológicos significativos (MS, 2021). A atividade física regular ajuda a reduzir sintomas de depressão, melhorando o estado de ânimo e o bem-estar geral dos indivíduos (MS, 2021).

Segundo Grannai et al. (2020) a corrida de rua é utilizada como um tratamento complementar para a depressão. Sua prática estimula a produção de substâncias no cérebro que atuam contra os sintomas depressivos, aumentando a sensação de bem-estar, felicidade e prazer.

De acordo com o estudo de Araújo et al (2021), a corrida de rua pode auxiliar diretamente na saúde mental, principalmente nos níveis de estresse dos homens, devido as suas respostas fisiológicas e emocionais, corroborando com o estudo de Santos et al (2022) que reafirma a corrida com uma importante ferramenta de impacto na qualidade de vida dos praticantes, quando realizada de modo regular, englobando o âmbito biodinâmico com benefícios em variáveis psicossociais.

De acordo com o estudo de Júnior et al (2022) a corrida de rua tem potencial preventivo no que se refere ao surgimento das crises de transtorno de ansiedade generalizada, já que a inatividade física é um fator de risco para o desenvolvimento de ansiedade.

Por fim, em um estudo realizado com idosos com mais de 60 anos identificou-se que das variáveis analisadas que compõe a qualidade de vida para ambos os sexos a mais significativa foi a saúde mental (Flores et al, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos estudos analisados nessa pesquisa confirma que a corrida de rua é uma intervenção valiosa para a promoção da saúde mental. A prática regular está associada à redução de sintomas de depressão e ansiedade, e à melhoria do estresse. Comparada a tratamentos farmacológicos, a corrida oferece uma alternativa de baixo custo e com benefícios sustentáveis, sem os efeitos colaterais adversos.

A recomendação da corrida de rua como estratégia de tratamento e prevenção de transtornos mentais pode representar uma abordagem acessível e eficaz para melhorar a saúde mental dos indivíduos. Assim, pode-se considerar que a corrida de rua atua sobre o estresse, a depressão e a ansiedade, ampliando a capacidade de concentração, de raciocínio e de memória, uma vez que garante ciclos cerebrais equilibrados, apoiando o desenvolvimento de habilidades como determinação, criatividade e foco.

Além dos benefícios citados acima, ela impacta positivamente a

autoestima, criando oportunidades de socialização e construção de vínculos emocionais. Porém estudos são escassos, fazendo-se necessários que mais pesquisadores abordem essa temática a fim de encorajar a prática de corrida de rua como tratamento para problemas de saúde mental.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D.B. et al. **Corrida de rua: uma análise qualitativa dos aspectos que motivam sua prática.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento, Brasília, v. 26, n. 3, p. 88-95, 2018. Acesso em: 25/10/24. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/rbcm.v26i3.8940>;

ARAÚJO, M.C. et al. **As Respostas da Corrida de Rua na Ansiedade, Estresse e Depressão.** Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício. São Paulo. v.15, n. 98, 2021. Acesso em: 25/10/24. Disponível em: <https://www.rbpfex.com.br/index.php/rbpfex/article/view/2489>;

COSTA, R.A. et al. **Benefícios da atividade física e do exercício físico na depressão.** Revista do Departamento de Psicologia, Rio de Janeiro. v. 19 – n, 2007. Acesso em: Disponível em: [https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/RpX434mLxwCh976f4b3dKqw#:~:text=As%20pesquisas%20demonstram%20que%20a,da%20ansiedade%2C%20tens%C3%A3o%20e%20depress%C3%A3o](https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/RpX434mLxwCh976f4b3dKqw#:~:text=As%20pesquisas%20demonstram%20que%20a,da%20ansiedade%2C%20tens%C3%A3o%20e%20depress%C3%A3o;);

FLORES, L.G. et al. **Benefícios da Corrida de Rua para Atletas Amadores Acima de 60 Anos.** Revista Eletrônica de Trabalhos Acadêmicos, Goiânia. V. 07, n.10, 2022. Acesso em: 01/11/24. Disponível em: <http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3GOIANIA4&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=10431&path%5B%5D=6861>;

GRANAI, A.C. et al. **Benefícios da corrida de rua nos indivíduos em depressão.** Revista Motrisaúde, São Paulo. V. 2, n. 1. 2020; Acesso em: 25/10/24. Disponível em:

[file:///C:/Users/Danyelle%20Ribeiro/Downloads/20BENEF%25C3%258DCIOS+DA+CORRIDA+DE+RUA+NOS+INDIV%25C3%258DDUOS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Danyelle%20Ribeiro/Downloads/20BENEF%25C3%258DCIOS+DA+CORRIDA+DE+RUA+NOS+INDIV%25C3%258DDUOS%20(1).pdf);

JÚNIOR, A.I. et al. **Os Benefícios da Corrida de Rua na Prevenção e no Tratamento do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG).** ANAIS DO FÓRUM DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO UNIFUNEC /CIÊNCIAS DA SAÚDE E BIOLÓGICAS. v. 13 n. 13, 2022.

Acesso em: 01/11/24. Disponível em: <https://seer.unifunec.edu.br/index.php/forum/article/view/5680/4398>;

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Guia Brasileiro da Atividade Física para População Brasileira.** Brasília – DS. 2021. Acesso em: 22/10/24. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf;

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Ações realizadas pela Rede Ebserh / MEC buscam conscientizar sobre a importância da saúde mental.**

Acesso em: 24/10/24. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/acoes-realizadas-pela-rede-ebserh-mec-buscam-conscientizar-sobre-a-importancia-da-saude-mental>;

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **Transtornos Mentais.**

Acesso em: 25/10/24. Acesso em: 24/10/24. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtornos-mentais>;

ROJO, J.R et al. **Corrida de Rua: Reflexões sobre o “Universo” da Modalidade.** Revista Corpoconsciência, Cuiabá-MT. vol. 21, n. 03, 2017. Acesso em:

25/10/24. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/5090/3799>;

SANTOS, I.F. et al. **Efeito da Corrida de Rua na Qualidade de Vida: Um Estudo Descritivo e Exploratório.** Revista Educação Física e

Ciência. vol.24 no.3, 2022. Acesso em: 01/11/24. Disponível em:
https://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2314-25612022000300229.

A PRÁTICA DO FUTSAL NO COMBATE A OBESIDADE INFANTIL

Natanael Manoel Da Silva¹, Maira da Silva², Geovane Gomes de Araújo³, Bruno Emmanuel Santana da Silva⁴

¹ Natanael Manoel da Silva

² Geovane Gomes de Araújo

³ Maira Cilmara da Silva

⁴ Bruno Emmanuel Santana da Silva

INTRODUÇÃO

Presente trabalho tem como tema a prática do futsal no combate à obesidade infantil, um problema que tem se agravado mundialmente nas últimas décadas. A obesidade infantil é uma condição preocupante, associada a diversas complicações de saúde, como diabetes tipo 2, doenças cardíacas, distúrbios ortopédicos e problemas emocionais, como baixa autoestima e isolamento social. Diante desse cenário a prática de atividade física se mostra uma estratégia essencial para prevenção e o tratamento desse problema, sai do futsal uma modalidade esportiva acessível e atrativa para crianças. Harter e Pike (1986) afirmam que a participação em esportes como futsal, pode melhorar a autoestima das crianças, o que é crucial para aquelas que enfrenta desafios relacionados ao peso.

A obesidade infantil é um problema que afeta milhões de crianças ao redor do mundo, sendo considerada uma das condições crônicas de maior preocupação para a saúde pública. No Brasil mais de 340 mil crianças entre 5 e 10 anos possui obesidade (www.gov.br 2022). Um dos principais fatores que contribuem para o aumento da obesidade infantil é a mudança nos padrões alimentares, com a crescente disponibilidade de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, gorduras saturadas e sódio, associados ao sedentarismo (Swinburn et al., 2019). Ela resulta de um desequilíbrio energético prolongado no qual o consumo calórico supera o gasto energético. Fatores como alimentação inadequada, sedentarismo, influências genéticas e fatores ambientais contribuem para o aumento dos casos. Esse quadro é alarmante, pois crianças obesas têm a maior probabilidade de se tornarem adultos obesos, acarretando uma série de complicações de saúde que pode comprometer sua qualidade de vida no futuro.

Nesse contexto, a prática de atividade física surge como um dos pilares essenciais no combate à obesidade. O futsal, por exemplo, destaca-se como uma modalidade esportiva que combina diversão e intensa movimentação, características que a tornam particularmente atrativa para o público infantil. O futsal envolve movimentos rápidos, como corridas,

mudanças de direção e salto, além de exigir coordenação motora e interação social, o que contribui para o desenvolvimento integral da criança. Ao escolher o tema “ a prática do futsal no combate a obesidade infantil,” este trabalho visa investigar como essa modalidade esportiva pode funcionar como uma intervenção eficaz para reduzir os índices de obesidade entre crianças. Além disso, a aborda questões importantes como a necessidade de promover hábitos saudáveis desde a infância e os benefícios psicológicos e sociais do esporte como a melhoria da autoestima e a redução de comportamento sedentários. A atividade física ajuda a equilibrar energia consumida com a energia gasta, sendo um fator crucial na prevenção do sobrepeso e da obesidade (Donnelly et al., 2016). Estudos mostram que crianças que participam regularmente de atividade física tem menor risco de desenvolver problemas de saúde associados à obesidade, como diabetes tipo 2 e doenças cardiovasculares (Lobstein et al., 2015).

O problema central desta pesquisa é destacar como a obesidade infantil pode afetar a vida de crianças e como o futsal pode ser uma ferramenta no combate à obesidade infantil, considerando os benefícios que a prática regular dessa atividade pode trazer para a saúde física e mental das crianças. A escolha desse tema se justifica pela crescente prevalência de obesidade entre crianças e adolescentes além da necessidade de se identificar formas viáveis e atraentes de promover atos saudáveis desde a infância. O futsal, por ser uma modalidade amplamente difundida e de fácil implementação em diversas realidades sociais surge como uma alternativa relevante.

Os objetivos deste trabalho estão centrados na análise da prática do futsal como uma ferramenta eficaz no combate à obesidade infantil. O objetivo geral é investigar como a participação regular dessa modalidade esportiva pode contribuir para a redução da obesidade entre crianças. Para isso, busca-se, primeiramente analisar o impacto do futsal como ferramenta essencial na redução do índice de massa corporal (IMC), indicando como a prática regular dessa atividade pode influenciar diretamente no controle e diminuição do excesso de peso infantil, promovendo uma queima calórica significativa e a melhoria da composição corporal. O objetivo específico é investigar como a prática regular do futsal influencia o nível geral de atividade física das crianças comparando os dados antes e depois da intervenção analisar quais fatores podem facilitar ou dificultar a participação das crianças no programa de futsal, considerando aspectos sociais, culturais e econômicos.

Outro objetivo específico é relacionar os benefícios psicológicos e sociais de futsal,

avaliando como a prática de esporte pode influenciar positivamente autoestima, a socialização e o comportamento das crianças contribuindo para a criação de hábitos saudáveis e um estilo de vida ativo, e desenvolver ações educativas sobre saúde e nutrição durante as atividades de futsal para conscientizar as crianças sobre a importância de um estilo de vida saudável. Atividade física é vital para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes, contribuindo para a prevenção da obesidade, promovendo a saúde mental e social e ajudando no desenvolvimento físico. O trabalho também se propõe a analisar os efeitos da prática do futsal na promoção da saúde e na prevenção da obesidade infantil avaliando como essa modalidade esportiva pode contribuir para o aumento da atividade física melhoria da condição física e desenvolvimento de hábitos saudáveis entre crianças.

Esses objetivos visam demonstrar que o futsal, além de ser uma atividade divertida e Inclusiva, pode ser uma intervenção potente na promoção da saúde infantil e da prevenção e doenças associadas ao excesso de peso, colaborando para uma melhor qualidade de vida Desde a infância.

Por fim, a pesquisa visa propôs estratégias para implementação eficaz no futsal em programas de combate à obesidade, sugerindo diretrizes que possam ser aplicadas por escolas famílias, e organizações para garantir o engajamento das crianças da prática esportiva de forma contínua e sustentável.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho será baseado em uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar e compilar informações relevantes sobre o A pratica do futsal no combate a obesidade infantil. Essa abordagem permitirá uma compreensão abrangente das pesquisas existentes das intervenções propostas e dos resultados alcançados nas diversas abordagem que integram a atividade física ao combate da obesidade.

A primeira etapa da metodologia consiste irá na seleção e análise de artigos acadêmicos, livros, dissertações e teses que abordam tanto a prática do futsal como a modalidade Esportiva quanto à obesidade infantil. Serão utilizados bancos de dados acadêmicos, como Scopus, PubMed, Google Scholar e Portal de periódicos da CAPES, para garantir que as fontes sejam confiáveis e atualizadas. Os critérios de inclusão para a seleção dos estudos serão: publicações realizadas nos últimos 10 anos, selecionados 24 artigos que apresentem dados empíricos ou revisões sobre a eficácia do futsal na promoção da saúde e na redução da obesidade entre crianças e adolescentes.

Após a coleta das informações, será realizada uma análise qualitativa dos dados, buscando identificar padrões lacunas e resultados significativos das intervenções relacionadas ao futsal. A análise permitirá entender como a prática dessa modalidade esportiva pode ser aplicada no contexto escolar e comunitário para combater a obesidade infantil, destacando suas vantagens em comparação a outras atividades físicas.

A revisão também incluirá uma discussão sobre as implicações sociais e psicológicas da prática do futsal, como a promoção da inclusão e o desenvolvimento de habilidades sociais entre crianças e adolescentes. Será feita uma síntese das informações encontradas, com o intuito de apresentar uma revisão abrangente sobre o tema, bem como sugestões de futuras pesquisas e intervenções práticas que possam ser implementadas para aumentar a eficácia do futsal como ferramenta no combate à obesidade infantil.

Ao final, a metodologia proposta emitirá uma compreensão mais profunda do papel do futsal na promoção da saúde infantil e na prevenção da obesidade, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes que possam ser adotadas por educadores, profissionais da Saúde e gestores públicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da revisão bibliográfica sobre a prática do futsal no combate à obesidade infantil revelam evidências consistentes de que essa modalidade esportiva pode desempenhar um papel significativo na promoção de um estilo de vida saudável entre crianças e adolescentes. Os estudos analisados indicam que a prática regular do futsal não apenas contribui para a redução do peso corporal, mas também melhora a composição corporal e aumenta a aptidão física geral dos jovens participantes. Um dos achados na pesquisa é que a atividade física estruturada, como futsal, é eficaz na redução dos índices de obesidade infantil. Em diversas intervenções, observou-se uma diminuição significativa no percentual de gordura e o aumento da massa muscular entre os jovens que participaram de programas regulares de futsal (Afonso et al., 2020). Além disso, a prática de futsal demonstrou ser mais atraente para as crianças, promovendo maior adesão em comparação a outras modalidades esportivas, como a corrida ou treinamento de força (Martins et al., 2019). Isso se deve à natureza dinâmica e divertida do jogo, que estimula a competição saudável e a interação social.

Outro aspecto importante abordado nos resultados diz a respeito aos benefícios

psicológico da prática do futsal. Estudos indicam que a participação em atividades esportivas podem melhorar a autoestima e a confiança das crianças, fatores essenciais para o desenvolvimento social e emocional (Nunes et al., 2018). A convivência em equipe e o aprendizado de habilidades sociais, como a empatia e o respeito, também foram destacados como vantagens significativas da prática do futsal, ajudando a reduzir comportamentos de isolamento que podem construir para problemas relacionados a obesidade.

Os resultados mostraram que programas de futsal implementados em escolas e comunidades têm um impacto positivo na formação de hábitos saudáveis. Quando os jovens se envolvem regularmente em atividades físicas, há uma tendência a adotar uma dieta mais equilibrada e saudável (Guedes et al., 2021). Essa mudança comportamental é fundamental, uma vez que a alimentação inadequada é um dos principais fatores que contribuem para a obesidade infantil.

Contudo, a análise também revelou desafios na implementação de programas de futsal. A falta de infraestrutura adequada, de profissionais capacitados e de apoio institucional muitas vezes limita a eficácia das intervenções (Biel et al., 2022). A promoção de iniciativas que garantam o acesso ao futsal, aliada à uma formação contínua para educadores e treinadores, é essencial para maximizar os benefícios dessa modalidade no combater à obesidade infantil.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. C. et al. Effects of futsal practice on body composition and physical fitness in children. *Journal of Sports Science and Medicine*, v. 19, n. 1, p. 34-40, 2020.
- BIDDLE, S. J. H.; ASARE, M. The health benefits of regular physical activity and the impact of the 2012 Olympic Games. *Journal of Physical Activity and Health*, v. 8, n. 4, p. 519-527, 2011. DOI: 10.1123/jpah.8.4.519.
- BIEI, A. et al. Barriers to participation in organized sports among children: a systematic review. *Journal of Physical Activity and Health*, v. 19, n. 5, p. 472-481, 2022.
- CHAPUT, J. P. et al. Physical activity and screen time in children: the role of parental influences. *BMC Public Health*, v. 11, p. 238, 2011. DOI: 10.1186/1471-2458-11-238.

DONNELLY, J. E. et al. Physical activity, fitness, and obesity in youth: an overview of the issues. *Pediatrics*, v. 140, n. S2, p. S160-S167, 2016. DOI: 10.1542/peds.2016-2067K.

DWYER, T.; SALLIS, J. F.; BLIZZARD, L.; LAZARUS, R.; DEAN, K. Relation of academic performance to physical activity and fitness in children. *Pediatrics*, v. 107, n. 2, p. e24, 2001. DOI: 10.1542/peds.107.2.e24.

FLOYD, M. F. et al. Environmental and policy influences on physical activity in a diverse sample of adolescents. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 7, n. 4, p. 1181-1192, 2010. DOI: 10.3390/ijerph7041181.

GUEDES, D. P. et al. Influence of physical activity on eating habits in children: a longitudinal study. *Nutrition Journal*, v. 20, n. 1, p. 1-12, 2021. DOI: 10.1186/s12937-021-00645-y.

HARTER, S.; PIKE, R. The contribution of peer relations to children's self-esteem. *Child Development*, v. 57, n. 3, p. 787-797, 1986. DOI: 10.2307/1130327.

HOFFMAN, J. R. et al. The role of nutrition in the management of obesity: a review. *Journal of Nutrition and Metabolism*, v. 2016, p. 1-10, 2016. DOI: 10.1155/2016/8467961.

HUTZLER, Y. Adapted physical activity and the role of sport in the social inclusion of people with disabilities. *International Journal of Sports Science & Coaching*, v. 4, n. 2, p. 279-292, 2009. DOI: 10.1260/174795409789831506.

KAHN, R. et al. The importance of physical activity in obesity prevention and treatment. *The Journal of Clinical Endocrinology & Metabolism*, v. 87, n. 2, p. 666-681, 2002. DOI: 10.1210/jc.87.2.666.

LOBSTEIN, T. et al. Child and adolescent obesity: a crisis in public health. *Obesity Reviews*, v. 16, n. 1, p. 1-12, 2015. DOI: 10.1111/obr.12230.

MANN, T. et al. Obesity prevention: The role of the individual and the environment. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 8, n. 3, p. 37-60, 2007. DOI: 10.1111/j.15291006.2007.00004.x.

MARTINS, R. F. et al. Comparing physical activity levels in children participating in futsal and other sports: a cross-sectional study. *BMC Pediatrics*, v. 19, n. 1, p. 1-8, 2019. DOI: 10.1186/s12887-019-1802-7.

NUNES, L. F. et al. Futsal as a means of promoting social inclusion and community development. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 32, n. 1, p. 105-116, 2018. DOI: 10.1590/1981-9904.2018.v32n1.p105.

PUHL, R. M.; LATNER, J. D. Stigma, obesity, and the health of the nation's children. *Psychological Science in the Public Interest*, v. 8, n. 3, p. 20-30, 2007. DOI: 10.1111/j.15291006.2007.00003.x.

RIBEIRO, R. S.; DA SILVA, L. R.; DA SILVA, A. S. Impact of a futsal program on the health of adolescents. *Journal of Sports Medicine and Physical Fitness*, v. 54, n. 4, p. 433-439, 2014.

SILVA, A. G.; SANTOS, R. D.; ARAÚJO, R. M. Effectiveness of futsal training on health and well-being in schoolchildren: A systematic review. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 15, n. 11, p. 2433, 2018. DOI: 10.3390/ijerph15112433.

STORY, M. et al. Creating healthy food and eating environments: policy and environmental approaches. *Annual Review of Public Health*, v. 30, p. 253-272, 2009. DOI: 10.1146/annurev.publhealth.031308.100308.

SWINBURN, B. A. et al. The global obesity pandemic: shaped by global drivers and local environments. *The Lancet*, v. 378, n. 9808, p. 804-814, 2019. DOI: 10.1016/S01406736(19)60813-1.

TELAMA, R. Physical activity in childhood and adolescence as a predictor of physical activity in young adulthood. *Preventive Medicine*, v. 48, n. 5, p. 453-457, 2009. DOI: 10.1016/j.ypmed.2009.01.003.

VASCONCELOS, A. M. et al. Impact of team sports on social skills development in children and adolescents. *Journal of Sports Science and Medicine*, v. 15, n. 3, p. 525-534, 2016. Disponível em: <https://www.jssm.org/jssm-15-525.pdf>. Acesso em: 09/10/2024

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Obesity and overweight. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>. Acesso em: 09/10/2024

PROSTATECTOMIA E SUAS IMPLICAÇÕES NO SISTEMA MASCULINO DE CONTINÊNCIA URINÁRIA

Joabe Fausto de Oliveira¹, Vinícius Vieira Silva¹, Ana Beatriz Vieira da Silva¹,
Everton Douglas dos Santos¹, Daphne Gilly².

¹Discentes do curso de graduação em Fisioterapia da FAST, ²Orientadora e Professora do curso de Fisioterapia da FAST.

Introdução: O câncer de próstata (CaP) é o segundo tipo de câncer mais comum em homens, depois do câncer de pulmão. Ela ocupa o quinto lugar globalmente entre as causas de morte. Estimativas do GLOBOCAN de 2020 falam de mais de 1.400.000 novos casos globalmente. O CaP é a quinta principal causa de morte, representando um desafio global de saúde pública (World J. Oncol. 2019). A prostatectomia radical (PR) é um método de tratamento reconhecido e eficaz para o CaP. (Urol. Oncol. 2018, eur. urol. 2001). A PR envolve a remoção de toda a próstata entre a uretra e a bexiga, e a ressecção das vesículas seminais com uma quantidade apropriada de tecido circundante para obter margens cirúrgicas negativas (Heidenreich, a. et al. 2013). O principal objetivo da cirurgia de PR é curar doenças neoplásicas. No entanto, efeitos colaterais como a incontinência urinária (IU) podem reduzir significativamente a qualidade de vida. Apesar dos avanços nas técnicas cirúrgicas e no conhecimento da anatomia pélvica, a prevalência de IU pós-prostatectomia varia de 1 a 87%, dependendo da definição, do período de avaliação, da técnica cirúrgica, da condição pré-operatória do paciente e do instrumento de avaliação. (Jonler m. et al. 1996) A IU é um problema de saúde significativo que tem ramificações físicas, sociais e econômicas para os pacientes, bem como para a comunidade em geral. Ela limita a atividade diária devido o vazamento de urina e afeta negativamente as relações sexuais e interpessoais, as interações sociais e bem-estar mental. (Stanford, JI; Aguzzi, G.; Charalambous, s. et al. 2000) A incontinência urinária pós-prostatectomia é frequentemente causada por disfunção do esfíncter uretral, seja por lesão de fibras musculares estriadas ou das fibras nervosas enervadoras. O aumento da força nos músculos do assoalho pélvico pode dar suporte ao músculo esfíncter voluntário e aumentar o suprimento sanguíneo. Os fatores de risco para incontinência pós-operatória são idade, ressecção transuretral prévia, técnica operatória, preservação dos feixes neuro vasculares e estágio clínico e patológico do tumor. S. Mørkved et al.; Urology 2003).

Objetivo: Avaliar, através do melhor nível de evidência científica possível, se a reabilitação do assoalho pélvico masculino é um tratamento eficaz para a recuperação da continência urinária em homens que foram submetidos à cirurgia de prostatectomia radical.

Metodologia: Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a prostatectomia e suas implicações no sistema masculino de continência urinária que utiliza como método de pesquisa a literatura científica como fonte de dados. A busca científica utilizou as seguintes bases de dados: PubMed, MEDLINE, Lilacs e SciELO. Tendo como critérios de inclusão estudos que fossem: ensaios controlados randomizados; estudos controlados; relato de caso e análise retrospectiva, em homens que foram submetidos à cirurgia de prostatectomia radical (PR) diagnosticados com câncer e tiveram implicações como incontinência urinária (IU) no pós-operatório, utilizando como descritores (prostatectomia, incontinência urinária e fisioterapia). Foram excluídos da pesquisa, estudos que não fossem: relatos de caso; ensaio controlado randomizado, estudo controlado; análise retrospectiva; estudos que não abordavam o câncer como patologia de base; estudos que não utilizavam técnicas de reabilitação do assoalho pélvico e estudos que não mencionava a incontinência urinária como implicação no pós-operatório de prostatectomia radical. As buscas foram realizadas com artigos nas línguas portuguesa e inglesa, onde foram selecionados 30 artigos, dos quais só 10 estudos preencheram os critérios de inclusão desse presente estudo.

Resultados e Discussão: O treinamento dos músculos do assoalho pélvico (MAP) tem se mostrado uma intervenção promissora e eficaz no manejo da incontinência urinária em homens após prostatectomia radical (PR), conforme evidenciado pelos estudos analisados. Diversos trabalhos revisados destacam o impacto positivo do treinamento dos MAP na redução dos sintomas de incontinência e na melhora da qualidade de vida dos pacientes, sugerindo que essa intervenção deve ser considerada essencial no tratamento pós-PR. Um estudo realizado com 363 homens (Paul Hodges, et al. 2019) divididos em três grupos (treinamento uretral, treinamento convencional dos MAP e sem treinamento) monitorou os participantes por meio de testes de absorção de 24 horas e questionários de qualidade de vida aos 3 e 12 meses. Os resultados indicaram que ambos os grupos que realizaram algum tipo de treinamento dos MAP apresentaram uma significativa redução nos índices de incontinência e melhora nos escores de qualidade de vida, demonstrando que o fortalecimento dos MAP desempenha um papel crucial no controle da incontinência urinária nesses pacientes. Outro estudo (Dorota Szczygilska, et al.) acompanhou 60 homens pós-PR, dividindo-os em grupos de acordo com o tempo decorrido desde a cirurgia, para avaliar o impacto do início precoce do treinamento dos MAP. Os resultados revelaram que o treinamento dos MAP foi eficaz na redução do volume de vazamento urinário em todos os grupos, com os melhores resultados observados no grupo que iniciou o treinamento mais cedo. Este achado reforça a importância de iniciar os exercícios de fortalecimento dos MAP o mais cedo possível, visando acelerar a recuperação da continência. Em um terceiro estudo, (Mari Overgaard, et al. 2008) pacientes foram divididos entre

aqueles que receberam instruções sobre a contração dos MAP com acompanhamento fisioterapêutico e aqueles sem suporte regular. O grupo com acompanhamento fisioterapêutico obteve uma taxa de sucesso de 97%, com pacientes relatando ausência ou apenas sintomas leves de incontinência, enquanto 78% dos pacientes do grupo sem acompanhamento apresentaram resultados semelhantes. Este estudo sugere que a supervisão de um fisioterapeuta melhora a execução e a eficácia dos exercícios, sendo um recurso valioso para o sucesso do treinamento dos MAP. Um quarto estudo (Mercedez soto Gonzales, et al. 2020) utilizou testes de absorção de 24 horas e questionários de incontinência aos 3 e 6 meses, observando uma melhora significativa nos grupos que realizaram o treinamento dos MAP em comparação aos grupos que não receberam essa intervenção. Os resultados demonstram que a reabilitação dos MAP é eficaz para a redução dos sintomas de incontinência urinária e para o aumento da qualidade de vida dos pacientes, enfatizando a importância de intervenções estruturadas. No estudo de (Manish I Patel, et al. 2013) homens foram comparados entre aqueles que realizaram exercícios do assoalho pélvico antes da PR e os que começaram apenas após a cirurgia. Aqueles que iniciaram o treinamento antes da cirurgia atingiram continência em média uma semana antes do grupo controle, sugerindo que a reabilitação pré-operatória pode preparar melhor os MAP para o processo pós-cirúrgico, promovendo uma recuperação mais rápida. No estudo de (Saylan AA, Ozbay A. 2018) 60 homens divididos entre grupo experimental e controle mostrou que aqueles que realizaram fisioterapia perioperatória dos MAP tiveram uma redução significativa no uso de absorventes, indicando melhor controle da incontinência. Esse achado destaca a relevância de uma abordagem perioperatória estruturada para o treinamento dos MAP, visando minimizar os sintomas de incontinência urinária. Além dos estudos centrados na eficácia do treinamento dos MAP. No estudo realizado (Santa Mina D, et al. 2014) com 100 homens investigou a viabilidade de um ensaio clínico em larga escala para avaliar os benefícios da pré-reabilitação do MAP antes da cirurgia, fornecendo dados relevantes para futuros ensaios e reforçando a importância da preparação pré-operatória. Por sua vez (García Sánchez, et al. 2022) analisou o impacto do suporte emocional e de instruções fisioterapêuticas em pacientes na lista de espera para a PR, comparando um grupo que recebeu orientações de um fisioterapeuta com outro que recebeu informações por escrito. Os resultados não mostraram diferença significativa na taxa de incontinência entre os grupos, mas o grupo controle relatou menos problemas emocionais e de relacionamento, indicando que o suporte psicológico é também um fator importante no processo de recuperação. Um estudo adicional (Mercedez soto Gonzales, et al. 2020) investigou o treinamento dos MAP iniciado 5 semanas antes da PR e continuado após a cirurgia, comparado ao treinamento iniciado apenas no pós-operatório. Pacientes que receberam a intervenção pré-operatória apresentaram um retorno mais rápido à continência e menor volume de vazamento urinário, sugerindo que o treinamento antecipado pode ser benéfico para melhorar os

resultados de continência. Finalmente, um estudo (Centemero, A, et al. 2010) com homens com câncer de próstata localizado comparou a continência entre pacientes que iniciaram o treinamento dos MAP antes e após a PR. Os homens que realizaram o treinamento pré-operatório apresentaram uma redução no risco de incontinência após 1 e 3 meses, reforçando a importância da reabilitação antecipada para resultados mais satisfatórios.

Conclusão: Os estudos revisados ressaltam a eficácia do treinamento dos MAP no controle da incontinência urinária após a prostatectomia radical. A reabilitação do assoalho pélvico, especialmente quando iniciada precocemente e sob a supervisão de fisioterapeutas, demonstrou ser uma intervenção essencial para melhorar a continência e a qualidade de vida dos pacientes. Esses achados oferecem uma base sólida para a implementação de estratégias que priorizem o treinamento dos MAP e a reabilitação precoce, visando otimizar o processo de recuperação para pacientes pós-prostatectomia radical (PR).

Palavras-Chave: Prostatectomia radical, Incontinência urinária e Fisioterapia.

Referências:

CENTEMERO, A., RIGATTI, L., GIRAUDO, D., LAZZERI, M., LUGHEZZANI, G., MONTORSI, F., RIGATTI, P., & GUAZZONI, G. **Exercício pré-operatório dos músculos do assoalho pélvico para continência precoce após prostatectomia radical: um estudo controlado randomizado.** European Urology, 2010.

FORNARI, A.; SOARES DE LIRA, G. H.; ARANCHIPE, M.; RHODEN, E. L.; CARDOSO, L. F.; KRETISKA, C. **Efeitos do treinamento perioperatório dos músculos do assoalho pélvico na recuperação precoce da continência urinária e da função erétil em homens submetidos à prostatectomia radical: um ensaio clínico randomizado.** International Brazilian Journal of Urology, 2019.

GARCÍA-SÁNCHEZ, C., GARCÍA-OBREIRO, I., BARRERO-CANAU, R., GARCÍA-RAMOS, J. B., RODRÍGUEZ-PÉREZ, A. J., & MEDINA-LÓPEZ, R. A. **Ensaio randomizado e aberto para avaliar a eficácia dos Exercícios Guiados para o Assoalho Pélvico Robótico Pré-Radical Prostatectomia na Melhoria da Urinária Incontinência.** Archivos Españoles de Urología, 2022.

HODGES P, STAFFORD R, COUGHLIN GD, ET AL. **Eficácia de um programa personalizado de treinamento dos músculos do assoalho pélvico na incontinência urinária após prostatectomia radical (MaTchUP): protocolo para um ensaio clínico randomizado.** BMJ Open, 2019.

MILIOS, J. E., ACKLAND, T. R., & GREEN, D. J. **Treinamento dos músculos do assoalho pélvico na prostatectomia radical: um ensaio clínico randomizado e controlado dos impactos na função dos músculos do assoalho pélvico e na incontinência urinária.** BMC Urology, 2019.

MØRKVED, S., OVERGAARD, M., ANGELSEN, A., & LYDERSEN, S. **O treinamento dos músculos do assoalho pélvico guiado por fisioterapeuta reduz a incontinência urinária após prostatectomia radical?** European Urology, 2008.

SANTA MINA, D., CLARKE, H., RITVO, P., LEUNG, Y. W., MATTHEW, A. G., KATZ, J., ... & CARLI, F. **Pré-reabilitação para homens submetidos à prostatectomia radical: um ensaio clínico randomizado, piloto e multicêntrico.** BMC Surgery, 2014.

SAYLAN, A. A., & ÖZBAŞ, A. **O efeito do músculo do assoalho pélvico: Treinamento sobre problemas de incontinência após prostatectomia radical.** American Journal of Men's Health, 2018

SOTO GONZÁLEZ, M., DA CUÑA CARRERA, I., GUTIÉRREZ NIETO, M., GARCÍA, S. L., CALVO, A. O., & CAEIRO, E. M. L. **Tratamento precoce de 3 meses com programa abrangente de fisioterapia restaura a continência em pacientes com incontinência urinária após prostatectomia radical: um ensaio clínico randomizado.** Neurourologia e Urodinâmica, 2020.

SZCZYGIELSKA, DOROTA; KNAPIK, ANDRZEJ; POP, TERESA; ROTTERMUND, JERZY; SAULICZ, EDWARD. **A eficácia do treinamento dos músculos do assoalho pélvico em homens após prostatectomia radical medida com o teste de inserção.** International Journal of Environmental Research and Public Health, 2022.

LIBRAS COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA SURDOS: OS DESAFIOS NO ATENDIMENTO FARMACÊUTICO

Liveston Rodrigues da Silva¹, Adrielly Gleice Alves da Silva², Maciel Manguinho de Souza³

¹ Graduando em farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

² Graduando em farmácia na Faculdade Santíssima Trindade;

³ Docente na Faculdade Santíssima Trindade.

INTRODUÇÃO

A Atenção Farmacêutica (ATENFAR) constitui um pilar fundamental dentro da Assistência Farmacêutica (AF), sendo orientada por um conjunto de princípios éticos e competências técnicas que visam, primordialmente, a prevenção de agravos à saúde e a promoção do bem-estar da população. Conforme estabelecido pela Resolução Nº 338/2004 do Conselho Nacional de Saúde, o farmacêutico desempenha um papel essencial na gestão do uso racional de medicamentos. Esse papel envolve desde a orientação adequada quanto à prescrição e administração de fármacos até a supervisão dos efeitos adversos e a prevenção de superdosagem (RDC, 2004; Marques; Rodrigues, 2021; Silva et al., 2018).

Assim, o farmacêutico é visto não apenas como um técnico dispensador de medicamentos, mas como um agente de saúde integral, cuja atuação se estende à promoção de hábitos de vida saudáveis e à interação colaborativa com equipes multidisciplinares (Marques; Rodrigues et al., 2021).

No entanto, a acessibilidade aos serviços de saúde, particularmente para a população surda, tem se mostrado um desafio crítico para a efetivação dos princípios da Atenção Farmacêutica. De acordo com o Código de Ética da Profissão Farmacêutica, o farmacêutico deve assegurar que seu atendimento seja universal, garantindo o acesso equânime a todas as pessoas, independentemente de suas condições socioeconômicas, etnia, idade ou deficiências. (Nóbrega et al., 2017)

Entretanto, de forma contemporânea, indivíduos surdos têm enfrentado barreiras substanciais na obtenção de cuidados adequados, devido à falta de recursos comunicacionais apropriados, como Língua Brasileira de Sinais (Libras). As barreiras comunicativas dos profissionais de saúde para esse tipo de comunicação compromete a interação com esses pacientes, gerando uma sensação de exclusão que, muitas vezes, inviabiliza o desenvolvimento de uma relação terapêutica eficaz e segura, essencial para o

uso racional de medicamentos (CFF, 2020; Lyons; Normandin, 2023; Nóbrega et al., 2017; Takara, 2021; Vasconcelos et al., 2021).

A problemática da comunicação com pacientes surdos é agravada pela limitada implementação das políticas de inclusão. Embora a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, tenha oficializado a Libras como a língua da comunidade surda e a segunda língua oficial do Brasil, essa legislação tem encontrado obstáculos significativos na prática cotidiana dos serviços de saúde.

A formação acadêmica dos profissionais de saúde, incluindo os farmacêuticos, têm se mostrado deficiente no que diz respeito à capacitação para o uso de Libras. Conforme o Decreto nº 5626, de 2005, Libras é oferecida como disciplina optativa nos cursos de formação em saúde. No entanto, a carga horária reduzida dessa disciplina tem se mostrado insuficiente. Esse déficit na formação resulta em uma lacuna significativa no atendimento farmacêutico, afetando diretamente a segurança e a eficácia terapêutica que deveriam ser asseguradas por meio de uma interação clara e compreensiva (Araújo et al., 2019).

Este artigo investiga os desafios que farmacêuticos enfrentam ao atender pacientes surdos, destacando a comunicação eficaz como essencial para a segurança do atendimento. O estudo visa aprimorar práticas inclusivas no atendimento farmacêutico, com ênfase na promoção de um cuidado humanizado e seguro para a população surda.

METODOLOGIA

Esta pesquisa será uma revisão bibliográfica que tem como objetivo investigar os desafios enfrentados pelos profissionais de farmácia ao atenderem pacientes surdos, destacando a importância de uma formação acadêmica ideal com desenvolvimento melhor na disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais). A revisão será guiada por critérios de inclusão e exclusão rigorosos, de modo a garantir a relevância e atualidade das fontes utilizadas.

Os critérios de inclusão para os estudos selecionados englobam publicações em periódicos científicos revisados nos últimos dez anos que abordem temas como acessibilidade no atendimento farmacêutico a surdos, o uso e a importância de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nos serviços de assistência farmacêutica e a formação de profissionais de farmácia para atuar com pacientes surdos. Serão considerados estudos em português. Serão excluídos trabalhos que não tratem diretamente da inclusão de surdos no atendimento farmacêutico, além de publicações fora do período de dez anos.

A busca pelos materiais será realizada em bases de dados científicas de relevância, como

SciELO, PubMed e Google Acadêmico Foram utilizadas palavras-chave específicas, como: Libras no atendimento farmacêutico aos surdos; acessibilidade e comunicação farmacêutica; prevenção a toxicidade e tratamento aos surdos; capacitação em Libras para farmacêuticos. A partir dessa busca, foi feita a seleção dos estudos mais relevantes para a temática da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discrepância linguística entre surdos e ouvintes representa um obstáculo significativo no acesso aos serviços de saúde, incluindo o atendimento farmacêutico, para a população surda. A comunicação em farmácias é predominantemente oral, o que frequentemente dificulta a compreensão por parte de pacientes surdos, afastando-os do atendimento necessário. A falta de uma comunicação eficiente entre farmacêuticos e pessoas surdas pode resultar na prescrição inadequada de medicamentos ou no uso incorreto deles, o que tem implicações graves para a saúde desses indivíduos (Cardoso et al., 2021; Marques; Rodrigues, 2021).

Métodos de comunicação alternativos, como a leitura labial e a escrita, geralmente não são suficientes para transmitir com precisão as informações sobre medicamentos. Muitos surdos enfrentam barreiras no domínio da linguagem escrita, o que dificulta a interpretação de bulas, cartazes e outros materiais informativos, agravando-se pela utilização de terminologias técnicas pelos profissionais de saúde, esses desafios são evidentes há décadas (Hyoguchi et al., 2020; Marques; Rodrigues, 2021).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficializada pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, é uma ferramenta essencial para o atendimento adequado da população surda. Apesar de seu reconhecimento legal, Libras ainda é amplamente mal compreendida, muitas vezes reduzida a um sistema de mímica ou soletração, quando na verdade é uma língua complexa, com estrutura gramatical própria e rica em expressividade. A falta de profissionais capacitados em Libras torna o atendimento farmacêutico a essa população deficiente, frequentemente mediado por terceiros, como familiares, o que compromete a privacidade e a qualidade do atendimento, além de afastar os surdos dos serviços de saúde (Mazzu, 2020; Medeiro, 2023).

A ausência de uma comunicação eficaz leva à frustração e desconfiança entre os surdos, impactando negativamente sua saúde e adesão ao tratamento. A adoção de estratégias como a escuta ativa e a utilização de Libras no ambiente farmacêutico é crucial

para proporcionar um atendimento mais inclusivo e humanizado (Mazzu, 2020; Santos; Portes, 2019).

No Brasil, a formação dos profissionais de saúde, incluindo farmacêuticos, apresenta lacunas no ensino de Libras. Um estudo realizado por *Mazzu* em 2020 revela que, entre os 5317 cursos de graduação em saúde oferecidos no país, apenas 43,1% incluem Libras no currículo, e apenas 16,7% a oferecem como disciplina obrigatória. Especificamente no curso de Farmácia, apenas 15,2% dos currículos incluem Libras. Além disso, essa disciplina costuma ser oferecida no final da graduação, o que diminui sua eficácia na construção de habilidades comunicativas ao longo da formação. A inclusão precoce dessa disciplina poderia promover o desenvolvimento contínuo dessas habilidades, melhorando o atendimento a pacientes surdos.

Além da formação inicial, a educação continuada é fundamental para que farmacêuticos aprimorem sua capacidade de comunicação com surdos, já que a comunicação eficaz é uma ferramenta central no Cuidado Farmacêutico (Hyoguchi, 2020). Metodologias que integrem a observação clínica e o treinamento em Libras devem ser incorporadas ao currículo para aumentar a confiança dos profissionais na interação com pacientes com deficiência auditiva, garantindo uma inclusão real desses indivíduos no sistema de saúde (Marques; Rodrigues, 2021).

A tecnologia também surge como uma aliada promissora. Aplicativos de saúde, como o mHealth, sugerido por Chong, Palanisamy e Jacob (2021), podem integrar vídeos em Libras e outras funcionalidades para melhorar a compreensão dos surdos sobre sua farmacoterapia, facilitando a adesão ao tratamento.

Por fim, é imperativo que os farmacêuticos estejam cientes de suas responsabilidades legais em prover um atendimento inclusivo e acessível, garantindo que pacientes surdos compreendam as orientações farmacêuticas, promovendo um cuidado seguro e eficaz (Ferguson; Shan, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Atenção Farmacêutica enfrenta desafios substanciais ao abordar as necessidades específicas da população surda, principalmente devido às barreiras comunicacionais e à carência de profissionais capacitados em Libras. A ausência de uma comunicação eficaz entre farmacêuticos e pacientes surdos pode comprometer a segurança e a eficácia terapêutica, além de afetar negativamente a adesão ao tratamento, somada à

deficiência na implementação de políticas inclusivas, reforça a exclusão dessa população dos serviços de saúde, contrariando os princípios da equidade no atendimento.

Para superar essas barreiras, a inclusão de Libras nos currículos de formação em saúde, especialmente em Farmácia, é fundamental, bem como a capacitação continuada de profissionais que já atuam no mercado.

Ademais, é essencial que os farmacêuticos compreendam sua responsabilidade ética e legal em fornecer um atendimento inclusivo e equitativo, garantindo que todos os pacientes, independentemente de suas condições auditivas, tenham acesso a um cuidado farmacêutico seguro, humanizado e eficaz. Desta forma, a promoção da acessibilidade e da inclusão no atendimento farmacêutico não é apenas uma questão técnica, mas um imperativo ético e de saúde pública.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. B.; Gomes, N. P.; Marquez, C. O. **Pharmaceutical care for deaf people: a literature review**. Research, Society and Development, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e2812139452, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i1.39452. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial da União; Brasília; 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 12 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União; Brasília; 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 20 out. 2024.

CARDOSO L. B.; BABELES V. S. M.; GALVÃO H. F.; KÊNIA D. A. RODRIGUES, A.; ÂNGELO R. K.; MARIA F. A. **O atendimento em libras como garantia da universalidade, da integralidade e da equidade no acesso à saúde: uma revisão narrativa**. Brazilian Medical Students, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 8, 2021. DOI: 10.53843/bms.v5i8.69. Disponível em: <https://bms.ifmsabrazil.org/index.php/bms/article/view/69>. Acesso em: 20 out. 2024.

CHONG, E. Y. et al. **Assessment of community pharmacists' communication and comfort levels when interacting with Deaf and hard of hearing patients**. Pharmaceutical Practice, 19(2), 2021. DOI: 10.18549/PharmPract.2021.2.2274. Acesso em: 11 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). **Resolução nº 596, de 21 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e**

estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. 2020. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>. Acesso em: 14 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução Nº 338, de 6 de agosto de 2004. Aprova as diretrizes para a prática da Atenção Farmacêutica.** Diário Oficial da União, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2004/Res338_06_08_2004.pdf. Acesso em: 15 de out. 2024.

FERGUSON, McK.; SHAN, L. **Survey evaluation of pharmacy practice involving deaf patients.** J Pharm Pract. 2016 Oct; 29(5): 461-6. DOI: <https://doi.org/10.1177/0897190014568379>. Acesso em: 15 de out. 2024.

HYOGUCHI, N.; KAMAUCHI, T.; HOSHINO, M.; KUBOTA, T. **Survey of pharmacists' knowledge, actions and confidence and medication education to patients with hearing disabilities.** Yakugaku Zasshi, 140(10), 2020. DOI: <https://doi.org/10.1248/yakushi.20-00100>. Acesso em: 11 out. 2024.

LEVY, C. C. A. C. **História da Surdez.** São Luís: Universidade Federal do Maranhão, UNA-SUS/UFMA, 2019. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/27215/8/contexto-historico-da-surdez.pdf>. Acesso em: 18 oct. 2024.

LYONS, G.; NORMANDIN, P. A. **Strategies to Improve Emergency Department Care of the Deaf and Hard of Hearing Patient.** Journal of emergency nursing, 49(4), 489-494, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jen.2023.02.007>. Acesso em: 15 de out. 2024.

MARQUES, L. A. M.; RODRIGUES, A. C. S. **Formação de farmacêuticos para atendimento aos surdos: libras e o princípio da universalidade.** Revista Farmácia Generalista/Generalist Pharmacy Journal, 3(1), 62-76, 2021. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/revistafarmacigeneralista/article/view/1313>. Acesso em: 15 de out. 2024.

MAZZU-NASCIMENTO, T. et al. **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais: reflexo na atenção à saúde dos surdos.** Audiology - Communication Research, v. 25, p. e2361, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/dY4cCXTnjwZvVSRPmYJ6RWL/?lang=pt>. Acesso em: 15 de out. 2024.

MEDEIRO, D. L.; DE OLIVEIRA, E. G. **OS DESAFIOS DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA:** The challenges of pharmaceutical care. Revista de Atenção à Saúde, 21, e20238944-e20238944, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_ciencias_saude/article/view/8944. Acesso em: 11 out. 2024.

NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S. **Atenção à saúde e surdez:**

desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 30(3), 2017. DOI: <https://doi.org/10.5020/18061230.2017.6176>. Acesso em: 13 de out. 2024.

SANTOS, A. S.; PORTES, A. J. F. **Percepções de sujeitos surdos sobre a comunicação na Atenção Básica à Saúde.** Rev Lat Am Enfermagem, 27, e3127, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.2612.3127>. PMid:30916228. Acesso em: 11 out. 2024.

SILVA, E. V.; NAVES, J. D. O. S.; VIDAL, J. **O papel do farmacêutico comunitário no aconselhamento ao paciente.** CFF, 2018. Disponível em: http://www.farmaceuticos.org.br/sistemas/geral/revista/pdf/67/057a064_farmacoterapeutica.pdf. Acesso em: 12 de out. 2024.

TAKARA, L. E. M.; PEREIRA, P. C. A.; AGUIAR, P. M. **Use of medications by patients who are Deaf or Hard of Hearing: Reflections for the promotion of rational use.** Journal of the American Pharmacists Association: JAPhA, 61(6), e20-e24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.japh.2021.07.001>. Acesso em: 12 de out. 2024.

VASCONCELOS, S. DOS S.; NOVAIS, G. S.; WEEKES, K. W.; SILVA, M. C. P. DA; COSTA, G. DE L. C.; VALLINOTO, I. M. V. C. **Brazilian Sign Language in health:**

Evaluation from the perspective of patients and medical students. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 8, p. e15510816225, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i8.16225. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/16225>. Acesso em: 18 oct. 2024.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS HOSPITALARES NA CIDADE DE SURUBIM-PE

Jessica Rafaela Rufino¹, Anderson Henrique de Souza Silva², Daniel Vitor dos Santos Gomes³, José Célio Ramos de Arruda Filho⁴, Liveston Rodrigues da Silva⁵, Sandra Roberta Vaz Lira Maranhão⁶

¹ Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

³ Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁴ Graduanda do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁵ Graduando do Curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

⁶ Professora da Faculdade Santíssima Trindade - FAST.

INTRODUÇÃO

As atividades humanas geram uma quantidade significativa de resíduos sólidos de diversas origens, como doméstica, industrial, hospitalar e escolar, exigindo um descarte adequado para mitigar impactos ambientais. A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece diretrizes para o manejo desses resíduos no Brasil, promovendo transparência no gerenciamento público e privado e regulando a gestão integrada. Essa legislação busca transformar padrões de produção e consumo, melhorando a qualidade ambiental e as condições de vida da população (Domingues; Oliveira, 2013).

No contexto dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), destacam-se os Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS), gerados em estabelecimentos relacionados ao cuidado da saúde humana e animal, como unidades de saúde, laboratórios, necrotérios, farmácias e outros. A gestão inadequada desses resíduos representa um desafio significativo devido aos riscos à saúde pública e ao meio ambiente (Medeiro; Fontgalland, 2022).

A implementação eficaz do Plano de Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS) exige ações que equilibrem a relação entre sociedade, meio ambiente e instituições de saúde, proporcionando benefícios biossanitários, sociais, tecnológicos e econômicos. A capacitação de equipes multiprofissionais é essencial, pois o gerenciamento correto dos resíduos é uma responsabilidade coletiva que contribui para a preservação ambiental e a redução de riscos ocupacionais (Lemos et al., 2014; Silva, 2019).

Os resíduos do Grupo “A” são considerados potencialmente infecciosos e subdivididos em cinco subgrupos: “A1”, que inclui culturas e estoques de microrganismos e vacinas com suspeita de contaminação biológica; “A2”, que abrange carcaças e peças anatômicas de animais expostos a microrganismos; “A3”, composto por peças anatômicas

humanas sem valor científico ou legal; “A4”, que envolve kits médicos descartáveis e resíduos laboratoriais sem suspeita de contaminação por príons; e “A5”, que inclui órgãos e fluidos orgânicos com suspeita de contaminação por príons (Brasil, 2018).

O Grupo “B” contém resíduos químicos perigosos, como produtos hormonais, antimicrobianos e metais pesados, enquanto o Grupo “C” engloba resíduos com radionuclídeos, que apresentam riscos radiológicos. O Grupo “D” refere-se a resíduos não perigosos, semelhantes aos resíduos sólidos urbanos, e o Grupo “E” inclui materiais perfurocortantes, como agulhas e bisturis, que apresentam risco de lesões e infecções (Brasil, 2018).

O acondicionamento adequado desses resíduos hospitalares é crucial para a preservação ambiental e a promoção da saúde pública. A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca que a segregação e o armazenamento corretos dos resíduos são essenciais para prevenir riscos biológicos e ambientais. A segregação no momento da geração é vital para proteger a saúde pública, minimizar riscos ocupacionais e preservar o meio ambiente. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) reforça que cada tipo de resíduo deve ser acondicionado em recipientes específicos e identificados de acordo com sua classificação (OMS, 2018).

Os resíduos devem ser armazenados em um local designado, geralmente uma sala com containers apropriados, facilitando a organização, segurança e eficiência na coleta e destinação posterior. O espaço de armazenamento deve ser de fácil acesso para a coleta externa, assegurando logística eficiente e evitando contaminações até a destinação final. O escoamento de água do local deve estar conectado à rede coletora de esgoto, permitindo a limpeza e desinfecção adequadas, de acordo com as diretrizes da estação de tratamento de água do Estado (Da Costa, 2009).

A remoção dos resíduos hospitalares do local de armazenamento externo para a unidade de tratamento ou disposição final é uma etapa crucial. Resíduos dos Grupos “A4”, “D” e “E” geralmente são recolhidos pelo serviço público municipal com veículos específicos para resíduos hospitalares. Conforme a ANVISA (RDC) nº 222/2018 devem ser empregadas técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade ambiental durante o transporte, assegurando a segurança.

Este estudo tem como objetivo coletar e classificar dados sobre resíduos hospitalares, quantificando sua geração e comparando a composição dos resíduos.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa de campo realizada na

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APAMI), também conhecida como Hospital São Luiz, localizado no município de Surubim, Estado de Pernambuco. A visita técnica foi realizada após uma solicitação formal da Faculdade Santíssima Trindade (FAST), que foi encaminhada à instituição mencionada para a autorização da visita.

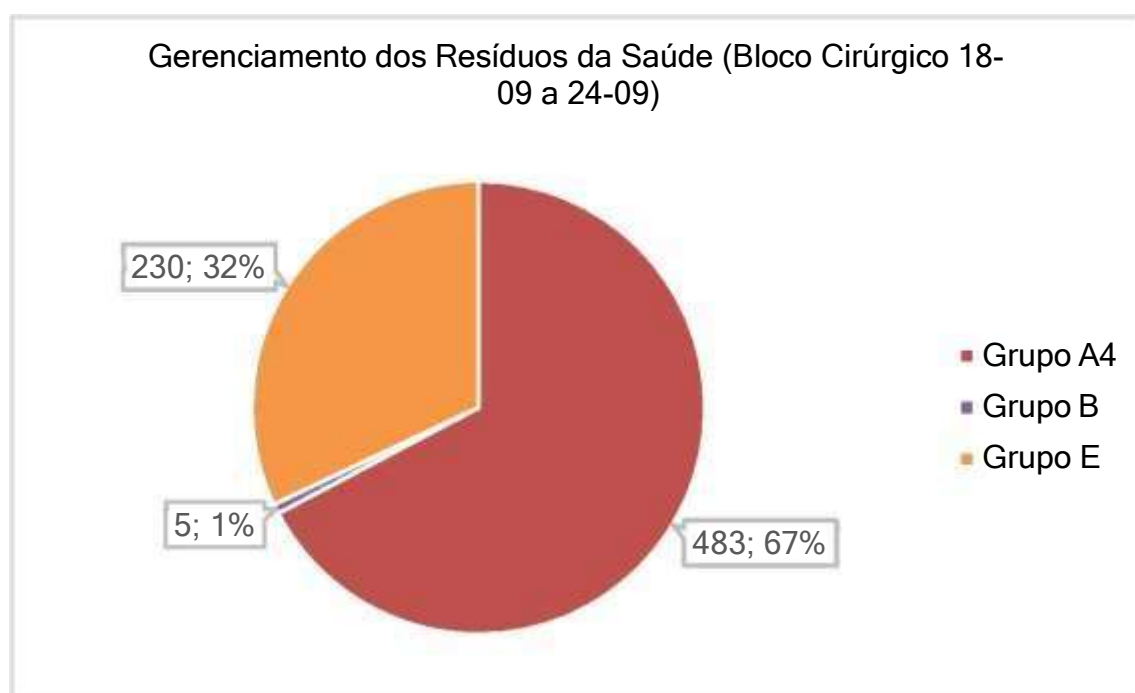
Os recursos utilizados para a construção desta pesquisa foram obtidos nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico. Os termos de pesquisa aplicados incluíram "Resíduos", "Gerenciamento", "Biossegurança" e "Saúde". A análise foi limitada a materiais publicados entre os anos de 2009 e 2024.

As visitas técnicas para a coleta dos resíduos gerados no hospital ocorreram entre os dias 18 e 24 de setembro de 2023, abrangendo dois setores: o bloco cirúrgico e o posto de urgência. Após a realização das visitas foi-se usado as normas estabelecidas pela RDC 306/2004 da ANVISA e a RDC 358/2005 do CONAMA para a construção dos gráficos, sendo esses resíduos quantificados, identificados e classificados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

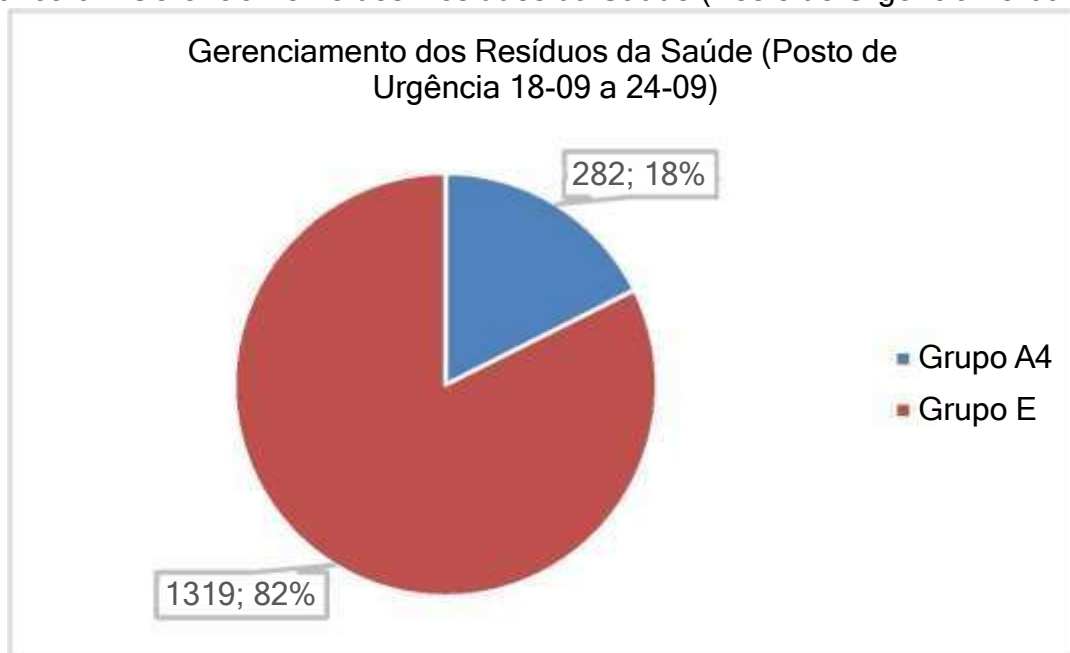
Durante a pesquisa de campo foi observado a geração de resíduos e a partir dos dados coletados foi possível efetuar uma comparação com o quantitativo de resíduos gerados em dois setores do hospital: bloco cirúrgico e posto de urgência, em oito dias.

Gráfico 01: Gerenciamento dos Resíduos da Saúde (Bloco Cirúrgico 18-09 a 24-09)



Fonte: autores

Gráfico 02: Gerenciamento dos Resíduos da Saúde (Posto de Urgência 18-09 a 24-09)



Fonte: autores

Durante o período de 18 a 24 de setembro, o gerenciamento de resíduos da saúde no Bloco Cirúrgico (Gráfico 01) foi caracterizado pela realização de 37 procedimentos cirúrgicos, evidenciando uma intensa atividade operatória. A análise dos dados revelou a predominância do subgrupo “A4”, que inclui materiais descartados do bloco cirúrgico, como gases, totalizando 170 unidades, o volume total do subgrupo “A4” alcançou 483 unidades, representando 67% dos resíduos coletados. Segundo a (RDC) nº 222, de 28 de março de 2018, da ANVISA os resíduos do Grupo “A4” devem ser acondicionados em recipientes rígidos, impermeáveis, resistentes à ruptura e vazamento, e que podem ser lacrados hermeticamente. Esses recipientes devem ser identificados com um símbolo de risco biológico para alertar sobre o potencial de contaminação. Os resíduos do grupo “E”, que abrange os resíduos perfurocortantes, foram registrados 230 unidades, que representam 32% dos resíduos coletados. Para complemento enquanto o grupo “B” contabilizou 5 unidades, que representam 1% da quantidade de resíduos coletados, ilustrando a diversidade de materiais descartados. A segregação dos resíduos do Grupo “B” deve ser feita no local de geração, evitando a mistura com resíduos de outras classes, como os biológicos ou comuns. Essa prática é fundamental para manter a integridade dos materiais e facilitar o manejo seguro. Além disso, é importante que o acondicionamento siga as normas e regulamentações locais, respeitando os limites de tempo e as condições de segurança para o armazenamento desses resíduos.

Em contraste, os dados do Posto de Urgência (Gráfico 02) durante o mesmo intervalo

mostraram uma predominância dos grupos “A” e “E” na geração de resíduos. O grupo “A” apresentou 282 unidades descartadas que representa 18% dos resíduos coletados, com uma diferença de 49% comparado ao Bloco Cirúrgico. O grupo “E” destacou-se com 1319 unidades, representando 82% dos resíduos coletados, com um diferencial de 50% comparado ao Bloco Cirúrgico. De acordo com a Resolução CONAMA nº. 283/2001, as seringas e agulhas utilizadas no processo de assistência à saúde e os demais resíduos perfurocortantes não necessitam de tratamento, porém precisam ser descartados corretamente e separadamente, em local adequado para os perfurocortantes, para não acontecer nenhum acidente.

A comparação entre os dois ambientes evidencia diferenças significativas na composição e volume de resíduos gerados. Enquanto o Bloco Cirúrgico (Gráfico 01) demonstrou uma concentração de resíduos do subgrupo “A4”, o Posto de Urgência (Gráfico 02) teve seu volume em destaque para os grupos “A” e “E”. Essa variação ressalta as diferenças nas práticas de descarte e a natureza dos procedimentos realizados em cada setor, enfatizando a necessidade de estratégias de gerenciamento que considerem as especificidades de cada ambiente hospitalar, em conformidade com as diretrizes previstas na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou a importância do gerenciamento adequado dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) para garantir a segurança pública e ambiental. Os dados coletados no Hospital São Luiz, revelaram uma variabilidade significativa na geração de resíduos entre o Bloco Cirúrgico e o Posto de Urgência, evidenciando a predominância de diferentes grupos de resíduos.

Essa diversidade destaca a necessidade de um Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS) adaptado a cada setor, visando mitigar riscos à saúde pública e ao meio ambiente. A classificação correta se mostra necessária para as etapas posteriores, como o acondicionamento, armazenamento, coleta e transporte adequados, essas etapas são essenciais para a eficácia desse gerenciamento, assegurando a segurança dos profissionais de saúde e a proteção da população e do meio ambiente. Portanto, fortalecer as práticas de gestão de resíduos deve ser uma prioridade nas instituições de saúde, promovendo a sustentabilidade e a responsabilidade coletiva na preservação ambiental.

REFERÊNCIAS

em: <https://www.significados.com.br/pesquisa-de-campo/>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências.** Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 29 out. 2024.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 283, de 12 de julho de 2001: Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.** Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5047>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005: Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Resolução RDC nº 222/2018, de 11 de junho de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2018/rdc0222_28_03_2018.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

BRASIL. **Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html. Acesso em: 25 out. 2024.

DA COSTA, W. M.; DA FONSECA, M. C. G. **A importância do gerenciamento dos resíduos hospitalares e seus aspectos positivos para o meio ambiente.** Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 9, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/16924/9329>.

Acesso em: 30 out. 2024.

LEMONS, M.; PASSOS, J.; TORRES, D. A. **Análise do gerenciamento de resíduos do centro cirúrgico de um Hospital Universitário do Estado do Rio de Janeiro.** Revista Facultad de Salud, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em: <https://www.journalusco.edu.co/flip/index.php?pdf=https://www.journalusco.edu.co/index.php/rfs/article/download/158/282>. Acesso em: 22 out. 2023.

MEDEIRO, F. C. FONTGALLAND, I. L. **Gerenciamento de resíduos hospitalares a partir: uma revisão da literatura.** Brazilian Journal of Animal and Environmental Research, v.5, n.4, p. 4199-4209, out./dez., 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJAER/article/view/55100/40622>. Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA, Paulo A.; DOMINGUES, C. **Uma análise do potencial de reciclagem de resíduos hospitalares de uma unidade de saúde.** In: II JORNACITEC-Jornada Científica

e Tecnológica, 2015. Disponível em: <http://www.jornacitec.fatecbt.edu.br/index.php/IJTC/IJTC/paper/viewFile/527/399>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, E. L. D. **Construção de manual para o manejo adequado dos resíduos hospitalares e sua validação**, 2019. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=95136>. Acesso em: 27 out. 2024.

ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA AO PACIENTE COM INSUFICIÊNCIA RENAL AGUDA

Matheus Barbosa Da Silva¹, Ana Karla Bezerra da Silva Lima²

¹ Graduando de Enfermagem da Faculdade Santíssima Trindade - FAST;

² Docente da Faculdade Santíssima Trindade - FAST. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista em LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE Enfermeira pela FACENE, João Pessoa/PB.

INTRODUÇÃO

A Insuficiência Renal Aguda (IRA) pode ser definida como a perda da função renal e caracterizada pelo aumento repentino de substâncias nitrogenadas no sangue (azotemia) que é representada pela ureia e creatinina, podendo ser associada ou não a oligúria. Os casos não oligúricos apresentam volume de urina inferior a 400 ml no período de 24 horas, o que representa 60% dos casos de insuficiência renal aguda, e é relacionada com o aumento da mortalidade de curto a longo prazo (SILVA *et al.*, 2016).

A insuficiência renal aguda é uma patologia recorrente em pacientes críticos normalmente internados em Unidade De Terapia Intensiva (UTI) e sua incidência varia de 30% a 60% das internações nessas UTI, podendo a taxa de mortalidade chegar a 23%, sendo sepse a condição mais comum associada a essas mortes. Outras patologias crônicas são também consideradas fatores de risco para o desenvolvimento da insuficiência renal aguda e também para o aumento de sua mortalidade. São elas a diabetes mellitus, a hipertensão arterial, insuficiência cardíaca congestiva (ICC), neoplasia e as infecções causadas pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). A maioria dos casos podem ser reversíveis. No entanto, 5% deles são considerados irreversíveis e geralmente associados a necrose do córtex renal (necrose cortical completa) (DANTAS *et al.*, 2020).

Estudos relatam que algumas intervenções terapêuticas e diagnósticas podem ser responsáveis por causar a insuficiência renal, sendo algumas na UTI, e se destacam a ventilação mecânica invasiva (VMI) assim como alguns medicamentos nefrotóxicos. Essa patologia faz com que os rins não realizem a sua principal função que é manter a homeostase no organismo causando distúrbio hídrico, eletrolítico e acidobásico. A maior parte da insuficiência renal aguda é causada por isquemia e/ou nefrotoxinas e está classicamente associada à necrose tubular aguda (NTA). A taxa de mortalidade está principalmente associada a pacientes acima dos 60 anos que

apresentam complicações pulmonares e cardiovasculares. Diante desse cenário, os pacientes passam a ficar dependentes de uma assistência de saúde de boa qualidade, principalmente em relação à enfermagem. Pois, entende-se que o conhecimento sobre os seus fatores de risco, assim como o tratamento eficaz, tornam favorável o prognóstico desses pacientes críticos (BARBOSA *et al.*, 2022).

A equipe de enfermagem por sua vez, realiza um maior contato direto com os pacientes e tem um papel essencial na avaliação destes para detecção mais precocemente dos sinais de insuficiência renal aguda, para assim realizar o planejamento de cuidados, objetivando evitar a evolução da insuficiência renal aguda, consequentemente, a piora do quadro clínico do paciente. Os objetivos dos profissionais de enfermagem frente a pacientes com insuficiência renal aguda devem buscar assegurar uma assistência de saúde e humanizada eficaz, visando uma recuperação em menor período de tempo, e também proporcionar uma qualidade de vida para esses pacientes.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar na literatura existente, a assistência de enfermagem frente a pacientes com insuficiência renal aguda e identificação dos fatores de risco para evolução da doença.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa de trabalhos publicados, por realização de busca avançada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico nos anos de 2019 a 2023, utilizando os descritores “Insuficiência renal aguda; Enfermagem; Fatores de risco; e Assistência de qualidade”. Após a busca, foram excluídos dos resultados os trabalhos com publicações repetidas e que não foram publicados em português (MATTAR, 2017).

Desta forma, os assuntos foram estudados e relacionados de acordo com o assunto específico, gerando um apanhado vasto e importante de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atuação da enfermagem frente a pacientes com insuficiência renal aguda (IRA), desde a percepção dos primeiros sinais e sintomas até uma possível recuperação do paciente constitui assunto de extrema importância por ser a equipe de enfermagem, a maior categoria de profissionais de saúde como também, por serem os profissionais que passam maior tempo de contato direto com os pacientes. Desta

forma, se faz necessário que esses profissionais, principalmente o Enfermeiro, detenham o conhecimento científico sobre tal patologia para tomada de decisões importantes sobre o tratamento precoce da insuficiência renal aguda. O que se torna essencial que se percebam os principais sinais e sintomas da doença favorecendo um diagnóstico o mais precoce possível, um tratamento mais eficaz e menor sofrimento por parte do paciente, sem falar no grande gasto para as instituições públicas e nas possibilidades de total recuperação desses paciente (SOARES *et al.*, 2022).

Um estudo realizado em 2020 em Brasília descreveu o nível de conhecimento dos enfermeiros de unidades básicas de saúde (UBS) referente a insuficiência renal aguda. Foram entrevistados 57 enfermeiros e boa parte desses profissionais sabiam descrever o que é a IRA, mas a maioria não sabia o valor correto de creatinina sérica e outros componentes sanguíneos. Portanto, esse estudo concluiu que os profissionais incluídos na investigação, não possuíam conhecimento suficiente sobre os fatores de risco, prevenção e autocuidado relacionados a insuficiência renal aguda (BARBOSA *et al.*, 2022).

Outro estudo realizado, desta vez com pacientes, com o objetivo de correlacionar com o diagnóstico de enfermagem, implementação de enfermagem e resultados esperados, foi realizado com 98 pacientes em tratamento dialítico numa UTI em um hospital no estado de São Paulo, onde os resultados apresentados foram os seguintes: os diagnósticos de enfermagem de risco foram os mais prevalentes (67%) e 33% foram diagnósticos reais, implementação de enfermagem predominante foram relacionada à promoção contra infecções, controle de infecções, controle hidroeletrólítico, controle do débito urinário e monitorização do aparelho respiratório e acidobásico e os resultados esperados como monitorização ou redução da infecção, melhora da perfusão tissular em órgãos abdominais, equilíbrio do balanço hídrico, mobilidade e redução de produtos urêmicos foram maiores (SILVA *et al.*, 2016).

Na revisão integrativa realizada foi observado que as intervenções foram voltadas para a monitorização, controle da volemia e também os cuidados com os distúrbios hidroeletrólíticos. Também foi ressaltada a relevância do enfermeiro na identificação precoce, prevenção e tratamento de insuficiência renal aguda nas UTI (DANTAS *et al.*, 2020).

Um estudo concluiu que a prevenção é a melhor estratégia de gerenciamento da IRA, e também ressaltaram que o enfermeiro é peça principal numa equipe multidisciplinar para poder classificar a IRA e atuar de forma precoce no tratamento,

necessidades e promover a recuperação e bem-estar do paciente (SOARES *et al.*,2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insuficiência renal aguda (IRA) é uma patologia caracteriza pela perda da função renal diminuindo assim, a homeostase do organismo podendo ser reversível ou não, sendo muito recorrente principalmente em pacientes internados em UTI e pacientes com HIV, hipertensão arterial e outras doenças crônicas. Essas patologias são consideradas fatores de risco para o desenvolvimento da IRA, considerando também que sua taxa de mortalidade está associada a idosos acima dos 60 anos com algum problema cardiovascular ou pulmonar.

Sendo assim podemos concluir que a assistência do enfermeiro é primordial e principalmente, dentro da unidades de terapia intensiva frente a paciente com IRA e a informação sobre a doença traz o atendimento necessário para esse paciente, desta forma exigindo o conhecimento científico sempre renovado sobre a patologia para que assim, facilite a detecção dos primeiros sinais e sintomas da insuficiência renal aguda (IRA). Pois só assim, pode-se proporcionar um diagnóstico precoce e também um planejamento de cuidados de enfermagem adequados para evitar que este paciente evolua clinicamente seu quadro para um piora progressiva e um óbito. Só assim o enfermeiro pode proporcionar o tratamento adequado para o paciente afim de promover uma mais rápida e maior chance de recuperação, oferecendo ao paciente uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, C. S. et al. O papel do enfermeiro em pacientes admitidos em uma unidade de terapia intensiva diagnosticados com injúria renal aguda: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 15, n. 12, p. e11420e11420, 2022.

DANTAS, S. G. M. et al. Fatores relacionados à ocorrência de insuficiência renal aguda na unidade de terapia intensiva: revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e1089108330-e1089108330, 2020.

MATTAR, J. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, C. M. S. et al. Insuficiência renal aguda: principais causas e a intervenção de enfermagem em UTI. **Revista Rechiem-Revista Científica de Enfermagem**, v. 6, n. 16, p. 48-56, 2016.

SOARES, C. F. et al. Cuidado em enfermagem ao paciente renal agudo a luz da teoria adaptativa de Roy. **Saúde Coletiva (Barueri)**, v. 12, n. 72, p. 9408-9425, 2022.

CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO ATENDIMENTO DE PESSOAS SURDAS E MUDAS

Maria Eduarda Galdino da Costa¹, Claudia Mিকেle Marinho Ramos de Andrade², Maria Gabriela Cabral da Silva³, Rysllayna Jhaysle da Silva⁴, Talicia Paula da Silva⁵, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁶

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

² Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

⁵ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

⁶ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata/PE. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista e LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE. Graduada em Enfermagem pela FACENE, João Pessoa/PB

INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma forma de comunicação crucial para surdos e pessoas com deficiência auditiva. Como uma língua visuo-gestual, a Libras não é apenas a tradução da língua portuguesa para sinais, mas possui sua própria gramática, vocabulário e nuances. Seu uso promove a inclusão social e educacional, permitindo que indivíduos surdos se comuniquem de maneira eficaz em diferentes contextos. Além da Libras, a comunicação visual, que inclui símbolos, imagens, gráficos e sinais, desempenha um papel significativo na facilitação da comunicação para pessoas com dificuldades de fala, deficiência intelectual ou autismo. Ferramentas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) também são importantes, pois oferecem recursos como quadros de imagens, dispositivos eletrônicos com síntese de voz e aplicativos que ajudam na expressão de ideias e necessidades. Esses diferentes métodos de comunicação devem ser promovidos e integrados em ambientes educacionais, profissionais e sociais para garantir a acessibilidade e a inclusão. A conscientização sobre a importância de usar uma variedade de estratégias de comunicação é essencial para criar um ambiente mais

acolhedor e igualitário, onde todas as vozes possam ser ouvidas e respeitadas (Monteiro, 2015).

A capacitação de profissionais de enfermagem para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva emerge como uma questão crucial no contexto da saúde pública contemporânea. A deficiência auditiva, que afeta uma significativa parcela da população, representa não apenas um desafio em termos de comunicação, mas também acentua desigualdades históricas que limitam o acesso a serviços essenciais. Nesse cenário, a enfermagem desempenha um papel vital neste trabalho de humanização, uma vez que esses profissionais estão frequentemente na linha de frente do cuidado, em contato direto com os pacientes e têm a responsabilidade de promover um atendimento de qualidade e inclusivo (Chaveiro; Barbosa, 2005).

Em Silva (2019) encontramos que a formação de enfermeiros para lidar com as necessidades específicas de indivíduos com deficiência auditiva deve abranger não apenas aspectos técnicos, como a utilização de recursos de comunicação alternativa, mas também uma compreensão profunda dos princípios de inclusão social e direitos humanos. O fortalecimento dessas competências é fundamental para a promoção de um atendimento humanizado, que respeite a dignidade e a autonomia dos pacientes, além de facilitar a construção de um ambiente mais acolhedor, humanizado e acessível.

Estudos apontam que a falta de formação adequada e sensibilização sobre as particularidades da deficiência auditiva pode resultar em diagnósticos incorretos, tratamentos inadequados e, conseqüentemente, em um agravamento das condições de saúde desse grupo. Assim, este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da capacitação contínua e multidisciplinar dos profissionais de enfermagem, visando não apenas a melhoria dos serviços prestados, mas também a efetivação de uma política de saúde que valorize a inclusão e a promoção dos direitos humanos. Essa abordagem não apenas beneficia os pacientes, mas também contribui para a construção de um sistema de saúde mais justo e igualitário (Silva *et al.*, 2021).

OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivos:

- . Revisar e analisar a literatura existente sobre a formação profissional de indivíduos que atuam na assistência a saúde de pessoas surdas identificando a necessidade de capacitação e suas principais lacunas no conhecimento e nas habilidades desses profissionais.
- . Estudar como a capacitação adequada pode aumentar a inclusão e a autonomia de pessoas surdas, apontando a existência de diferentes métodos de comunicação (como a Língua Brasileira de Sinais – Libras, comunicação visual e alternativas.
- . Avaliar a importância da sensibilização e do desenvolvimento de empatia por parte dos profissionais, visando melhorar a qualidade do atendimento prestado a pessoas surdas.

METODOLOGIA

Este é um estudo que foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas, e com o objetivo de analisar e revisar práticas de capacitação de profissionais para o atendimento a pessoas surdas e mudas. O campo para coleta de dados foram Epitaya, Repositório Cogna, Google Acadêmico, Scielo (Scientific Electronic Library Online) utilizando os descritores: Enfermagem; Inclusão de pessoas surdas e mudas; Capacitação profissional; Língua Brasileira de Sinais.

Os artigos inclusos no estudo estão relacionados com a capacitação de profissionais de saúde, ensino e serviços públicos voltados para o cuidado com surdos e mudos. Foram excluídos estudos que não forneciam qualquer metodologia ou resultados práticos, e estudos em áreas geográficas sem relação à situação brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos estudos feitos, percebe-se a indispensável presença da Libras para o atendimento em âmbitos de saúde em geral. Pois é perceptível o aumento da comunicação eficiente, o que acarreta o aprimoramento da relação Profissional x Paciente, e desse modo, possibilitando a redução de erros e propiciando a promoção à inclusão num atendimento mais humanizado. Vale ressaltar também, que a transcendência de mais profissionais de saúde acautelando-se ao tema, assevera o suporte emocional, pois os pacientes podem expressar suas preocupações, o medo do desconhecido, e a ansiedade sobre diagnósticos e tratamentos, sendo desta

forma, a comunicação frequentemente necessária para descrever sintomas e condições de todo e qualquer paciente. Sem um meio eficaz de comunicabilidade, pessoas surdas podem ter dificuldade em expressar suas queixas, levando a diagnósticos imprecisos ou demasiadamente atrasados. Ademais, o enfermeiro pode informar sobre os cuidados necessários e orientar o paciente sobre os quaisquer procedimentos que foram feitos, e os que virão a seguir (Doroteu; Martins; Carvalho, 2017).

Através da investigação, foi bem captável que o uso da Libras contribui para um atendimento mais humanizado, onde o paciente se sente valorizado e respeitado em sua individualidade, o que melhora sua experiência e influencia positivamente sua recuperação (Silva *et al.*, 2019).

Alguns malefícios da “não capacitação profissional”, seriam a menor adesão ao tratamento, pois a dificuldade em compreender instruções pode levar à não adesão ao tratamento prescrito; a falta de consentimento informado, onde pacientes podem não entender os riscos e benefícios dos procedimentos, comprometendo o consentimento informado; a desinformação sobre saúde pela ausência de material informativo acessível impedindo que pessoas surdas compreendam suas condições de saúde, além disso, complicações hospitalares, porque a falta de comunicação clara pode resultar em complicações que poderiam ser evitadas com um atendimento adequado; a desmotivação na busca de atendimento, pois podem evitar procurar ajuda médica devido à frustração com a comunicação; e dificuldades nas emergências, situações críticas, pela falta de comunicação podendo levar a intervenções inadequadas (Mello *et al.*, 2024).

Tais limitações na prática profissional é espelhada pela falta de habilidades de comunicação com a população descrita, limitando a atuação do enfermeiro, restringindo sua capacidade de atender uma parte importante da população. Em muitos locais, o acesso a cuidados de saúde é um direito, e os profissionais de saúde que não se adaptam podem se ver em desvantagem em um ambiente cada vez mais demandante de diversidade (Mello *et al.*, 2024).

No hodierno, a comunicação é uma habilidade essencial no campo da enfermagem, especialmente considerando a diversidade da população atendida. Quando um profissional de enfermagem não consegue se comunicar efetivamente,

pode resultar em várias consequências negativas, como as citadas acima, tanto para o paciente quanto para o próprio profissional e a instituição em que trabalha.

A promoção da Libras também é uma questão de direitos humanos. O reconhecimento e a valorização dessa língua são fundamentais para assegurar os direitos das pessoas com deficiência auditiva, conforme estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão e pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Quando a sociedade se compromete a aprender e utilizar Libras, está contribuindo para um mundo mais justo e igualitário. Por fim, o aprendizado da Libras por ouvintes não apenas enriquece suas vidas pessoais e profissionais, mas também fortalece a conexão entre as comunidades ouvinte e surda. A comunicação inclusiva favorece um ambiente onde todos podem interagir de maneira respeitosa e empática (Lima, 2014).

E para concluir, foi visível que investir na formação de profissionais mais capacitados, está promovendo não apenas o acesso à informação e serviços essenciais, mas também contribuindo para o reconhecimento da diversidade linguística presente em nossa sociedade. Portanto, é imprescindível que todos os setores – saúde, educação, assistência social – se comprometam com essa formação contínua para transformar realidades e promover verdadeiramente a inclusão das pessoas surdas em todos os aspectos da vida social.

CONCLUSÃO

O presente trabalho traz uma reflexão a todos os profissionais da saúde em especial os enfermeiros, que tem mais contato com o cliente em um momento de internação, para se conscientizarem e buscarem formas de se especializar e melhorar ainda mais o cuidado a todos os seus pacientes com deficiência auditiva, de forma que não seja mais uma situação que venha trazer desconforto ao paciente e dificultar a comunicação. É de extrema importância que os profissionais de enfermagem se situem nessa área para diminuir o estigma que essas pessoas já sofrem na sociedade e tornar situações de emergência mais tranquilas e mais confortáveis.

A utilização das LIBRAS como um processo comunicativo no âmbito hospitalar ainda é limitada e pouco discutida, porem estão surgindo cada vez mais profissionais interessados em melhorar a assistência aos seus pacientes e espera-se que essa

situação crítica seja melhorada a fim de que a assistência de enfermagem se torne cada vez mais inclusiva com os pacientes surdos.

REFERÊNCIAS

CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Rev. Esc. Enf. USP**. n. 4, v. 39, 2005.

DOROTEU, L. R.; MARTINS, J. do N. R.; CARVALHO, S. M. S. A capacitação de profissionais para o atendimento da pessoa com deficiência auditiva: a inclusão social e promoção de direitos humanos. **Revista Negócios em Projeção**. n. 8, v. 2, 2017.

LIMA, A. K. B. S. **A inserção da LIBRAS na formação do profissional enfermeiro: uma estratégia de acesso do surdo aos serviços de saúde**. 2014, 40 f. Monografia (Especialização em LIBRAS) – Faculdades Montenegro, Petrolina/PE, 2014.

MELLO, R. T. et al. Enfermeiro e o acesso à saúde da pessoa com deficiência auditiva: revisão integrativa. **Saúde Coletiva**, 2023. Acesso em: 28 Out. 2024. Disponível em: <<https://revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/141489#:~:text=O%20enfermeiro%2C%20como%20linha%20de,com%20os%20princ%C3%ADpios%20do%20SUS.>>>.

MONTEIRO, M. S. História dos movimentos dos surdos e o reconhecimento da LIBRAS no Brasil. **Educação Temática Digital – ETD**, Campinas, v.7, n.2, p.292-302, jun. 2006. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/1649/pdf_2>. Acesso em: 12 fev. 2015.

SILVA, A. B. et al. Capacitação do enfermeiro na língua brasileira de sinais. Capítulo de livro. **Pitaya**, 2021. n. 1, v. 2, Capítulo 2. Saúde, meio ambiente e tecnologia no cuidado interdisciplinar.

SILVA, E. A. A enfermagem frente ao atendimento de pessoas surdas e mudas. (Monografia de conclusão de curso – 23 pg). **Faculdade Pitágoras de Bacabal**. Bacabal/MA, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/35315/1/ELIELTON+ARAUJO+SILVA,+ATIVIDADE+4+DEFESA+TCC.pdf>>.

AVALIAÇÃO *IN SILICO* DAS PROPRIEDADES FARMACOCINÉTICAS E FARMACÊUTICAS DE COMPOSTOS ISOLADOS DA *Curcuma longa* L.

Laylton Carlos Lemos Moura¹, Anderson Sotero da Silva¹, João Carlos Oliveira da Silva¹, Moniqui Montes da Silva¹, Silmara Araújo da Silva¹, Rodrigo Ribeiro Alves Caiana^{1,2}

¹ Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, Pernambuco;

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Desde a ancianidade, as plantas medicinais estão inseridas em inúmeras culturas como instrumentos na busca por meios de melhorar a vida humana com o auxílio do ambiente natural. Mesmo com a evolução da tecnologia e da medicina moderna, essa prática continua sendo de grande valia para a saúde humana, principalmente em comunidades carentes, onde o uso de plantas medicinais se posiciona como uma das únicas fontes de tratamento e cuidado de doenças (Rodrigues *et al.*, 2020).

Em meio às riquezas de inúmeras plantas medicinais, destaca-se a *Curcuma longa* L., uma espécie de origem asiática pertencente à família Zingiberaceae, popularmente chamada de açafrão ou cúrcuma. Seus rizomas são amplamente utilizados como agentes farmacológicos na medicina tradicional devido à presença de curcuminóides: compostos fenólicos com significativas propriedades farmacológicas (Lorenzi *et al.*, 2021).

Tais curcuminóides destacam-se como componentes majoritários da *C. longa*, sustentando propriedades antioxidantes, antiinflamatórias, anticancerígenas, antimicrobianas, anti-asmáticas, antidiabéticas, antiartríticas e antivirais, além de surtirem proteção contra a obesidade e contribuir no tratamento de condições como depressão e ansiedade (Sahoo *et al.*, 2021). Dentre os principais curcuminóides, destaca-se a curcumina, que representa aproximadamente 77% da composição, seguida pela desmetoxicurcumina (cerca de 17%), bis-desmetoxicurcumina (composta por cerca de 3%) e ciclocurcumina, presente em proporção menor (Iweala *et al.*, 2023).

Entretanto, um dos maiores contratempos em relação ao uso clínico da curcumina é sua baixa biodisponibilidade. Sua solubilidade limitada em água sucede em sua má absorção, e a existência de sítios metabolicamente instáveis causa metabolismo hepático de primeira passagem. A baixa efetividade para administração *in vivo* é intensificado pelo fato de seus metabólitos serem inativos na maioria das atividades biológicas associadas ao seu uso (Teixeira *et al.*, 2022). Contudo, o processo de descoberta de novos fármacos é longo,

oneroso e composto por múltiplas etapas, sendo de grande relevância a avaliação prévia dos candidatos a

fármacos para que se possa concentrar os investimentos apenas naqueles mais promissores. Estudos dessa natureza subsidiam informações importantes para a orientação das ações e otimização dos candidatos, fomentando esforços que visem a frequente análise destas propriedades (Caiana; Medeiros Filho; Freitas, 2020).

Prosseguindo nessa finalidade, o emprego de ferramentas computacionais têm colaborado para diminuir os impasses desse processo, proporcionando importantes dados sobre moléculas com potencial farmacológico e direcionando a atuação sobre aquelas mais promissoras (Tittal *et al.*, 2020; Sun *et al.*, 2020). Além disso, os ensaios *in silico* tem sido grandemente utilizados na triagem, identificação de sítios de ligação e na construção de modelos estruturais/conformacionais de enzimas e proteínas, com o propósito de direcionar os estudos farmacêuticos no que se expõe à viáveis interações e aos variados mecanismos fisiológicos que um fármaco está envolvido (Vulovic *et al.*, 2018; Sabri *et al.*, 2019).

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a partir de ferramentas *in silico* do potencial farmacológico dos principais fitoconstituintes da *C. longa* L., avaliando características físicas, químicas e biológicas que possam influenciar no seu comportamento farmacológico.

METODOLOGIA

Nesta proposta, foram utilizados diversos parâmetros físico-químicos e algoritmos específicos para a realização de determinações computacionais (*in silico*) das principais propriedades farmacocinéticas, auxiliando no progresso dos estudos farmacêuticos envolvendo os principais curcuminóides estudados, a curcumina, que corresponde cerca de 77% da estrutura, em sequência pela desmetoxicurcumina (cerca de 17%), bis-desmetoxicurcumina (constitui cerca de 3% do extrato). A diferença estrutural entre eles é a perda do um grupo metoxila no desmetoxicurcumina e ambos grupos metoxila na bis-desmetoxicurcumina.

Desta forma, as análises de LogPo/w consensual (cLogP), massa molecular (MM), N° de doadores de ligação de hidrogênio (nDLH), N° de aceptores de ligação de hidrogênio (nALH), N° de violações da regra de Lipinski, N° de violações da regra de Veber, potencial de absorção gastrointestinal (GI), permeação na barreira hematoencefálica (BHE), caráter *LeadLikeness* e Área da Superfície Polar Topológica (TPSA) As análises foram conduzidas

por meio da plataforma digital de bioinformática SwissADME, que congrega a colaboração de diversos autores em química medicinal e quimioinformática para processar diversas análises *in silico*. Isso proporciona dados valiosos para a compreensão mais aprofundada das propriedades farmacocinéticas de potenciais candidatos farmacêuticos. (Daina; Michielin; Zoete, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Detectado pelos valores de LogP, a lipofilicidade dos medicamentos afeta diretamente suas propriedades farmacocinéticas, sendo um dos fatores cruciais para o bom funcionamento do processo de absorção, distribuição, biotransformação e eliminação no organismo humano. Valores de LogP entre 1 e 3 são considerados adequados (Barreiro; Fraga, 2015). Segundo a plataforma SwissADME, dentre os curcuminóides apenas a curcumina exibe um valor de LogP ligeiramente acima do valor esperado (3,03), indicando seu caráter de maior lipofilicidade dentre os testados, o que pode impactar diretamente sua capacidade de percorrer adequadamente pelos compartimentos biológicos, conforme apontado anteriormente.

Após a análise da lipofilicidade *in silico*, o próximo passo foi verificar a conformidade deste composto à "Regra dos Cinco", apontada por Lipinski (2004). Ao examinar 2.245 fármacos, Lipinski elaborou um conjunto de parâmetros para medicamentos que se tornaram bastantes utilizados no desenvolvimento de novas moléculas promissoras de alta biodisponibilidade oral, determinando que um novo candidato farmacêutico deve cumprir uma série de normas físico-químicas para que se espere uma boa biodisponibilidade oral, que são: massa molecular (MM) menor que 500 Daltons, coeficiente de partição (LogP) menor que 5, máximo de cinco grupos doadores de ligação de hidrogênio (nDLH) e máximo dez grupos aceptores de ligação de hidrogênio (nALH) (Lipinski, 2004).

O estudo indicou que nenhum dos 3 compostos violam a "Regra dos 5", observando-se, portanto, uma boa adequação desses derivados às normas desenvolvidas por Lipinski. Adicionalmente, foi visto que os constituintes também satisfazem as regras estipuladas por Veber, que são: menos de dez ligações rotáveis e $TPSA < 140 \text{ \AA}^2$. A adequação em ambas as regras observadas reforça o alto potencial farmacocinético da curcumina e seus derivados, indicando alta probabilidade deste composto ser bem absorvido por via oral.

Em síntese, foi possível verificar que o próprio SwissADME estima uma boa absorção gastrointestinal para os compostos, validando as outras análises que indicam a alta

capacidade de absorção desses curcuminóides na mucosa gastrointestinal, apontando que seu tamanho molecular e sua boa lipofilicidade estejam envolvidos nesses resultados.

A análise da capacidade de penetração pela BHE demonstrou que a bis-desmetoxicurcumina foi o único derivado que mostrou uma boa permeabilidade divergindo dos demais e tornando o curcuminóide com mais aptidão de agir sobre o sistema nervoso central. A BHE possui um papel fundamental no processo de seletividade, onde protege o sistema nervoso central, indicando que a capacidade de penetração na BHE fomenta o potencial de um provável derivado ser útil em condições como depressão e ansiedade.

Mesmo apresentando potencial terapêutico bem consolidado na literatura, estes resultados indicam alguns impasses farmacocinéticos por parte da curcumina, o que é relevante destacar, haja vista que uma das principais razões de adversidade entre os candidatos que adentram nas buscas de novos medicamentos é extremamente a impertinência farmacocinética (Rosenbaum, 2016).

Esta observação é corroborada pela análise de *Leadlikeness* realizada pelo próprio SwissADME, a qual avaliou a semelhança dos curcuminóides com líderes farmacêuticos, evidenciando a curcumina como fora dos parâmetros estabelecidos e posicionando a desmetoxicurcumina e bis-desmetoxicurcumina como adequados e semelhantes aos líderes farmacêuticos.

Diante disso, foi possível notar que os derivados desmetoxicurcumina e bis-desmetoxicurcumina apresentaram boas características físico-químicas, fomentando seus potenciais no desenvolvimento de novos candidatos a fármacos, visto que cumprem todas determinações exigidas pelos parâmetros de triagem utilizados na pesquisa de novos fármacos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo satisfazendo as regras estabelecidas por Linpinski e Veber, nota-se algumas dificuldades farmacocinéticas por parte da curcumina, especialmente no LogP, penetração na BHE e *Leadlikeness*. Enquanto isso seus derivados demonstraram bom desempenho em todos os parâmetros avaliados, esperando um bom comportamento farmacocinético dos mesmos, o que destaca seus potenciais na busca por novos fármacos.

REFERÊNCIAS

CAIANA, Rodrigo Ribeiro Alves et al. **Estudo farmacológico e toxicológico de um**

candidato à fármaco derivado da D-glicose. I CONIMAS e III CONIDIS/2019 - Vol 1. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 747-761.

DAINA, A.; MICHIELIN, O.; ZOETE, V. SwissADME: a free web tool to evaluate pharmacokinetics, druglikeness and medicinal chemistry friendliness of small molecules. **Scientific reports**, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2017.

IWEALA, E. J.; UCHE, M. E.; DIKE, E. D.; ETUMNU, L. R.; DOKUNMU, T. M.; OLUWAPELUMI, A. E. et al. Curcuma longa (Turmeric): Ethnomedicinal uses, phytochemistry, pharmacological activities and toxicity profiles - A review. **Pharmacological Research - Modern Chinese Medicine**, v. 6, p. 100222, 2023

LIPINSKI, C. A. Lead and drug-like compounds: the rule-of-five revolution. Drug discovery today: **Technologies**. v. 1, n.1, p. 337-341, 2004.

LORENZI, H.; ABREU MATOS, F. J. Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 3ª ed. Plantarum, 2021.

PEREIRA, Gabriela Moysés. Etnobotânica no Brasil: uma reflexão histórica. **Scientia Naturalis**, v. 5, n. 2, 2023.

RODRIGUES, T. A.; LEANDRO NETO, J.; CARVALHO, T. A. R.; BARBOSA, M. E.; GUEDES, J. C.; CARVALHO, A. V.. A valorização das plantas medicinais como alternativa à saúde: um estudo etnobotânico. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.1, p.411-428, 2020.

SABRI, Mohamad Zulkeflee et al. In-silico selection of aptamer: A review on the revolutionary approach to understand the aptamer design and interaction through computational chemistry. **Materials Today: Proceedings**, v. 19, p. 1572-1581, 2019.

SAHOO, J. P.; BEHERA, L.; PRAVEENA, J.; SAWANT, S.; MISHRA, A.; SHARMA, S. S. et al. The Golden Spice Turmeric (Curcuma longa) and Its Feasible Benefits in Prospering Human Health - A Review. **American Journal of Plant Sciences**, v. 12, n. 3, p. 455-475, 2021.

TEIXEIRA, Maycon Gabriel Duarte et al. As propriedades biológicas da curcumina: uma revisão de literatura. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, p. 1-12, 2022.

TITTAL, Ram Kumar et al. Design, synthesis, biological activity, molecular docking and computational studies on novel 1, 4-disubstituted-1, 2, 3-Triazole-Thiosemicarbazone hybrid molecules. **Journal of Molecular Structure**, v. 1209, p. 127951, 2020.

VULOVIĆ, Aleksandra et al. Coupled in silico platform: Computational fluid dynamics (CFD) and physiologically-based pharmacokinetic (PBPK) modelling. **European Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 113, p. 171-184, 2018.

ACOMPANHAMENTO DE ENFERMAGEM NAS TOXEMIAS GRAVÍDICAS: ECLÂMPSIA E PRÉ ECLÂMPSIA

**Alixandrina Barbosa do Nascimento¹; Alcione Maria da Silva Medeiros²;
Lucivania Thais Gomes da Silva³; Sarah Valéria Gomes da Silva⁴; Jackeline
Patrícia Gomes de Moraes Bione⁵.**

INTRODUÇÃO

A gravidez é um período de grande mudança fisiológica, emocional e física na vida das mulheres. Durante esse processo, o enfermeiro tem um papel importante no acompanhamento da mulher, analisando, diagnosticando e identificando possíveis sinais de alteração que possam trazer complicações nesse momento gravídico. Dessa maneira, a pré-eclâmpsia e a eclâmpsia são consideradas toxemias gravídicas que afetam cerca de 10% de mulheres, surgindo a partir da vigésima semana gestacional, em formato de hipertensão e proteinúria, sendo consideradas um problema de saúde pública, visto que podem acarretar em complicações e óbitos. Existem diversas discussões sobre suas causas, porém alguns fatores de risco estão associados a estas doenças, como: nuliparidade, síndromes hipertensivas graves apresentadas em gestação anterior, doenças crônicas, obesidade, gestação gemelar e a doença trofoblástica gestacional. (Monteiro e Rezende, 2014; Tavares *et al.* 2023)

Segundo Brasil (2016), os riscos gestacionais podem ser identificados através do pré-natal. Tendo em vista isso, a identificação de sinais de alerta e o diagnóstico precoce de toxemias gravídicas possibilitam uma intervenção ampla e com bom prognóstico. Porém, alguns fatores como má qualidade de atendimento, falta de treinamento, insumos e informações, colaboram para que esse acompanhamento não seja qualificado como é desejável, influenciando, assim, em casos de complicações gestacionais e morbimortalidades maternas e perinatais. Sendo assim, o presente

¹ Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Santíssima Trindade

² Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Santíssima Trindade

³ Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Santíssima Trindade

⁴ Acadêmica em Enfermagem pela Faculdade Santíssima Trindade

⁵ Graduada em Enfermagem, Mestre em Saúde Humana e Meio ambiente, Professora da Faculdade Santíssima Trindade

trabalho tem por objetivo analisar a assistência de enfermagem frente às toxemias gravídicas – Eclâmpsia e Pré Eclâmpsia.

METÓDO

Trata-se de revisão integrativa da literatura, que conforme Mendes, Silveira e Galvão (2008)⁶, é definido como “Reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”.

Os materiais foram coletados dentro do período de 2019 a 2024, no qual foram utilizadas as bases de dados: SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e BDENF (Banco de dados em Enfermagem), utilizando os seguintes descritores “Eclâmpsia”, “Gestação” e “Hipertensão”, retirados do site Descritores em Ciências da Saúde (DECS), associados ao operador *booleano AND*.

Para a seleção dos materiais, estabeleceu-se os seguintes critérios de inclusão: artigos científicos completos, gratuitos, no idioma português, publicados entre o período de 2019 a 2024, e que apresentassem compatibilidade com o tema proposto do presente trabalho.

Foram encontradas 49 publicações. Após os critérios de seletividade, foram selecionados para compor o presente trabalho o total de 23 artigos, enquanto os demais foram excluídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizada a leitura e análise dos resultados dos artigos que integraram a amostra final deste trabalho, os resultados coletados foram agrupados e divididos em duas categorias: a) Qualidade e Humanização nos atendimentos de Enfermagem; b) Capacitação de profissionais de saúde e acesso à informação.

QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NOS ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM

A consulta de enfermagem necessita cumprir o papel de acolhimento, humanização, integralidade e visão holística em todo o período gravídico-puerperal (Aldrighi *et al.*, 2021). Assim, é importante que a anamnese e a escuta qualificada estejam presentes em todo o acompanhamento, sendo uma maneira fidedigna de

⁶ MENDES, Karina Dal Sasso et al. REVISÃO INTEGRATIVA: MÉTODO DE PESQUISA PARA A INCORPORAÇÃO DE EVIDÊNCIAS NA SAÚDE E NA ENFERMAGEM. *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out-dez, 2008.

detectar, precocemente, sinais e sintomas que causem possíveis riscos maternos e fetais, como é o caso das toxemias gravídicas (Silva *et al.*, 2024). Dado isso, Silva *et al.* (2020), apontou em seu estudo que a pré-eclâmpsia, eclâmpsia e Síndrome de HELLP foram as maiores causas de internação em UTI, reforçando os achados dos estudos de Tibes-Cherman *et al.* (2021) que configura a pré eclampsia como primeiro lugar de morte materna no Brasil.

Assim, o monitoramento, a educação continuada, o acesso a informação, o encaminhamento para as especialidades de alto risco, são meios que devem ser utilizados nesse processo (Damasceno, *et al.* 2022). Segundo Abreu *et al.* (2021), as consultas no pré-natal precisam ser detalhadas e sistematizadas para que haja uma redução nos óbitos maternos. Mendes *et al.* (2022), afirma que a falta de encaminhamento para rede de alta complexidade é uma das causas da precariedade no atendimento à gestante. Porém, no estudo de Medeiros *et al.* (2020), foi identificado uma baixa adesão ao comparecimento de gestantes no pré-natal, embora o Ministério da Saúde tenha implantado a Rede Cegonha em 2011, com o intuito de ter um alcance maior do cuidado integral à saúde das pacientes (Nagai *et al.*, 2022).

Assim, Guimarães *et al.* (2022), afirma que há uma maior incidência de pré eclampsia em mulheres que não realizam o pré-natal, isso porque na Atenção Primária, é o local de rastreamento de doenças, encaminhamento e ações de prevenção para a saúde da mulher (Araujo *et al.* 2022). Desta forma, Silva *et al.* (2022) e Antunes *et al.* (2020) enfatizam que a conduta do enfermeiro previne possíveis complicações, por causa da educação continuada em saúde, promoção em saúde com evidências científicas, incentivo a estilo de vida saudável e resgatando assim a centralidade na mulher.

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE E ACESSO À INFORMAÇÃO

Silva *et al.* (2021), aponta que há uma necessidade de treinamento dos enfermeiros desde a graduação, com simulações para o manejo adequado do casos. A experiência através de simulações clínicas, reforçam o aprendizado, através de metodologias ativas (José *et al.* 2023). Dessa maneira, Filho *et al.* (2023) reforça que o enfermeiro precisa do conhecimento técnico-científico, para saber identificar e encaminhar as gestantes quando apresentarem sinais de alerta.

Para Vale *et al.* (2020), implantar uma melhoria do ambiente de saúde, de forma multimodal, utilizando checklist, feedbacks e auditoria, possibilita uma melhoria no prognóstico das pacientes que possuem as toxemias gravídicas. No estudo de Pilitin

et al. (2024), foi percebido que a suplementação do cálcio causa redução nos níveis pressóricos, creatinina e proteinúria. Com isso, o enfermeiro que conhece os benefícios do cálcio, pode alcançar uma efetividade maior no seu processo de cuidado, reduzindo complicações advindas das toxemias.

Quanto ao acesso à informação, o estudo de Gomes *et al.* (2019), sugere que o uso de aplicativos em smartphones sobre pré eclampsia, consiste em aliados quanto à informação e na ajuda de monitoramento de sinais e sintomas, os quais podem ajudar o profissional e a gestante quanto ao acompanhamento e gerenciamento durante o processo gestacional.

CONCLUSÕES

O presente estudo demonstrou que para o processo de cuidado ser qualificado e humanizado, é necessário o embasamento técnico-científico. No que se refere a educação, implantar metodologias ativas com simulações clínicas, colaboram para o ensino-aprendizagem, gerando uma autonomia ao enfermeiro que busca melhorias, qualidade e resultados em seus atendimentos. Dessa forma, a enfermagem baseada em evidências assume o papel de atendimento holístico, integral, individualizado e personalizado em cada paciente gestante, colaborando para uma assistência eficaz, influenciando em todos os aspectos na vida materna e fetal, desde o diagnóstico até o enfrentamento das toxemias gravídicas. Assim, este estudo revela que o acesso a informação e tratamentos atualizados, a assistência adequada, o diagnóstico precoce, capacitação e treinamento da equipe de saúde, e a educação em saúde perante a sociedade possibilitam em uma diminuição de casos de óbitos maternos e fetais, promovendo uma saúde transversal e integral para a população. É importante ressaltar, que poucos estudos abordaram sobre o treinamento dos enfermeiros desde a graduação, isso mostra que a falta de habilidades no ambiente do trabalho também um reflexo da falta de atualização de algumas unidades de ensino, que se mantém ainda estagnada no processo de ensino, evidenciando que para uma mudança no meio da saúde, necessita-se também de uma mudança no ambiente educacional. Considerando a realidade enfrentada pelos pré-natais, muitas gestantes abandonam as consultas ou não a fazem. Assim, é importante que a busca ativa seja uma aliada nessa questão, utilizando a equipe multiprofissional, em especial os agentes de saúde que estão mais próximos da população, para divulgar as informações e assim diminuir esse percentual de morbimortalidade materna no Brasil.

Palavras-Chave: Gestação; Cuidados de Enfermagem; Morbimortalidade materna.

REFERÊNCIAS

ABREU, Milene dos Reis et al. Análise da prevalência de óbitos maternos em São Luís, Maranhão, durante 2008-2018. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, p. 6731-6744, 2021.

ALDRIGHI JD, Ribeiro SS, Chemim AK, Wall ML, Zuge SS, Piler AA. Ocorrência de complicações no período gestacional em mulheres com idade materna avançada. **Rev baiana enferm.** 2021;35:e43083.

ANTUNES, Marcos Benatti; ROSSI, Robson Marcelo; PELLOSO, Sandra Marisa. Relação entre risco gestacional e tipo de parto na gravidez de alto risco. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 54, p. e03526, 2020.

ARAUJO, Anna Claudia Silva de et al. Mortalidade materna no estado da Paraíba entre os anos de 2004 a 2014. **Nursing (Ed. bras., Impr.)**, p. 7012-7026, 2022.

BRASIL, Ministério de Saúde. Instituto Sírio-Libânes de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

DAMASCENO, Ana Alice de Araújo; CARDOSO, Marly Augusto. O papel da enfermagem nas síndromes hipertensivas da gravidez: Revisão integrativa. **Revista Nursing**, v. 25, n. 289, p. 7930-7934, 2022.

FILHO, Francisco José de Araújo et al. Impactos da covid-19 sobre a gestação no desenvolvimento da pré-eclâmpsia: revisão integrativa. **Nursing Edição Brasileira**, v. 26, n. 304, p. 9886-9891, 2023.

GOMES, Maria Luziene de Sousa et al. Avaliação de aplicativos móveis para promoção da saúde de gestantes com pré-eclâmpsia. **Acta paulista de enfermagem**, v. 32, p. 275-281, 2019.

GUIMARÃES, Nicolle Oliveira et al. Atuação do enfermeiro na prevenção das toxemias gravídicas. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 39, 2022.

JOSÉ, Ludmyla Karoline Pereira de São et al. Manejo da hipertensão gestacional no pré-natal: validação de cenário para a simulação clínica. **Avances en Enfermería**, v. 41, n. 1, 2023.

MEDEIROS, Flávia Daniele de Alencar et al. Aspectos relacionados às internações por intercorrências gestacionais. **Enfermagem em Foco**, v. 11, n. 4, 2020.

MENDES, Karina Dal Sasso et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out-dez, 2008.

MENDES, Lise Maria Carvalho et al. Condições potencialmente ameaçadoras à vida no ciclo gravídico-puerperal. **Ciênc. cuid. saúde**, p. e57258-e57258, 2022.

MONTENEGRO, Carlos Antonio Barbosa; REZENDE FILHO, Jorge de. **Obstetrícia Fundamental**. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

NAGAI, Michelly Martins et al. Gestação de alto risco: caracterização do perfil de utilização de medicamentos e associação com fatores clínicos e sociodemográficos. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 22, p. 609-618, 2022.

PITILIN, Erica de Brito et al. Efeitos da suplementação do cálcio sobre marcadores da pré-eclâmpsia: ensaio clínico randomizado. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, p. eAPE01622, 2024.

SILVA, Djailma Cinthia Ernesto et al. Perfil de pacientes obstétricas admitidas na unidade de terapia intensiva de um hospital público. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 34, 2020.

SILVA, Eduarda da et al. Doenças hipertensivas específicas da gestação: percepção do enfermeiro. **CuidArte, Enferm**, p. 216-225, 2022.

SILVA, Samyla Carla Nóbrega et al. Manejo de pré-eclâmpsia grave no puerpério: validação de cenário para simulação clínica. **Revista brasileira de enfermagem**, v. 74, p. e20200445, 2021.

SILVA, Sandra Cristina de Souza Borges et al. Modelo lógico do acolhimento e classificação de risco às mulheres com pré-eclâmpsia e eclâmpsia. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 57, p. e20230264, 2024.

TAVARES, Ana Maria Batista; MOROSKOSKI, Márcia; CIOFFI, Juliana Karyna Romanini. Distribuição e autocorrelação espacial da mortalidade materna por pré-eclâmpsia e eclâmpsia no Brasil. **Rev. Pesqui.(Univ. Fed. Estado Rio J., Online)**, p. 11926-11926, 2023.

TIBES-CHERMAN, Chris Mayara et al. Perfil clínico da gestação tardia em um município brasileiro de fronteira. **Enferm Foco**, v. 12, n. 2, p. 223-229, 2021.

VALE, Érico de Lima et al. Melhoria da qualidade do cuidado à hipertensão gestacional em terapia intensiva. **Avances en enfermería**, v. 38, n. 1, p. 55-65, 2020.

A FISIOTERAPIA É EFICAZ NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA DECORRENTE DO CLIMATÉRIO?

Ana Beatriz Vieira da Silva¹, Everton Douglas dos Santos¹, Joabe Fausto de Oliveira¹, Vinicius Vieira Silva¹, Daphne Gilly²

¹ Discentes do 6º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

² Fisioterapeuta; Pós-graduada em Fisioterapia Neurofuncional - UCB/RJ; Mestre em

Fisioterapia na Atenção à Saúde - UFPE; Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST/PE; Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Sertão - FMS/PE;

INTRODUÇÃO

O Climatério é a fase da vida da mulher em que ocorre a transição do período reprodutivo - menacme ao não-reprodutivo – senectude. O Ministério da Saúde estabelece o limite etário para o Climatério - período entre 40 a 65 anos de idade - dividido em: pré-menopausa inicia, em geral, após os 40 anos, com diminuição da fertilidade em mulheres com ciclos menstruais regulares ou com padrão menstrual similar ao ocorrido durante a vida reprodutiva; perimenopausa - inicia dois anos antes da última menstruação e vai até um ano após (com ciclos menstruais irregulares e alterações endócrinas); pós-menopausa começa um ano após o último período menstrual (OMS, 2021).

A incontinência urinária (IU) é a perda involuntária de urina e pode ser classificada em três tipos principais, incontinência urinária de esforço (IUE), incontinência urinária de urgência (IUU) e incontinência urinária mista (IUM), (ICS, 2002).

A prevalência mundial da IU demonstra que o predomínio entre mulheres é de 27,6% e em homens 10,5%. A idade é outro fator importante, sendo que a IU afeta cada vez mais mulheres à medida que envelhece, com o aumento de cerca 30 a 35% com a idade entre 75 e 89 anos. Embora, é importante destacar que a IU pode afetar qualquer fase da vida, assim reforça a importância do tratamento e prevenção da IU em todas as idades (ALVES, 2023).

A IU afeta a vida das pessoas de forma significativa, limitando suas atividades diárias e interferindo em suas relações sociais. Esse problema de saúde pública acarreta em restrições e impactos negativos na qualidade de vida, afetando a rotina e o bem-estar dos indivíduos afetados, em particular as mulheres idosas. Diante disso, torna-se necessário o estudo de técnicas e recursos que possam contribuir para a prevenção e tratamento dessa disfunção (ICS, 2010).

OBJETIVO

Analisar como a fisioterapia contribui para o tratamento da incontinência urinária em mulheres no climatério. A revisão foca em avaliar a resposta muscular, os tipos de incontinência, a qualidade de vida das pacientes, as técnicas e equipamentos utilizados, além da eficácia e aceitação do tratamento.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura sobre a atuação da fisioterapia no tratamento de incontinência urinária em mulheres no climatério, nas bases de dados e sites: PubMed, MEDLINE, Lilacs e SciELO. Os critérios de inclusão foram: ensaios clínicos controlados randomizados, quase randomizados, relato de caso, estudo de série de casos, em mulheres, a partir de 40 a 65 anos de idade, diagnosticadas com incontinência urinária, utilizando como descritores (fisioterapia, incontinência urinária e climatério).

Foram excluídos artigos que não fossem do tipo ensaio clínico controlado randomizado, quase randomizados, relato de caso e estudos de série de casos, estudos realizados em animais experimentais, estudos que apresentassem informações repetidas ou disponíveis em outros artigos. As buscas foram concentradas em artigos nas línguas portuguesa e inglesa. Neste sentido, foram identificados 102 artigos, dos quais 19 estudos preencheram os critérios de inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos sobre o tratamento da incontinência urinária (IU) em mulheres no climatério mostram que diversas abordagens fisioterapêuticas têm sido eficazes na redução dos sintomas e na melhora da qualidade de vida das pacientes. O treinamento dos músculos do assoalho pélvico (MAP) se destaca como uma das intervenções mais estudadas.

Martinho et al. (2021) verificaram que mulheres que participaram do treinamento dos MAP com gameterapia apresentaram redução significativa dos sintomas urinários e melhora na função muscular em comparação ao grupo controle. Esse estudo sugere que o uso de tecnologias interativas, como a gameterapia, pode aumentar a motivação das pacientes, favorecendo a adesão ao tratamento.

Além disso, Fuentes-Aparicio et al. (2021) investigaram o impacto de exercícios abdominopélvicos em mulheres climatéricas com IU de esforço. Os resultados mostraram que tanto o grupo com instruções posturais quanto o sem essas instruções apresentaram melhora dos sintomas e na qualidade de vida. No entanto, o grupo com orientações posturais adicionais relatou maior satisfação. Isso evidencia que a postura desempenha um papel crucial na eficiência dos exercícios, e ajustes posturais podem melhorar os resultados do tratamento. Outro aspecto relevante foi abordado por Ignácio et al. (2018), que avaliaram o efeito da terapia hormonal em mulheres na pós-menopausa com IU. O estudo demonstrou que o treinamento dos MAP resultou em aumento significativo da força muscular em mulheres sem terapia hormonal, enquanto houve redução da força no grupo com terapia hormonal. Este resultado sugere que a presença de hormônios pode interferir na resposta ao treinamento, indicando a necessidade de uma abordagem individualizada no tratamento dessas pacientes. A combinação de fisioterapia com outras intervenções também foi bastante explorada.

Abdelbary et al. (2015) examinaram a combinação de reabilitação do assoalho pélvico com estrogênio vaginal em mulheres perimenopáusicas com bexiga hiperativa. O grupo que recebeu ambas as intervenções obteve melhores resultados em termos de redução dos sintomas de incontinência e urgência urinária em comparação aos grupos que receberam apenas uma das intervenções. Essa abordagem reforça que terapias combinadas podem ser mais eficazes, especialmente em casos mais complexos.

Além disso, Bertotto et al. (2020) confirmaram a superioridade de intervenções combinadas ao adicionar o biofeedback eletromiográfico ao treinamento dos MAP,

resultando em melhorias significativas na força muscular e na qualidade de vida das pacientes. O biofeedback ajuda as pacientes a ativarem corretamente os músculos durante os exercícios, o que pode ser essencial para aquelas com menor consciência corporal ou dificuldade em recrutar os MAP de forma adequada. Abordagens alternativas, como a eletroacupuntura, também se mostraram promissoras.

Jha et al. (2018) compararam a estimulação elétrica ao treinamento padrão dos MAP, e embora ambos os grupos tenham apresentado melhora nos sintomas, não houve uma diferença significativa entre eles. Isso sugere que, apesar de a estimulação elétrica ser uma opção interessante para pacientes com dificuldade em realizar os exercícios, ela pode não ser superior ao treinamento convencional dos MAP.

Zaki et al. (2020) estudaram mulheres com síndrome geniturinária da menopausa (GSM) e IU, e observaram que o treinamento dos MAP não apenas melhorou a função muscular, mas também aumentou o fluxo sanguíneo nas artérias vulvovaginais e melhorou a elasticidade dos tecidos. Esse achado é interessante, pois sugere que o treinamento dos MAP pode ter benefícios que vão além da IU, contribuindo para a saúde sexual e pélvica de modo mais amplo.

No estudo de Capobianco et al. (2013), uma combinação de estriol, *Lactobacillus acidophilus* e reabilitação do assoalho pélvico resultou em uma melhora significativa na incontinência urinária, atrofia urogenital e infecções urinárias recorrentes. O grupo que recebeu essa terapia tripla teve resultados superiores em comparação ao grupo que não utilizou lactobacilos, destacando o papel da microbiota na saúde pélvica e urinária.

Em suma, a revisão dos estudos revela que a fisioterapia, isoladamente ou em combinação com outras terapias, tem um papel central no tratamento da incontinência urinária em mulheres no climatério. As técnicas de treinamento dos músculos do assoalho pélvico, especialmente quando associadas ao biofeedback ou ao estrogênio vaginal, se mostraram eficazes na redução dos sintomas e na melhora da qualidade de vida das pacientes. Abordagens como a eletroacupuntura e a gameterapia também se destacam como opções complementares que podem oferecer benefícios adicionais. A personalização do tratamento, levando em conta fatores como terapia hormonal e características individuais, é fundamental para otimizar os resultados.

CONCLUSÃO

A atuação da fisioterapia pélvica no tratamento da incontinência urinária no climatério, é efetiva tanto na reeducação das perdas urinárias, quanto da qualidade de vida das portadoras. As técnicas, abordagens usadas e a personalização do tratamento, levando em conta características individuais, é fundamental para otimizar os resultados.

Palavras-chave: Fisioterapia; Incontinência Urinária; Climatério.

REFERÊNCIAS:

ABDELBARY, A.; EL-DESSOUKEY, A. A.; MASSOUD, A. M.; MOUSSA, A. S.; ZAYED, A. S.; ELSHEIKH, M. G.; GHONEIMA, W.; ABDELLAY, R.; YOUSEF, M. **Estimulação elétrica combinada do assoalho pélvico vaginal e estrogênio vaginal local para tratamento de bexiga hiperativa em mulheres perimenopausa: ensaio clínico randomizado.** Revista internacional de urologia, 2015.

BERTOTTO, A.; SCHVARTZMAN, R.; UCHÔA, S.; WENDER, M. C. O. **Efeito do biofeedback eletromiográfico como complemento aos exercícios dos músculos do assoalho pélvico nos resultados neuromusculares e na qualidade de vida em mulheres na pós-menopausa com incontinência urinária de esforço: um ensaio clínico randomizado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas, UFRGS, wiley neurourology urodynamics, 2020.

CAPOBIANCO, G.; DONOLO, E.; BORGHERO, G.; DESSOLE, F.; CHERCHI, P. L.; DESSOLE, S. **Efeitos do estriol intravaginal e da reabilitação do assoalho pélvico no envelhecimento urogenital em mulheres na pós-menopausa: um estudo controlado randomizado**. Arquivos de Ginecologia e Obstetrícia, 2012.

CAPOBIANCO, G.; WENGER, J. M.; MELONI, G. B.; DESSOLE, M.; CHERCHI, P. L.; DESSOLE, S. **Terapia tripla com lactobacilli acidophili, estriol mais reabilitação do assoalho pélvico para sintomas de envelhecimento urogenital em mulheres na pós-menopausa: um estudo randomizado**. Arquivos de Ginecologia e Obstetrícia, 2013.

CASTELLANI, D.; SALDUTTO, P.; GALICA, V.; PACE, G.; BIFERE, D.; GALATIOTO, G. P.; VICENTINI, C. **Estriol intravaginal de baixa dosagem e pélvico , reabilitação do piso na pós-menopausa incontinência urinária de esforço: um estudo clínico randomizado**. Urologia Internacionalis, 2015.

FUENTES-APARICIO, L.; BALASCH-BERNAT, M.; LÓPEZ-BUENO, L. **Efeito adicional de instruções posturais ao exercício abdominopélvico sobre sintomas urinários e qualidade de vida em mulheres climatéricas com incontinência urinária de esforço: um ensaio piloto randomizado controlado**. Revista Internacional de Pesquisa Ambiental e Saúde Pública, 2021.

IGNÁCIO, A. F.; HERBERT, R. D.; KARI, B.; JAPUR, A. C.; LARA, L. A. S.; FRANCO, M. D. M.; FERREIRA, C. H. J. **O treinamento dos músculos do assoalho pélvico aumenta a força dos músculos do assoalho pélvico mais em mulheres na pós-menopausa que não estão usando terapia hormonal do que em mulheres que estão usando terapia hormonal: um ensaio randomizado**. Diário de Fisioterapia, 2018.

JHA, S.; WALTERS, S. J.; BORTOLAMI, O.; DIXON, S.; ALSHREEF ,A. **Impacto do treinamento dos músculos do assoalho pélvico na função sexual de mulheres com incontinência urinária e uma comparação entre estimulação elétrica e tratamento padrão: um ensaio clínico randomizado**. The university of Sheffield, fisioterapia, 2018.

MARTINHO, N. M.; NAGIB, A. B. L.; SILVA, V. R.; MARQUES, A.; RICCETTO, C.; BOTELLHO, S. **O treinamento supervisionado dos músculos do assoalho pélvico por meio da gameterapia pode aliviar os sintomas de incontinência urinária em mulheres climatéricas?**. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 2021.

MERCIERA, J.; MORINB, M.; ZAKIC, D.; REICHETZERC, B.; LEMIEUX, M. C.; KHALIFE, S.; DUMOULINA, C. **Treinamento dos músculos do assoalho pélvico como tratamento para a síndrome geniturinária menopausa: um estudo de viabilidade de braço único**. Science Direct, 2019.

PEREIRA, V. S.; MELO, M. V.; CORREIA, G. N.; DRIUSSO, P. **Cone vaginal para mulheres na pós-menopausa com incontinência urinária de esforço: ensaio clínico randomizado e controlado**. Sociedade Internacional de Menopausa, 2012.

PEREIRA, V. S.; MELO, M. V.; CORREIA, G. N.; DRIUSSO, P. **Efeitos a longo prazo do treinamento dos músculos do assoalho pélvico com cone vaginal em mulheres na pós-menopausa com doença urinária incontinência: um ensaio clínico randomizado e controlado**. Periódicos Wiley, Inc., 2012.

RADINMEHR, H.; RADNIA, N.; TABATABAEI, A.; ASADI, M. R.; RAHBAR, S.; TALIMKHANI, A.; IRANI, A. D.; HAJVALIE, G. R. **Neuroestimulação tibial transcutânea e solifenacina na incontinência de urgência em mulheres na pós-menopausa: um estudo controlado randomizado**. Departamento de Fisioterapia, Escola de Ciências de Reabilitação, Universidade de Ciências Médicas de Hamadan, 2023.

SLONGO, H.; LUNARDI, A. L. B.; RICCETTO, C. L. Z.; MACHADO, H. C.; JULIATO, C. R. T. **Radiofrequência microablativa versus treinamento dos músculos do assoalho pélvico para incontinência urinária de esforço: um ensaio clínico randomizado**. Revista Internacional de Uroginecologia, 2021.

SRAN, M.; MERCIER, J.; WILSON, P.; LIEBLICH, P.; DUMOULIN, C. **Fisioterapia para incontinência urinária em mulheres na pós-menopausa com osteoporose ou baixa densidade óssea: um ensaio clínico randomizado**. Menopausa: O Jornal da Sociedade Norte-Americana de Menopausa, 2016.

TERLIKOWSKI, R.; DOBRZYCKA, B.; KINALSKI, M.; MOSKAL, A. K.; TERLIKOWSKI, S. J. **Estimulação elétrica transvaginal com biofeedback de EMG de superfície no tratamento da incontinência urinária de esforço em mulheres na pré-menopausa: um ensaio clínico randomizado, duplo-cego e controlado por placebo**. Springer, 2013.

VURAL, M.; CAPAN, N.; KARAN, A.; ESKIYURT, N.; YALCIN, O. **Terapia com cone vaginal em pacientes com incontinência urinária de esforço: um estudo prospectivo controlado**. Arquivos de Ginecologia e Obstetrícia, 2012.

XIONG, Z.; LIU, Y.; SHENG, T.; LIU, Z. **Efeito da eletroacupuntura em mulheres na pré e pós-menopausa com incontinência urinária de esforço: uma análise de subgrupo de dois ensaios clínicos randomizados**. John Wiley & Sons Ltd, jornal wiley, 2020.

ZAKI, D.; GOUGEON, F.; DUMOULIN, C.; MERCIER, J.; MORIN, M.; REICHETZER, B.; SAMIR, K. **Treinamento dos músculos do assoalho pélvico: mecanismos de ação para melhora da síndrome geniturinária da menopausa, análise secundária de um estudo de viabilidade com braço único**. Revista climatérica, 2020.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA MOTORA (SIM): UMA INTEGRAÇÃO VISUAL APLICADA À POSTURA E MOVIMENTO NO CONTROLE DA DOR MÚSCULO ESQUELÉTICA

Everton Douglas dos SANTOS¹, Ana Beatriz Vieira da SILVA¹, Vinicuis Vieira SILVA¹, Joabe Fausto de OLIVEIRA¹, Ercleison CARDOSO-SILVA²

¹ Discentes do 6º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

² Orientador, Professor, Mestre, Fisioterapeuta.

INTRODUÇÃO

A estabilidade postural é fundamental para a manutenção do equilíbrio e depende da percepção da posição e movimento do corpo em relação à gravidade e ao ambiente. Esta percepção é formada a partir de informações sensoriais de três principais fontes: sistema visual, vestibular e somatossensorial (MOCHIZUKI e AMADIO, 2006). A integração eficaz destas informações sensoriais e estratégias é crucial para o controle postural, permitindo a manutenção da estabilidade tanto em condições estáticas quanto dinâmicas (CARVALHO e ALMEIDA, 2009)

Os receptores proprioceptivos informam continuamente o sistema nervoso central (SNC) sobre a posição dos segmentos corporais, possibilitando a construção de uma representação geométrica do corpo. A importância da propriocepção é evidenciada por déficits sensoriais que comprometem a manutenção postural. Ao passo que o Sistema Visual fornece dados sobre o movimento do corpo em relação a objetos no ambiente, ajudando a ajustar a postura para manter a estabilidade. Em condições estáticas, a visão pode reduzir a oscilação corporal em cerca de 50%. Além disso, é crucial para estabilizações tardias e planejamento de correções posturais antecipatórias (SEQUEIRA e ADAMATTI, 2019; SOARES, 2010; CARVALHO e ALMEIDA, 2009).

Estudos têm sido aplicados para avaliar os efeitos da reabilitação virtual através de jogos digitais e realidade virtual em comparação à métodos convencionais com cinesioterapia com exercícios de equilíbrio. Os resultados dos estudos apontam melhorias significativas no equilíbrio, conforme medido pela escala de Berg, e alterações na ativação muscular dos tornozelos, bem como, foram observadas melhorias substanciais, com correções posturais significativas ($p < 0,01$) e uma melhor distribuição do peso entre os membros inferiores, mostrando-se uma ferramenta valiosa para a reabilitação postural especialmente quando combinada com metodologias adequadas e ajustadas ao perfil dos

indivíduos. (FRANCIULLI *et al.*, 2016; GOMES *et al.*, 2020; DE ARRUDA *et al.*, 2020) Deste modo, jogos sérios e ferramentas de realidade virtual podem enriquecer o processo de reabilitação motora e postural, oferecendo benefícios como maior motivação e personalização do tratamento. (JUNIOR, *et al.*, 2013; OLIVEIRA *et al.* 2013; DE SOUZA ARAUJO e RIBEIRO FILHO, 2019).

Modelos de controle de massa corporal e centro de gravidade do corpo demonstram que sempre está variando aleatoriamente devido à forças de origem muscular, além de forças de perturbações contínuas como movimentos respiratórios e batimentos cardíacos. Desta forma, para manter o equilíbrio postural a posição do centro de massa é ajustado pelo Sistema Nervoso Central (SNC) com torques gerados nas articulações, controlando as acelerações angulares do corpo e consequentemente quaisquer oscilações que se movam para fora da área de base de suporte dos pés, é possível que os circuitos posturais não consigam manter o equilíbrio e seja necessário dar um passo para evitar cair (FIGUEIREDO, 2014; WINTER, 2009). Estudos buscam constantemente identificar padrões de respostas da biomecânica e ajustes posturais, indicando que o sistema de controle postural apropriado, estático e dinâmico, envolvem feedbacks reflexos com mais de uma fonte sensorial atuante (NOGUEIRA, 2022; LORENZI e VAN DEN BOGERT, 2024).

D'AVELLA (2015) aborda como o SNC gerencia o controle de movimentos complexos envolvendo múltiplas articulações e músculos, e como adquire ou adapta habilidades motoras. Propõe que uma arquitetura modular pode simplificar esse controle, utilizando um pequeno número de módulos para representar o comportamento dinâmico do sistema musculoesquelético e os objetivos das tarefas. Indica que comandos motores são organizados em sinergias musculares, ou seja, combinações coordenadas de músculos, sob a ideia de uma organização modular do controle motor. Neste contexto a modularidade também facilita o aprendizado motor, permitindo que novas habilidades ou adaptações a perturbações sejam feitas através da recombinação de módulos existentes, em vez da criação de novos. Estudos confirmam que adaptações são mais rápidas e fáceis quando as perturbações são compatíveis com as sinergias musculares pré-existentes, reforçando a validade da arquitetura modular no controle e aprendizado motor (SHANBHAG *et al.*, 2023; MYLOPOULOS, 2021; D'AVELLA, 2015).

Com base nas respostas da estabilidade postural integrada dos sistemas visual, vestibular e somatossensorial, em sinergia com o SNC para a representação geométrica do corpo e realizar os ajustes posturais necessários, o Sistema de Inteligência Motora (SIM)

explora a aplicação de estímulos sensoriais específicos que buscam reorganizar os padrões de movimentos e propriocepção comprometidos, causadores das disfunções e dores instaladas, sendo a visão essencial nesse processo, e os resultados indicam melhorias significativas no padrão de dores musculoesquelética e ganho de amplitude articular. Essas abordagens também demonstram potencial para aumentar a motivação dos pacientes e personalizar o tratamento, tornando-o mais adaptado às necessidades individuais.

OBJETIVO

Este resumo explora metodologias de intervenções através de estímulos visuais na reabilitação postural e motora, focando na integração entre reabilitação visual e cinesioterapia, e a análise do impacto na correção postural e no alívio de dores em diferentes grupos de indivíduos. O estudo descreve o relato de experiência destacando os efeitos de reabilitação virtual com cinesioterapia aplicada ao campo visual como estratégia de sinergia neuromuscular na correção de ajuste postural e eliminação de dores referidas.

RELATO DA EXPERIÊNCIA

A Abordagem Neurobiomecânica proporciona uma perspectiva sobre a interdependência entre os sistemas musculoesquelético e nervoso no controle do tônus e da postura. Discrepâncias nos sinais transmitidos nesse circuito de biofeedback podem resultar em disfunções, dores e limitações de movimento.

Dentro desse contexto, a integração visual é um elemento sensorial crucial tanto do ponto de vista neurofisiológico quanto dos sistemas dinâmicos. O Sistema de Inteligência Motora (SIM) desenvolvido por Leonardo Soares (2024) aproveita essa redundância para corrigir os padrões neuromotores perturbados. O método baseia-se na ativação do loop do sistema nervoso (SN), começando pela identificação da perturbação tônus-postural. Nesse processo, os elementos sensoriais, como a visão e o sistema vestibulo-coclear, assumem padrões que podem causar desvios posturais e alterações no tônus de cadeias musculares específicas, levando à manutenção da desordem e da dor.

A prática clínica tem mostrado que indivíduos de várias idades e com diferentes padrões de desarranjos apresentam distorções oculomotoras no lado afetado, principalmente em um plano sagital. Estas distorções são identificadas por testes ortópticos concêntricos e excêntricos, que avaliam o foco e a amplitude do movimento oculomotor, além de testes de equilíbrio e reflexos vestibulo-cocleares, que auxiliam no diagnóstico

funcional.

Os pacientes passam por uma avaliação cinesiológica funcional, onde são observados os padrões de movimentos limitantes, sinais de distúrbios e pontos de dores. Uma análise dos movimentos oculares são incluídos na avaliação correlacionando o lado que apresenta a disfunção. Após identificar o padrão da distúrbio, é estabelecido um conjunto de exercícios cinesiológicos oculomotores para promover a estimulação visual sensorial. Esta ativação sensorial estimula o hemisfério deficitário, integra novas informações ao sistema de organização modular do controle motor e reorganiza o padrão de sinergia neuromuscular. Dessa forma, promove-se uma resposta muscular corretiva.

CONCLUSÕES

Embora a visão seja fundamental para o desenvolvimento e comportamento humano, não é o único sistema relevante em todas as condições. O comportamento motor resulta da interação entre diversos sistemas, levando à execução da ação ou tarefa mais adequada dentro do ambiente em que se encontra. Nesse contexto, a organização modular do controle motor e a adaptação às perturbações são compatíveis com sinergias musculares preexistentes, o que pode, por vezes, reforçar padrões desarmônicos de disfunções.

Apesar de ainda não se compreender totalmente como o corpo processa informações sensoriais no sistema nervoso central (SNC) para manter o equilíbrio, tanto em situações perturbadas quanto não perturbadas, o Sistema de Inteligência Motora oferece uma abordagem eficiente. Este sistema integra a entrada sensorial, o processamento neural e a resposta muscular para direcionar a sinergia dos módulos motores, reorganizando o tônus muscular resultante de desarranjos e contribuindo para uma resposta motor eficiente e adaptativa.

Em conclusão, o comportamento motor é o resultado da interação entre diversos sistemas sensoriais. A organização modular do controle motor e a adaptação a perturbações são facilitadas pela reabilitação integrada, promovendo respostas musculares corretivas e eficientes. Essa abordagem oferece um caminho promissor para a reabilitação postural, visando a correção de desarranjos e alívio de dores.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. L., & ALMEIDA, G. L. **Aspectos sensoriais e cognitivos do controle**

postural. Revista Neurociências, 17(2), 156-160, 2009.

D'AVELLA, A. et al. **Modularidade no controle motor: de sinergias musculares à representação de ações cognitivas**. Frontiers in computational neuroscience , v. 9, p. 126, 2015.

DE ARRUDA, L. Q., MOURA, A. L., DOS SANTOS, E. M. A., DO MONTE, J. A., BARROS, M. D. L. N., UCHÔA, É. P. B. L., & DE CARVALHO, V. C. P. **Uso da realidade virtual na reabilitação de alterações posturais em adultos jovens**. *Research, Society and Development*, 9(10), e9639109337-e9639109337, 2020.

DE SOUZA ARAUJO, T., & RIBEIRO FILHO, M. **Proposta de Jogo Sérioso para Reabilitação Motora**. *Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas à Educação e Saúde*, 2019.

FANCIULLI, P. M., DA SILVA, G. G., BIGONGIARI, A., BARBANERA, M., NETO, S. E. R., & MOCHIZUKI, L. **Equilíbrio e ajuste postural antecipatório em idosos caídores: efeitos da reabilitação virtual e cinesioterapia**. *CEP*, 3166(000), 2016.

FIGUEIREDO, I. D. L. G. P. **Efeitos da estimulação podal no equilíbrio em hemiparéticos por acidente vascular cerebral**. *Revista Neurociências*, 22(1), 12-16, 2014.

GOMES, V. M. D. S. A., DO MONTE, J. A., TRINDADE, G. M. C., DE SOUZA, F. S., RIBEIRO, G. O., DE CARVALHO, V. C. P., & UCHÔA, É. P. B. L. **Efeitos da utilização da reabilitação virtual nas alterações posturais de indivíduos idosos**. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 46112-46124, 2020.

JUNIOR, V. D., MONTEIRO, C. B., NAKAMURA, R., YOJO, L. S., ARAÚJO, L. V., & NUNES, F. L. **MoVER: Serious Game aplicado à reabilitação motora usando sensor de movimento Kinect**. In *Simpósio Brasileiro de Computação Aplicada à Saúde (SBCAS)* (pp. 1218-1227). SBC, 2013.

LORENZ, D.L.; VAN DEN BOGERT, A.J. **Um conjunto de dados abrangente sobre biomecânica e controle motor durante a caminhada humana com perturbações mecânicas discretas**. *PeerJ* , v. 12, p. e17256, 2024./

MOCHIZUKI, L., & AMADIO, A. C. **As informações sensoriais para o controle postural**. *Fisioter Mov*, 19(2), 11-8, 2006.

MYLOPOULOS, M.. **The modularity of the motor system**. *Philosophical Explorations*, v. 24, n. 3, p. 376-393, 2021.

NOGUEIRA, M. G..**Efeitos de realimentação de aceleração e dinâmica preditiva de proprioceptores em modelo matemático de controle postural**.. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2022.

OLIVEIRA, D. M. D., MACIEL, A. B. D. R., CARNEIRO, M. I. S., CARDOSO, A. C. D. A., GAMA, A. E. F. D., CHAVES, T. D. M., & MONTE-SILVA, K. K. D. **Desenvolvimento e**

aprimoramento de um sistema computacional-lkapp-de suporte a reabilitação motora. *Motriz: Revista de Educação Física*, 19, 346-357, 2013.

SEQUEIRA, J. G., ADAMATTI, D. F. **Um estudo de caso sobre reflexologia e a visão.** *Scientia Plena*, 15(4), 2019.

SHANBHAG, J. et al. **Métodos para integrar o controle postural em simulações biomecânicas humanas: uma revisão sistemática.** *Journal of neuroengineering and rehabilitation*, v. 20, n. 1, p. 111, 2023.

SOARES, A. V. **A contribuição visual para o controle postural.** *Revista Neurociências*, 18(3), 370-379, 2010.

WINTER, D.A. **Biomechanics and motor control of human movement.** John Wiley & sons, 2009.

OS IMPACTOS DA REALIDADE VIRTUAL NO TRATAMENTO DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Rafael Emídio da Silva ¹, Heloíza Beatriz Alves Pimentel da Silva ², Ana Vitória de Albuquerque Oliveira ³, Adrielly Pedro Santos de Oliveira ⁴, Letícia Maria Moraes Santos ⁵, Luciana Ângelo Bezerra ⁶.

¹ Graduando do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
rafaemidio05@gmail.com

² Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
pimentelheloiza5@gmail.com

³ Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
oanavitoria981@gmail.com

⁴ Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
santosadrielly892@gmail.com

⁵ Graduanda do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
leticiaamoraess170@gmail.com

⁶ Professora do curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST-
ftdralucianaangelobezerra@gmail.com

INTRODUÇÃO

A doença de Parkinson (DP) é uma condição neurodegenerativa que avança progressivamente, afetando predominantemente os neurônios que produzem dopamina na substância negra do cérebro. Nesse sentido, Ezequiel; Viana; Nildo (2019) a “[...] (DP) é caracterizada por um processo degenerativo e progressivo crônico do sistema nervoso central (SNC), que afeta principalmente a camada ventral da parte compacta da substância negra. (p.402)”. Isso resulta em sintomas motores característicos, como tremores quando em repouso, rigidez muscular, lentidão nos movimentos (bradicinesia) e problemas de equilíbrio. Além dos sintomas motores, a DP também pode trazer à tona diversas manifestações não motoras, incluindo dificuldades cognitivas e emocionais. Esses sintomas podem impactar de maneira significativa a qualidade de vida, ocasionando limitações nas atividades diárias e maior dependência.

Nesse sentido, este estudo teve por objetivo investigar os impactos da realidade virtual (RV) na reabilitação de pacientes com DP, seus desafios e possibilidades. Concentrando-se na efetividade dessa tecnologia para a otimização das habilidades motoras e cognitivas, além de avaliar os impactos na qualidade de vida e na adesão ao tratamento.

Nesse contexto, a fisioterapia torna-se essencial, auxiliando no tratamento e ajudando na preservação das funções motoras e da independência do paciente.

Recentemente, a realidade virtual surgiu como uma abordagem inovadora e encorajadora no âmbito da reabilitação neurológica, oferecendo um ambiente interativo e controlado que facilita o aprendizado motor e a participação ativa do paciente.

METODOLOGIA

Para esse estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, no qual, foi realizada uma busca nas bases de dados PubMed, Scielo, PEDro, e Lilacs, abarcando publicações de 2014 à 2024. Os termos de pesquisa utilizados incluíram "Doença de Parkinson", "Realidade Virtual", "Fisioterapia", "Reabilitação" e "Exergames". Para Lakatos e Marconi (2005, p, 183) a pesquisa bibliográfica “abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador ampliar seus conhecimento por meio de textos já publicados.

Dessa maneira, foram selecionados artigos que discutiam a eficácia da realidade virtual (RV) na reabilitação de pacientes com Doença de Parkinson, incluindo estudos que integraram a RV com outras tecnologias. A revisão focou em ensaios clínicos randomizados, revisões sistemáticas e estudos de coorte, visando compilar evidências recentes sobre os benefícios da RV para o aprimoramento motor e cognitivo em indivíduos com DP.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maior parte das pesquisas analisadas demonstra que a realidade virtual (RV) oferece vantagens importantes para pacientes com distúrbios de movimento, especialmente no que refere à melhoria do equilíbrio, da marcha e da coordenação. Nesse contexto, Vieira; Araújo et al. diz que,

A terapia física baseada na RV constitui uma das mais inovadoras e promissoras tecnologias aplicadas à reabilitação, sendo utilizada atualmente como instrumento para o tratamento dos distúrbios motores decorrentes de lesões neurológicas, [...] (Vieira; Araújo; Leite et al., 2014, p. 6-7)

Os programas de reabilitação que integram a RV com atividades de dupla tarefa (como executar tarefas motoras e cognitivas ao mesmo tempo) mostraram ser especialmente eficientes na otimização do desempenho em atividades cotidianas e na diminuição do risco de quedas.

Os exergames, que combinam atividades físicas com jogos interativos, se destacam por sua habilidade de aumentar o engajamento dos pacientes, tornando o processo de

recuperação mais agradável e menos tedioso. Essas intervenções, frequentemente executadas em plataformas como Nintendo Wii, Xbox ou sistemas de realidade virtual como Oculus Rift, mostraram resultados positivos em aspectos como agilidade, equilíbrio e função dos membros superiores. Como afirma, Vieira; Araújo; Leite et al, (2014) “[...] os pacientes com DP são capazes de melhorar o desempenho de tarefas virtuais treinadas por meio do videogame Nitendo Wii Fit. (p. 6-7).” Pesquisas voltadas para realidade virtual indicam que essa tecnologia aprimora a sensação de presença, o que pode amplificar os efeitos terapêuticos ao estimular a neuroplasticidade.

Por outro lado, os impactos nas capacidades cognitivas não são completamente definidos. Várias pesquisas indicaram benefícios limitados na cognição, especialmente em atividades relacionadas à atenção e à memória de trabalho, embora esses achados não tenham se mostrado uniformes em todos os estudos. A aceitação do tratamento com RV foi considerada elevada, em função da natureza envolvente e dinâmica das sessões, o que se opõe às técnicas tradicionais de fisioterapia, frequentemente percebidas como monótonas pelos pacientes.

Segundo Moura, et al, (2021), os avanços da realidade virtual na recuperação de pacientes com distúrbios de movimento estão ligados à abordagem de aprendizado motor centrado em tarefas. Nesse método, o indivíduo é repetidamente exposto a ambientes virtuais que replicam ações do cotidiano. Essa prática reiterada, juntamente com o feedback fornecido pela RV, favorece a reprogramação das habilidades motoras e a descoberta de novas táticas para superar as limitações motoras. A implementação de experiências de RV imersiva, que oferece estímulos a múltiplos sentidos, pode ativar áreas do cérebro ligadas ao movimento, promovendo uma reabilitação funcional de maneira mais eficaz do que as terapias tradicionais.

A característica divertida da realidade virtual, que incorpora jogos para estimular os pacientes, melhora a adesão ao tratamento, elemento fundamental para o êxito prolongado da reabilitação. A motivação e o envolvimento são aspectos essenciais, uma vez que a evolução da doença de Parkinson frequentemente resulta em desinteresse e queda na participação em atividades terapêuticas. Jogos de exercício e diversas modalidades de RV conseguem atrair a atenção dos pacientes e apresentar desafios progressivos, adaptáveis às habilidades e ao avanço da enfermidade.

Além das limitações já mencionadas, é fundamental levar em conta os fatores técnicos e práticos que podem afetar a eficiência da realidade virtual na reabilitação de

pacientes com distúrbios do movimento. Por exemplo, a qualidade do equipamento e a definição das imagens virtuais podem influenciar a experiência do usuário e, por consequência, a efetividade do treinamento. Equipamentos de RV de inferior qualidade podem resultar em vivências menos imersivas e até provocar desconfortos, como náuseas ou tontura, o que pode prejudicar a adesão ao tratamento. Assim, a seleção adequada dos dispositivos e a configuração dos sistemas para minimizar esses efeitos indesejados são pontos essenciais a serem levados em consideração no planejamento das intervenções.

Um aspecto importante na utilização da RV em pacientes com doença de Parkinson é o custo relacionado ao uso dessas tecnologias. Os sistemas de RV imersiva, em particular aqueles que requerem equipamentos avançados, podem demandar um investimento considerável por parte de clínicas e hospitais, conforme discutido por Silva, M. P., et al. (2018). Isso levanta questionamentos sobre a viabilidade de uma implementação ampla dessas tecnologias na prática médica, principalmente em sistemas de saúde pública ou em áreas com recursos limitados. Nesse cenário, a criação de soluções mais econômicas, como plataformas que utilizem dispositivos móveis ou sistemas de RV não imersiva, pode se apresentar como uma opção viável para aumentar o acesso a esses tratamentos.

Além dos aspectos financeiros, a qualificação e o treinamento dos profissionais que empregam a RV na reabilitação são fundamentais para assegurar a eficácia das terapias. Puga et al. (2018) em seu estudo traz que, fisioterapeutas e outros especialistas da saúde precisam não apenas dominar o manejo dos equipamentos, mas também adaptar as sessões de realidade virtual de acordo com as particularidades de cada paciente. A implementação de algoritmos adaptativos, que ajustam automaticamente a dificuldade das atividades com base no desempenho do paciente, pode servir como uma ferramenta valiosa, ampliando os benefícios da realidade virtual ao oferecer uma experiência personalizada e interativa.

O uso de realidade virtual proporciona uma chance de integrar tecnologias adicionais, como sensores de movimento e biofeedback, que oferecem informações em tempo real sobre o desempenho dos pacientes. Essas informações podem ser empregadas para adaptar intervenções de maneira mais eficaz e oferecer uma compreensão mais clara do progresso, beneficiando tanto os profissionais de saúde quanto os pacientes na análise da evolução do tratamento. Ademais, a implementação de tecnologias de rastreamento ocular ou de análise de movimentos possibilita a avaliação de

detalhes específicos da função motora, como velocidade de reação e exatidão dos movimentos, fornecendo informações adicionais para a personalização das terapias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade virtual se mostra uma ferramenta valiosa na reabilitação de pacientes com Parkinson, contribuindo para a melhoria da função motora, diminuição do risco de quedas e aumento da qualidade de vida. A implementação de exergames e ambientes virtuais imersivos cria um cenário de treinamento dinâmico que favorece a adesão ao tratamento e promove a neuroplasticidade. Entretanto, a literatura existente indica que são necessários mais estudos com rigor metodológico elevado, incluindo amostras maiores e avaliações de longo prazo, para validar os benefícios observados e desenvolver protocolos clínicos mais eficientes.

Adaptar as intervenções de acordo com os diferentes perfis de pacientes também é um aspecto que merece atenção, visando otimizar os resultados do tratamento. Com o aumento das evidências sobre as vantagens da RV, pesquisas futuras devem buscar criar protocolos clínicos padronizados, facilitando a comparação entre estudos e a aplicação prática. Também é fundamental realizar investigações de longo prazo para avaliar a permanência dos benefícios proporcionados pela realidade virtual. Investigar abordagens multimodais e personalizadas, que ajustam as intervenções às diversas fases da DP, pode ser crucial para melhorar a eficácia do tratamento e oferecer uma estratégia de gestão mais abrangente e efetiva da condição.

REFERÊNCIAS

EZEQUIEL, Diego J.S; VIANA, João V. A.; RIBEIRO, Nildo M.S. **Efeitos da utilização da realidade virtual na marcha e no equilíbrio de indivíduos com doença de Parkinson: uma revisão sistemática.** Rev. Ciênc. Méd. Biol., Salvador, v. 18, n. 3, p. 402-407, set./dez. 2019. Disponível em: < [REVISTA V18 N3.indd](#) > Acesso em: 21 de Outubro de 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MOURA, A.K. et al. **Realidade virtual como abordagem fisioterapêutica na reabilitação do desequilíbrio em pessoas com doença de Parkinson: revisão narrativa.** BRAZILIAN JOURNE OF DEVELOPMENT, v.7, n.8. 202. Disponível em: < <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34339> > Acesso em: 21 de Outubro de 2024.

Puga, R., Anido, R. D., Baños, R. M., Botella, C., Alcañiz, M., Breton-López, J., ... & Quero, S. et al..Using virtual reality and mood-induction procedures to predict the accuracy of self-reported memories. PLoS ONE, 13(4), e0195237.2018.

SILVA, M. P., et al.. Advancements in Virtual Reality Technologies: Implications for Physiotherapy Practice. Physiotherapy and Rehabilitation. 20(4). 309-322. 2018

VIEIRA. Gisele de Paula; Araújo, Daniela Freitas Guerra Henriques; LEITE, Marco Antonio Araujo; ORSINI; Marcos; CORREA; Clynton Lourenço. **Realidade virtual na reabilitação física de pacientes com doença de parkinson**. Journal of Human Growth and Development, 2014; 24(1): 31-41. Disponível em< [Realidade virtual na reabilitação física de pacientes com doença de Parkinson](#)> Acesso em: 19 de Outubro de 2024.

O USO DE BIOMARCADORES NO DIAGNÓSTICO DO MAL DE ALZHEIMER

Maria Eduarda Laurindo Evangelista¹, Crislayne Salustiano Dias², Maria Claudia de Andrade Silva³, Maria Clara do Nascimento Silva⁴, Marcos Antonio Jeronimo Pereira⁵, Dário César de Oliveira Conceição⁶

¹ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁴ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁵ Graduando em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

⁶ Doutor em Ciência de Materias, Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

INTRODUÇÃO

A Doença de Alzheimer (DA), uma condição neurodegenerativa que afeta milhões de pessoas em todo o mundo de maneira gradual ao longo do tempo, é a principal causa de demência em idosos. Neste quadro clínico há uma grave degeneração dos neurônios, levando à deterioração das capacidades cognitivas, em especial da memória. Além disso, ocasiona mudanças significativas no comportamento e na função neuropsicológica, como desorientação, confusão e dificuldades linguísticas juntamente com tomadas de decisões comprometidas (BILLMANN *et al.*, 2020; FREITAS, 2015; OLIVEIRA *et al.*, 2024).

Nos últimos tempos tem sido cada vez mais importante para os especialistas em neurologia detectar precocemente o Alzheimer (DA), uma vez que identificar essa doença nas fases iniciais pode fornecer oportunidades para terapias mais efetivas e melhorar o bem-estar dos pacientes de forma significativa. Dentro desse contexto da medicina neurológica avançada se destaca o uso de biomarcadores como uma ferramenta importante para diagnósticos precoces e precisos da DA. Esses biomarcadores consistem em substâncias biológicas que apontam sinais sobre a presença ou evolução de uma patologia e no caso específico do Alzheimer são capazes de detectar mudanças anormais no cérebro muito antes dos sintomas típicos de demência surgirem (LANFRANCO G., *et al.*, 2012; OLIVEIRA *et al.*, 2024).

Este trabalho tem como objetivo principal entender melhor sobre os biomarcadores da doença de Alzheimer através da revisão bibliográfica. Tem como objetivos específicos: Revisar os principais biomarcadores utilizados no diagnóstico da doença de Alzheimer, discutir o papel dos biomarcadores no acompanhamento da evolução da doença e discutir a eficiência dos biomarcadores no diagnóstico precoce da doença de Alzheimer.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão de literatura abrangente utilizando artigos disponíveis nas bases de dados PubMed, Scielo e Google Scholar. Na busca foram utilizadas as palavras-chave: "Mal de Alzheimer", "biomarcadores", "diagnóstico" e "Líquido cefalorraquidiano", com o objetivo de identificar estudos relevantes sobre o uso de biomarcadores no diagnóstico da Doença de Alzheimer em humanos.

Foram incluídos apenas artigos que cumpriam critérios específicos, como foco na utilização de biomarcadores em populações humanas e publicação até o ano de 2024, garantindo uma análise atualizada e voltada para a aplicabilidade clínica dos achados recentes sobre a doença.

Foram excluídos artigos que não abordassem diretamente o tema proposto mesmo após leitura do título e resumo ou cujo foco da patologia da Doença Alzheimer fosse secundário, assim como pesquisas com dados insuficientes ou informações incompletas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos realizados através da revisão apontam que os biomarcadores têm um papel essencial no diagnóstico precoce da Doença de Alzheimer (DA), permitindo a identificação da doença em suas fases iniciais. A combinação de biomarcadores, como A β 42, T-tau e P-tau no líquido cefalorraquidiano (LCR), tem se mostrado eficaz na diferenciação entre DA e indivíduos saudáveis, além de prever como a doença pode evoluir. Inovações como a D-serina e a ADAM10 estão abrindo novas perspectivas para o diagnóstico precoce, abordando uma lacuna importante, já que atualmente não existe um exame definitivo para a DA (BELO *et al.*, 2023; BILLMANN *et al.*, 2020; DINIZ, *et al.*, 2007; LANFRANCO G., *et al.*, 2012; MATANÓ *et al.*, 2023).

A utilização de biomarcadores na prática clínica pode trazer impactos significativos, permitindo intervenções mais eficazes e potencialmente influenciando políticas de saúde, com a inclusão de novos exames diagnósticos no sistema de saúde, como o SUS (BRASIL. Ministério da Saúde). Apesar de seus benefícios, a pesquisa enfrenta desafios, como a falta de um exame único e definitivo, que ainda depende da análise post-mortem. A variação dos níveis de biomarcadores em fluidos como sangue e LCR também pode interferir na precisão diagnóstica (FREITAS, 2015).

Além dos biomarcadores já estabelecidos, novos desenvolvimentos, como biossensores, representam uma inovação significativa na detecção precoce da DA. Esses biossensores, que utilizam biomarcadores sanguíneos, podem facilitar diagnósticos iniciais e monitorar a progressão da doença. Por exemplo, a Clusterina está associada ao declínio cognitivo, enquanto a Fetuína-B pode indicar o desenvolvimento da DA antes mesmo dos sintomas aparecerem. Essa abordagem utiliza nanopartículas de ouro e anticorpos específicos, oferecendo uma alternativa menos invasiva em comparação com as análises do LCR e técnicas de neuroimagem, prometendo maior precisão e confiabilidade (BRAZACA, *et al.*, 2020; BRAZACA, 2019).

Os resultados iniciais desses biossensores são promissores, sugerindo uma opção acessível e eficaz para o diagnóstico da DA. A pesquisa também indica que a utilização de biomarcadores como o Composto-B de Pittsburgh ([¹¹C]PIB) e a fludesoxiglicose ([¹⁸F]FDG), em conjunto com a tomografia por emissão de pósitrons (PET-CT), melhora bastante a precisão do diagnóstico. A análise qualitativa dos exames PET-CT demonstrou a capacidade de detectar depósitos de β -amiloides e alterações na atividade metabólica cerebral, corroborando a eficácia desses métodos na identificação precoce da doença (FREITAS, 2015; LANFRANCO G., *et al.*, 2012; MATANÓ *et al.*, 2023).

Os achados reforçam a hipótese amiloide, que sugere que o acúmulo da proteína beta-amiloide é um fator inicial na DA. Além disso, a pesquisa sobre a relação entre biomarcadores e alterações cerebrais mostrou que a espessura do giro supramarginal e do córtex entorrinal é crucial para distinguir entre Mild Cognitive Impairment (MCI) e DA. Esses resultados estão alinhados com o que a literatura já aponta, ressaltando a importância de uma abordagem integrada para o diagnóstico e monitoramento da DA (DE LIMA *et al.*, [s.d.])

Embora existam desafios, a pesquisa sobre biomarcadores continua a evoluir, trazendo novas oportunidades para intervenções precoces que podem mudar o curso da doença. O estudo contínuo de biomarcadores como a D-serina e a ADAM10 é fundamental, para o avanço do diagnóstico e tratamento da Doença de Alzheimer, aumentando as chances de sucesso no manejo da doença e proporcionando uma melhor qualidade de vida para os pacientes (PEREIRA, [s.d.]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, pode-se dizer que os progressos na busca por biomarcadores para a Doença de Alzheimer representam uma esperança significativa para o diagnóstico antecipado e o tratamento desta condição complexa. A habilidade de detectar a DA antes que os sintomas severos apareçam possibilita a implementação de intervenções em fases

iniciais, favorecendo uma melhor qualidade de vida para os pacientes e proporcionando uma visão de maior efetividade terapêutica.

Apesar dos avanços, ainda há desafios, como validar biomarcadores em diferentes populações e superar barreiras técnicas para facilitar o acesso a essas ferramentas. A adoção de tecnologias menos invasivas, como biossensores, e o aprimoramento contínuo de métodos de neuroimagem e biomarcadores trazem perspectivas promissoras no combate à progressão do Alzheimer. A evolução constante nessas áreas é essencial para transformar o diagnóstico e o tratamento da doença, beneficiando pacientes, sistemas de saúde e a sociedade.

REFERÊNCIAS

Alzheimer. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/alzheimer>>. Acesso em: 26 out. 2024.

BELO, M.; S. G. B. **BIOMARCADORES DE DOENÇAS NEURODEGENERATIVAS EM ANÁLISE LIQUÓRICA.** GOIÂNIA - GO: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2023. Acesso em: 24 out. 2024.

BILLMANN, A.; FERRI PEZZINI, M.; POETA, J. **Biomarcadores no Líquido Cefalorraquidiano no Desenvolvimento da Doença de Alzheimer: Uma Revisão Sistemática.** Revista Psicologia e Saúde, [S. l.], 2019. DOI: 10.20435/pssa.v0i0.927. Acesso em: 25 out. 2024.

BRAZACA, Laís Canniatti. **Desenvolvimento de biossensores para auxílio do diagnóstico do mal de Alzheimer, para quantificação rápida de melatonina e para determinação simples do traço genético de anemia falciforme.** 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Acesso em: 25 out. 2024.

BRAZACA, Laís Canniatti; ZUCOLOTTI, Valtencir. **Novo biossensor detecta marcadores sanguíneos do mal de Alzheimer.** Jornal da USP, n. 10 ju 2020, 2020. Acesso em: 22 out. 2024.

CARANELLI, Paulo *et al.* **Diagnóstico de doença de Alzheimer no Brasil. Exames complementares.** Dementia & Neuropsychologia, v. 5, n. 1, p. 11-20, 2011. Acesso em: 24 out. 2024.

DINIZ, B. S. DE O.; FORLENZA, O. V. **O uso de biomarcadores no líquido cefalorraquidiano no diagnóstico precoce da doença de Alzheimer.** Revista de psiquiatria clínica, v. 34, n. 3, p. 144-145, 2007. Acesso em: 25 out. 2024.

DE LIMA TORRES, K. C. et al. **Biomarcadores na doença de Alzheimer.** Avenida Alfredo Balena, 190, 114 - Santa Efigênia, Belo Horizonte, MG.: Universidade Federal de Minas Gerais, [s.d.].

FREITAS, Rafaela Vitória de. **Diagnóstico precoce na doença de Alzheimer utilizando biomarcadores e tomografia PET-CT.** 2015. Acesso em: 23 out. 2024.

LANFRANCO G, Renzo et al. **Evaluación de la enfermedad de Alzheimer en etapa temprana: biomarcadores y pruebas neuropsicológicas.** Rev. méd. Chile, Santiago , v. 140, n. 9, p. 1191-1200, sept. 2012 .Acesso em: 25 out. 2024.

OLIVEIRA GUIMARÃES, L.; DE FATIMA DA CONCEIÇÃO VERÍSSIMO LOPES, J.; NASCIMENTO DA SILVEIRA GOMES, R.; DOS SANTOS MACHADO, M.; DE SOUZA BORGES, A.; COUTINHO ALCAZAR, M.; DE ANDRADE LOPES, Y. C.; VINAGRE GRUPPI, G.; LIMA DA SILVA, G. **Desregulação de proteínas associadas a doença de Alzheimer e seu diagnóstico clínico.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences , [S. l.], v. 6, n. 10, p. 450-471, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n10p450-471. Acesso em: 25 out. 2024.

PEREIRA, A. L. G. et al. **BIOMARCADORES DE MAIOR RELEVÂNCIA NO DIAGNÓSTICO PRECOCE DA DOENÇA DE ALZHEIMER.** São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, [s.d.].

REGINA DE SOUSA MATANO, B.; GREGGIO ZEMLINOI, L.; PACHECO, T. **PROGNÓSTICO DA DOENÇA DE ALZHEIMER A PARTIR DA IDENTIFICAÇÃO DE BIOMARCADORES.** Ensaios USF, [S. l.], v. 7, n. 2, 2023. DOI: 10.24933/e-usf.v7i2.361. Acesso em: 25 out. 2024.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA

Rute Ivanise da Silva¹, Maria Grazielly Figueredo de Souza², Elaine Maria Medeiros do Santos³, Ana Karla Bezerra da Silva Lima⁴

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

² Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da FAST, Nazaré da Mata/PE;

⁴ Docente da Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata/PE. Mestre em Saúde Coletiva pela UNISANTOS, Santos/SP. Especialista e LIBRAS pela Faculdades Montenegro, Petrolina/PE. Graduada em Enfermagem pela FACENE, João Pessoa/PB

INTRODUÇÃO

Os profissionais de enfermagem são os verdadeiros protagonistas na assistência e no enfrentamento da violência de gênero. Mais especificamente, o gênero feminino, considerado e visto pela sociedade como gênero frágil. A assistência humanizada prestada pela equipe de enfermagem oferta às mulheres vítimas de violência doméstica, abuso sexual, tortura física ou psicológica, uma atenção especializada exigindo mais profissionalismo e empatia com as vítimas. Isso desenvolve uma segurança para essas mulheres a fim de que se sintam aptas a relatar o que sofreram, sabendo que serão tratadas individualmente, conforme sua necessidade e identificação dos agressores, seja essa agressão física, psicológica ou assistencial. No Brasil, temos muito casos como exemplo, valendo destacar o que ocorreu em julho de 2023, chocando todo o país. A adolescente Hyara Flor Santos, de 14 anos, morta a tiros em Guaratinga/BA, num caso de feminicídio. O próprio marido, com a mesma idade, efetuou os disparos. Integrante de uma comunidade cigana, a jovem chegou a ser socorrida por vizinhos e levada ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos (Leal, 2023).

A violência contra a mulher também pode ser denominada violência de gênero, correspondendo assim a qualquer ato ou conduta física, sexual ou psicológica, que provoque morte ou consequências graves a mulher pela simples condição de ser mulher. Salienta-se que no Brasil, desde os anos 60, a classe feminina vem lutando por direitos de igualdade, liberdade, privacidade, segurança saúde e autonomia perante a sociedade. Esse processo de empoderamento visa, inclusive, reduzir a violência que marca mulheres profundamente. (Oliveira *et al.*, 2017).

A equipe de enfermagem fica com a atenção primária em saúde (APS) tem o papel principal no atendimento a essas mulheres vítimas de violência seja ela de

qualquer tipo, pois é considerada a porta de entrada para esse atendimento. Também é papel da enfermagem a notificação dos casos de violência, é necessário uma boa capacitação e competência dos profissionais, pois, ainda sim eles terão grandes desafios de estratégias para rastreamentos. (Henrique, 2021).

A vítima chega no PSF ou nos Hospitais muitas vezes debilitadas algumas por conta própria, outras trazidas por alguém próximo como vizinhos e familiares que prestaram socorro. É necessária uma visão mais aprofundada por parte da Enfermagem, o exercício da autonomia naquilo que lhe compete por direito usando os métodos propedêuticos de avaliação, inspeção e palpação e percussão para o atendimento necessário a vítima e a descrição legível de tudo quanto for avaliado e dos fatos relatados (Tokarnia, 2024).

Casos como de Hyara acontecem todos os dias inclusive mulheres que chegam aos postos de saúde com hematomas em partes visíveis do corpo, a partir desse momento cabe a equipe de enfermagem entrar em ação, com medidas preventivas de saúde é necessário oferecer a estas mulheres um tratamento específico para cura física ofertando os medicamentos adequados conforme a oferta da farmácia popular. Se for caso de abuso sexual deve-se realizar exames para ver se houve alguma possível infecção sexual Para dar início aos protocolos mais severos de assistência em saúde da mulher. Também, o profissional de enfermagem deve proporcionar um atendimento que possa minimizar os traumas da violência direcionando um diálogo: sigiloso, empatia, respeito e sem julgamentos.

O presente artigo de revisão tem por objetivos ressaltar a violência contra o gênero feminino e a importância da equipe de enfermagem para assistência dessas vítimas, ressaltando para profissionais da área, a importância de como saber abordar, quais estratégias devem ser utilizadas nos atendimentos, enaltecendo a busca por capacitações sobre o tema; e o despertar por parte da sociedade sobre a necessidade de procurar o apoio de profissionais preparados trazendo segurança e sigilo às vítimas de qualquer tipo de abuso e discriminação.

METODOLOGIA

Este é um estudo de revisão bibliográfica, feito através da leitura, reflexão e relação de artigos científicos escolhidos. A pesquisa foi realizada na base de dados *Scientific Electronic Library online* (SCIELO) e foram utilizados para busca de informações os seguintes descritores: Violência; Gênero feminino; e Saúde pública.

Como critério de inclusão foram aceitos artigos nacionais. Foram excluídos por critério, estudos realizados fora do período citado, escritos em língua estrangeira. De início foram encontrados 20 artigos mas apenas 6 foram selecionados sendo eles publicados de 2020 à 2024 em português. Os critérios utilizados para a coleta de dados possibilitaram a seleção de estudos onde foram selecionados de acordo com a abordagem específica do assunto, constituindo um significativo corpo de conhecimentos sobre o tema abordado no trabalho, cuja análise trouxe os resultados a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos artigos estudados para obter pesquisas e respostas sobre o tema, foram analisados principalmente o quanto a equipe de enfermagem são essenciais no cuidado a violência de gêneros. Nesses conteúdos, torna-se notável que grande parte das violências giram em torno de mulheres, que é o gênero visto como mais frágil emocionalmente e fisicamente. A Agência Brasil, relatou em uma reportagem que a cada minuto um crime de violência contra mulher acontece, totalizando cerca 83.988 casos de estupro só no ano de 2022 (Tokarnia, 2024).

A emergência e a Atenção Primária, são as principais portas de entrada de mulheres violadas (Silva *et al.* 2020). Para o tratamento imediato das pacientes, foram criados protocolos de apoio, material esse que apresentam procedimentos que o enfermeiro deve realizar com as pacientes vítimas de violência. Quando acolhidas no momento inicial, deve ser feito todo registro de dados sobre o ocorrido, exames clínicos e ginecológicos, analisar os vestígios da violência, realizar testes rápidos das infecções sexualmente transmissíveis (IST), teste de gravidez, profilaxias necessárias, contracepção de emergência, entre outros procedimentos (Silva, 2015).

Uma das principais teses que faladas nos artigos, é a importância da escuta qualificada, e a partir dela pode se formar uma melhor estratégia para cuidado físico e psicológico. Um acolhimento feito de forma mais empática, gera ao paciente maior confiança no enfermeiro e assim relatar a vivência. Existem várias maneiras de tornar um atendimento a mulher violentada mais humanizado, uma delas é compreender os sentimentos que podem estar envolvidos na mulher, podendo assim entender melhor as necessidades da paciente, ademais, manter a confiabilidade e sigilo dos dados ali acolhidos. O atendimento humanizado deve garantir sigilo de dados, respeito aos direitos e pessoa, segurança e assistência individual (ASBRAD, 2018).

Muitos dos violados tendem a adquirir transtornos mentais por causa do ocorrido, sendo assim, quando o cuidado é inserido na vivência do enfermeiro ele promove uma recuperação física, mental e social. Porém, na prática, tal vivência acaba sendo deturpada, e sendo encontrado um atendimento mais mecânico (Silva; Ribeiro, 2020).

O acolhimento, não só vem de uma equipe de enfermagem, mas sim de uma equipe multiprofissionais, onde trabalhando juntos exerçam um trabalho humanizado e efetivo. De modo geral, todos os trabalhadores de enfermagem precisam identificar a violência, tratar de forma efetiva os pacientes violentados, realizar a administração de profilaxias ou medicamentos precisos, e notificar tal violação, e também é de muita importância o acompanhamento por no mínimo 6 meses ao paciente, para observar eficácia do tratamento, caso não desenvolva como o esperado é preciso a troca para um tratamento individual. Se os resultados forem positivos e não estiver em um hospital, devem ser encaminhados para fazer continuação do tratamento, receber coquetéis necessários, se houver lesões na pele devem ser realizado limpeza e curativos, e encaminhamento para psicólogo e demais profissionais precisos (Henrique, 2021).

Para isso, se foi relatado a importância do conhecimento dos profissionais de saúde, mais especificamente, a enfermagem. Visto que, são eles que possuem o primeiro contado com o paciente. Tornando-se assim obrigatório que o enfermeiro deve estar bem capacitado e ter conhecimento quanto ao cuidado imediato, mental, mecânico, e dos protocolos (Silva; Ribeiro, 2020)

A enfermagem, com seus devidos serviços realizados devem amenizar os danos deixados pela agressão. Assim também se torna importante a educação ao paciente violentado, seja para o físico, quanto o que fazer de imediato juridicamente, e quanto principalmente à saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o estudo feito, pode-se afirmar que a violência contra o gênero feminino é um grande problema para a saúde pública. O enfermeiro precisa prestar uma assistência no geral, humanizada, visto que as consequências disso geram um resultado com eficácia. Tem como papéis principais, realizar uma consulta acolhedora, prestar serviço obrigatórios quanto aos protocolos que devem ser realizados, profilaxias, realizar notificações compulsórias, e encorajar a mulher a tomar uma

decisão e mudar sua realidade. É relatado também que a falta de capacidade dos profissionais e problemas na formação. Sendo assim, se faz necessário uma educação continuada sobre essa temática, meios de organização dos serviços de saúde, uso adequado dos protocolos, reforçar um olhar interdisciplinar e intersetorial para entender reais necessário da mulher vítima. E também, responsabilidade por parte dos gestores em levar treinamentos profissionais. Para quando estiverem diante de situações com vítimas de violência contra a mulher, exerçam seu papel com excelência.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da infância e da juventude (ASBRAD). Secretaria de Governo. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Guia para atendimento humanizado às mulheres: em situação de tráfico de pessoas e outras formas de violência. Brasília/DF, 2018. Disponível em: <<https://www.asbrad.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Guia-para-atendimento-humanizado.pdf>>.

HENRIQUE, R. M. Assistência de enfermagem à mulher vítima de violência: revisão integrativa da literatura. 52f. Monografia (graduação em enfermagem) – **Centro Universitário Vale do Salgado**. 2021.

LEAL, A. Caso Hyara: polícia conclui que tiro que matou cigana foi acidental e disparado por cunhado de 9 anos durante 'brincadeira'. **O Globo**, São Paulo/SP, 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/google/amp/brasil/noticia/2023/08/11/caso-hyara-policia-conclui-que-tiro-que-matou-cigana-foi-acidental-e-disparado-por-cunhado-de-9-anos.ghml>>.

SILVA, D. L. P. R. Protocolo de assistência às mulheres vítimas de violência. Ministério da Educação e Cultura (MEC). **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**. 2015. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/703745/2/Protocolo%20de%20viol%C3%Aancia%20contra%20mulher.pdf>>.

SILVA, V. G.; RIBEIRO, P. M. Violência contra as mulheres na prática de enfermeiras da atenção primária à saúde. **Escola Anna Nery** (on-line). 2020, v. 2, n. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ean/a/RXvRBqJz3x4dD3BmnhDCsK/?format=pdf&lang=pt>>.

TOKARNIA, M. Brasil registra um crime de estupro a cada seis minutos em 2023. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro/RJ, 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-07/brasil-registra-um-crime-de-estupro-cada-seis-minutos-em-2023>>.

A ATUAÇÃO FISIOTERAPÊUTICA NA DISFUNÇÃO SEXUAL: VAGINISMO

Viviane Mendes Carneiro da Silva¹, Augusto Kauê Paashaus¹, Daphne Gilly²

¹ Discentes do 6º período do curso de graduação em Fisioterapia da FAST;

² Fisioterapeuta; Pós-graduada em Fisioterapia Neurofuncional - UCB/RJ; Mestre em Fisioterapia na Atenção à Saúde - UFPE; Docente do Curso de Fisioterapia da Faculdade Santíssima Trindade - FAST/PE; Docente do Curso de Medicina da Faculdade de Medicina do Sertão - FMS/PE;

INTRODUÇÃO

O vaginismo é uma disfunção sexual caracterizada por contrações involuntárias recorrentes e persistentes da musculatura vaginal, que ocorre diante de qualquer estímulo, sejam eles provocados pela própria pessoa ou qualquer contato com a área, impedindo ou dificultando a penetração (Bratt *et al.*, 2017).

A literatura classifica o vaginismo em dois tipos: primário e secundário. O primário ocorre quando a mulher nunca conseguiu ter relações sexuais devido às contrações involuntárias da musculatura da parede vaginal. O secundário se configura quando a mulher já teve relações sexuais prévias sem dificuldade, mas desenvolve a incapacidade de mantê-la. O vaginismo pode ser causado por diversos fatores, dentre eles está o abuso sexual, sexo rigoroso, educação, traumas físicos ou emocionais, baixa qualidade sexual, crenças religiosas ou mesmo medo da relação sexual pela primeira vez. (McGuire *et al.*, 2001).

Essa disfunção sexual afeta de maneira significativa a qualidade de vida das mulheres, uma vez que resulta em desconforto físico e emocional, impedindo a realização de exames ginecológicos e a manutenção de uma vida sexual saudável. A prevalência de vaginismo atinge aproximadamente 49% das mulheres no Brasil, porém ainda não é possível determinar sua real prevalência na população, devido à escassez de estudos na literatura (Abdo CH *et al.*, 2004).

A fisioterapia pélvica possui uma variedade de técnicas que podem ser utilizadas no tratamento do vaginismo, incluindo a eletroestimulação do assoalho pélvico, a terapia com cones vaginais, biofeedback, exercícios perineais, terapia cognitivo-comportamental (TCC) e estimulação elétrica funcional. No entanto, verifica-se uma escassez de artigos científicos que respalda amplamente essas intervenções e suas respectivas eficácias, o que limita as opções de tratamento. Diante do exposto, é fundamental aprofundar o estudo de técnicas fisioterapêuticas que possam contribuir para prevenção e tratamento dessa disfunção, com vistas a melhorar a qualidade de vida dessas mulheres.

OBJETIVO

Avaliar, através do melhor nível de evidência científica possível, a eficiência das abordagens fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da disfunção sexual:

vaginismo.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em ensaios clínicos controlados e randomizados, quase randomizados, relato de caso e estudo de série de casos. Foram incluídos estudos que abordam mulheres sexualmente ativas, diagnosticadas com vaginismo e sem restrição de idade. A intervenção analisada consiste na fisioterapia pélvica, com avaliação de sintomas e da resposta muscular por meio de testes e questionários validados, além do impacto na qualidade de vida.

As buscas dos artigos foram realizadas nas bases de dados: PubMed/MEDLINE, LILACS e Scielo, sem restrições de data ou idioma. Os descritores utilizados foram “vaginismo”, “fisioterapia” e “tratamento”. A seleção dos estudos seguiu critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Foram incluídos artigos de acordo com o tipo de estudo, amostra, diagnóstico, intervenção e desfechos clínicos, conforme citados anteriormente. Foram excluídos artigos que não sejam do tipo ensaio clínico controlado randomizado ou quase randomizados, relatos de caso e estudos de série de casos; Estudos realizados em animais experimentais; Estudos que utilizaram outro tipo de tratamento no vaginismo como o tratamento cirúrgico ou psicológico; Estudos que estejam fora dos parâmetros citados nos critérios de inclusão; Estudos que apresentem informações repetidas ou disponíveis em outros artigos.

A seleção dos artigos foi realizada por dois revisores de forma independente. Em caso de discordância, um terceiro revisor foi consultado para consenso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As abordagens fisioterapêuticas se mostraram eficazes e promissoras no tratamento da disfunção sexual: vaginismo, proporcionando aumento da função sexual e bem-estar geral, conforme evidenciado nos estudos analisados. Schnyder *et al.* (1998) realizou um estudo com 44 mulheres com vaginismo, com idades entre 19 e 55 anos, com duração média da condição de 4 anos. As pacientes foram divididas em dois grupos: o primeiro grupo foi tratado com dilatação vaginal assistida pelo terapeuta ("in vivo") e o segundo grupo recebeu instruções verbais para realizar os exercícios de dilatação sozinhas em casa ("in vitro"). Ambas as intervenções utilizaram dilatadores vaginais de silicone em quatro tamanhos diferentes, com um programa de exercícios de 10 a 15 minutos, cinco vezes por semana. Os resultados mostraram que 97,7% das pacientes conseguiram realizar coito após uma média de 6 sessões. Não houve diferença significativa nos resultados entre os grupos "in vivo" e "in vitro". A maioria das pacientes relatou melhora na qualidade da vida sexual e no desejo sexual após o tratamento.

Seo *et al.* (2005) investigaram a eficácia da estimulação elétrica funcional (FES) e biofeedback para relaxamento dos músculos do assoalho pélvico, seguido de terapia cognitivo-comportamental (TCC) de 8 estágios, envolvendo dilatação vaginal com dilatadores em 12 mulheres com diagnóstico de vaginismo de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV), com idades variando entre 27 e 33 anos. Após 12 sessões de FES-biofeedback e TCC, todas as pacientes toleraram a inserção vaginal de dilatadores maiores e obtiveram relações sexuais satisfatórias. A combinação de FES-biofeedback e TCC mostrou-se eficaz para melhorar o controle muscular e reduzir a dor.

Van Lankveld *et al.* (2006), realizou um ensaio clínico randomizado com 117 mulheres com vaginismo ao longo da vida (incapacidade de permitir penetração vaginal) foram divididas em três grupos: terapia cognitivo-comportamental (TCC) de

grupo, biblioterapia e lista de espera. O tratamento envolveu educação sexual, exercícios de relaxamento, exposição gradual e reestruturação cognitiva. Foram feitas avaliações pré e pós-tratamento, além de acompanhamento em 3 e 12 meses. A TCC (tanto em grupo quanto por biblioterapia) foi eficaz na melhora de aspectos sexuais, com 14% das participantes relatando sucesso na relação sexual no pós-tratamento, e até 21% alcançando sucesso após 12 meses. O tratamento em grupo apresentou resultados ligeiramente melhores que a biblioterapia, mas ambos foram superiores à lista de espera.

Antunes *et al.* (2014) relataram o caso de uma mulher de 30 anos com diagnóstico de vaginismo primário, acompanhada por terapia sexual e submetida a 9 sessões de fisioterapia. As intervenções incluíram: ensino da anatomia pélvica com uso de diagramas, palpação externa e interna, exercícios de Kegel, uso de espelho para auto-observação, alongamentos perineais, e dessensibilização gradual com dilatadores. A inclusão da fisioterapia no tratamento de vaginismo foi eficaz, resultando na resolução completa dos sintomas após 9 sessões. A abordagem multidisciplinar, combinando terapia sexual e fisioterapia, garantiu a correta execução dos exercícios, melhorando o controle dos músculos do assoalho pélvico e ajudando a reduzir o medo da penetração.

Doğukan Angin *et al.* (2020) realizou um estudo clínico com 50 mulheres diagnosticadas com vaginismo, com idade média de 26,1 anos e duração média de casamento de 11,4 meses. As pacientes foram submetidas a terapia cognitivo-comportamental (TCC) e exercícios de dessensibilização vaginal sistemática. O tratamento incluiu técnicas de relaxamento muscular, exercícios de Kegel, penetração com dilatadores e terapia sexual com seus parceiros. A amostra foi dividida em três grupos, com base no sucesso dos exercícios de penetração. O grupo que completou os exercícios de penetração vaginal conseguiu relações sexuais sem dor. A resistência ao tratamento foi maior em pacientes com histórico de vaginismo familiar ou terapias anteriores mal-sucedidas.

Schafascheck *et al.* (2020), relataram o caso de uma mulher de 45 anos, multipara, sem parceiro fixo, relatando dor durante relações sexuais desde os 15 anos. Submetida a 10 sessões de 50 minutos de fisioterapia pélvica, duas vezes por semana. As técnicas incluíram TENS (10 Hz), termoterapia superficial com infravermelho, massagem perineal, desativação de pontos-gatilho, alongamento do MAP e relaxamento vibratório. A avaliação da função sexual foi realizada antes e após o tratamento, utilizando o FSFI (Female Sexual Function Index) e a função do assoalho pélvico foi avaliada por toque bidigital, medindo força, resistência, explosão e uso de musculatura acessória. Melhora significativa da função do assoalho pélvico, mas pouca melhora na função sexual, exceto no orgasmo. Desejo e excitação pioraram. A troca de parceiros pode ter impactado negativamente.

CONCLUSÃO

Os estudos revisados evidenciaram a eficácia das técnicas da fisioterapia pélvica no tratamento do vaginismo e desempenham um papel crucial na reabilitação das mulheres afetadas por essa condição. Intervenções como a eletroestimulação, a terapia com cones vaginais, biofeedback, exercícios perineais, terapia cognitivo-comportamental (TCC) e estimulação elétrica funcional, entre outras, têm mostrado resultados positivos na redução da dor, na melhoria do controle muscular e na promoção de uma vida sexual satisfatória. Entretanto, a necessidade de mais estudos se torna evidente. Embora os resultados atuais sejam promissores, há uma escassez de pesquisas que explorem de forma abrangente e sistemática as diversas abordagens fisioterapêuticas, suas combinações e a eficácia a longo prazo dos tratamentos. Portanto, é imperativo que a comunidade científica continue a investigar e a expandir nosso entendimento sobre essas abordagens, assegurando que as pacientes recebam o suporte mais eficaz e fundamentado possível.

Palavras-chave: Fisioterapia pélvica; Reabilitação; Vaginismo.

REFERÊNCIAS:

- ABDO, C. H.; OLIVEIRA, W. M.; MOREIRA, E. D.; FITTIPALDI, J. A. S. **Prevalence of sexual dysfunction and correlated conditions in a sample of Brazilian women: results of the Brazilian study on sexual behavior (BSSB)**. International Journal of Impotence Research, v. 16, p. 160-166, 2004.
- ANĞIN, Ali Doğukan et al. **Effects of predisposing factors on the success and treatment period in vaginismus**. JBRA assisted reproduction, v. 24, n. 2, p. 180, 2020.
- ANTUNES, Andreia. **Abordagem multidisciplinar no tratamento do vaginismo: adicionar fisioterapia ao modelo clássico**. 2014.
- BHATT, J. K.; PATEL, V. S.; PATEL, A. R. **Um estudo do vaginismo em pacientes que apresentam infertilidade**. International Journal of Reproduction, Contraception, Obstetrics and Gynecology, v. 6, p. 5508, 2017. DOI: 10.18203/2320-1770.ijrcog20175270.
- LATORRE, Gustavo Sutter; JARDIM, Rua Silva; CENTRO-FLORIANÓPOLIS, S. C. **Fisioterapia No Vaginismo–Estudo De Caso**. Revista Inspirar movimento e saúde, v. 20, n. 2, p. 1-10, 2020.
- MCGUIRE, H.; HAWTON, K. **Interventions for vaginismus**. Cochrane Database v. 2, p. CD001760, 2001. DOI: 10.1002/14651858.
- SCHNYDER, Ulrich et al. **Therapy for vaginismus: in vivo versus in vitro desensitization**. The Canadian Journal of Psychiatry, v. 43, n. 9, p. 941-944, 1998.
- SEO, Ju Tae et al. **Efficacy of functional electrical stimulation-biofeedback with sexual cognitive-behavioral therapy as treatment of vaginismus**. Urology, v. 66, n. 1, p. 77- 81, 2005.
- VAN LANKVELD, Jacques JDM et al. **Cognitive-behavioral therapy for women with lifelong vaginismus: a randomized waiting-list controlled trial of efficacy**. Journal of consulting and clinical psychology, v. 74, n. 1, p. 168, 2006.

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE QUALIDADE PARA A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA

Jacilene Maria de Paula Lira¹; Luan Araújo Bezerra^{2,3}

1 - Graduanda do curso de Farmácia da Faculdade Santíssima Trindade;

2 - Doutor em Medicina tropical pela Universidade Federal de Pernambuco;

3 - Docente do curso de Farmácia, Fisioterapia, Enfermagem e Educação Física da Faculdade Santíssima Trindade - FAST

INTRODUÇÃO

Uma parte significativa da economia do país é representada pelas indústrias farmacêuticas. Em vista disso, a necessidade de melhorias contínuas em seus processos exige a criação de técnicas de controle e gestão da qualidade. Essas técnicas têm sido ferramentas vitais para melhorias contínuas e criações de novas fórmulas farmacêuticas, indicando que a garantia de eficácia, segurança e qualidade dos medicamentos seja fundamental para a credibilidade do setor, pois permitirá que os clientes estejam satisfeitos com os produtos (Ramos, *et al.*, 2022).

O controle de qualidade é essencial para garantir a segurança e eficácia dos medicamentos, protegendo a saúde pública e mantendo a confiança dos consumidores na indústria farmacêutica. Desempenha um papel crucial nesse processo, assegurando que os produtos atendam aos mais altos padrões de qualidade, sendo consistentes em sua eficácia e segurança (RDC 17/2010).

Ainda, a garantia de qualidade pode ser adquirida por meios de análises e avaliações sensoriais seguindo a legislação sanitária vigente, onde os resultados destas análises servem como ferramentas que determinam parâmetros, que são requisitos para os registros de produtos, serviços e estabelecimentos (Rocha, *et al.*, 2019).

A procura por aprimoramento da qualidade e aumento da competitividade no mercado torna cada vez mais imprescindível que as empresas implementem um controle de qualidade. No entanto, essa busca não deve se restringir à verificação do produto final, mas demanda uma avaliação de todo o processo. Para estabelecer e manter eficazmente um programa de controle de qualidade, é necessário implementar e melhorar procedimentos, incluindo a formação técnica profissional constante, a sensibilização e o engajamento de cada profissional e equipe gerencial (Dos Santos, *et al.*, 2019).

Contudo, podemos destacar que a utilização do controle de qualidade é de suma importância, uma vez que qualquer falha no processo de desenvolvimento de um medicamento pode resultar em graves danos para a saúde da população, bem como para a própria indústria fabricante, devido ao impacto negativo que causa frente ao mercado consumidor. Assim, os requisitos de qualidade de um medicamento estão inteiramente relacionados com a maneira com que são executados os procedimentos operacionais dentro da indústria farmacêutica, sendo observadas assim a importância dessa pesquisa.

OBJETIVO

Esta pesquisa objetiva relatar a importância da utilização do controle de qualidade na indústria farmacêutica, destacando as boas práticas de fabricação e as principais ferramentas de qualidades utilizadas.

METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão de literatura, com artigos pesquisados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Pubmed e Google Acadêmico, por intermédio de elaboração deste estudo foram realizadas buscas nas bases de dados a partir dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS). As buscas foram conduzidas em setembro de 2024, seguindo critérios de inclusão que abrangeram artigos publicados nos últimos 14 anos. Foram empregados os descritores: “controle de qualidade”, “medicamentos”, “indústria farmacêutica” conforme as especificidades de cada base de dados, incluindo suas derivações e traduções em inglês e espanhol. Através da literatura o objetivo é relatar a importância da utilização do controle de qualidade na indústria farmacêutica, destacando as boas práticas de fabricação e as principais ferramentas de qualidades utilizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Boas Práticas de Fabricação incluem o controle de qualidade, que integram a coleta de amostras, especificações e execução de testes, bem como organização, documentação e procedimentos de liberação para garantir que os testes pertinentes e necessários sejam realizados, além de que os materiais ou produtos uso, comercialização ou distribuição até que sua qualidade tenha sido comprovada (RDC Nº 301; 2019).

Ramos *et al.* (2022) relataram que a empresa que para uma empresa apresentar um excelente controle de qualidade, é necessário ter um conhecimento em gestão industrial e ferramentas de qualidade, além das normas nacionais e internacionais de boas práticas de fabricação, técnicas de controle de qualidade, gestão de projetos e, principalmente, legislação médica da área atuante. No entanto, Santana *et al.* (2022) destaca que o controle de qualidade é responsável por fornecer avaliações analíticas sobre produtos e insumos, operando de forma confiável e sólida, produzindo resultados fidedignos para o bem final. Ainda, a constante mudança tecnológica, pode afetar o andamento das empresas nos processos de qualidade, exigindo que estejam sempre acompanhando a atualização do mercado, para que possam se manter no padrão desejado.

Relacionado as ferramentas e métodos utilizados no processo de controle de qualidade das indústrias farmacêuticas, Oliveira (2023) relata que as evidências têm um impacto significativo no processo industrial, onde para o avanço industrial, é necessário ter ações ágeis e rápidas, tomada de decisões inteligentes e flexibilidade para adaptação às exigências de consumo. Por outro lado, Da Silva *et al.* (2023) relatam que para um medicamento de qualidade ser produzido, requer verificações por meio de ensaios de controle de qualidade da conformidade dos produtos em relação ao princípio ativo por unidade posológica, uniformidade, estabilidade e outras características, como a rotulagem. Ainda, destacam o peso ou volume médio, uniformidade de doses, onde é observada a disseminação ou variação dos teores por unidade, e o parâmetro de dissolução, a velocidade com que o fármaco é liberado para o organismo para ser absorvido.

Por outro lado, Rocha *et al.* (2014) destacam que a qualificação profissional é importante para um bom controle de qualidade de uma indústria farmacêutica, onde estes realizam ensaios a partir do momento em que a matéria-prima chega à indústria, verificando a identidade e a pureza da matéria-prima, impedindo a probabilidade de haver um medicamento falsificado. Por outro lado, Do Nascimento, *et al.*, (2022) descrevem a indústria farmacêutica como destaque pelo seu elevado grau de dinamismo e habilidade para a globalização, sendo uma organização importante na área científica e na utilização de tecnologia avançada, realizando atividades intensas de pesquisa e desenvolvimento, bem como a gestão dos ativos intangíveis associados ao processo de inovação, com destaque para as patentes, que possuem grande relevância neste setor. Neste cenário, a garantia da qualidade é essencial. O produto é crucial para o êxito e a comercialização dos produtos produzidos em massa.

Por fim, é importante compreender antecipadamente quais os objetivos a alcançar e as realidades da indústria, e usar essas necessidades como ponto de partida para determinar a melhor solução para implementar. O controle de qualidade na indústria farmacêutica é uma arma poderosa contra a concorrência, visto que superar seus níveis de excelência exige uma atitude distinta em relação à qualidade, para a qual a melhoria contínua é essencial (RDC nº 17/2010).

CONCLUSÃO

Diante do que foi abordado na pesquisa, as indústrias farmacêuticas devem cumprir os requisitos legais, bem como verificar as especificações de qualidade e planejar o local. Um controle de qualidade eficaz é necessário para garantir que um medicamento seja de alta qualidade, começando com a qualificação dos fornecedores ao comprar os insumos e terminando com a entrega do produto final. É importante salientar que o responsável técnico o farmacêutico é o melhor candidato para liderar o sistema de qualidade, pois possui o conhecimento técnico necessário para dirigir, gerenciar e executar as atividades relacionadas ao cargo. Vale salientar que não existe um processo pronto referente a preparação de controle de qualidade, pois cada indústria farmacêutica possui características próprias e as soluções variam de empresa para empresa. O objetivo do controle de qualidade é assegurar um produto seguro sem comprometer a segurança da população vulnerável. Este mecanismo proporciona apoio à garantia de qualidade. Está a validação do procedimento evidencia a relevância do farmacêutico no procedimento de produção dos medicamentos. O objetivo do controle de qualidade é atingir aprimoramentos indispensáveis em todo o processo de fabricação no setor farmacêutico considerando as demandas dos clientes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17**, de 16 de abril de 2010. Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 de abril de 2010. Seção 1, p. 32-44.

DA SILVA, M. R.; DOS SANTOS, J. S. G.; DANTAS, L. A. Controle de qualidade: Uma abordagem sobre as análises físico-químicas aplicadas aos insumos farmacêuticos segundo RDC 67/2007. **Brazilian Journal of Science**, v. 2, n. 6, p. 60-74, Rio Verde: 2023.

DE SANTANA, F. H. et al. Controle de OEE no Laboratório de Controle de Qualidade de Indústria Farmacêutica. **Anais do SIMPÓSIO NACIONAL DE CIÊNCIAS E ENGENHARIAS (SINACEN)**, v. 6, n. 1, p. 170-170. Anápolis, GO: outubro, 2021.

DO NASCIMENTO, Julisson Marques Roque; DOS SANTOS, Mirelle Rodrigues; QUINTILIO, Maria Salete Vaceli. O controle de qualidade nas indústrias farmacêuticas. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, 2022, 5.11: 43-55.

DOS SANTOS NASCIMENTO, Fernanda; DE SANTANA CERQUEIRA, Layanna Rebouças; DOS SANTOS SILVA, Manassés. Controle de qualidade em laboratório de análises clínicas. **Revista Perspectiva**, 2023, 47.177: 119-129.

LIMA, C. V. S. Utilização de infravermelho no controle da qualidade de medicamentos. **Universidade de Brasília Faculdade de Ciências da Saúde**, P.16-17. Brasília: 2019.

OLIVEIRA, P. M. R. Aspectos históricos do controle de qualidade na indústria farmacêutica: uma revisão de literatura. **Centro Universitário Maria Milza**, p. 9. Brasília: Governador Mangabeira, 2023.

RAMOS, E. N.; DE ANDRADE, L. G. Atuação do farmacêutico no controle de qualidade. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. v. 8, n. 3, p. 422-431, São Paulo: março, 2022.

Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) **Dispõe sobre as Diretrizes Gerais de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos**. Nº 301; 2019.

ROCHA, D.A. et al. Performance Analítica dos Laboratórios de Microbiologia de Alimentos- Programa de Ensaios de Proficiência do INCQS. **Programa de ensaios de proficiência do INCQS/Fiocruz**, p.15. Rio de Janeiro: 2019.

ROCHA, TIAGO GALDINO; GALENDE, SHARIZE BETONI. A importância do controle de qualidade na indústria farmacêutica. **Uningá Review**, v. 20, n. 2, 2014.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS DA DOENÇA TROFOBLÁSTICA GESTACIONAL

Ruandherson Santa Cruz Oliveira ¹, Márcia Fernanda Gomes da Silva², Maria Luna Acioli de Moraes³, Mikaelle Gregório de Andrade ⁴, Jackeline Patricia Gomes de Moraes Bione⁵

¹ Graduanda em enfermagem- Faculdade Santíssima Trindade-FAST, Nazaré da Mata-PE;

² Graduanda em enfermagem- Faculdade Santíssima Trindade-FAST, Nazaré da Mata-PE;

³ Graduanda em enfermagem- Faculdade Santíssima Trindade-FAST, Nazaré da Mata-PE;

⁴ Graduanda em enfermagem- Faculdade Santíssima Trindade-FAST, Nazaré da Mata-PE;

⁵ Mestre em Saúde Humana, Esp. Em Ginecologia e Obstetrícia, Didática e Pedagogia para o Ensino da Enfermagem, Urgência e Emergência e Enfermagem em Centro Cirúrgico e CME. Professora da Faculdade Santíssima Trindade- FAST, Nazaré da Mata-PE.

INTRODUÇÃO

A Doença Trofoblástica Gestacional (DTG) é um grupo de condições incomuns associado com gravidez anormal, englobando um espectro de tumores com uma ampla gama de comportamento biológico e potencial para metástases distantes (Oliveira et al., 2020). Correa-Muñoz et al (2024), explica que a DTG pode surgir em formas clínicas benignas, no entanto, também pode se manifestar de maneira maligna, sendo denominada Neoplasia Trofoblástica Gestacional.

Oliveira et al (2020), diz que, os fatores de risco dessa patologia envolvem extremos de idade, etnia, predisposição genética, histórico de aborto espontâneo e deficiências nutricionais. Mulheres entre 21 e 35 anos têm menor probabilidade de desenvolver a doença em comparação com aquelas com mais de 35 anos ou menos de 21 anos. Mulheres com histórico de aborto espontâneo prévio apresentam risco duas a três vezes maior de gravidez molar em comparação com a população em geral. Mulheres com histórico de gravidez molar têm um risco de 10 a 20 vezes de repetir a gravidez molar, e cerca de 20% das pacientes desenvolverão a forma maligna após a eliminação da mola (Ning F. et al., 2019).

Essa doença abrange uma série de entidades, incluindo a mola hidatiforme, o coriocarcinoma e o tumor trofoblástico do sítio placentário. Embora sua incidência seja relativamente baixa, a DTG representa um desafio significativo para a saúde materna devido à sua rápida progressão e potencial para complicações graves (Neto et al., 2024). Correa-Muñoz et al., (2024) evidencia que, havendo um manejo multidisciplinar

adequado, alguns casos têm altas taxas de cura e preservação da fertilidade.

As consequências dessa doença podem se apresentar não apenas em seu aspecto físico e nas complicações obstétricas, mas também tem grande impacto emocional nas mulheres afetadas. As dificuldades que muitas mulheres têm em compreender o diagnóstico de uma gestação molar e seu prognóstico incerto têm impactos sociais e psicológicos que vão além do diagnóstico e tratamento da DTG (França et al., 2022).

O objetivo central deste estudo é investigar a doença trofoblástica gestacional (DTG), em suas diversas manifestações clínicas, identificando fatores de risco, complicações associadas e o impacto emocional nas mulheres afetadas, através da análise de artigos promovendo a conscientização e melhorar o entendimento sobre essa condição.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica com base em estudos clínicos que analisaram as causas e consequências associadas às mulheres com doença trofoblástica gestacional no ambiente hospitalar.

As buscas foram realizadas nas bases de dados ScieElo e BVS, utilizando o descritor “doença trofoblástica gestacional”. Como critério de inclusão foram utilizados: artigos completos e gratuitos; disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol e com até 5 anos de publicação. Dos 53 resultados obtidos, foram excluídos: artigos que não se enquadram no tema proposto, artigos que não sejam do tipo estudos clínicos observacionais ou transversais, estudos com informações repetidas ou disponíveis em outros artigos.

Após a obtenção do material, foi realizada uma leitura detalhada seguida de análises críticas e descritivas dos estudos, a fim de devidamente considerar e sintetizar os resultados obtidos nas pesquisas. A análise crítica dos artigos permitiu uma síntese dos dados, oferecendo uma visão integrada sobre a temática abordada e permitindo a exposição dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise do material selecionado, foi possível identificar aspectos fundamentais sobre as Doenças Trofoblásticas Gestacionais (DTG) e suas peculiaridades clínicas, sociais e emocionais para as mulheres afetadas. Os artigos revisados destacam a presença de fatores predisponentes e os diferentes tipos de

apresentações da DTG. França et al., (2020) explica que o tumor trofoblástico do sítio placentário e o tumor trofoblástico epitelióide são relativamente quimiorresistentes e produzem menos HCG em comparação com outras formas de neoplasia trofoblástica gestacional (NTG).

Ramírez et al., (2022) destaca que a quimioterapia de primeira linha com metotrexato (MTX) ou actinomicina D (ActD) é o tratamento de escolha mundial para pacientes com NTG pós-molar de baixo risco. Diante disso, o autor enfatiza a ausência de estudos sobre a resposta ao tratamento em pacientes sul-americanas, devido a disparidades socioeconômicas, culturais e linguísticas. Desse modo, não se encontra um desfecho em relação ao tratamento e os fatores associados a quimiorresistência, nas pacientes com NTG pós-molar de baixo risco, que são tratadas com a quimioterapia como primeira linha de tratamento.

O Estudo feito por Corrêa-Muñoz et al., (2024) diz que, entre os fatores de risco para a DTG estão a idade materna, o histórico de abortos espontâneos e as restrições nutricionais, além de observar que a incidência é maior em mulheres com idade inferior a 21 anos ou superior a 35 anos. Levando em consideração o déficit na produção de estudos epidemiológicos detalhados sobre essa população, os poucos dados que são encontrados dizem respeito a estudos estrangeiros ou refletem pequenos grupos populacionais, sendo assim, se faz necessário a elaboração de mais pesquisas sobre o tema, no qual os dados irão auxiliar a desenvolver um protocolo de prevenção e contribuir para a detecção precoce desses casos.

Esses estudos revelam a profundidade da DTG e reforçam a relevância de uma abordagem multidisciplinar no tratamento e acompanhamento dessas pacientes, incluindo não apenas a atenção clínica, mas também o suporte emocional e social. O diagnóstico provoca um impacto psicológico significativo em grande parcela das mulheres, muitas vezes marcado por quadros de ansiedade e depressão. Essa abordagem evidencia a necessidade de suporte psicológico durante e após o tratamento, almejando uma melhor qualidade de vida das pacientes (França et al., (2020).

Conforme França et al., (2020) As dificuldades que muitas mulheres têm em compreender o diagnóstico de uma gestação molar e seu prognóstico incerto têm impactos sociais e psicológicos que vão além do diagnóstico e tratamento da DTG. O efeito dessa condição sobre a saúde mental e o bem-estar geral das mulheres evidenciam a importância de considerar aspectos mais detalhados, além do tratamento físico, proporcionando uma recuperação ampla e integrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos argumentos apresentados, é possível concluir que a Doença Trofoblástica Gestacional (DTG) necessita de um olhar cuidadoso aos fatores predisponentes e uma abordagem clínica e psíquica, analisando a paciente de forma holística. A DTG tem grande impacto na saúde mental das mulheres, podendo evoluir para sintomas de ansiedade e depressão. Diante disso, nota-se a importância de um cuidado integrado, englobando cuidados médicos, suporte psicológico e social.

Considerando os aspectos importantes que foram citados, a implementação de meios de prevenção e diagnóstico precoce são essenciais para aprimorar os resultados clínicos e proporcionar uma recuperação eficaz. Além disso, embora o tratamento com quimioterapia com metotrexato e actinomicina D, tenha mostrado eficácia em casos de baixo risco, ainda existe uma lacuna sobre o tema, devido à ausência de estudos que comprovem a resposta ao tratamento.

Em suma, analisa-se a necessidade de desenvolver pesquisas sobre sua epidemiologia, métodos de diagnóstico e estratégias de tratamento, a fim de melhorar a qualidade do cuidado fornecido. A ampliação do conhecimento sobre a DTG permitirá uma assistência ainda mais abrangente e integral às pacientes, reduzindo os impactos psicossociais e melhorando a qualidade de vida das mulheres acometidas.

REFERÊNCIAS

CORREA-MUÑOZ, Loreto et al. Caracterización de enfermedad trofoblástica gestacional en el Hospital de Talca, 2013-2022. **Revista chilena de obstetricia y ginecología**, v. 89, n. 3, p. 152-157, 2024.

DO AMARAL NETO, Francisco Leite et al. DOENÇA TROFOBLÁSTICA GESTACIONAL: ASPECTOS FISIOPATOLÓGICOS E TRATAMENTO. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 3, p. 12-26, 2024.

DOS SANTOS OLIVEIRA, Hillary Gabriela et al. Panorama da doença trofoblástica gestacional numa capital do nordeste. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, n. 9, p. e4212-e4212, 2020.

FRANÇA, Ana Carolina Gomes et al. Emotional and clinical aspects observed in women with gestational trophoblastic disease: a multidisciplinary action. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia/RBGO Gynecology and Obstetrics**, v. 44, n. 04, p. 343-351, 2022.

RAMÍREZ, Luz Angela Correa et al. Clinical Presentation, Treatment Outcomes, and Resistance-related Factors in South American Women with Low-risk Postmolar Gestational Trophoblastic Neoplasia. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 44, n. 08, p. 746-754,

2022.

NANOPARTÍCULAS MAGNÉTICAS COMO SISTEMAS AVANÇADOS DE ENTREGA DE FÁRMACOS: POTENCIAL TERAPÊUTICO, DESAFIOS PARA A MELHORIA DO TRATAMENTOS

Elisabete Soares de Santana¹; Maiane Silva Barbosa de Moraes²; Dário César de Oliveira Conceição³.

¹Graduanda em Farmácia pela Faculdade Santíssima Trindade - FAST, Nazaré da Mata - PE;

²Mestranda em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife;

³Doutor em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco -UFPE, Recife-PE.

INTRODUÇÃO:

O uso de nanopartículas magnéticas ou como NPMs, são um sistemas de entrega de drogas que tem ganhado conhecimento na área da farmácia e na química, devido ao seu potencial para melhorar e também na eficácia da terapia e reduzir efeitos indesejáveis em vários tratamentos relacionados a doenças, incluindo câncer entre outros tipos de doenças. As NPMs apresentam propriedades positivas, por causa da sua alta área de superfície, a capacidade da resposta do campo magnético externo, tem a possibilidade de modificação superficial para direcionamento específico, assim tornando as ideias para a entrega controlada de fármacos (Da Silva *et al.*, 2021).

Um dos principais métodos das NPMs, são a capacidade de serem levadas e concentradas em locais específicos do nosso corpo humano através desses campos magnéticos externos, permitindo uma liberação controlada dos fármacos diretamente no sítio de ação e assim fazer o efeito desejado ao indivíduo. Essa abordagem reduz a exposição sistêmica dos fármacos, reduzindo assim a toxicidade e aumentando a eficácia do tratamento medicamentoso. As pesquisas recentes têm comprovado que essa técnica pode ser sobretudo eficaz no tratamento de tumores sólidos, onde a penetração e retenção do fármaco são fundamentais. (Bezerra *et al.*, 2022).

Além de serem usadas para transporte de vários fármacos, as NPMs também têm sido exploradas para a hipertermia magnética, que é uma técnica onde as nanopartículas aquecem o tecido alvo até uma elevada temperatura que induz a morte celular, como uma grande estratégia complementar ou alternativa às vezes para o tratamento convencional. Essas combinações de terapias conhecida como terapia multimodal, tem mostrado resultados eficazes em estudos pré-clínicos, sugerindo uma sinergia entre a liberação da droga e a hipertermia (Ribeiro *et al.*, 2021).

Apesar dos avanços promissores, do uso de nanopartículas magnéticas, na área clínica ainda enfrentam desafios significativos. Com as questões relacionadas à biocompatibilidade a longo prazo, a eliminação das partículas do organismo do indivíduo e a otimização dos métodos de síntese para garantir a uniformidade e funcionalidade das partículas em diferentes condições

fisiológicas e terapêuticas, que são bastante importantes. Alguns estudos recém publicados têm focado em superar essas barreiras encontradas, explorando novos materiais e métodos de forma positiva de modificação de superfície (Santos *et al.*, 2024).

Avaliar a aplicação de nanopartículas magnéticas como sistemas de entrega de drogas, com ênfase em sua eficácia, segurança e terapêutico. Pretende-se analisar como essas nanopartículas podem ser utilizadas para melhoria pela liberação controlada e direcionada de fármacos, diminuindo os efeitos colaterais, e aumentando a eficiência terapêutica em tratamentos de diversas doenças.

METODOLOGIA:

Trata-se de uma revisão sistemática, de abordagem qualitativa, iniciada em agosto de 2024 e finalizada em setembro de 2024. Foram selecionados artigos no período de 2020 a 2024, com busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e *Scientific Eletronic Library OnLine* (SCIELO). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Drogas", "Fármacos" e "Nanopartículas", combinados com os termos relacionados "Medicamentos", "Niño" e "Técnicas". A pesquisa foi estruturada utilizando os operadores booleanos "AND" para combinar esses termos. A estratégia de busca envolveu a combinação dos termos referentes às Nanopartículas "Drug Delivery", "Liberação Controlada de Fármacos" AND "Nanotecnologia".

Foram considerados critérios de inclusão: artigos completos, disponíveis nas bases de dados gratuitamente, publicados de 2020 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol e que estivessem de acordo com a temática dos estudos. Os critérios de exclusão foram: artigos incompletos, pagos, repetidos nas bases de dados, artigos de revisão, em idiomas diferentes dos selecionados no critério de inclusão e os que não se encaixavam na temática proposta do estudo. Desse modo, na busca inicial da associação das palavras-chave e descritores foram encontrados 1.567 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram encontrados 60 documentos. Após leitura e seleção das pesquisas para elegibilidade, foram selecionados 12 artigos para integrar a amostra final do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Os resultados encontrados durante as pesquisas a partir da revisão sistemática indicam que as nanopartículas magnéticas (NPMs) têm demonstrado grande potencial como veículos de liberação controlada dos fármacos. Diversos estudos encontrados recentemente, incluindo aqueles conduzidos em 2020 e 2024, destacam a eficácia das NPMs em concentrar fármacos em locais específicos ao corpo do paciente, especialmente em tratamentos oncológicos. Por exemplo, Conceição *et al.* (2023) evidenciaram uma melhora significativa na eficácia terapêutica de fármacos anticancerígenos quando associados às NPMs, com uma redução notável dos

efeitos dos medicamentos comuns às terapias convencionais que são indicadas.

Desta forma, a literatura aponta que a modificação superficial das nanopartículas magnéticas com ligantes específicos tem sido uma estratégia eficiente para melhorar o direcionamento desses fármacos a células-alvo. Nas pesquisas recentes de Santos *et al.* (2024) mostrou que NPMs funcionalizadas com anticorpos monoclonais aumentaram a captação celular em tumores específicos como o de mama, resultando em uma maior concentração desse fármaco na região alvo localizada e havendo um melhor controle do crescimento tumoral. Esses artigos sugerem que a personalização das superfícies das nanopartículas é essencial para otimizar a entrega de drogas e maximizar os resultados terapêuticos dela no organismo.

Uma outra aplicação favorável das nanopartículas são explorada nos estudos recentes é a terapia multimodal, combinando a liberação de fármacos com a hipertermia magnética. Esse processo foi destacado por Da Silva *et al.* (2023), que demonstraram que a combinação de ambas as técnicas não apenas aumentou a eficácia do presente tratamento, mas também reduziu a resistência tumoral, um dos maiores desafios na oncologia. Os resultados sugerem que a hipertermia magnética pode potencializar os efeitos citotóxicos desses fármacos, oferecendo uma nova via para tratamentos mais eficientes e menos invasivos, sendo menos invasivos melhor o tratamento e efeitos.

Mas, apesar dos avanços nos últimos anos, os desafios técnicos e clínicos ainda são uma barreira para a adoção generalizada das nanopartículas magnéticas. As questões relacionadas à biocompatibilidade e à eliminação segura dessas partículas no organismo foram destacadas em estudos como o de Ribeiro *et al.* (2021), que indicam que, embora as NPMs mostrem resultados positivos, ainda há a necessidade de otimizar a sua composição e o perfil de segurança para garantir sua aplicabilidade clínica a longo prazo.

A revisão também relatou que há uma lacuna significativa na literatura em relação aos estudos clínicos envolvendo as nanopartículas. A maioria dos estudos ainda está em fases pré-clínicas ou em modelos animais, como observado por LANDIM *et al.* (2022). Isso sugere a necessidade urgente de conduzir ensaios clínicos bem conduzidos para avaliar a eficácia e a segurança das NPMs em humanos, a fim de possibilitar sua transição para a prática clínica.

No entanto, os estudos encontrados demonstram que as nanopartículas magnéticas ou NPMs, são uma ferramenta positiva e crucial para a liberação controlada dos fármacos, com potencial para revolucionar o tratamento de diversas doenças ou tumores. Assim, para que essa tecnologia se torne amplamente disponível e clinicamente viável, será necessário superar desafios relacionados à segurança e eficácia do tratamento com essas nanopartículas. A continuidade das pesquisas e o desenvolvimento de novos ensaios clínicos serão fundamentais para o avanço desta área (Silva *et al.*, 2020).

CONCLUSÃO:

A revisão sistemática sobre o uso de nanopartículas magnéticas (NPMs) como sistemas

de entrega de drogas, demonstrou um grande potencial desta tecnologia para melhorar a eficácia terapêutica e reduzir efeitos negativos nos tratamentos de diversas doenças incluindo



LANDIM, *et al.* Aplicações da Nanotecnologia na prevenção, no diagnóstico e no tratamento do câncer. **NANOTECNOLOGIA: CONSIDERAÇÕES EM MATERIAIS, SAÚDE E MEIO AMBIENTE**, p. 220, 2022.

RIBEIRO, *et al.* Obtaintion of magnetic nanoparticles using everyday materials: synthesis, characterization and didactic approach for high school. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, V. 43, 2021.

SANTOS, *et al.* Nanomagnetismo no diagnóstico precoce e tratamento do câncer: Uma revisão narrativa. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 6, p. e6313645983-e6313645983, 2024.

SILVA, *et al.* **Avaliação do potencial anti-tumoral de nanopartículas magnéticas conjugadas a azul de metileno para carcinoma de mama e de ovário**. 2020.

NANOPARTÍCULAS DE FERRITA DE COBALTO: PROPIEDADES QUÍMICAS E POTENCIAIS APLICAÇÕES BIOMÉDICAS

Edenise Tavares da Silva¹, Maria José da Silva², Maiane Silva Barbosa de Moraes³,
Dário Cesar de Oliveira Conceição⁴

¹ Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

² Graduanda em Farmácia, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil;

³ Mestranda em Ciência de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE,

⁴ Doutor em Ciências de Materiais, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil; Docente, Faculdade Santíssima Trindade, Nazaré da Mata, PE, Brasil.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a nanotecnologia desempenha um papel central nas aplicações biomédicas, destacando-se pelo desenvolvimento de nanopartículas que apresentam propriedades únicas para intervenções terapêuticas. As nanopartículas de ferrita de cobalto (CoFe_2O_4) têm atraído crescente atenção dos pesquisadores, sendo alvo de estudos intensivos ao longo dos últimos 50 anos, em razão de suas excepcionais propriedades físico-químicas. Estas nanopartículas possuem dimensões que podem atingir até 100 nm, conferindo-lhes características distintivas (Bahmani *et al.*, 2024).

Entre as propriedades das nanopartículas de CoFe_2O_4 , destaca-se o ferromagnetismo à temperatura ambiente e a alta magnetização de saturação, que podem ser aumentadas pela aplicação de campos magnéticos externos. Além disso, apresentam baixa condutividade elétrica, o que minimiza danos em dispositivos operando em altas frequências, assim como estabilidade química e uma estrutura espinela robusta (Kaur *et al.*, 2022). Essa versatilidade torna as nanopartículas de CoFe_2O_4 uma das mais investigadas entre as ferritas de espinélio, permitindo a seleção de respostas terapêuticas mais eficazes em comparação a outros materiais nanométricos (Bahmani *et al.*, 2024).

A aplicação de nanopartículas na biomedicina é cada vez mais frequente, especialmente em terapias de hipertermia magnética voltadas ao tratamento de células tumorais. Essas nanopartículas geram calor quando submetidas a campos magnéticos, um fenômeno explorado para elevar a temperatura em áreas específicas do tumor, dado que as células cancerígenas são mais suscetíveis ao calor do que as células saudáveis; temperaturas superiores a 42 °C podem induzir a morte celular em tumores (Faleiros *et al.*, 2022).

Além disso, a combinação das nanopartículas de CoFe_2O_4 com materiais inertes e polímeros tem demonstrado potencial para reduzir o risco de toxicidade associado a tratamentos convencionais de câncer. Essa abordagem não apenas minimiza efeitos adversos, mas também amplifica a eficácia da administração de fármacos anticancerígenos, promovendo uma terapia oncológica mais segura e eficiente (Duraismy *et al.*, 2024). Assim, a utilização de nanopartículas de ferrita de cobalto representa uma estratégia promissora e inovadora na luta contra o câncer, consolidando-se como um componente essencial na nanomedicina.

Nesse contexto, objetivo deste trabalho é investigar as propriedades físico-químicas das nanopartículas de ferrita de cobalto e suas aplicações na medicina, com ênfase na liberação controlada de fármacos, hipertermia magnética e diagnóstico por imagem. Além disso, o estudo visa contribuir para o entendimento dos mecanismos envolvidos na biocompatibilidade e na funcionalização das nanopartículas, propondo direções para futuras pesquisas no campo da nanomedicina.

METODOLOGIA

Para o presente trabalho, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo-qualitativo, com base em dados de pesquisas experimentais e não experimentais. Técnicas estatísticas apropriadas foram utilizadas tais como: Método de combustão instantânea, método de Stoiber, solvo térmico para interpretar os resultados dos ensaios de biocompatibilidade e eficácia terapêutica, a fim de determinar a viabilidade das nanopartículas de ferrita de cobalto para uso em aplicações biomédicas.

Os artigos incluídos foram trabalhos originais na íntegra, em língua portuguesa e inglesa, com período de publicação entre 2021 e 2024, e que abordaram a importância da utilização das nanopartículas de ferrita de cobalto na área da saúde. Com relação aos critérios de exclusão, não foram considerados para compor os resultados deste estudo, àqueles artigos que não atenderam aos critérios de inclusão, além de trabalhos caracterizados como estudos de revisão, dissertações e teses. As duplicatas também foram eliminadas durante a seleção dos trabalhos.

As bases de dados utilizadas na pesquisa foram a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Nacional Library of Medicine (PubMed) e ScienceDirect. Os artigos selecionados foram revisados, e foi criada uma planilha destacando as seguintes informações: título, autor, ano da publicação, e bases de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo avaliou a produção científica sobre a aplicação biomédica de nanopartículas de ferrita de cobalto, analisando seu uso em terapias inovadoras e diagnósticos. Com base em uma revisão abrangente de 20 estudos, foi possível identificar as múltiplas funcionalidades dessas nanopartículas, que incluem a liberação controlada de fármacos, uso como agentes de contraste em ressonância magnética, tratamento de tumores via hipertermia magnética, separação biomolecular magnética e aprimoramento de métodos diagnósticos.

No contexto da liberação controlada de fármacos, a CoFe_2O_4 se destaca por suas propriedades magnéticas e por possibilitar a síntese de nanopartículas com alta reatividade e especificidade. Estas partículas podem ser manipuladas por estímulos externos, especialmente campos magnéticos, permitindo uma entrega direcionada e controlada dos medicamentos. Esse mecanismo, crucial para o campo da nanomedicina, busca otimizar a eficácia terapêutica dos fármacos enquanto minimiza efeitos adversos e aprimora a especificidade do tratamento. A CoFe_2O_4 pode encapsular ou adsorver fármacos na sua superfície, e suas dimensões nanométricas favorecem a penetração e o direcionamento preciso a tecidos específicos no organismo, como regiões afetadas por câncer (Kumar et al., 2022).

O controle da liberação do fármaco encapsulado pode ocorrer tanto pela degradação gradual das nanopartículas quanto pela aplicação de estímulos externos, como campos magnéticos alternados, pH ou temperatura. O campo magnético alternado, ao gerar calor localizado, atua rompendo ligações entre o fármaco e a nanopartícula, resultando em uma liberação controlada no tecido-alvo. Esse processo, conhecido como liberação térmica induzida, destaca-se por aumentar a concentração do medicamento no local de ação e reduzir a exposição a tecidos saudáveis (Jamir et al., 2023).

Além do uso em liberação de fármacos, a CoFe_2O_4 possui aplicações promissoras na hipertermia magnética para tratamento de tumores. Nesse contexto, as nanopartículas são direcionadas ao local do tumor e, em presença de um campo magnético alternado, geram calor suficiente para induzir morte celular tumoral sem danificar tecidos saudáveis adjacentes. Essa técnica é especialmente vantajosa por proporcionar um tratamento localizado e de mínima invasão, com alta precisão e menor necessidade de altas doses de

radiação ou quimioterapia, complementando esses tratamentos e reduzindo seus efeitos colaterais (Park et al., 2023).

No diagnóstico por ressonância magnética, a CoFe_2O_4 atua como agente de contraste devido a suas propriedades magnéticas superiores, que aumentam o contraste da imagem em áreas específicas, facilitando a identificação de lesões e processos patológicos precocemente. Comparada a agentes de contraste convencionais, como o gadolínio, a CoFe_2O_4 oferece vantagens, incluindo biocompatibilidade aprimorada e menor toxicidade. Por fim, as nanopartículas de CoFe_2O_4 são aplicadas na separação biomolecular magnética, permitindo a purificação de moléculas alvo, como proteínas e ácidos nucleicos, de maneira eficiente e com alta especificidade. Esse método aprimora procedimentos laboratoriais e diagnósticos ao possibilitar análises mais rápidas e precisas.

Essas aplicações emergentes da CoFe_2O_4 destacam seu potencial para transformar abordagens terapêuticas e diagnósticas na medicina, promovendo o desenvolvimento de tratamentos mais específicos e eficazes.

Conclusão

As nanopartículas de ferrita de cobalto têm mostrado grande potencial na medicina, especialmente em áreas como terapia, diagnóstico e imagens médicas. Sua alta saturação de magnetização e biocompatibilidade as tornam atraentes para aplicações em tratamento do câncer, onde podem ser usadas para direcionar medicamentos diretamente às células tumorais, minimizando efeitos colaterais. Além disso, essas nanopartículas são promissoras na imagem por ressonância magnética, funcionando como agentes de contraste que melhoram a visualização de tecidos. No entanto, desafios permanecem, como a toxicidade potencial e a necessidade de métodos eficazes de produção e funcionalização. Em resumo, embora as nanopartículas de ferrita de cobalto ofereçam oportunidades inovadoras na medicina, mais pesquisas são necessárias para otimizar sua segurança e eficácia antes de serem amplamente utilizadas na prática clínica.

REFERÊNCIAS

BAHMANI E. SOLMAS, SARA BYBORDI. S. **Synthesis of $\text{-CoFe}_2\text{O}_4$ magnetic nanoparticles for application in photocatalytic removal of azithromycin from wastewater.** Scientific Reports | 2024.

DURASAMY K, MUTHU DEVARAJ, A.G. KAREN. **Surface-modified CoFe_2O_4 nanoparticles using Folate-Chitosan for cytotoxicity Studies, hyperthermia applications and Positive/Negative contrast of MRI.** Journal of Magnetism and.

Magnetic Materials 554 (2024).

FALLEIROS J., PAULO B. ANA L. A. **Aplicações da nanotecnologia no diagnóstico e tratamento de câncer.** Química Organometálica Aplicada 435. (2022).

JAMIR M. C. BORGOHAIN, J.P BORAH. **Magnetic hyperthermia properties of CoFe₂O₄ nanoparticles: Effect of polymer coating and interparticle interactions.** Ceramics International 48 (2023).

KUMAR ANAND V, BHIM S. Y. **Antibacterial activity of PANI coated CoFe₂O₄ nanocomposite for gram-positive and gram-negative bacterial strains.** Materials Today Communications 31 (2022).